REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 050 - QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 19 **Líder** **Renan Calheiros - PMDB** Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... **Líder do PMDB - 18** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,10) Neuto De Conto **Líder do PP - 1** **Francisco Dornelles**	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18** **Líder** **Aloizio Mercadante - PT** Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 9** **Aloizio Mercadante** Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) **Líder do PR - 4** **João Ribeiro** **Líder do PSB - 2** **Antonio Carlos Valadares** **Líder do PRB - 2** **Marcelo Crivella** **Líder do PC DO B - 1** **Inácio Arruda**	**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28** **Líder** **Raimundo Colombo - DEM (1)** Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... **Líder do DEM - 14** **José Agripino** Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais **Líder do PSDB - 14** **Arthur Virgílio** Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma **PDT - 6** **Líder** **Osmar Dias - PDT**	**PSOL - 1** **Líder** **José Nery - PSOL** **PV - 1** **Líder** **Marina Silva - PV** **PSC - 1** **Líder** **Mão Santa - PSC**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
10. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal **Florian Augusto Coutinho Madruga** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal **Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata **Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 51ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE ABRIL DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 336, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre as Emendas nºs 1 a 5-PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009..... 14410

Nº 337, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 89, de 2010..... 14443

Nº 338, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 90, de 2010..... 14447

Nº 339, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 7, de 2010..... 14453

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *altera o art. 252 do Código de Processo Penal, para impedir que o juiz exerça a jurisdição no processo em que for parte a autoridade que o nomeou.* 14459

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2010 – Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências*..... 14461

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que *altera Lei nº 7.357, de 1985, para determinar procedimento para a sustação de cheques e dá outras providências*..... 14466

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que *altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem em até dois dias úteis o recebimento de recursos.* 14466

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 359, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao Centro de Ensino Fundamental 802, no Recanto das Emas, à Secretaria de Educação do Distrito Federal e ao jornal **Correio Braziliense**..... 14467

Nº 360, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à diplomata e representante do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevedo..... 14467

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã para homenagear Francisco Cândido Xavier, pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com o Requerimento nº 354, de 2010, do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores. Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem..... 14468

1.2.5 – Recursos

Nºs 4 e 5, de 2010, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2009.... 14468

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2009. 14471

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 187, de 2004; e 448, de 2009..... 14471

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Convite aos Senadores para participarem de tentativa de fechamento de um acordo, hoje, às 16 horas, na Câmara dos Deputados, sobre a votação do reajuste dos aposentados, para que este seja retroativo a 1º de janeiro. Solicitação de transcrição do artigo "Aposentados, uni-vos", de autoria do jornalista Juremir Machado da Silva, publicado, hoje, no jornal **Correio do Povo**. Registros sobre diversos assuntos relacionados à atividade parlamentar de S. Exª. 14472

SENADOR *GERSON CAMATA*, como Líder – Registro do transcurso, hoje, do Dia Internacional do Café. Satisfação com notícias que reconhecem valor terapêutico e efeitos positivos na aprendizagem do café, indicando boas perspectivas de aumento do consumo, em nível internacional. Apelo, susten-

tado em várias razões, para que o governo federal não permita a importação de café do Vietnam por fabricantes de café solúvel. 14480

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Comentários sobre obras listadas na cartilha do 8º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Piauí. 14482

SENADOR *JEFFERSON PRAIA* – Votos de pesar pelo falecimento do Acadêmico Anísio Mello e do comentarista Orlando Rebelo. Análise sobre a audiência pública realizada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir os parâmetros de preços utilizados pelas obras públicas no País. 14513

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 361, de 2010, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de pesar pelo falecimento do acadêmico Anísio Mello. 14515

Nº 362, de 2010, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de pesar pelo falecimento do comentarista Orlando Rebelo. 14515

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Críticas à administração da Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. 14516

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Votos de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Macieira, irmão da Dona Marly Sarney, e do ex-Governador de Alagoas, Luís Abílio. Críticas às dificuldades criadas pelo IBAMA para a implantação do Estaleiro Eisa Alagoas S/A. 14519

1.2.10 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Eleição da Senadora Lúcia Vânia como 1ª Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 14528

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 363, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade ao ator Marcelo Novaes..... 14530

Nº 364, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista político e escritor Sebastião Nery. 14530

Nº 365, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista escritor e blogueiro Orlando Farias..... 14531

Nº 366, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 14531

Nº 367, de 2010, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Nelson Mendes Fontoura..... 14532

Nº 368, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde. 14532

Nº 369, de 2010, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 5 de maio de 2010, seja destinado a comemorar os dez anos da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal. 14532

Nº 370, de 2010, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando voto pesar pelo falecimento de Luis Abílio de Souza Neto..... 14533

Nº 371, de 2010, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando voto pesar pelo falecimento de Geraldo Costa Sampaio..... 14533

Nº 372, de 2010, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Roberto de Pádua Macieira..... 14533

1.2.12 – Comunicação

Da Liderança do PDT no Senado Federal, de indicação de membro para compor o Conselho do Diplomata José Ermírio de Moraes. *Designação da Senadora Patrícia Saboya para compor o referido Conselho*. **(Ofício nº 5/2010, de 14 do corrente).** ... 14533

1.2.13 – Mensagem do Presidente da República

Nº 96, de 2010 (nº 174/2010, na origem), encaminhada em aditamento à Mensagem nº 87, de 2010, pela qual o Presidente da República *solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – Profaz, para retificação da informação concernente ao valor da operação de crédito externo, a fim de que conste o valor de dezenove milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América.* **A matéria, anexada ao processado da Mensagem nº 87, de 2010, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.** 14534

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item extrapauta – (Incluído na Ordem do Dia com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 337, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 89, de 2010 (nº 143/2010, na origem), que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor Artur Vidigal de Oliveira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach*..... 14537

1.3.2 Pronunciamentos

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Importância da aprovação hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008, de autoria de S. Exª, que autoriza o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parce-

lamento de débitos previdenciários dos Municípios, a modificarem a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios. 14537

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Registro do lançamento da candidatura do Sr. Messias de Souza, pelo PCdoB, para o cargo de Governador do Distrito Federal, na eleição indireta a realizar-se no próximo sábado. 14538

1.3.3 – ORDEM DO DIA (continuação)

1.3.4 Item extrapauta (continuação)

Parecer nº 337, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 89, de 2010 (nº 143/2010, na origem), que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor Artur Vidigal de Oliveira, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach*. **Aprovado*. (votação nominal)*.**..... 14541

1.3.5 Item extrapauta (Incluído na Ordem do Dia com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 335, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 91, de 2010, (nº 145, de 2010, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Awazu Pereira da Silva, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil***. Aprovado. *(votação nominal)***..... 14541

1.3.6 Item extrapauta (Incluído na Ordem do Dia com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 2.607, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 267, de 2009, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Rodrigues Vieira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, na vaga do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior***. Aprovado. *(votação nominal)***..... 14544

1.3.7 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADORA *KÁTIA ABREU*, como Líder – Repúdio às manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, denominadas "abril vermelho".Solicitação de apoio para a campanha "Vamos Tirar o Brasil do Vermelho", contra a invasão e o crime e pela paz no campo..... 14563

SENADOR *PEDRO SIMON* – Cobrança de explicações por parte do Presidente Lula, sobre suspeitas de irregularidades, noticiadas pela imprensa, sobre o processo de licitação para a construção da Usina de Belo Monte, no Estado do Pará..... 14574

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Comentários sobre a venda do Banco do Estado do Paraná na década de 90 e defesa da aprovação do projeto de resolução, de autoria de S. Exª, que visa livrar o Paraná do pagamento de multa, em virtude da venda do banco. 14580

SENADOR *VALTER PEREIRA* – Solidariedade ao povo do Rio de Janeiro pela tragédia causada pelas chuvas..... 14584

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Consternação pelas tragédias causadas pelas chuvas nos Estados do Rio de Janeiro e do Sergipe. Defesa da aprovação do projeto de lei de sua autoria, que procura beneficiar famílias de baixa renda, na esfera do corte de energia elétrica, por inadimplência..... 14586

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Preocupação com os efeitos da inflação, especialmente para as pessoas da terceira idade. Relato de que o Polo Industrial de Manaus registrou, em janeiro, o maior faturamento de sua história. Reclamação sobre o descumprimento das metas estabelecidas pela Aneel para fornecimento de energia. Preocupação com a greve da Polícia Federal em Manaus. Apelo ao Governador do Estado, Dr. Omar Aziz, para solucionar os problemas do Pronto Socorro 28 de Agosto. Leitura de texto de Roberto Damatta, intitulado, "O dia em que o Rio acabou e Niterói virou barranco". Reflexão sobre: o artigo de Gustavo Loschpe, da Revista *Veja*; a discriminação do Governo, ao excluir da vacinação contra a gripe A, as pessoas acima de 40 anos; a propaganda do Governo de que o desmatamento da Amazônia estaria sob controle e em declínio; o programa "Minha Casa, Minha Vida", do Governo Federal..... 14588

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Comemoração pela aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, do projeto de lei do Senado nº 160, de 2009, que regulamenta a profissão de diarista, e do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, que dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador. 14598

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* - Registro de visita realizada por S. Exª à Feira Agropecuária Tecnoshow COMIGO 2010, em Rio Verde, Goiás..... 14601

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 373, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando sua indicação para representar a Comissão de Assuntos Sociais junto à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. **Aprovado.....** 14603

Nº 374, de 2010, de autoria do Senador João Vicente Claudino e outros Srs. Senadores, solicitando que a Período do Expediente do dia 27 de maio do corrente ano seja destinada a comemorar o Dia do Contabilista..... 14603

Nº 375, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando voto de aplauso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau – APAE Blumenau pelos seus 45 anos. 14603

Nº 376, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União – TCU na Superintendência Regional do DNIT, em Goiás..... 14604

Nº 377, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de felicitação à Escola Epheta, de Curitiba/PR..... 14604

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *MÃO SANTA* – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Diário do Povo**, de hoje, intitulada "Wilson acaba com a farra de carros alugados no Estado"..... 14604

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Considerações sobre o Plano Nacional de Banda Larga do Governo Federal..... 14607

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Descreve como alarmante o índice de analfabetismo funcional no Brasil e aponta como alicerces de toda grande nação a educação e a formação humanística..... 14609

SENADOR *JOSÉ NERY* – Registro da realização da 3ª Conferência Eleitoral Naciona do PSOL..... 14610

1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº309, de 2009, de autoria de S. Exa., buscando o aperfeiçoamento da lei para os que detêm a posse pacífica e continuada de determinada servidão..... 14612

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Considerações sobre a matéria publicada no dia 13 de abril corrente, intitulada "Governo busca contas de tucano no exterior": "investigação mira supostas movimentações do Senador Marconi Perillo, inimigo político de Lula, em banco da Suíça, dos EUA e de paraísos fiscais". 14612

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada "Repasse ao MST é alvo de nova denúncia em GO", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 27 de fevereiro último..... 14614

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada "O Pedágio do PT", publicada na revista **Veja**, edição de 17 de março último..... 14615

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Homenagem a Brasília pela passagem de seus 50 anos..... 14622

1.4.5 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 15, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 14626

1.5 –ENCERRAMENTO

2 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA

Ata de Reunião da Comissão Diretora, realizada em 17 de dezembro de 2009..... 14643

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – Ato do Presidente

Nº 154, de 2010..... 14644

3.2 – Portaria do Presidente

Nº 1, de 2010..... 14644

3.3 – Atos da Comissão Diretora

Nºs 1 a 3, de 2010..... 14645

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 14.4.2010

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Morais

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 51ª Sessão, Deliberativa Ordinária 14 de abril de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Romeu Tuma, da Sra. Rosalba Ciarlini e do Sr. Geovani Borges.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 44 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 14/4/2010 07:40:29 até 14/4/2010 21:48:14

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PV	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X

Compareceram: 70 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Brasília, Capital da República do Brasil. São 14 horas no cenário do Plenário do Senado da República.

Estamos vivendo a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

O painel eletrônico acusa a presença de 47 Srªs e Srs. Senadores na Casa.

Vamos dar início...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas, antes, Deus. Deus é quem nos dá ordem.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 336, DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre as Emendas de nºs 1 a 5 – PLEN, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor e permite a renegociação de contratos nos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao Fies; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e dá outras providências.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 539, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) desta Casa Legislativa, altera normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

O projeto é composto por cinco artigos, correspondendo o art. 5º à cláusula que prevê o início da vigência das medidas propostas para 1º de janeiro do ano subseqüente ao da publicação da lei. Em seu corpo, o

projeto introduz inovações no Fies (arts. 1º e 2º), modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (art. 3º), que disciplina o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), alterando, ainda, a legislação que rege o Programa Universidade para Todos (PROUNI), notadamente a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005 (art. 4º).

No art. 1º, o PLS:

1 – insere § 6º no art. 2º da atual Lei do Fies para permitir a alienação de saldos devedores de operações contratadas até a data da publicação da lei em que o projeto vier a se transformar. Dessa maneira, amplia-se a norma constante do § 5º do mesmo dispositivo, cuja redação dada pela Lei nº 10.846, de 2004, admitia a alienação exclusivamente para os contratos celebrados até 31 de maio de 1999;

2 – modifica os incisos II, IV e V do art. 5º da Lei do Fies, para estabelecer a retroatividade de eventual redução de juros decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), aumentar o prazo de carência do financiamento de seis para doze meses e prever o uso de método de amortização mais favorável ao estudante;

3 – acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 6º da Lei do Fies, para que os estudantes com enfermidade que gere incapacidade laboral, provisória ou permanente, tenham suas dívidas absorvidas pelo Fies, sendo esse benefício extensivo aos estudantes financiados em gozo de seguro-desemprego.

Em seu art. 2º, o PLS em exame insere art. 6º-B na Lei do Fies, para permitir abatimento mensal da ordem de 1% do respectivo saldo devedor para estudantes que ocupem cargos de professor da rede pública de educação básica, de médico, enfermeiro e dentista, segundo condições pré-estabelecidas, de modo que expressem situações revestidas de relevante interesse público.

O art. 3º do PLS incide sobre o art. 20 da Lei do FGTS. Nesse caso, a medida assegura o saque de recursos do Fundo para aplicação no pagamento de juros, amortização ou liquidação de contrato de financiamento estudantil celebrado pelo próprio segurado ou dependente com idade de até 24 anos, no âmbito do Fies, alcançando, ainda, os contratos realizados sob a égide do extinto Programa de Crédito Educativo (CREDUC), objeto da Lei nº 8.436, de 25 de julho de 1992.

Finalmente, o art. 4º do PLS prorroga para 2011 o ano-calendário a partir do qual as instituições de ensino superior (IES) que aderirem ao Prouni deverão comprovar a "quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, sob pena de desvinculação do Programa".

No prazo regimental, o projeto recebeu as cinco emendas a seguir comentadas.

A Emenda nº 1, do Senador Álvaro Dias, inclui entre os dispositivos referidos no *caput* do art. 1º do PLS nº 539, de 2009, o art. 4º da Lei nº 10.260, de 2001, para estabelecer, no âmbito dos procedimentos de análise dos pedidos de financiamento adotados pelo agente operador, uma etapa de pré-qualificação, a ser realizada antes mesmo do vínculo institucional do estudante. Atribuída ao agente operador, com a participação do estudante candidato, essa pré-qualificação permite ao estudante, consoante sustenta o autor da emenda, o conhecimento prévio de suas chances de obtenção de financiamento, aperfeiçoando, com isso, o seu processo de opção.

As emendas de nºs 2 e 4, são de autoria do Senador Romeu Tuma. Pela Emenda nº 2, cria para o estudante considerado, nos termos da lei e do contrato de serviços educacionais, inadimplente com a IES a que esteja vinculado, o direito e a obrigação de inscrever-se no Fies, a qualquer tempo, ao longo do período letivo. Para tanto, inclui novo art. 5º no PLS em exame, argüindo que a evidência maior de necessidade do financiamento é a própria situação de inadimplência do aluno.

Já a Emenda nº 4, por meio da qual se acrescenta art. 6º ao projeto, faculta ao estudante inscrito em exame seletivo o direito de requerer o financiamento durante esse período, que é anterior ao ingresso na educação superior, e receber o resultado do seu pedido até trinta dias antes do início do período letivo em que começariam seus estudos. Ao cabo, a Emenda nº 4 tem propósito idêntico ao da Emenda nº 1, cabendo ressalvar o veso de inconstitucionalidade presente na intenção de criar obrigação para órgão do Poder Executivo.

Por fim, as Emendas de nºs 3 e 5, do Senador Acir Gurgacz, são voltadas, respectivamente, à concessão de descontos progressivos aos estudantes que anteciparem a liquidação de suas dívidas e à suspensão da incidência de juros sobre contratos de estudantes em gozo de seguro-desemprego. Pela primeira dessas, que insere novo art. 5º no PLS, os descontos não alcançam o capital ou valor nominal tomado de empréstimo, com o que não haveria prejuízo para o Fundo.

No caso da Emenda nº 5, em que o autor se valeu da oferta de nova redação para o § 4º do art. 6º da Lei nº 10.260, de 2001, nos termos do art. 1º do PLS, a medida visa a contornar, segundo o proponente, o efeito "bola de neve" nas ocasiões em que os financiados enfrentam dificuldades de ordem financeira.

II – ANÁLISE

O PLS nº 539, de 2009, promove importantes e oportunos avanços na legislação que rege o Fies.

Cabe destacar, de início, que se trata de uma proposição construída com base nas discussões acumuladas, entre estudantes, gestores do Fies e do Ministério da Educação (MEC), e o Congresso Nacional, por meio de suas duas Casas, relativamente às necessidades de aprimoramento do programa.

Daí a conformidade do projeto com a estratégia do MEC de imprimir maior flexibilidade ao Fundo, facilitando o acesso dos estudantes ao crédito. Para tanto, são reduzidos os critérios restritivos e estabelecidos meios de amparo aos financiados, em face da ocorrência de situações e outras ocorrências de força maior. Geralmente, esses imprevistos corroboram os casos de inadimplência e de total impossibilidade de pagamento de obrigações assumidas.

É possível, também, que parte dessas inovações tenha recebido algum tipo de objeção no Parlamento, mas por razões conjunturais e não por falta de mérito. Afinal, a legitimidade do projeto tem apoio nas contribuições advindas de diversos setores sociais, de instituições de ensino e de estudantes.

Entre essas modificações, por sua relevância, cabe destacar o afastamento da exigibilidade do pagamento de obrigações contratuais por parte de estudantes em situação de comprovada dificuldade para honrar tais compromissos, a exemplo daqueles acometidos de doenças incapacitantes para o trabalho. Essas medidas, por analogia, gozam de apoio legal e jurisprudencial, assemelhando-se àquelas que criaram condições especiais para o acesso das pessoas – em dificuldade – ao crédito.

Igualmente relevantes seriam as propostas atinentes ao alongamento do prazo de amortização, pela via de ampliação do prazo de carência, e à extensão de eventuais concessões de juros mais baixos aos contratos antigos, com efeito retroativo. Entretanto, no que toca particularmente à questão do prazo de carência, a medida sugerida perdeu oportunidade. É que o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a elasticidade desse termo para dezoito meses, com amortização a partir do 19º mês. Com efeito, essa medida, já carreada à Lei do Fies por meio da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, é ainda mais favorável aos estudantes, não lhe cabendo, a nosso juízo, qualquer modificação.

Na linha de direcionamento social da demanda por financiamento, o projeto incentiva descontos pela prestação de serviços de interesse público, conferindo essa concessão a profissionais da educação e da saúde, dando prioridade, no conjunto desses últimos, aos atuantes nas regiões Norte e Nordeste. Em relação às categorias agraciadas com a mudança, os médicos e os profissionais da educação já estão plenamente atendidos pela inovação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que, a propósito, contempla as demais disposições do art. 6º-B, que constitui o objeto do art. 2º do projeto em exame. Dessa forma, impõe-se a apresentação de emenda a essa parte da proposição, de modo a refletir a alteração já conduzida à Lei do Fies e, principalmente, para estender idêntico abatimento de dívida a enfermeiros e odontólogos integrantes de equipes do programa Saúde da Família.

Por tudo isso, é de se entender que a proposição, em seu conjunto, espelha, em boa medida, reivindicações antigas da comunidade estudantil brasileira: crédito acessível, prazos de amortização e remuneração contratual condizentes com as demais modalidades de investimento; cobertura ou garantia de amparo em situações atípicas e imprevisíveis; e tratamento isonômico em relação a outros usuários de recursos públicos.

É essa, certamente, a base do projeto, que sintetiza anseios de um segmento social alijado do acesso à educação superior gratuita. Trata-se de um grande contingente de jovens e adultos, invisível ao Estado e à sociedade brasileira, estes os beneficiários finais da melhoria de renda e organização social do País em decorrência do processo de expansão da educação superior.

A par disso, nada há a se questionar quanto ao mérito da iniciativa.

No que tange às emendas apresentadas no Senado Federal, são nitidamente convergentes as de nº 1, do Senador Álvaro Dias, e nº 4, do Senador Romeu Tuma. A criação de uma etapa de pré-qualificação entre os procedimentos de análise dos pedidos de financiamento potencializa o acerto da escolha do estudante quanto ao curso que melhor se coaduna com suas aspirações e condições de desembolso. Com isso, mitiga-se a ocorrência de desistência, de abandono e de permutas, tão contraproducentes para a sociedade e frustrantes para os estudantes. Desse modo, essas proposições podem ser acolhidas, dando-se prioridade à aprovação da redação da primeira, porque fundada em melhor técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ademais, a Emenda nº 4 apresenta vezo de inconstitucionalidade na intenção de criar obrigação para órgão do Poder Executivo, por isso a sua rejeição.

A Emenda nº 2, que visa a destinar recursos do Fies para o pagamento de dívidas de estudantes em situação de inadimplência, corrobora nosso entendimento em relação ao caráter social que o Fundo deve ter. Porém, a emenda, se aprovada na forma apresentada pode passar a idéia de obrigatoriedade de inscrição. Recomendamos, portanto, a rejeição da emenda, e sugerimos o acatamento quanto ao mérito, na forma de emenda de relator, substituindo o termo "deverá" (que implica obrigação) por "poderá" (deixando a decisão a critério do estudante), suprimindo, ainda, o § 3º da emenda original, que não se coaduna com as disposições da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

Por fim, as Emendas nºs 3 e 5, do nobre Senador Acir Gurcacz, aperfeiçoam as disposições do Fies com a previsão de situações de redução de encargos contratuais, sem qualquer prejuízo ao Fundo. Ademais, para os casos que envolverem renúncia de crédito, a implantação das medidas fica condicionada à previsão de dotação orçamentária específica ao Fundo. Desse modo, os aprimoramentos que encerram são também oportunos, recomendando-se, desse modo, a sua aprovação.

No que tange à técnica legislativa, a proposição merece reparos. Em primeiro lugar, para fins de observância das normas de paralelismo, a ementa do projeto deve ser modificada. Depois, o ensejo é útil à supressão de acrônimos desnecessários nessa parte do projeto. Por oportuno, seria de bom alvitre a padronização dessas palavras na articulação do projeto, sugerindo-se, particularmente, a substituição de FIES por Fies. Finalmente, para evitar supressão indevida de texto legal vigente, quer-nos parecer pertinente a indicação de que a nova redação

oferecida ao art. 6º da Lei do Fies seja feita com o acréscimo dos §§ 3º e 4º, mantendo-se todo o texto já em vigor. Para tanto, caberia, a nosso juízo, a interposição de linha pontilhada adicional entre a linha que se refere ao *caput* do art. 6º e os dois novos parágrafos.

Já a modificação do art. 2º da Lei nº 10.260, de 2001, constante no art. 1º do PLS, por envolver medida transitória, não é adequada à redação da lei original. Nesse caso, a previsão deveria compor dispositivo específico (um artigo) do PLS, ou ter uma data fixada *a priori*. Conquanto a última solução seja de maior praticidade, há dificuldade para se fixar uma data para esse fim, tendo em conta as idiossincrasias e incertezas do processo legislativo. Por essa razão, optamos pela redação original, em dispositivo específico do projeto em análise, adaptando-se as remissões, nos termos da emenda que oferecemos.

No mais, vale trazer à baila os questionamentos, levantados após a publicação da Lei nº 12.202, de 2010, quanto à aplicação dos novos prazos de carência e amortização, definidos nessa norma, aos contratos em andamento. Corrobora essa insegurança a disposição inserida no § 10 do art. 5º da Lei nº 10.260, de 2001, que fez referência expressa a essa possibilidade. Assim, até que se firme entendimento a respeito do assunto, permitimo-nos apresentar, neste ensejo, emenda destinada a elidir qualquer dúvida quanto à extensão dos benefícios aos contratos celebrados antes do novo marco.

Efetuados os reparos apontados, e encontrando-se o projeto adequado quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada mais há que impeça o seu prosseguimento.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO das Emendas nºs 1, 3 e 5 - PLEN, e pela REJEIÇÃO das Emendas nºs 2 e 4 - PLEN, e oferecendo, ainda, as seguintes emendas ao projeto.

EMENDA Nº 6 – CE (De redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

> Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior*, para estabelecer a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor, e ampliar a renegociação de contratos aos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que *dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao Fies; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que *dispõe sobre o Programa Universidade para Todos*; e dá outras providências.

EMENDA Nº 7 – CE

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, o seguinte art. 6º, renumerando-se os dispositivos que se lhe seguem, suprimindo-se no *caput* do art. 1º do PLS a menção ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001:

"**Art. 2º**.....

.....

§ 6º Aplicam-se aos contratos firmados, no âmbito do Fies, até a data de publicação desta Lei, as condições de renegociação previstas para os contratos de que trata o § 5º do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001."

EMENDA Nº 8 – CE

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"**Art. 5º** .....

.....

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, estendendo-se sua aplicação aos contratos já formalizados, com efeito retroativo, sempre que pactuados com taxa de juros superior à nova taxa;

.....

§ 11. O disposto nos incisos IV e V do *caput* deste artigo é aplicável aos contratos já formalizados, nos termos do regulamento.

..... "(NR)

EMENDA Nº 9 – CE

Dê-se ao art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"**Art. 6º-B.** .....

.....

II – médico, enfermeiro e odontólogo integrante de equipe da saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

..... "(NR)

EMENDA Nº 10 – CE

Acrescente-se ao PLS 539, de 2009, que modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, o seguinte art. 5º:

"**Art. 5º**. O aluno matriculado em curso de graduação, considerado inadimplente nos termos da lei e do contrato de prestação de serviços educacionais, poderá inscrever-se no Fies para obtenção dos respectivos créditos, em qualquer tempo ao longo do período letivo.

§ 1º. A inscrição, em caráter excepcional, poderá ser feita após o período de 60 dias de inadimplência nos termos regulamentares, atestado pelo estabelecimento de ensino e após não ter tido sucesso qualquer negociação entre as partes.

§ 2º. Antes do final do ano letivo o aluno deverá confirmar ou não o interesse de continuidade do financiamento para o próximo período letivo, nos termos da legislação vigente."

Sala das Sessões, 16 de março de 2010.

, Presidente,

SENADORA FÁTIMA CLEIDE

, Relator

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, favorável às Emendas nº 01-PLEN, 03-PLEN e 05-PLEN e pela rejeição das Emendas nº 02-PLEN e 04-PLEN, e ainda com as Emendas nº 06-CE, 07-CE, 08-CE, 09-CE e 10-CE.

Sala da Comissão, em 16 de março de 2010.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER ÀS EMENDAS Nº 01-PLEN, 02-PLEN, 03-PLEN, 04-PLEN E 05-PLEN, NA REUNIÃO DE 16/03/2010 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADORA FÁTIMA CLEIDE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- GIM ARGELLO
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA
MAIORIA (PMDB e PP)	
VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GEOVANI BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- CÍCERO LUCENA
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Conversão da Medida Provisória nº 177/90
Vide Lei nº 9.012, de 1995
Vide texto compilado

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 8.436, DE 25 DE JUNHO DE 1992.

Mensagem de veto

Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

.....

LEI Nº 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Mensagem de veto

Conversão da MPv nº 1.890-67, de 1999

Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001.

Conversão da MPv nº 2.094-28, de 2001

Texto compilado

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

.....

Art. 2º Constituem receitas do FIES:

.....

~~§ 5º Os saldos devedores alienados ao amparo do inciso III do § 1º deste artigo poderão ser renegociados entre a instituição financeira adquirente e o devedor, segundo condições que estabelecerem, relativas à atualização de débitos constituídos, saldos devedores, prazos, taxas de juros, garantias, valores de prestações e eventuais descontos, observado o seguinte:~~

~~I – eventuais condições de renegociação e quitação estabelecidas pela instituição financeira adquirente deverão contemplar, no mínimo, a recuperação dos valores nominais desembolsados;~~

§ 5º Os saldos devedores alienados ao amparo do inciso III do § 1 o deste artigo e os dos contratos cujos aditamentos ocorreram após 31 de maio de 1999 poderão ser renegociados entre credores e devedores, segundo condições que estabelecerem, relativas à atualização de débitos constituídos, saldos devedores, prazos, taxas de juros, garantias, valores de prestações e eventuais descontos, observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 10.846, de 2004)

I - na hipótese de renegociação de saldo devedor parcialmente alienado na forma do inciso III do § 1 o deste artigo, serão estabelecidas condições idênticas de composição para todas as parcelas do débito, cabendo a cada credor, no total repactuado, a respectiva participação percentual no mon-tante renegociado com cada devedor; (Redação dada pela Lei nº 10.846, de 2004)

II - as instituições adquirentes deverão apresentar ao MEC, até o dia 10 de cada mês, relatório referente aos contratos renegociados e liquidados no mês anterior, contendo o número do contrato, nome do devedor, saldo devedor, valor renegociado ou liquidado, quantidade e valor de prestações, taxa de juros, além de outras informações julgadas necessárias pelo MEC.

.....

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

.....

§ 10. A redução dos juros, estipulados na forma do inciso II deste artigo, incidirá sobre o saldo devedor dos contratos já formalizados. (Incluído pela Lei nº 12.202, de 2010)

.....

~~Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do caput do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.~~

~~Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º desta Lei promoverá a execução das parcelas vencidas, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do caput do mencionado artigo, repassando ao Fies e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco. (Redação dada pela Lei nº 11.552, de 2007).~~

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das parcelas vencidas, conforme estabelecida pela Instituição de que trata o inciso II do caput do art. 3º, repassando ao Fies e à instituição de ensino a parte concernente ao seu risco. (Redação dada pela Lei nº 12.202, de 2010)

§ 4º O abatimento mensal referido no caput será operacionalizado anualmente pelo agente operador do Fies, vedado o primeiro abatimento em prazo inferior a 1 (um) ano de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.202, de 2010)

LEI Nº 10.846, DE 12 DE MARÇO DE 2004.

Conversão da MPv nº 141, de 2003

Dá nova redação ao art 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

LEI Nº 11.128, DE 28 DE JUNHO DE 2005.

Mensagem de veto

Conversão da MPv nº 235, de 2005

Texto compilado

Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos – PROUNI e altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009.

Mensagem de veto

Conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008

Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

LEI Nº 12.202, DE 14 DE JANEIRO DE 2010.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 539, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) desta Casa Legislativa, altera normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

O projeto é composto por cinco artigos, correspondendo o art. 5º à cláusula que prevê o início da vigência das medidas propostas para 1º de janeiro do ano subseqüente ao da publicação da lei. Em seu corpo, o projeto introduz inovações no Fies (arts. 1º e 2º), modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (art. 3º), que disciplina o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), alterando, ainda, a legislação que rege o Programa Universidade para Todos (PROUNI), notadamente a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005 (art. 4º).

No art. 1º, o PLS:

1 – insere § 6º no art. 2º da atual Lei do Fies para permitir a alienação de saldos devedores de operações contratadas até a data da publicação da lei em que o projeto vier a se transformar. Dessa maneira, amplia-se a norma constante do § 5º do mesmo dispositivo, cuja redação dada pela Lei nº 10.846, de 2004, admitia a alienação exclusivamente para os contratos celebrados até 31 de maio de 1999;

2 – modifica os incisos II, IV e V do art. 5º da Lei do Fies, para estabelecer a retroatividade de eventual redução de juros decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), aumentar o prazo de carência do financiamento de seis para doze meses e prever o uso de método de amortização mais favorável ao estudante;

3 – acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 6º da Lei do Fies, para que os estudantes com enfermidade que gere incapacidade laboral, provisória ou permanente, tenham suas dívidas absorvidas pelo Fies, sendo esse benefício extensivo aos estudantes financiados em gozo de seguro-desemprego.

Em seu art. 2º, o PLS em exame insere art. 6º-B na Lei do Fies, para permitir abatimento mensal da ordem de 1% do respectivo saldo devedor para estudantes que ocupem cargos de professor da rede pública de educação básica, de médico, enfermeiro e dentista, segundo condições pré-estabelecidas, de modo que expressem situações revestidas de relevante interesse público.

O art. 3º do PLS incide sobre o art. 20 da Lei do FGTS. Nesse caso, a medida assegura o saque de recursos do Fundo para aplicação no pagamento de juros, amortização ou liquidação de contrato de financiamento estudantil celebrado pelo próprio segurado ou dependente com idade de até 24 anos, no âmbito do Fies, alcançando, ainda, os contratos realizados sob a égide do extinto Programa de Crédito Educativo (CREDUC), objeto da Lei nº 8.436, de 25 de julho de 1992.

Finalmente, o art. 4º do PLS prorroga para 2011 o ano-calendário a partir do qual as instituições de ensino superior (IES) que aderirem ao Prouni deverão comprovar a "quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, sob pena de desvinculação do Programa".

No prazo regimental, o projeto recebeu as cinco emendas a seguir comentadas.

A Emenda nº 1, do Senador Álvaro Dias, inclui entre os dispositivos referidos no *caput* do art. 1º do PLS nº 539, de 2009, o art. 4º da Lei nº 10.260, de 2001, para estabelecer, no âmbito dos procedimentos de análise dos pedidos de financiamento adotados pelo agente operador, uma etapa de pré-qualificação, a ser realizada antes mesmo do vínculo institucional do estudante. Atribuída ao agente operador, com a participação do estudante candidato, essa pré-qualificação permite ao estudante, consoante sustenta o autor da emenda, o conhecimento prévio de suas chances de obtenção de financiamento, aperfeiçoando, com isso, o seu processo de opção.

As emendas de nºs 2 e 4, são de autoria do Senador Romeu Tuma. Pela Emenda nº 2, cria para o estudante considerado, nos termos da lei e do contrato de serviços educacionais, inadimplente com a IES a que esteja vinculado, o direito e a obrigação de inscrever-se no Fies, a qualquer tempo, ao longo do período letivo. Para tanto, inclui novo art. 5º no PLS em exame, argüindo que a evidência maior de necessidade do financiamento é a própria situação de inadimplência do aluno.

Já a Emenda nº 4, por meio da qual se acrescenta art. 6º ao projeto, faculta ao estudante inscrito em exame seletivo o direito de requerer o financiamento durante esse período, que é anterior ao ingresso na educação superior, e receber o resultado do seu pedido até trinta dias antes do início do período letivo em que começariam seus estudos. Ao cabo, a Emenda nº 4 tem propósito idêntico ao da Emenda nº 1, cabendo ressalvar o veso de inconstitucionalidade presente na intenção de criar obrigação para órgão do Poder Executivo.

Por fim, as Emendas de nºs 3 e 5, do Senador Acir Gurgacz, são voltadas, respectivamente, à concessão de descontos progressivos aos estudantes que anteciparem a liquidação de suas dívidas e à suspensão da incidência de juros sobre contratos de estudantes em gozo de seguro-desemprego. Pela primeira dessas, que insere novo art. 5º no PLS, os descontos não alcançam o capital ou valor nominal tomado de empréstimo, com o que não haveria prejuízo para o Fundo.

No caso da Emenda nº 5, em que o autor se valeu da oferta de nova redação para o § 4º do art. 6º da Lei nº 10.260, de 2001, nos termos do art. 1º do PLS, a medida visa a contornar, segundo o proponente, o efeito "bola de neve" nas ocasiões em que os financiados enfrentam dificuldades de ordem financeira.

II – ANÁLISE

O PLS nº 539, de 2009, promove importantes e oportunos avanços na legislação que rege o Fies.

Cabe destacar, de início, que se trata de uma proposição construída com base nas discussões acumuladas, entre estudantes, gestores do Fies e do Ministério da Educação (MEC), e o Congresso Nacional, por meio de suas duas Casas, relativamente às necessidades de aprimoramento do programa.

Daí a conformidade do projeto com a estratégia do MEC de imprimir maior flexibilidade ao Fundo, facilitando o acesso dos estudantes ao crédito. Para tanto, são reduzidos os critérios restritivos e estabelecidos meios de amparo aos financiados, em face da ocorrência de situações e outras ocorrências de força maior. Geralmente, esses imprevistos corroboram os casos de inadimplência e de total impossibilidade de pagamento de obrigações assumidas.

É possível, também, que parte dessas inovações tenha recebido algum tipo de objeção no Parlamento, mas por razões conjunturais e não por falta de mérito. Afinal, a legitimidade do projeto tem apoio nas contribuições advindas de diversos setores sociais, de instituições de ensino e de estudantes.

Entre essas modificações, por sua relevância, cabe destacar o afastamento da exigibilidade do pagamento de obrigações contratuais por parte de estudantes em situação de comprovada dificuldade para honrar tais compromissos, a exemplo daqueles acometidos de doenças incapacitantes para o trabalho. Essas medidas, por analogia, gozam de apoio legal e jurisprudencial, assemelhando-se àquelas que criaram condições especiais para o acesso das pessoas – em dificuldade – ao crédito.

Igualmente relevantes seriam as propostas atinentes ao alongamento do prazo de amortização, pela via de ampliação do prazo de carência, e à extensão de eventuais concessões de juros mais baixos aos contratos antigos, com efeito retroativo. Entretanto, no que toca particularmente à questão do prazo de carência, a medida sugerida perdeu oportunidade. É que o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a elasticidade desse termo para dezoito meses, com amortização a partir do 19º mês. Com efeito, essa medida, já carreada à Lei do Fies por meio da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, é ainda mais favorável aos estudantes, não lhe cabendo, a nosso juízo, qualquer modificação.

Na linha de direcionamento social da demanda por financiamento, o projeto incentiva descontos pela prestação de serviços de interesse público, conferindo essa concessão a profissionais da educação e da saúde, dando prioridade, no conjunto desses últimos, aos atuantes nas regiões Norte e Nordeste. Em relação às categorias agraciadas com a mudança, os médicos e os profissionais da educação já estão plenamente atendidos pela inovação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que, a propósito, contempla as demais disposições do art. 6º-B, que constitui o objeto do art. 2º do projeto em exame. Dessa forma, impõe-se a apresentação de emenda a essa parte da proposição, de modo a refletir a alteração já conduzida à Lei do Fies e, principalmente, para estender idêntico abatimento de dívida a enfermeiros e odontólogos integrantes de equipes do programa Saúde da Família.

Por tudo isso, é de se entender que a proposição, em seu conjunto, espelha, em boa medida, reivindicações antigas da comunidade estudantil brasileira: crédito acessível, prazos de amortização e remuneração contratual condizentes com as demais modalidades de investimento; cobertura ou garantia de amparo em situações atípicas e imprevisíveis; e tratamento isonômico em relação a outros usuários de recursos públicos.

É essa, certamente, a base do projeto, que sintetiza anseios de um segmento social alijado do acesso à educação superior gratuita. Trata-se de um grande contingente de jovens e adultos, invisível ao Estado e à sociedade brasileira, estes os beneficiários finais da melhoria de renda e organização social do País em decorrência do processo de expansão da educação superior.

A par disso, nada há a se questionar quanto ao mérito da iniciativa.

No que tange às emendas apresentadas no Senado Federal, são nitidamente convergentes as de nº 1, do Senador Álvaro Dias, e nº 4, do Senador Romeu Tuma. A criação de uma etapa de pré-qualificação entre os procedimentos de análise dos pedidos de financiamento potencializa o acerto da escolha do estudante quanto ao curso que melhor se coaduna com suas aspirações e condições de desembolso. Com isso, mitiga-se a ocorrência de desistência, de abandono e de permutas, tão contraproducentes para a sociedade e frustrantes para os estudantes. Desse modo, essas proposições podem ser acolhidas, dando-se prioridade à aprovação da redação da primeira, porque fundada em melhor técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ademais, a Emenda nº 4 apresenta vezo de inconstitucionalidade na intenção de criar obrigação para órgão do Poder Executivo, por isso a sua rejeição.

A Emenda nº 2, que visa a destinar recursos do Fies para o pagamento de dívidas de estudantes em situação de inadimplência, encontra-se, a nosso juízo, desprovida de fundamentação. O atendimento por ela suscitado, além de fugir à finalidade do Fies, foi recentemente rejeitado, no mérito, por este Plenário. Daí a nossa avaliação de que essa emenda não poderia ser acatada.

Por fim, as Emendas nºs 3 e 5, do nobre Senador Acir Gurcacz, aperfeiçoam as disposições do Fies com a previsão de situações de redução de encargos contratuais, sem qualquer prejuízo ao Fundo. Ademais, para os casos que envolverem renúncia de crédito, a implantação das medidas fica condicionada à previsão de dotação orçamentária específica ao Fundo. Desse modo, os aprimoramentos que encerram são também oportunos, recomendando-se, desse modo, a sua aprovação.

No que tange à técnica legislativa, a proposição merece reparos. Em primeiro lugar, para fins de observância das normas de paralelismo, a ementa do projeto deve ser modificada. Depois, o ensejo é útil à supressão de acrônimos desnecessários nessa parte do projeto. Por oportuno, seria de bom alvitre a padronização dessas palavras na articulação do projeto, sugerindo-se, particularmente, a substituição de FIES por Fies. Finalmente, para evitar supressão indevida de texto legal vigente, quer-nos parecer pertinente a indicação de que a nova redação oferecida ao art. 6º da Lei do Fies seja feita com o acréscimo dos §§ 3º e 4º, mantendo-se todo o texto já em vigor. Para tanto, caberia, a nosso juízo, a interposição de linha pontilhada adicional entre a linha que se refere ao *caput* do art. 6º e os dois novos parágrafos.

Já a modificação do art. 2º da Lei nº 10.260, de 2001, constante no art. 1º do PLS, por envolver medida transitória, não é adequada à redação da lei original. Nesse caso, a previsão deveria compor dispositivo específico (um artigo) do PLS, ou ter uma data fixada *a priori*. Sendo a última solução a de maior praticidade, sugerimos que se fixe a data de 31 de março de 2010 para esse fim, nos termos da emenda que oferecemos.

No mais, vale trazer à baila os questionamentos, levantados após a publicação da Lei nº 12.202, de 2010, quanto à aplicação dos novos prazos de carência e amortização, definidos nessa norma, aos contratos em andamento. Corrobora essa insegurança a disposição inserida no § 10 do art. 5º da Lei nº 10.260, de 2001, que fez referência expressa a essa possibilidade. Assim, até que se firme entendimento a respeito do assunto, permitimo-nos apresentar, neste ensejo, emenda destinada a elidir qualquer dúvida quanto à extensão dos benefícios aos contratos celebrados antes do novo marco.

Efetuados os reparos apontados, e encontrando-se o projeto adequado quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada mais há que impeça o seu prosseguimento.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, e das Emendas nºs 1, 3 e 5 - PLEN, e pela REJEIÇÃO das Emendas nºs 2 e 4 - PLEN, e oferecendo, ainda, as seguintes emendas ao projeto.

EMENDA Nº – CE (De redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

> Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior*, para estabelecer a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa

de pagamento de prestações ou saldo devedor, e ampliar a renegociação de contratos aos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que *dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao Fies; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que *dispõe sobre o Programa Universidade para Todos*; e dá outras providências.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

§ 6º Aplicam-se aos contratos firmados, no âmbito do Fies, até 31 de março de 2010, as condições de renegociação previstas para os contratos de que trata o § 5º." (NR)

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 5º .....

.....

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, estendendo-se sua aplicação aos contratos já formalizados, com efeito retroativo, sempre que pactuados com taxa de juros superior à nova taxa;

.....

§ 11. O disposto nos incisos IV e V do *caput* deste artigo é aplicável aos contratos já formalizados, nos termos do regulamento.

..... "(NR)

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"**Art. 6º-B.** .....

.....

II – médico, enfermeiro e odontólogo integrante de equipe da saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

..... "(NR)

Sala das Sessões,

, Presidente,

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 539, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) desta Casa Legislativa, altera normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

O projeto é composto por cinco artigos, correspondendo o art. 5º à cláusula que prevê o início da vigência das medidas propostas para 1º de janeiro do ano subseqüente ao da publicação da lei. Em seu corpo, o projeto introduz inovações no Fies (arts. 1º e 2º), modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (art. 3º), que disciplina o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), alterando, ainda, a legislação que rege o Programa Universidade para Todos (PROUNI), notadamente a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005 (art. 4º).

No art. 1º, o PLS:

1 – insere § 6º no art. 2º da atual Lei do Fies para permitir a alienação de saldos devedores de operações contratadas até a data da publicação da lei em que o projeto vier a se transformar. Dessa maneira, amplia-se a norma constante do § 5º do mesmo dispositivo, cuja redação dada pela Lei nº 10.846, de 2004, admitia a alienação exclusivamente para os contratos celebrados até 31 de maio de 1999;

2 – modifica os incisos II, IV e V do art. 5º da Lei do Fies, para estabelecer a retroatividade de eventual redução de juros decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), aumentar o prazo de carência do financiamento de seis para doze meses e prever o uso de método de amortização mais favorável ao estudante;

3 – acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 6º da Lei do Fies, para que os estudantes com enfermidade que gere incapacidade laboral, provisória ou permanente, tenham suas dívidas absorvidas pelo Fies, sendo esse benefício extensivo aos estudantes financiados em gozo de seguro-desemprego.

Em seu art. 2º, o PLS em exame insere art. 6º-B na Lei do Fies, para permitir abatimento mensal da ordem de 1% do respectivo saldo devedor para estudantes que ocupem cargos de professor da rede pública de educação básica, de médico, enfermeiro e dentista, segundo condições pré-estabelecidas, de modo que expressem situações revestidas de relevante interesse público.

O art. 3º do PLS incide sobre o art. 20 da Lei do FGTS. Nesse caso, a medida assegura o saque de recursos do Fundo para aplicação no pagamento de juros, amortização ou liquidação de contrato de financiamento estudantil celebrado pelo próprio segurado ou dependente com idade de até 24 anos, no âmbito do Fies, alcançando, ainda, os contratos realizados sob a égide do extinto Programa de Crédito Educativo (CREDUC), objeto da Lei nº 8.436, de 25 de julho de 1992.

Finalmente, o art. 4º do PLS prorroga para 2011 o ano-calendário a partir do qual as instituições de ensino superior (IES) que aderirem ao Prouni deverão comprovar a "quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, sob pena de desvinculação do Programa".

No prazo regimental, o projeto recebeu as cinco emendas a seguir comentadas.

A Emenda nº 1, do Senador Álvaro Dias, inclui entre os dispositivos referidos no *caput* do art. 1º do PLS nº 539, de 2009, o art. 4º da Lei nº 10.260, de 2001, para estabelecer, no âmbito dos procedimentos de análise dos pedidos de financiamento adotados pelo agente operador, uma etapa de pré-qualificação, a ser realizada antes mesmo do vínculo institucional do estudante. Atribuída ao agente operador, com a participação do estudante candidato, essa pré-qualificação permite ao estudante, consoante sustenta o autor da emenda, o conhecimento prévio de suas chances de obtenção de financiamento, aperfeiçoando, com isso, o seu processo de opção.

As emendas de nºs 2 e 4, são de autoria do Senador Romeu Tuma. Pela Emenda nº 2, cria para o estudante considerado, nos termos da lei e do contrato de serviços educacionais, inadimplente com a IES a que esteja vinculado, o direito e a obrigação de inscrever-se no Fies, a qualquer tempo, ao longo do período letivo. Para tanto, inclui novo art. 5º no PLS em exame, argüindo que a evidência maior de necessidade do financiamento é a própria situação de inadimplência do aluno.

Já a Emenda nº 4, por meio da qual se acrescenta art. 6º ao projeto, faculta ao estudante inscrito em exame seletivo o direito de requerer o financiamento durante esse período, que é anterior ao ingresso na educação superior, e receber o resultado do seu pedido até trinta dias antes do início do período letivo em que começariam seus estudos. Ao cabo, a Emenda nº 4 tem propósito idêntico ao da Emenda nº 1, cabendo ressalvar o veso de inconstitucionalidade presente na intenção de criar obrigação para órgão do Poder Executivo.

Por fim, as Emendas de nºs 3 e 5, do Senador Acir Gurgacz, são voltadas, respectivamente, à concessão de descontos progressivos aos estudantes que anteciparem a liquidação de suas dívidas e à suspensão da incidência de juros sobre contratos de estudantes em gozo de seguro-desemprego. Pela primeira dessas, que insere novo art. 5º no PLS, os descontos não alcançam o capital ou valor nominal tomado de empréstimo, com o que não haveria prejuízo para o Fundo.

No caso da Emenda nº 5, em que o autor se valeu da oferta de nova redação para o § 4º do art. 6º da Lei nº 10.260, de 2001, nos termos do art. 1º do PLS, a medida visa a contornar, segundo o proponente, o efeito "bola de neve" nas ocasiões em que os financiados enfrentam dificuldades de ordem financeira.

II – ANÁLISE

O PLS nº 539, de 2009, promove importantes e oportunos avanços na legislação que rege o Fies.

Cabe destacar, de início, que se trata de uma proposição construída com base nas discussões acumuladas, entre estudantes, gestores do Fies e do Ministério da Educação (MEC), e o Congresso Nacional, por meio de suas duas Casas, relativamente às necessidades de aprimoramento do programa.

Daí a conformidade do projeto com a estratégia do MEC de imprimir maior flexibilidade ao Fundo, facilitando o acesso dos estudantes ao crédito. Para tanto, são reduzidos os critérios restritivos e estabelecidos meios de amparo aos financiados, em face da ocorrência de situações e outras ocorrências de força maior. Geralmente, esses imprevistos corroboram os casos de inadimplência e de total impossibilidade de pagamento de obrigações assumidas.

É possível, também, que parte dessas inovações tenha recebido algum tipo de objeção no Parlamento, mas por razões conjunturais e não por falta de mérito. Afinal, a legitimidade do projeto tem apoio nas contribuições advindas de diversos setores sociais, de instituições de ensino e de estudantes.

Entre essas modificações, por sua relevância, cabe destacar o afastamento da exigibilidade do pagamento de obrigações contratuais por parte de estudantes em situação de comprovada dificuldade para honrar tais compromissos, a exemplo daqueles acometidos de doenças incapacitantes para o trabalho. Essas medidas, por analogia, gozam de apoio legal e jurisprudencial, assemelhando-se àquelas que criaram condições especiais para o acesso das pessoas – em dificuldade – ao crédito.

Igualmente relevantes seriam as propostas atinentes ao alongamento do prazo de amortização, pela via de ampliação do prazo de carência, e à extensão de eventuais concessões de juros mais baixos aos contratos antigos, com efeito retroativo. Entretanto, no que toca particularmente à questão do prazo de carência, a medida sugerida perdeu oportunidade. É que o Congresso Nacional aprovou, recentemente, a elasticidade desse termo para dezoito meses, com amortização a partir do 19º mês. Com efeito, essa medida, já carreada à Lei do Fies por meio da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, é ainda mais favorável aos estudantes, não lhe cabendo, a nosso juízo, qualquer modificação.

Na linha de direcionamento social da demanda por financiamento, o projeto incentiva descontos pela prestação de serviços de interesse público, conferindo essa concessão a profissionais da educação e da saúde, dando prioridade, no conjunto desses últimos, aos atuantes nas regiões Norte e Nordeste. Em relação às categorias agraciadas com a mudança, os médicos e os profissionais da educação já estão plenamente atendidos pela inovação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, que, a propósito, contempla as demais disposições do art. 6º-B, que constitui o objeto do art. 2º do projeto em exame. Dessa forma, impõe-se a apresentação de emenda a essa parte da proposição, de modo a refletir a alteração já conduzida à Lei do Fies e, principalmente, para estender idêntico abatimento de dívida a enfermeiros e odontólogos integrantes de equipes do programa Saúde da Família.

Por tudo isso, é de se entender que a proposição, em seu conjunto, espelha, em boa medida, reivindicações antigas da comunidade estudantil brasileira: crédito acessível, prazos de amortização e remuneração contratual condizentes com as demais modalidades de investimento; cobertura ou garantia de amparo em situações atípicas e imprevisíveis; e tratamento isonômico em relação a outros usuários de recursos públicos.

É essa, certamente, a base do projeto, que sintetiza anseios de um segmento social alijado do acesso à educação superior gratuita. Trata-se de um grande contingente de jovens e adultos, invisível ao Estado e à sociedade brasileira, estes os beneficiários finais da melhoria de renda e organização social do País em decorrência do processo de expansão da educação superior.

A par disso, nada há a se questionar quanto ao mérito da iniciativa.

No que tange às emendas apresentadas no Senado Federal, são nitidamente convergentes as de nº 1, do Senador Álvaro Dias, e nº 4, do Senador Romeu Tuma. A criação de uma etapa de pré-qualificação entre os procedimentos de análise dos pedidos de financiamento potencializa o acerto da escolha do estudante quanto ao curso que melhor se coaduna com suas aspirações e condições de desembolso. Com isso, mitiga-se a ocorrência de desistência, de abandono e de permutas, tão contraproducentes para a sociedade e frustrantes para os estudantes. Desse modo, essas proposições podem ser acolhidas, dando-se prioridade à aprovação da redação da primeira, porque fundada em melhor técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ademais, a Emenda nº 4 apresenta vezo de inconstitucionalidade na intenção de criar obrigação para órgão do Poder Executivo, por isso a sua rejeição.

A Emenda nº 2, que visa a destinar recursos do Fies para o pagamento de dívidas de estudantes em situação de inadimplência, corrobora nosso entendimento em relação ao caráter social que o Fundo deve ter. Porém, a emenda, se aprovada na forma apresentada pode passar a idéia de obrigatoriedade de inscrição. Recomendamos, portanto, a rejeição da emenda, e sugerimos o acatamento quanto ao mérito, na forma de emenda de relator, substituindo o termo "*deverá*" por "*poderá*".

Por fim, as Emendas nºs 3 e 5, do nobre Senador Acir Gurcacz, aperfeiçoam as disposições do Fies com a previsão de situações de redução de encargos contratuais, sem qualquer prejuízo ao Fundo. Ademais, para os casos que envolverem renúncia de crédito, a implantação das medidas fica condicionada à previsão de dotação orçamentária específica ao Fundo. Desse modo, os aprimoramentos que encerram são também oportunos, recomendando-se, desse modo, a sua aprovação.

No que tange à técnica legislativa, a proposição merece reparos. Em primeiro lugar, para fins de observância das normas de paralelismo, a ementa do projeto deve ser modificada. Depois, o ensejo é útil à supressão de acrônimos desnecessários nessa parte do projeto. Por oportuno, seria de bom alvitre a padronização dessas palavras na articulação do projeto, sugerindo-se, particularmente, a substituição de FIES por Fies. Finalmente, para evitar supressão indevida de texto legal vigente, quer-nos parecer pertinente a indicação de que a nova redação oferecida ao art. 6º da Lei do Fies seja feita com o acréscimo dos §§ 3º e 4º, mantendo-se todo o texto já em vigor. Para tanto, caberia, a nosso juízo, a interposição de linha pontilhada adicional entre a linha que se refere ao *caput* do art. 6º e os dois novos parágrafos.

Já a modificação do art. 2º da Lei nº 10.260, de 2001, constante no art. 1º do PLS, por envolver medida transitória, não é adequada à redação da lei original. Nesse caso, a previsão deveria compor dispositivo específico (um artigo) do PLS, ou ter uma data fixada *a priori*. Sendo a última solução a de maior praticidade, sugerimos que se fixe a data de 31 de março de 2010 para esse fim, nos termos da emenda que oferecemos.

No mais, vale trazer à baila os questionamentos, levantados após a publicação da Lei nº 12.202, de 2010, quanto à aplicação dos novos prazos de carência e amortização, definidos nessa norma, aos contratos em andamento. Corrobora essa insegurança a disposição inserida no § 10 do art. 5º da Lei nº 10.260, de 2001, que fez referência expressa a essa possibilidade. Assim, até que se firme entendimento a respeito do assunto, permitimo-nos apresentar, neste ensejo, emenda destinada a elidir qualquer dúvida quanto à extensão dos benefícios aos contratos celebrados antes do novo marco.

Efetuados os reparos apontados, e encontrando-se o projeto adequado quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada mais há que impeça o seu prosseguimento.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO das Emendas nºs 1, 3 e 5 - PLEN, e pela REJEIÇÃO das Emendas nºs 2 e 4 - PLEN, e oferecendo, ainda, as seguintes emendas ao projeto.

EMENDA Nº – CE (De redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

> Modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior*, para estabelecer a aplicação de taxas de juros estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional aos contratos já

formalizados, com efeitos retroativos, a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor, e ampliar a renegociação de contratos aos casos que especifica; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que *dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao Fies; altera a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que *dispõe sobre o Programa Universidade para Todos*; e dá outras providências.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

§ 6º Aplicam-se aos contratos firmados, no âmbito do Fies, até 31 de março de 2010, as condições de renegociação previstas para os contratos de que trata o § 5º." (NR)

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 5º .....

.....

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, estendendo-se sua aplicação aos contratos já formalizados, com efeito retroativo, sempre que pactuados com taxa de juros superior à nova taxa;

.....

§ 11. O disposto nos incisos IV e V do *caput* deste artigo é aplicável aos contratos *já formalizados*, nos termos do regulamento.

..... "(NR)

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2009, a seguinte redação:

"**Art. 6º-B.** .....

.....

II – médico, enfermeiro e odontólogo integrante de equipe da saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

..... "(NR)

EMENDA Nº - CE

Acrescente-se ao PLS 539, de 2009, que modifica a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, o seguinte art. 5º:

"**Art. 5º.** O aluno matriculado em curso de graduação, considerado inadimplente nos termos da lei e do contrato de prestação de serviços educacionais, poderá inscrever-se no Fies para obtenção dos respectivos créditos, em qualquer tempo ao longo do período letivo.

§ 1º. A inscrição, em caráter excepcional, poderá ser feita após o período de 60 dias de inadimplência nos termos regulamentares, atestado pelo estabelecimento de ensino e após não ter tido sucesso qualquer negociação entre as partes.

§ 2º. Antes do final do ano letivo o aluno deverá confirmar ou não o interesse de continuidade do financiamento para o próximo período letivo, nos termos da legislação vigente.

§ 3º. A não inscrição no Fies por parte do aluno inadimplente facultará a instituição de ensino, o cancelamento da matrícula."

Sala das Sessões, 16 de março de 2010.

, Presidente,

, Relator

PARECER
Nº 337, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 89, de 2010, (nº 143/2010, na origem), que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14 de abril de 2010, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador ROMEU TUMA sobre a Mensagem nº 89, de 2010, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos termos do art 52, inciso III, alínea "a" c/c art. 123 da Constituição Federal, por 18 votos favoráveis, — contrários, — em branco e — abstenções.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2010.

Senador DEMÓSTENES TORRES, PRESIDENTE

Senador ROMEU TUMA, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 89 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14 / 04 / 10 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres	
RELATOR: Senador Romeu Tuma	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 07/04/2010

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

Em cumprimento ao artigo 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete a esta Casa o nome do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, para exercer o cardo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

O indicado é nascido em Brasília, no Distrito Federal e formado em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal. É Procurador Federal, hoje exercendo a função de Consultor da União da Advocacia Geral da União – AGU. Foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Distrito Federal – e Vice-Presidente para Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Procuradores Federais.

Ocupou diversos cargos de destaque ao longo de sua carreira e sua ampla experiência profissional, de mais de 27 (vinte e sete) anos de exercício da advocacia, em especial na área pública, inclui a atuação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde desempenhou desde a função de Advogado do órgão até a de Procurador-Geral.

No Ministério do Meio Ambiente (IBAMA) atuou como Coordenador do Contencioso Judicial.

No Ministério da Defesa exerceu a função de Consultor Jurídico de 15 de julho de 2003 a 16 de outubro de 2005, o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa e Membro do Conselho Fiscal da INFRAERO.

Artur Vidigal participou, como membro ou coordenador, de inúmeros Grupos de Trabalho e Comissões que proporcionaram ao Governo Federal subsídios para a tomada de decisões em assuntos atinentes ao emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, à Segurança Presidencial, à situação de comunidades quilombolas no Brasil, à regulamentação da lei que dispôs sobre o Sistema Nacional de Armas (Lei do Desarmamento), à regulamentação da denominada "Lei do Abate", Grupo de Trabalho que estabeleceu novas diretrizes do Projeto de Lei Segurança Nacional.

Ao analisar o currículo do indicado, constata-se que possui pós-graduação em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Escola do Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios e Especialização em Direitos Humanos pela Fundação Universidade de Brasília, em parceria com a University of Essex – Departartament of Law – Human Rights Center.

Participou de Cursos, Seminários e Simpósios, coordenando as atividades e proferindo conferências nas áreas ligadas aos aspectos jurídicos de Comando e Controle de Defesa, à coordenação das assessorias jurídicas das Forças Armadas, ao Direito Disciplinar Militar, à experiência da Justiça Militar na Grã-Bretanha, ao Direito Ambiental, aos Direitos do Trabalhador e do Cidadão e ao direito Agrário. Em muitas dessas ocasiões.

Também possui trabalhos publicados, em especial sobre a função social da propriedade rural na Democracia e a imposição da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

Artur Vidigal de Oliveira foi membro titular e Presidente do Conselho de Ética do Ministério da Defesa, organizou e coordenou a Revista Jurídica do Ministério, sendo, ainda, detentor das principais condecorações das Forças Armadas Brasileira e do próprio Ministério da Defesa.

É, portanto, uma contribuição que vai engrandecer a atual composição do Superior Tribunal Militar.

São esses os elementos e considerações que tínhamos a oferecer a esta Comissão para conduzir a deliberação acerca da indicação do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Sala da Comissão, em de abril de 2010.

- Relator

- Presidente

PARECER
Nº 338, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 90, de 2010 (nº 144/2010, na Casa de origem), que submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor Raul Araújo Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente de aposentadoria do Senhor Ministro Paulo Benjamin Fragoso Gallotti.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14 de abril de 2010, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador TASSO JEREISSATI sobre a Mensagem nº 90, de 2010, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor RAUL ARAÚJO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a" c/c art. 104, parágrafo único da Constituição Federal, por 18 votos favoráveis.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2010.

Senador DEMÓSTENES TORRES, PRESIDENTE

Senador TASSO JEREISSATI, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF **Nº** 90 **DE** 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/04/10 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres	
RELATOR: Senador Tasso Jereissati	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 07/04/2010

RELATÓRIO

RELATOR: Senador TASSO JEREISSATI

Por intermédio da Mensagem (SF) nº 090, de 2010 (Mensagem nº 144, de 05 de abril de 2010, na origem), e nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea a, e 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Doutor RAUL ARAÚJO FILHO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Paulo Benjamin Fragoso Gallotti.

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, os membros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, por voto secreto e após argüição pública, sendo um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre juízes dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Ato nº 1, de 2007 – CCJ, e com o art. 101, inciso II, alínea *i*, do Regimento Interno, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação.

O indicado juntou as declarações e certidões referidas no citado Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

O Desembargador Raul Araújo Filho é cearense de Fortaleza, nascido em 10 de maio de 1959, filho de Raul Araújo e Iracema Coelho Araújo.

Concluiu o bacharelado em Direito, pela Universidade Federal do Ceará - UFC, em julho de 1981. É especialista em Ordem Jurídica Constitucional pelo Curso de Mestrado em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, tendo concluído os créditos do Curso de Mestrado daquela Faculdade. Ao mesmo tempo, graduou-se também em Economia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, curso este concluído em 1985.

Além de ter sido aprovado, em 1983, em Concurso Público de Provas e Títulos no Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFC, obteve aprovação na seleção de Professores realizada pelo Curso de Direito da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Ali exerceu o cargo de Professor e Coordenador do Curso de Especialização em Direito Tributário, entre 1990 e 1991, professor de Direito Econômico e hoje é professor titular da disciplina Direito Processual Constitucional, tendo lecionado também a disciplina Direito Econômico.

Exerceu a advocacia até ser aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, em 1983, tendo atuado em Comarcas de 1ª. 2ª e 3ª entrâncias, como titular, até setembro de 1989.

Neste ínterim, foi aprovado, ainda em 1988, em disputado concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Estado do Ceará.

Na advocacia pública de carreira, foi Procurador-Geral Adjunto (correspondente a Subsecretário de Estado) e Procurador-Geral do Estado (cargo correspondente a Secretário de Estado).

Em junho de 2007, após eleição geral realizada entre todos os advogados inscritos na OAB-CE e no Conselho Estadual da Seccional, integrou lista tríplice formada pelo Eg. Tribunal de Justiça do Ceará e foi nomeado Desembargador, cargo que atualmente exerce.

Foi condecorado Comendador da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região em 1988.

Este é o resumo da capacitação acadêmica e profissional do indicado, extraído do *curriculum vitae* por ele apresentado.

Em relação ao seu desempenho profissional, é notório nos maios jurídicos e políticos do Ceará que o Dr. Raul Araújo Filho, em todos os cargos e funções que exerceu, destacou-se por seu profundo conhecimento do direito, sua enorme competência e seu brilhantismo intelectual.

Depreende-se ainda da documentação apresentada, a relevância dos serviços prestados e da rica e diversa experiência profissional. Neste sentido, gostaria de salientar o amplo espectro de atividades jurídicas exercidas por Raul Araújo Filho. Atuação que vai da advocacia particular passando pelo exercício do Ministério Público Estadual, advocacia pública na Procuradoria do Estado do Ceará e culminando na função de Juiz Desembargador, tudo isso concomitante a uma profícua carreira no magistério do direito.

Gostaria entretanto, de trazer a este plenário algumas considerações que não surgem, necessariamente, da mera e superficial análise da documentação constante do processado.

Tive a honra de tê-lo como Procurador do Estado, na época em que fui governador. Seja como adjunto, seja como Procurador-Geral, o Dr. Raul em todos os momentos portou-se com a dignidade daqueles que têm a exata compreensão das responsabilidades de um servidor público, na verdadeira acepção da palavra. Daqueles a quem é conferido poder, mas para usá-lo em prol da sociedade a que serve. Nunca agiu como mero advogado do Estado, no sentido de defender de qualquer forma os interesses da administração. Muito pelo contrário, sempre buscou sopesar os direitos individuais e coletivos, levando sempre em conta o legítimo interesse público, mesmo quando, aparentemente, não fossem os mesmos do ente estadual.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários para deliberarem a respeito da indicação do Doutor RAUL ARAÚJO FILHO para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala da Comissão,

, **Presidente**

, **Relator**

PARECER
Nº 339, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 7, de 2010 (nº 319/2010, na Casa de origem), que comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada dia 10 de março de 2010, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Senhor MARCELO ROSSI NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 14 de abril de 2010, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO sobre o Ofício "S", nº 7, de 2010, opina pela aprovação da escolha do nome do senhor MARCELO ROSSI NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, § 2, da Constituição Federal, por 18 (dezoito) votos favoráveis, — contrários, — em branco e — abstenções.

Sala da Comissão, 14 de março de 2010.

Senador DEMÓSTENES TORRES, PRESIDENTE

Senador ARTHUR VIRGÍLIO, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 7 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/04/10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres	
RELATOR: Senador Arthur Virgílio	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 07/04/2010

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Por meio do Ofício "S" nº 7, de 2010, é comunicada a esta Casa a aprovação, em sessão realizada no dia 10 de março de 2010, no Plenário da Câmara dos Deputados, da recondução do Senhor MARCELO ROSSI NOBRE, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada àquela Casa.

Porém, antes da apreciação sobre o Dr. Marcelo Nobre, aprazme, como Relator, evocar a saudosa figura de seu pai, o bravo Freitas Nobre. Ex-parlamentar por São Paulo, José de Freitas Nobre chegou ao cenário político pela via de vitoriosa carreira no jornalismo, ele que, sendo também jurista formado pela Faculdade do Largo São Francisco, cumpriu brilhante trajetória na imprensa, elegendo-se, por isso mesmo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado de S. Paulo. Em sua trilha incluem-se lutas em favor da democracia, seguindo a tradição da escola, de memorável folha de serviços dedicados ao Estado de Direito.

Antes de ascender ao cenário nacional, em Brasília, honrou a política da terra que escolheu para viver, chegando à Vereança em São Paulo, dela também se elegendo Vice-Prefeito. O golpe militar de 64 interrompeu essa trajetória de Freitas Nobre ao longo do período em que detinha o mandato, como parceiro do então Prefeito Prestes Maia, reconhecidamente um dos melhores dirigentes da cidade, cujo nome é reverenciado na denominação de importante segmento urbano de São Paulo, a Galeria Prestes Maia.

Em 1970, Freitas Nobre chegou à Câmara Federal. Logo tornou-se conhecido como *Freitinha,* assim carinhosamente chamado. Além de eleger-se Vice-Presidente da Casa, foi Líder do antigo MDB. Dele, tive a honra de ser Vice-Líder, pelo que pude acompanhar de perto sua dedicada luta em prol da redemocratização do País. A tudo assisti. De tudo participei. E tudo girava em nome de Tancredo Neves.

Não poderia deixar de incluir aqui a brilhante trajetória de Freitas Nobre, que se tornou PhD em Direito e Economia da Informação, no Instituto Frances de Imprensa, da Sorbonne. Sua tese resultou, em seguida, na edição apenas em francês do livro "*Le Droit de Réponse e la Nouvelle Techinque de l'Information.* Conservo em minha biblioteca um exemplar dessa preciosa obra, com que me brindou o grande amigo e companheiro de Câmara dos Deputados.

Concluo essa sentimental lembrança, que não deixa de ser, também, homenagem ao seu filho, o Dr. Marcelo, cuja indicação para recondução ao CNJ vem ao exame desta Comissão.

Senhores Senadores,

A aprovação solicitada à CCJ fundamenta-se no inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, que inclui, entre os quinze membros que devem compor a instituição, *dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.* De acordo com o § 2º do mesmo dispositivo constitucional, *os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.*

O processado veio acompanhado primeiramente dos dados gerais da formação profissional do Senhor Marcelo Rossi Nobre, bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e

pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e pós-graduado em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, é membro da Comissão Permanente do CNJ de Relacionamento Institucional e Comunicação e ainda advoga nas áreas de Direito Comercial, Direito Público e Eleitoral.

Dentre suas principais atividades exercidas, destacam-se: membro da 2ª Composição do CNJ; Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito de São Paulo Hélio Bicudo, de 2001 a 2004; professor da PUC-SP e do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB); e Conselheiro e Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo.

Em seguida, é apresentado o *curriculum vitae* do advogado, nascido em 1967 na cidade de São Paulo e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB-SP) sob o nº 138.971. Consta do currículo a informação de ter sido estagiário do Professor Freitas Nobre em seu escritório, entre 1989 e 1990, data a partir da qual se torna proprietário do escritório em razão de sucessão.

Exerceu funções como advogado nas áreas de Direito Público, Civil, Comercial, e Eleitoral. Destaca-se ainda a informação de que foi advogado nomeado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para administrar judicialmente a Companhia Bombril S/A na finalização/término da "intervenção judicial", e advogado voluntário da orientação jurídica gratuita às pessoas carentes da cidade de Diadema/SP e região, junto à Creche "Lar do Alvorecer".

Exerceu a função pública de membro do Conselho Nacional de Justiça, representando a Câmara dos Deputados entre 2008 e 2010, e várias funções públicas decorrentes do exercício do cargo de confiança na Prefeitura do Município de São Paulo.

Exerceu atividades acadêmicas junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na condição de docente e de discente. Exerceu também atividades em associações de classe.

Como atividade voluntária, foi auxiliar do ex-Deputado Freitas Nobre na Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, e secretário do ex-parlamentar na campanha das Diretas Já.

Ministrou diversos cursos jurídicos, destacando-se o Curso sobre a Lei de Imprensa no Instituto dos Advogados de São Paulo nos anos de 1995, 1997 e 1998. Veiculou os artigos "A Nova Lei de Imprensa", na Internet, e "A Lei de Imprensa e os Princípios Constitucionais", em jornais regionais, no ano de 1997.

Por fim, deu palestras em São Paulo e em outros Estados, sobre temas relacionados à Lei de Imprensa e reforma processual civil.

O Senhor Marcelo Nobre declara, em atenção à exigência contida no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até terceiro grau de membro ou servidor da Câmara dos Deputados; em atenção ao inciso III do mesmo dispositivo, que não existem procedimentos administrativos disciplinares ou criminais instaurados contra sua pessoa nem tampouco em fase de cumprimento de sanções; e ainda, em atenção ao inciso IV do mesmo artigo, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e que não é cônjuge, companheiro ou parente de membros desses poderes.

Ante o exposto, julgamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem, suficientemente, de informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor MARCELO ROSSI NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2010

Altera o art. 252 do Código de Processo Penal, para impedir que o juiz exerça a jurisdição no processo em que for parte a autoridade que o nomeou.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 252 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 252. .....

.....

V – for parte a autoridade que o nomeou." (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de alterar o art. 252 do Código de Processo Penal, para impedir que juiz exerça a jurisdição no processo em que for parte a autoridade que o nomeou.

Ocorre que hoje não há tal impedimento. Desse modo, por exemplo, na hipótese de o Presidente da República ser denunciado pela prática de crime comum, magistrados componentes do Supremo Tribunal Federal, órgão competente para processar e julgar a matéria (art. 102, I, *b*, da Constituição Federal), poderão deparar-se com a constrangedora situação de ter de decidir sobre a culpabilidade ou não da autoridade que os nomeou para o exercício do cargo.

E é exatamente para evitar tal situação que estamos apresentando o projeto de lei que ora justificamos.

Ressaltamos que, para atingir tal objetivo, nos parece mais adequada a alteração do art. 252 do Código de Processo Penal, no qual estão inscritas as hipóteses em que o juiz está impedido de exercer a jurisdição, abrangendo todos os magistrados que julgam matéria criminal.

Acresça-se que o próprio Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal dispõe, no seu art. 277, que os Ministros declarar-se-ão impedidos ou suspeitos, nos casos previstos em lei.

Uma vez aprovado o projeto de lei que ora submetemos aos nobres colegas, na circunstância de o ocupante do cargo de Presidente da República vir a ser denunciado pela prática de ilícito penal, automaticamente o Ministro do Supremo Tribunal Federal que tiver sido por tal Presidente nomeado não poderá participar do correspondente julgamento, ficando afastada, assim, a possibilidade de qualquer espécie de constrangimento.

Em razão do exposto, e tendo em conta a relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da presente proposição. – Senador **Marconi Perillo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N. 3689 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

TITULO VIII

Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça

CAPITULO I

DO JUIZ

Art. 251. Ao juiz incumbirá prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I ¿ tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, inclusive, como defensor ou advogado, orgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

II ¿ ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

III ¿ tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

IV ¿ ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o 3º grau inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Título IV

Da Organização dos Poderes

Capítulo III

Do Poder Judiciário

Seção II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) (Revogada).

i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

§ 1º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 107, DE 2010
(Complementar)

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. .....
.....

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, ressalvado o direito das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, aplicarem no exterior, mediante doação e em projetos e atividades de ajuda humanitária nos casos de catástrofes, observados os seguintes limites e condições:

a) até 5% de suas receitas anuais, quando efetuarem doações em espécie; ou

b) até o limite de 100% das doações in natura que, especificamente, receberem para os referidos projetos e atividades de ajuda humanitária.

Art. 2º O controle sobre a efetividade da destinação final das doações referidas no art. 1º será feito mediante gestão da entidade doadora brasileira e de sua respectiva representação no país destinatário, sem prejuízo do controle exercido pelas autoridades fiscais e monetárias brasileiras sobre as respectivas operações.

Parágrafo único. Nas atividades de controle das doações, deverão ser observadas a necessidade, a adequação dos meios e a proporcionalidade da ajuda humanitária em face das conseqüências materiais e imateriais decorrentes da catástrofe.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os Constituintes de 1988 mantiveram a imunidade de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços das entidades educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos. Concederam, ademais, idêntica imunidade aos partidos políticos e suas fundações, e aos sindicatos dos trabalhadores.

Todavia, o Código Tributário Nacional (CTN), lei ordinária de 1966 recepcionada pela Carta Magna como lei complementar, restringe o alcance da imunidade à aplicação integral dos recursos dessas entidades em território nacional.

Ora, essa restrição é incompatível com a ingente necessidade de ajuda humanitária no exterior, por parte das entidades educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, mormente em situações de catástrofes, como as recentemente vivenciadas pelos povos do Haiti e do Chile.

Com efeito, o presente projeto de lei visa assegurar a imunidade de impostos às entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando aplicarem até 5% de suas receitas anuais em projetos e atividades de ajuda humanitária no exterior, mediante doações em espécie. Para o caso de ajuda in natura, a imunidade tributária fica limitada ao montante da doação que, especificamente, essas entidades receberem para o socorro humanitário.

A proposta não causa descapitalização das entidades nem prejuízos ao erário, na medida em que restringe as doações à fração mínima de seus fluxos anuais de renda. Como visto, trata-se de renda já imune de tributação.
Enfatize-se que a proposição determina a observância, pelas atividades de controle, da razoabilidade e da proporcionalidade das doações. Isto é, a compatibilização entre a necessidade e a adequação dos meios (doações em espécie ou in natura) para que sejam atingidos eficaz e eficientemente os fins almejados com a lei.

Importante lembrar que a dimensão política, econômica e cultural do Brasil, especialmente em mundo globalizado, requer maior inserção do País em projetos e

atividades dessa natureza, sobretudo quando se considera a inegável experiência acumulada pelas referidas entidades.

Por outro lado, cabe ressaltar que o Brasil dispõe de eficiente sistema de controle das operações cambiais, exercido pelo Banco Central do Brasil e pelos demais órgãos públicos que compõem o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAFI – dentre os quais a CGU, PGFN, SRF, AGU, DPF, MRE e CVM. Dispõe, também, de um conjunto de normas destinadas à prevenção e à repressão de condutas ilícitas associadas aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e à utilização do sistema financeiro para prática de ilícitos previstos na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

Portanto, pode-se afirmar que existe no País arcabouço legal e institucional indutor do bom uso do instrumento legal ora proposto, além dos justos fins sociais almejados com a presente proposição.

Submeto, assim, o presente projeto de lei à apreciação dos ilustres pares.

Sala das Sessões,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.	PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2010 – COMPLEMENTAR Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.
Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: ..... IV - cobrar imposto sobre: ..... c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das	O CONGRESSO NACIONAL decreta: Art. 1º O inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo; (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)	
SEÇÃO II Disposições Especiais Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas: I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001) II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. § 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício. § 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos	Art. 14. .... II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, ressalvado o direito das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, aplicarem no exterior, mediante doação e em projetos e atividades de ajuda humanitária nos casos de catástrofes, observados os seguintes limites e condições: a) até 5% de suas receitas anuais, quando efetuarem doações em espécie; ou b) até o limite de 100% das doações in natura que, especificamente, receberem para os referidos projetos e atividades de ajuda humanitária.

respectivos estatutos ou atos constitutivos.	
	Art. 2º O controle sobre a efetividade da destinação final das doações referidas no art. 1º será feito mediante gestão da entidade doadora brasileira e de sua respectiva representação no país destinatário, sem prejuízo do controle exercido pelas autoridades fiscais e monetárias brasileiras sobre as respectivas operações. Parágrafo único. Nas atividades de controle das doações, deverão ser observadas a necessidade, a adequação dos meios e a proporcionalidade da ajuda humanitária em face das conseqüências materiais e imateriais decorrentes da catástrofe.
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Econômicos)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2010

Altera Lei nº 7.357, de 1985, para determinar procedimento para a sustação de cheques e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 7.357, de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 .....

§ 1º. .....

.....

§ 3º. Em caso de sustação de cheque em que se verifique a má fé do emitente, o mesmo deverá ter sua conta encerrada, com comunicação ao Banco Central, e estará sujeito a responder por crime de estelionato.(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O cheque corresponde a um importante instrumento nas relações comerciais em nosso país. Entretanto, dada a possibilidade praticamente irrestrita de se sustar o seu pagamento, acabou também por se transformar em um instrumento para a aplicação de golpe contra comerciantes. Muitas das vezes, pessoas que possuem cheque, inclusive sem que tenham saldo em conta corrente, sustam o pagamento do mesmo logo após a sua emissão. Com isto, agem de má fé e transferem o prejuízo para o comerciante. Assim, o objetivo do presente projeto de lei é impedir que tal prática se generalize e acabe por ser uma recompensa para pessoas desonestas. Destarte, em se constatando a má fé, o cliente terá sua conta encerrada, comunicando-se ao Banco Central, bem como poderá responder por crime de estelionato. – Senador **Raimundo Colombo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985.

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

O Presidente da República **,** faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art . 36 Mesmo durante o prazo de apresentação, o emitente e o portador legitimado podem fazer sustar o pagamento, manifestando ao sacado, por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito.

§ 1º A oposição do emitente e a revogação ou contra-ordem se excluem reciprocamente.

§ 2º Não cabe ao sacado julgar da relevância da razão invocada pelo oponente.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2010

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem em até dois dias úteis o recebimento de recursos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

Parágrafo único. Considera-se suprida a exigência prevista no *caput* deste artigo caso o Município disponibilize na *internet* o acesso às informações definidas no art. 1º.(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A transparência é um elemento fundamental para que a sociedade possa vir a acompanhar à administração pública. Na atualidade, a fiscalização feita pela sociedade civil constitui-se em um dos elementos básicos para o controle. A presente proposição legislativa tem por objetivo primordial atualizar a legislação de controle sobre os repasses federais aos Municípios. Assim, tendo em vista que os municípios dispõem de instrumentos de internet em que podem viabilizar, em tempo real, dados relativos as suas finanças, proponho acrescentar parágrafo único a Lei nº 9.452, de 1997, a fim de permitir maior transparência pública. – Senador **Raimundo Colombo.**

LEI Nº 9.452, DE 20 DE MARÇO DE 1997.

Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.

O Presidente da República**,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, em-

presas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2° A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1° desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Art. 3° As Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1997; 176º da Independência e 109º da República. **– FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, – Pedro Malan.**

(Á Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 359, DE 2010

Requeiro Voto de Aplauso ao Centro de Ensino Fundamental 802, no Recanto da Emas, à Secretaria de Educação do Distrito Federal e ao jornal Correio Braziliense**, pelo projeto "Superação Jovem", que incentiva a leitura de jornais e a discussão das matérias em sala de aula.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Centro de Ensino Fundamental 802, no Recanto das Emas, à Secretaria de Educação do DF e ao jornal **Correio Braziliense** pelo projeto "Superação Jovem".

Justificação

Ao adotar projeto que incentiva a leitura de jornais e a discussão das matérias em sala de aula, o Centro de Ensino Fundamental 802, no Recanto das Emas, mostra a importância dada à formação crítica do cidadão. A iniciativa envolve os alunos que criaram o seu próprio periódico, o "802 Notícias".

Com o esclarecimento de assuntos, como de onde vêm os recursos da escolas, e ao debater temas que chamam a atenção dos jovens, os alunos são incentivados a participar ativamente da vida escolar. Como resultado, a CEF 802 conseguiu favorecer não apenas a melhoria das notas dos alunos, como também a auto-estima dos jovens.

O periódico "802 Notícias" faz parte do projeto "Superação Jovem" e foi incentivado por ações como o programa "Leio e escrevo meu futuro", parceria entre a Secretaria de Educação e o **Correio Braziliense**, que hoje leva a quase 200 escolas em todo o DF, o conteúdo noticioso.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Marconi Perillo,** Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 360, DE 2010

Requeiro Voto de Aplauso à diplomata e representante do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevêdo, pelo artigo "Livre do Racismo e da Discriminação", publicado no Jornal O Globo, no dia 1º de abril de 2010.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO *à representante do Brasil junto à ONU em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevêdo, pelo artigo publicado no Jornal O Globo, intitulado "Livre do Racismo e da Discriminação".*

Justificação

No artigo "Livre do Racismo e da Discriminação", a diplomata Maria Nazareth chama a atenção da comunidade internacional para a responsabilidade de se combater, de todas as formas, o racismo e a discriminação, e cita como exemplos, os eventos esportivos, que estão prestes a acontecer.

Segundo a diplomata, depois da realização da Conferência de Revisão de Durban, em Genebra, que em 2009 avaliou a evolução das manifestações raciais e discriminatórias em todo o mundo, foi apresentada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, resolução intitulada "Um mundo de desportos livres do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata".

A diplomata lembra que o documento propõe, entre outras ações, que os países-sede de grandes

eventos desportivos aproveitem a visibilidade oferecida por tais acontecimentos para a realização de campanhas de prevenção e criação de códigos de conduta. E conclui: "ao sediar a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil terá oportunidade de reiterar ao mundo a mensagem de que o esporte é, e só pode ser, sinônimo de respeito, tolerância, compreensão, solidariedade, universalidade, diversidade, inclusão e paz". – Senador **Marconi Perillo,** Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a homenagear Francisco Cândido Xavier, pelo transcurso do centenário de seu nascimento, de acordo com o Requerimento nº 354, de 2010, do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, recursos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

RECURSOS
Nº 4, DE 2010

RECURSO Nº 4, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, §§ 3º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos para o Plenário da decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), proferida na 6ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de março de 2010, que aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2009 que "Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre as gorjetas pagas, entre as vinte e três horas de um dia e as seis horas do dia seguinte, aos garçons, e dá outras providências"

Sala das Sessões,

RECURSO Nº 5, DE 2010

Nos termos do Art. 91, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro tempestivamente a apreciação pelo Plenário do Senado Federal, do PLS 472/2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala de Reuniões, em de março de 2010.

SEN. GILBERTO GOELLNER

JOÃO PEDRO

PT/AM.

INÁCIO

ROBERTO CAVALCANTI

ACIR GURGACZ

EDUARDO AZEREDO

FLEXO RIBEIRO

TASSO JEREISSATI

ANTONIO CARLOS JUNIOR

JARBAS VASCONCELOS

ARTHUR VIRGILIO NETO

VALDIR RAUPP

SADI CASSOL

CÉSAR BORGES

RECURSO Nº ,DE 2010

Nos termos do Art. 91,§ 3º do Regimento Interno do Senado Federal , requeiro tempestivamente a apreciação pelo Plenário do Senado Federal , do PLS 472/2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella , aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, em de abril de 2010.

GILBERTO GOELLNER

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os **Recursos nºs 4 e 5, de 2010**, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre as gorjetas pagas, entre as vinte e três horas de um dia e as seis horas do dia seguinte, aos garçons, e dá outras providências.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2004**, de autoria do Senador César Borges, que altera o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, a fim de alterar o limite de idade para fins de isenção do imposto de renda; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2009**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que altera dispositivo da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para dispor sobre características dos veículos do transporte regular de passageiros.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Mário Couto.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Solicito minha inscrição como Líder, Sr. Presidente, pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Um minuto. O Secretário Executivo disse que já havia aqui documento de ordem de chegada para Líder. O primeiro que chegou foi o do PMDB.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É verdade, Excelência, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O segundo que chegou foi o Líder Arthur Virgílio, que delegou a Mário Couto. E o terceiro, Líder José Agripino, à Kátia Abreu.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, como Líder, as inscrições são essas.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem. Para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, também pela ordem, para uma comunicação inadiável, em segundo lugar, após Senador Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr. José Roberto está fazendo as inscrições.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Para uma comunicação inadiável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É o terceiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Logicamente, estou inscrito, mas sou o nono. Se algum dos oradores ceder o lugar, deixarei de falar para uma comunicação inadiável.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sei que V. Exª está no meu coração, e talvez seja o primeiro.

Há oradores inscritos.

Antes, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 15 do corrente, será dedicada a homenagear Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier, nos termos do Requerimento nº 354, de 2010.

É uma vida linda. Eu tive a oportunidade de assistir ao filme, no domingo, lá no Piauí. Realmente, aplausos ao filme – uma síntese bem-feita sobre a vida desse homem de força espiritual gigantesca.

Então, amanhã, aos que acreditam nessa força espiritual, o Período do Expediente é dedicado a homenagear Chico Xavier.

Hoje é a 51ª Sessão Deliberativa Ordinária. Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

Tenho de esclarecer para o Brasil que Paulo Paim só é um, embora a gente pense que ele seja como três figuras: Pai, Filho e Espírito Santo – três em um, aquele conjunto, porque Paulo Paim está em todas as ações, fazendo crescer e engrandecer o Parlamento, o Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu já o vi nas Comissões. V. Exª não para, não. V. Exª tem uma resistência gaúcha mesmo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Aproveito este momento, Senador Mão Santa – e já falei com o Senador Mário Couto –, para fazer um convite a todos os Senadores e a V. Exª, que está presidindo a sessão, porque às 4 horas há a intenção fechar um acordo, lá na Câmara, sobre a votação do reajuste dos aposentados, retroativo a 1º de janeiro. Eles estão pedindo que algum Senador, se puder, vá lá, porque aquilo que for acordado tem de ser acordado entre as duas Casas. Fica o pedido aqui para ver a possibilidade de os senhores nos acompanharem para essa conversa lá na Câmara dos Deputados. Já falei com o Senador Mário Couto, que disse que, se depender dele, estará presente lá, para dialogar. Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Quero fazer alguns registros e pedir que fique nos Anais da Casa um artigo escrito pelo jornalista Juremir Machado da Silva, publicado hoje, no jornal *Correio do Povo*.

Juremir Machado da Silva, com esse artigo, faz uma descrição clara da importância da mobilização de homens e mulheres pelos seus direitos. O título é "Aposentados, uni-vos".

Registro aqui a admiração que tenho por esse escritor, que também é tradutor, professor e jornalista do jornal *Correio do Povo*, da Rádio Guaíba, da TV Record.

Juremir Machado da Silva é um gaúcho de Santana do Livramento, que teve passagens pelo *Zero Hora,* pela *IstoÉ e pela Folha de S.Paulo*. Em 1995, alcançou o título de Doutor em Sociologia pela Universidade de *Sorbonne.*

Juremir é o autor também do romance-biografia *Getúlio*, de 2004, que conta a vida de Vargas no estilo do novo jornalismo e dos romances de não-ficção. Enfim, recomendo a todos que, se puderem ter acesso ao jornal *Correio do Povo,* leiam esse artigo, que exige o reajuste dos aposentados e, também, propostas que terminem com esse famigerado Fator.

Muito obrigado pelo apoio que você dá, Juremir, à causa dos aposentados.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que considere o discurso na íntegra.

Quero também registrar, numa homenagem às pessoas com deficiência, que recebi um *e-mail* do Presidente da Associação Gaúcha de Pais e Amigos de Surdos, Cegos e Multideficientes, Alex Garcia, sobre a história de um gaúcho com deficiência visual que conquistou o título de Doutor na Universidade de Washington, nos Estados Unidos. O que diz ele?

> A perda da visão aos sete anos, após acidente com arma de fogo, não apagou a paixão pela música, que Vilson Zattera já manifestava na infância. Aprendeu a tocar violão, veio para a Capital estudar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e investiu na pós-graduação fora do país. Neste mês, ele alcançou o ponto máximo de sua formação nos Estados Unidos (EUA), o doutorado em Música.

Meus cumprimentos ao Sr. Vilson Zattera pelo seu trabalho, por sua história. O título de Zattera é considerado uma façanha, inédito nesse setor. Parabéns!

Peço a V. Exª que considere lido na íntegra o pronunciamento.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que hoje, em Porto Alegre, as Pastorais da Juventude do Rio Grande do Sul, que englobam a Pastoral da Juventude, a Pastoral da Juventude Estudantil, a Pastoral da Juventude do Meio Popular e a Pastoral da Juventude Rural, estão lançando a Campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens, hoje, às 17h30min, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Assim, o Estado se soma à Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens. Parabéns às Pastorais da Juventude do Brasil que estão à frente dessa caminhada.

Quero ainda, Sr. Presidente, dentro do meu tempo – e reitero que vou ficar nos dez minutos –, dizer que avança, em todo o Brasil, a caminhada pela redução de jornada sem redução de salário, proposta que apresentamos em 1995, na Câmara dos Deputados, junto com o Senador Inácio Arruda.

Para dar um exemplo: hoje, nos jornais do Rio Grande, há uma matéria em que consta que a GM, General Motors, de Gravataí, fez acordo com o sindicato, reduzindo a jornada de 44 horas para 42 horas.

As negociações entre o sindicato de Gravataí e a montadora foram acompanhadas pela central de que eles fazem parte, que, no caso, é a Força Sindical.

Nós temos informes de todo o Brasil de que, praticamente, os sindicatos ligados a todas as centrais sindicais estão fazendo acordos setoriais, reduzindo a jornada sem redução de salário. Os acordos são importantes porque apontam que estamos no caminho certo. Esperamos que o Congresso aprove, se não neste ano, no ano que vem, a redução definitiva de 44 horas para 40 horas semanais.

Quero ainda registrar, Sr. Presidente, que recebi da Universidade Regional do Noroeste do Estado, lá no meu Rio Grande, a UnIjuí, ofício em que agradecem a emenda parlamentar coletiva que receberam da bancada gaúcha. A emenda servirá para melhorar a infraestrutura de Incubadora de Empresas de Inovação e Tecnologia e a constituição do Centro de Inovação e Tecnologia em Saúde Animal. Eles informam ainda – e eu destaco – que estão liderando um esforço coletivo para a implantação, ainda este ano, do Parque Tecnológico de Ijuí.

Sr. Presidente, agradeço aqui esse movimento articulado pela sociedade de Ijuí. Meus parabéns à UnIjuí e a toda a Bancada gaúcha, seus três Senadores e todos os Deputados Federais e Estaduais, que trabalharam para esse fato acontecer.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda dizer que celebramos hoje, dia 14, o Dia em Defesa da Educação Inclusiva. Nesse sentido, quero deixar registrado artigo brilhante publicado hoje na *Folha de S.Paulo*, sob o título "Oportunidades iguais na educação inclusiva". Quero convidar a todos os que puderem, se puderem, para entrar na minha página, na qual estará o artigo na íntegra, assim como diversos depoimentos sobre um programa que nós, no nosso *e-mail* e na página, temos. Nesse programa há um depoimento de Luciano Ambrósio e de pessoas ligadas a essa área das pessoas com deficiência, falando da importância da educação inclusiva. Quem entrar lá vai ver também um programinha chamado "TV Paim", que fala da importância da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados.

Destaco que o artigo que se encontra na minha página, "Oportunidades iguais na educação inclusiva", é do Sr. Floriano Pesaro, que, numa passagem, diz: " (...) as pessoas com deficiência chegam à rede de ensino regular, mas têm tido nela oportunidades reais de desenvolvimento?" Ele se refere à importância da formação dos professores para a educação inclusiva. Um belo artigo. Parabéns ao Sr. Floriano Pesaro!

Por fim, Sr. Presidente, quero destacar que, no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, haverá um grande evento no dia 30 de abril, às 15 horas, no Centro de Guaporé, onde o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) fará a assinatura e entrega simbólica dos vagões do trem turístico "Dos Vales e Montanhas da Serra Gaúcha".

Autorizado em 2008 para transportes de passageiros com a finalidade turística e cultural, o trecho de

85 km ligará Estrela a Guaporé, passando pela cidade de Estrela, Colinas, Muçum, Roca Sales, Dois Lajeados, Vespasiano Corrêa e Guaporé.

Segundo o Instituto Nacional de Preservação e Restauração Ferroviária, cerca de 2 milhões de pessoas serão beneficiadas. A meta é a geração de emprego e renda, restauração do patrimônio ferroviário nacional, resgate histórico das ferrovias, oportunidade educacional através dos trilhos e desenvolvimento turístico regional.

Faço questão de destacar o empenho dos Prefeitos de Estrela, Sr. Celso Brönstrup; de Colinas, Gilberto Keller e do ex-Prefeito Edelbert Jasper; de Muçum, Ivanor Roque Moras; de Roca Sales, Marcos Antonio Deves: de Dois Lajeados, Lair Grando; de Vespasiano Corrêa, Aurio André Coser; e de Guaporé, Antonio Carlos Spiller.

Também destaco a participação do Presidente da Associação dos Municípios de Turismo dos Vales, Ronaldo Zarpellon; do Secretário de Turismo de Guaporé, Márcio Luis Carpenedo; e também da América Latina Logística, a gerente de Relações Corporativas e Patrimônio, Srª Ivana Helena Zamuner, assim como do Dr. Heitor Goulart, Secretário de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul.

Agradeço e cumprimento também os Deputados Federais Beto Albuquerque e Paulo Pimenta, bem como todos aqueles que trabalharam para que esse momento acontecesse. Da mesma forma, a todos os comerciantes que também se articularam e fizeram esse grande movimento. Enfim, a todos aqueles que trabalharam para que esse fato acontecesse, ficam aqui os meus cumprimentos. Os meus cumprimentos ao Dnit, à ANTT, ao David das OSCIPs, do Ministério da Justiça, que colaborou muito para que isso acontecesse, ainda sob orientação do Ministro Tarso Genro.

Por fim, cumprimento os Diretores do Instituto Nacional de Preservação e Restauração Ferroviária, Antônio Joceli Bitencourt Rodrigues, Lúcia Helena Bastos Maschke, Doroty Hoff e Geraldo Ferreira dos Passos.

Sr. Presidente, enfim, tenho certeza de que esse evento irá ajudar muito o desenvolvimento da Região do Vale do Taquari e, com coragem, vamos poder ver nosso sonho se tornando realidade.

Agradeço a tolerância de V. Exª. Fiquei, eu acho, no meu tempo, que foi de dez minutos mais dois, doze minutos.

Peço que V. Exª considere na íntegra os sete pronunciamentos que resumi aqui, de forma rápida, para que todos possam fazer uso da palavra.

Obrigado, Senador Mão Santa.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de registrar o ofício que recebi da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijuí.

Nesse ofício eles agradecem uma emenda parlamentar coletiva que receberam da Bancada Gaúcha. A emenda servirá para melhorar a infraestrutura da Incubadora de Empresas de Inovação e Tecnologia e a constituição do Centro de Inovação e Tecnologia em Saúde Animal.

Eles informaram ainda, e eu faço questão de mencionar isto, que estão liderando um esforço coletivo para implantação, ainda neste ano, do Parque Tecnológico de Ijuí.

Esse espaço irá contribuir para o desenvolvimento tecnológico e para a incorporação de novas tecnologias como instrumentos da ampliação da competitividade da economia local e regional. Isso sem falar no conseqüente estímulo à geração de negócios, trabalho e renda.

Fico satisfeito, Senhor Presidente, em saber dos progressos feitos pela Unijuí e quero neste registro desejar meus melhores votos de sucesso nos objetivos que eles estão perseguindo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho uma enorme admiração pelo escritor, tradutor, professor e jornalista do jornal Correio do Povo, Rádio Guaíba e TV Record de Porto Alegre, Juremir Machado da Silva.

Este gaúcho de Santana do Livramento teve passagens pela Zero Hora, Istoé e Folha de São Paulo. Em 1995 alcançou o título de doutor em Sociologia pela Universidade de Sorbone/Paris.

Juremir é autor do romance biografia "Getúlio" (2004), que conta a vida de Vargas, no estilo do Novo Jornalismo e dos romances de não-ficção.

Fiz esta pequena introdução para registrar o artigo "Aposentados, uni-vos", escrito por ele e publicado ontem no jornal Correio do Povo.

Considero um dos textos mais brilhantes sobre a justa reivindicação dos aposentados e pensionistas brasileiros.

Aposentados, uni-vos, diz o seguinte:

"Conheço um sujeito que defende a seguinte tese: o homem nasce para aposentar-se. Alguns não chegam lá. Outros, arrependem-se de ter chegado.

A pessoa perde dois terços do salário, fica sem saber o que fazer e ainda vê a sua remuneração mensal ser devorada pela falta de reajustes adequados.

Um aposentado pessimista me disse assim:

"Quando a gente escapa do câncer, cai no fator previdenciário ou na indigência".

Só levando na brincadeira. O assunto é muito sério. Luiz Inácio é campeão de popularidade e fez muita coisa boa, mas parece que se esqueceu completamente dos aposentados. Por quê? Talvez por ter ouvido mais o Sarney do que o Paulo Paim.

Aposentado vota. O pior de tudo é suportar os discursos dos neoliberais sobre o rombo da Previdência Social.

Eu já ouvi empresário de papo para o ar na praia sustentando que o justo é trabalhar 44 horas por semana até os 70 anos de idade. Depois, é só correr para abraço. Mortal.

Estamos vivendo mais. Temos de trabalhar mais tempo. Mas precisamos também ter coragem de falar bem alto: não viemos ao mundo só para trabalhar. Existe vida inteligente e legal fora dos ambientes de trabalho. Mais grave no Brasil do que o buraco da Previdência é a sonegação de impostos.

A mesma gravidade que tem o mau uso pelos governos do nosso dinheiro. Ah, como eles sabem fazer isso. Que performance! Se todos os que não pagam seus impostos forem enquadrados e acabar a corrupção, deve dar para cobrir o tal rombo da Previdência Social.

Tem muito neoliberal sonhando com uma volta ao passado. Amariam acabar com férias pagas, 13º salário, FGTS e outras vantagens que lhes diminuem os lucros. É gente que adora o modelo chinês, muito parecido com o capitalismo do século XIX, e está furiosa com Obama por causa das novas leis de proteção à saúde.

Nada como o trabalho semiescravo, sem reclamações ostensivas nem greves ou sindicatos desordeiros.

O aumento da expectativa média de vida incomoda muito patrão moderno. É uma chatice. O cara se aposenta e fica vivo um tempão, vendo TV de tarde, dando gastos para o Estado, ocupando leitos nos hospitais, sobrecarregando o sistema, obrigando a que se pratique uma carga tributária elevada.

Ainda não desisti de ser um líder da dimensão de Lênin. Começo corrigindo Karl Marx e lançando um "Manifesto dos Aposentados".

O motor da história não é a luta de classes, mas a luta dos aposentados por uma vida digna depois de tanto trabalho.

O sujeito universal da história não é proletariado, mas o aposentado em ação para sobreviver.

É por isso que eu digo: "Aposentados, uni-vos, formai vossos batalhões. Às armas, aposentados, contra o fator previdenciário e outros fatores nocivos".

Li, num manual de aplicação do fator previdenciário, a seguinte explicação:

"Quanto maior a expectativa de vida do segurado, menor o valor do benefício".

Uau! Viver mais é um péssimo negócio. Não traz benefício algum. Dá trabalho. Vive-se por teimosia. Vou corrigir Marx de novo: um espectro ronda por aí. É o espectro do aposentado. "

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi um e-mail do presidente da Associação Gaúcha de Pais e Amigos dos Surdocegos e Multideficientes, Alex Garcia, sobre um gaúcho com deficiência visual que conquistou título de doutor na Universidade de Washington, nos EUA.

Vou transcrever o e-mail de Alex:

"A perda da visão aos sete anos, após acidente com arma de fogo, não apagou a paixão pela música que Vilson Zattera já manifestava na infância. Aprendeu a tocar violão, veio para a Capital estudar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e investiu na pós-graduação fora do país. Neste mês, ele alcançou o ponto máximo de sua formação nos Estados Unidos (EUA), o doutorado em Música.

– Sim, é um grau bastante elevado que alcancei na vida acadêmica. Mas não considero, de jeito nenhum, um ponto final. Ainda há áreas que pretendo pesquisar, quero seguir estudando – conta o mais novo doutor, de 47 anos, natural de Caxias do Sul, onde mora.

Entre outros doutores na área, o título de Zattera é considerado uma façanha. Nenhum deles lembra no Brasil de outro PhD em Etnomusicologia na University of Washington deficiente visual. A tarefa de transcrever ou digitalizar a maior parte da bibliografia para o braile (sistema de leitura com o tato para cegos) tornou a pesquisa ainda mais exaustiva.

A ajuda, naquela época, de sua ex-mulher, Ruth Sparremberger (professora de inglês e tradutora), foi muito importante, lembra ele, além da parceria dos também doutores em Música, Any Raquel Carvalho e Antônio Carlos Borges-Cunha.

Sr. Presidente, o e-mail segue dizendo que a tese feita por Vilson contribui para entender realidade cultural no Brasil.

- Vilson realizou uma pesquisa de grande mérito intelectual e acadêmico. Sua tese representa uma contribuição significante para o entendimento da re-

alidade social e cultural do Brasil por meio da música de Hermeto Pascoal – afirma o maestro Antônio Carlos Borges-Cunha, orientador do Programa de Pós-graduação (PPG) Música da UFRGS, diretor artístico da Orquestra de Câmara Theatro São Pedro e regente titular da Orquestra de Câmara Fundarte.

Professora do Departamento de Música da UFRGS, Any Raquel lembra do esforço de Zattera ainda durante a graduação. Ele foi seu aluno, e desde o primeiro semestre mostrou interesse fora do comum. Um episódio, no primeiro dia aula, revelou o bom humor do aluno.

– Eu lembro que comecei a aula normalmente, usando o quadro negro para falar de notação musical. Lá pelas tantas, perguntei se todos conseguiam ver bem o que estava no quadro, uma pergunta de rotina na sala. O Vilson levantou a mão e disse "Eu não estou, professora" – lembra.

No final da aula, ela o chamou e conversou sobre a melhor forma de lhe passar o conteúdo. Daí em diante, adotou-se, por exemplo, a realização de provas orais para Vilson. Any Raquel se interessou tanto pela forma como deficientes visuais entendem a música que acabou estudando braile e musicografia em braile.

Srªs e Srs. Senadores, faço questão de registrar meus cumprimentos ao Dr. Vilson Zattera, meu conterrâneo, e dizer a ele que desejo sinceramente que suas conquistas avancem cada vez mais e que ele continue acreditando no dom que Deus lhe deu.

Dr. Vilson, você é um exemplo de superação!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós celebramos hoje, dia 14, o dia em defesa da educação inclusiva.

Neste sentido gostaria de deixar registrado artigo muito interessante publicado na Folha de São Paulo, sob o título "Oportunidades iguais na educação inclusiva".

Quero ainda convidar a todos vocês que estão me escutando a visitar meu site e assistir o Programa TV Paim que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da inclusão.

Nesse programa há um depoimento de Luciano Ambrósio que gostaria de transcrever. Diz ele: "Inclusão é mais do que ficar esperando por direitos. Mais do que ficar em casa esperando os benefícios que você tem em decorrência dessa deficiência.

Também não é só ficar reclamando das coisas inacessíveis que existem por aí. Não ficar reclamando de um mundo onde quase tudo é inacessível.

A gente tem que buscar sempre a acessibilidade, os recursos adaptados como as rampas, as botoeiras de elevador em Braille, para que o mundo seja mais acessível.

Inclusão é buscar o nosso espaço. E que espaço é esse? É o espaço onde todas as pessoas estão ocupando. Os espaços das ruas, das escolas, dos shoppings, dos parques, dos teatros, dos ginásios de esportes, o espaço das universidades e assim por diante.

A inclusão pede que a gente dê as caras, que a gente se mostre, que vá à luta, que busque se incluir.

Inclusão é fazer parte das coisas, fazer parte do mundo, fazer parte do convívio em sociedade".

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Oportunidades iguais na educação inclusiva

FLORIANO PESARO

PAIS DE CRIANÇAS com deficiência têm grandes dilemas na educação de seus filhos: de que forma proporcionar a melhor educação, quais os melhores caminhos e como buscá-los.

Esses são desafios que vêm pautando os profissionais da educação e estão no centro das políticas públicas de governos comprometidos com a inclusão social em todo o mundo.

Exemplos de aceitação ou não de alunos com deficiência em escolas regulares surgem aos borbotões e nos fazem refletir sobre as diversas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento que uma educação inclusiva pode proporcionar.

No Brasil, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008, existem mais de 53 milhões de matrículas em quase 200 mil estabelecimentos educacionais. Nas salas comuns, o censo aponta a presença de cerca de 385 mil alunos com deficiência matriculados.

São milhares de alunos cegos, surdos, deficientes físicos e intelectuais ou com deficiências múltiplas estudando em escolas regulares. Em São Paulo, são 111 mil alunos com deficiência, segundo o censo de 2008.

Mas a pergunta que perpassa todos esses números é: as pessoas com deficiência chegam à rede de ensino regular, mas têm tido oportunidades reais de desenvolvimento? E quantos ainda estão fora?

Essa indagação coloca o desafio de encarar a inclusão da pessoa com deficiência a partir de um novo paradigma, na perspectiva da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário, cujo propósito é assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os seus direitos.

As pessoas com deficiência chegam à rede de ensino regular, mas têm tido nela oportunidades reais de desenvolvimento?

É garantir cidadania e dignidade a essas pessoas, visto que impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade.

Para isso, é preciso construir uma nova visão, colocando a deficiência na lógica da cidadania e dos direitos.

Respeitar a diferença, mas proporcionar igualdade de oportunidades, sem discriminação ou preconceitos.

Cada um de nós tem habilidades e potencialidades a serem descobertas. Cabe ao poder público e à sociedade em geral abrir portas para os múltiplos talentos. O ser humano apresenta multidemandas.

E é esse olhar que poderá modificar os modelos de gestão da política pública, por meio não de ações únicas, mas de ações intersetoriais, em prol da inclusão de fato.

A educação inclusiva está inserida nessa lógica, uma busca permanente e contínua da garantia de oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento da pessoa com deficiência, assegurando não só o seu acesso mas também (e mais importante) articulando a rede para atender o indivíduo na sua integralidade.

Ou seja, é garantir educação básica, educação complementar com o pós-escola, formação cidadã e até o ensino profissionalizante.

Mas as políticas públicas estão focadas nessa educação integral? A rede regular está preparada para atender o aluno com deficiência? São perguntas que devem direcionar o debate.

Pesquisas recentes mostram que, na prática, estamos longe de atingir esse objetivo, apesar dos inúmeros casos com êxito.

O preconceito ainda grassa na sociedade e, pasmem, no meio educacional. Pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, realizada pela Fipe, sobre atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias, apontou que 96,5% dos participantes afirmam ter preconceito ou apresentam algum distanciamento social em relação às pessoas deficientes. E sabem quem são os participantes dessa pesquisa? São professores, diretores, profissionais de educação, pais e também alunos.

Dia 14 de abril é o dia em defesa da educação inclusiva. Comemorado neste ano pela primeira vez na cidade de São Paulo, pretende pautar um debate para a efetivação da inclusão nas classes comuns do ensino regular dos alunos com deficiência, aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e as vítimas de preconceito e outros grupos excluídos da estrutura educacional vigente no país.

É imprescindível que as escolas considerem em sua organização pedagógica as diferenças entre alunos, contribuindo assim para a superação de preconceitos, para a valorização das diversidades e para a construção de uma sociedade mais equânime.

Assim é notória a estrita relação entre a educação inclusiva e a melhora na qualidade do ensino.

FLORIANO PESARO [illegible]

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, está de parabéns.

No dia 30 de abril, às 15 horas, no centro de Guaporé, o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) fará assinatura e entrega simbólica dos vagões do Trem Turístico "DOS VALES E MONTANHAS DA SERRA GAÚCHA".

Autorizado em 2008, pela ANTT, para transportes de passageiros com a finalidade turística e cultural, o trecho de 85 Km ligará Estrela a Guaporé, passando pelas cidades de Estrela, Colinas, Muçum, Roca Sales, Dois Lajeados, Vespaziano Correa e Guaporé.

Segundo o Inprefer (Instituto Nacional de Preservação e Restauração Ferroviária), cerca de dois milhões de pessoas serão beneficiadas.

A meta é Geração de emprego e renda, Restauração do Patrimônio Ferroviário Nacional, Resgate Histórico das Ferrovias, Oportunidade Educacional através dos Trilhos, Desenvolvimento Turístico Regional.

Faço questão de destacar o empenho dos Prefeitos de Estrela, CELSO BRÖNSTRUP, de Colinas, GILBERTO KELLER, e o ex prefeito, EDELBERT JASPER, de MUÇUM, IVANOR ROQUE MORAS, de Roca Sales, MARCOS ANTONIO DEVES, de Dois Lajeados, LAIR GRANDO, de Vespaziano Correa, AURIO ANDRE COSER e de GUAPORÉ, ANTONIO CARLOS SPILLER, também destaco a participação do Presidente da AMTURVALES (Associação dos Municípios de Turismo dos Vales), RONALDO ZARPELLON, do Secretário de Turismo de Guaporé, MARCIO LUIS CARPENEDO, da AMÉRICA LATINA LOGISTICA, a Gerente de Relações Corporativas e Patrimônio, Sra. IVANA HELENA ZAMUNER, o Dr. HEITOR GOULART, Secretário de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, os Deputados Federais, Beto Albuquerque e Paulo Pimenta, e todos os comerciantes dos municípios aqui citados.

Um agradecimento especial ao DNIT, nas figuras do diretor geral, LUIZ ANTONIO PAGOT, do diretor ferroviário, GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO e da assessora, MARINEZ CHIERI, bem como da ANTT, na figura do auditor JOÃO LUIZ DA JORNADA e também do Renato e David das Oscips do Ministério da Justiça, sob comando do ex-Ministro Tarso Genro.

Por fim, quero parabenizar os diretores do Instituto Nacional de Preservação e Restauração Ferroviária (INPREFER), ANTONIO JOCELÍ BITENCOURT RODRIGUES, LÚCIA HELENA BASTOS MASCHKE, DOROTI HOFF, GERALDO FERREIRA DOS PASSOS.

Tenho absoluta certeza que todos os nomes e entidades que aqui citei estão apostando no desenvolvimento da região do Vale do Taquari e com coragem e olhar para o futuro seguem firmes na concretização desse sonho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta semana foi veiculada matéria sobre acordos que estão sendo realizados pró redução da jornada de trabalho.

Várias categorias mais organizadas estão conquistando as 40 horas semanais, sem cortes nos salários.

A matéria relata que o movimento pela redução da jornada cresce ano a ano e tem sido a principal bandeira de luta das centrais sindicais em 2010.

Cálculos realizados pelo professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, José Pastore, dão conta de que o número de trabalhadores que trabalham até 40 horas subiu de 28,6% para 31,97% do total.

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), do IBGE, o professor Pastore estima que o número de trabalhadores com jornada de 40 horas subiu de 6,9 milhões para 10,8 milhões.

Vou citar dois exemplos, primeiro no meu Estado, Rio Grande do Sul. Lá o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí negociou a redução de jornada de 44 horas para 42 horas, sem redução de salários, para os trabalhadores da General Motors daquela unidade.

As negociações entre o Sindicato de Gravataí e a montadora foram acompanhadas pela Força Sindical do Rio Grande do Sul.

Fico muito satisfeito ao ver isso. Uma grande conquista dos trabalhadores, que se mobilizaram e lutaram pela ampliação de seus direitos.

Outro exemplo é em Mogi das Cruzes e região, em São Paulo. Lá, só este ano, o Sindicato dos Metalúrgicos fechou acordos com 22 empresas, que beneficiam 5,5 mil trabalhadores.

Eles afirmam que estão buscando acordos que atendam tanto aos trabalhadores quanto às empresas e mostrem que a redução da jornada é possível.

Tem outros exemplos que caminham neste sentido como o do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento do Estado de São Paulo, ou o dos trabalhadores químicos nas indústrias farmacêuticas de São Paulo e assim por diante. As categorias com maior mobilização tem feito acordos que tem garantido esse direito. Isso é ótimo!

O número de acordos tem crescido muito em todo o País. As montadoras, por exemplo, já utilizam as 40 horas como praxe.

Exemplo interessante é o de uma empresa de manipulação de medicamentos, cujo presidente se comprometera a reduzir a jornada se houvesse aumento da produtividade. O teste foi feito e a produtividade dobrou.

Os Sindicatos se preocupam com as micro, pequenas e médias empresas, que passam por dificuldades para absorver ou repassar aumentos de custos. No comércio, por exemplo, onde as horas de trabalho somam praticamente 50 semanais e o salário base é baixo, as dificuldades aumentam pois os trabalhadores precisam complementar a renda com comissões sobre as vendas.

As entidades garantem que vão ampliar a pressão sobre o Congresso para garantir jornada de 40 horas com adicional de 75% sobre as horas extras para todos os trabalhadores brasileiros.

A redução da jornada é uma batalha que venho enfrentado há tempos com a PEC 75/2003, de minha autoria em parceria com o Senador Inácio Arruda.

Esse debate precisa ser enfrentado porque todos sabem como a redução da jornada de trabalho pode gerar mais empregos, previstos em quase 3 milhões de novos postos e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Sem falar na produtividade que aumenta sensivelmente.

As centrais sindicais estão discutindo, para a segunda quinzena de maio, sobre um dia nacional de luta em defesa da redução de jornada de trabalho. Eles pretendem fazer paralisações, com atrasos de turno e mobilizações de rua em todo o País.

Para a preparação desse dia nacional, estão acontecendo uma série de atos públicos nas principais capitais, entre 12 e 20 de abril.

A redução da jornada também será a principal bandeira das centrais nas comemorações do Dia Internacional do Trabalho, em 1 de maio.

Eu sempre digo que o rufar dos tambores nas ruas é que produz as mudanças e acredito na mobilização como forma de pressão. Isso é legítimo e em favor de uma causa justa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as Pastorais da Juventude do Rio Grande do Sul (Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude Estudantil, Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural), estão convidando para o lançamento estadual da Campanha contra a Violência e o Extermínio de Jovens, que ocorre hoje, às 17h30min, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Assim, o meu estado integra-se à Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de jovens, promovida pelas Pastorais da Juventude do Brasil.

A campanha vai propor ações que contemplem a temática do trabalho: as violências cometidas nas relações de trabalho e a realidade de violência que a falta de oportunidade de emprego leva para o jovem.

Aline da Cruz Soares, da coordenação da juventude negra do Bairro Restinga, irá me representar neste evento.

Feito o registro,

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª será atendido, Senador Paulo Paim, de acordo com o Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há dois pedidos pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Na realidade, ele é pela ordem; eu quero apenas a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª é o quarto. Há três inscritos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Osmar Dias, que já fez também sua inscrição e será o quarto a falar como Líder.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar como líder, mas preciso, bem rapidamente, para não atrapalhar os outros oradores, anunciar a presença do Prefeito de Bandeirantes, Celso Silva, que está acompanhado de seu Vice Luiz Comegno. Celso Silva é Presidente da Amunop (Associação dos Municípios do Norte do Paraná), região importante daquele Estado.

Hoje nós teremos, às 17 horas, a assinatura de um convênio com o Ministro da Saúde Temporão no valor de R$15 milhões para a construção de um hospital regional na cidade de Cornélio Procópio. A iniciativa dessa emenda coletiva é nossa; é de nossa autoria, Sr. Presidente. Nós propusemos isso ao coordenador da bancada, Deputado Alex Canziani, e ele prontamente atendeu juntamente com os Deputados que a assinaram. Hoje teremos a oportunidade, então, de confirmar R$15 milhões para a construção do Hospital Regional de Cornélio Procópio, a fim de atender a todos os Municípios da Amunop, presidida pelo competente Prefeito de Bandeirantes, Celso Silva.

Para completar essa obra, no meu entendimento, precisamos brigar agora pela instalação do curso de Medicina na cidade de Bandeirantes, onde estudei, fui professor, fui diretor da faculdade e hoje é uma universidade estadual. Lá necessitamos de um curso de Medicina não só para atender ao Hospital de Cornélio, mas ao Hospital de Santo Antônio da Platina e, claro, atender à necessidade que se apresenta na região de formação de jovens em Medicina.

Dito isso, Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos, comemorando, festejando aqui essa conquista para a Amunop e para Cornélio Procópio, cumprimentando o presidente daquela associação, o Prefeito Celso Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI. Fora do microfone.) – Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mundo comemora hoje o Dia Internacional do Café. E é um dia também muito mais brasileiro do que internacional, porque o Brasil é o maior produtor de café do mundo, o maior exportador de café do mundo e também o segundo maior consumidor de café do mundo. E o café praticamente marcou toda a história do Brasil, até a história política, com a chamada política do café com leite, a Primeira República, a chegada do café no Segundo Império, vindo da Guiana, trazido pelos franceses. Toda História do Brasil tem a ver um pouco com o café.

Hoje, no Dia Internacional do Café, temos três notícias: duas boas e uma ruim. A notícia boa é que especialistas da Universidade de Coimbra, do Centro de Neurociências, acabam de publicar um estudo muito interessante que ajudará a fazer com que o café brasileiro alcance o mercado internacional com mais força.

Segundo o neurologista Dr. Rodrigo Cunha, as conclusões da equipe portuguesa reforçam pesquisas anteriores sobre as propriedades do café. Dizem eles que o café, tomado em doses moderadas e contínuas, sobretudo devido a um dos seus princípios ativos, a cafeína, apresenta benefícios em termos da evolução de várias doenças crônicas, entre elas o Mal de Parkinson, diabetes e várias outras doenças.

A segunda notícia boa sobre o café é que, nos Estados Unidos, agora sob a liderança da Primeira-Dama dos Estados Unidos, está havendo um movimento para tirar o *fast-food* e os refrigerantes das escolas. E um grupo de nutricionistas norte-americanos que se reuniu na Universidade de Yale acaba de divulgar um estudo muito interessante, aconselhando o Governo a introduzir café nas escolas dos Estados Unidos. Segundo os estudos desses nutricionistas, o café ativa a inteligência, ativa a acuidade mental e ainda evita que a criança vá para a droga, porque a presença da cafeína supre na criança aquela necessidade que ela tem – e todo ser humano também – de mais acuidade e mais atenção.

Essas são as duas boas notícias sobre o café que vêm de fora do Brasil. Já a que vem de dentro do Brasil é uma notícia muito triste.

Pela segunda vez, nos últimos dois anos, os donos de fábricas de café solúvel, a indústria de café solúvel, entraram na Camex com um pedido para importar dois milhões de sacas de café do Vietnã. Isso é uma crueldade com os produtores de café do Brasil, que estão enfrentando a pior época, com o preço mais baixo do café historicamente: está a R$145,00 a saca, quando já chegou a R$225,00 a saca, principalmente o café conilon, que é o único que se presta à confecção, ao preparo do café solúvel.

Primeiro, o café do Vietnã não é aceito pelos países mais civilizados do mundo; pois naquele país asiático são usados defensivos agrícolas proibidos no mercado internacional.

Então, o que o Vietnã pretende? Mandar o seu café para o Brasil, onde se prepara o café conilon vietnamita, fazendo o café solúvel, para exportar o café como se fosse brasileiro. Quer dizer, limpa. Mas, no dia que os consumidores lá fora, os institutos de consumidores descobrirem que esse café que está saindo do Brasil não é brasileiro e tem defensivos proibidos, durante dez a vinte anos o café brasileiro vai ter problemas para entrar no mercado internacional.

Segundo, a maioria dos países do mundo não compra café do Vietnã, porque lá, na lavoura do café, existe trabalho escravo. Eles trabalham a US$30,00 por mês, sem direito a aposentadoria, com uma jornada de 16 horas por dia! É um país ainda comunista, com uma ditadura violenta, que impõe aos seus trabalhadores quase que uma rotina de vida e morte no trabalho, em condições do século retrasado nos países das Europa. Então, a maioria dos países civilizados não compra café do Vietnã dadas essas condições de trabalho escravo nas lavouras do Vietnã.

Pois bem, o Brasil quer comprar. O Brasil quer comprar.

Estive hoje conversando com vários parlamentares, a Deputada Rita Camata, o Deputado Lelo, o Senador Casagrande, e nós vamos ao Presidente da República.

Nesta hora de dificuldade não podemos golpear a produção brasileira de café. O maior produtor de café do mundo não pode importar o pior café do mundo! Eu me lembro – e conversava com o Senador César Borges: foi assim que destruíram a lavoura cacaueira

no Brasil. O Brasil era o maior produtor de cacau do mundo e hoje é importador de cacau. E, daqui a pouco, o maior produtor historicamente de café do mundo vai começar a importar café. Agora, importar um café de péssima qualidade, de um país que tem trabalho escravo, de um país que paga US$30,00 por mês, de um país onde o trabalhador tem que trabalhar 16 horas, de um país onde o trabalhador não tem direito a aposentadoria! Os países civilizados não aceitam o café produzido com trabalho escravo.

Nós queremos fazer um apelo. Nós vamos ao Ministro Miguel Jorge, vamos subsidiar o trabalho do Ministro da Agricultura do Brasil, para que ele ajude o agricultor, e não o industrial; para que ele ajude o produtor brasileiro, e não o produtor do Vietnã; para que o Brasil não comece a destruir as suas lavouras cafeeiras com essa importação desastrosa.

Ali há pragas estranhas que, se chegarem aqui, podem destruir o café brasileiro, impondo o uso de defensivos proibidos no mundo, e trabalho escravo. Isso não é uma recomendação para que o Brasil importe esse café.

O Espírito Santo é o maior produtor do mundo de café robusta. Nós produzimos 78% do café robusta produzido no Brasil. Duzentas e vinte mil pessoas no Espírito Santo – é a maior atividade econômica do Estado – vivem do café conilon, que está com o pior preço da sua história. Entretanto, a gente vê essa traição vinda dos produtores – não é do Governo, por enquanto – de café solúvel, dos fabricantes de café solúvel.

Mas o Governo tem que freá-los. O café solúvel no mercado nacional está o mais barato do mundo, e comprem o do Brasil, dos produtores brasileiros. Eles dizem que vão fazer *drawback*. Eles vão trazer a matéria-prima do Vietnã, vão produzir café solúvel e reexportar.

Ora, como é que o Governo vai controlar um *drawback* desses? Primeiro, não tem instrumento para controlar. Segundo, quando eles exportarem em café solúvel o equivalente a dois milhões de sacas, na verdade, eles deixaram de comprar no mercado interno dois milhões de sacas.

Então, nós vamos levar o apelo ao Presidente da República, o apelo ao Ministro Miguel Jorge, o apelo ao bom senso das autoridades brasileiras. Eu tenho certeza de que o Presidente Lula, entre o produtor do Vietnã e o produtor do Brasil, vai ficar ao lado do produtor brasileiro, impedindo que se comece a destruir a produção cafeeira do Brasil, como se destruiu a produção cacaueira, trazendo um café viciado, envenenado, produzido com trabalho escravo de um país como o Vietnã.

É o apelo que nós queremos fazer, um apelo com um pouco de protesto também, mas na esperança de que o Governo brasileiro não sucumba a essa falta de coração, a essa falta de patriotismo das produtoras de café solúvel do Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, com agradecimento por sua atenção e pelo tempo de um minuto que V. Exª me concedeu a mais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Voltamos aos oradores inscritos.

Pela ordem, Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um convite a V. Exª. Queria convidar V. Exª – acabei de conversar com o Senador Paim e ele me encarregou de fazer o convite – para que possa nos acompanhar à votação das 16 horas sobre o reajuste dos aposentados na Câmara.

V. Exª não poderá deixar de estar presente, e explico por quê.

Porque com o Mão Santa começou essa grande luta aqui no Senado – com Mão Santa, com Paim, com Mário Couto, com Geraldo Mesquita. V. Exª tem que nos acompanhar, até porque os aposentados acabaram de mandar um recado dizendo que Mão Santa é imprescindível, que Mão Santa tem que ir junto com Paim e com Mário Couto para esta votação, quem sabe a nossa grande primeira vitória no dia de hoje em favor dos aposentados sofridos deste País.

Quero a confirmação de V. Exª. Se V. Exª for, nós já vamos preparar um banco reservado, uma cadeira reservada lá para V. Exª. Quero que V. Exª então confirme, até para que possamos ligar para a Câmara e deixar uma poltrona bem junto à nossa, para ficar entre o Senador Mário Couto e o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Olha, é a maior satisfação acompanhá-los e ao Senador Geraldo Mesquita Júnior também. Já estou convocando o Senador Romeu Tuma para presidir, pela idade, nesse período em que acompanharei o Paim, V. Exª, o Geraldo Mesquita e os outros nessa luta pelos aposentados.

Agora, por uma delicadeza toda especial do Senador Jefferson Praia, eles permutaram sem prejuízo... O nosso companheiro entra para uma comunicação inadiável, tudo dentro dos conformes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Mão Santa, pela ordem.

Antes do início da fala do Senador Heráclito Fortes. Eu fui chegando e já ouvindo a fala do Senador Mário Couto e uma preocupação me ocorreu, Sena-

dor. Quem permanecerá aqui para pedir verificação de quórum?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Hoje não haverá votação. Mas vamos consultar a Mesa. Está trancada a pauta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Quem garante? Eu não quero correr esse risco, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Heráclito Fortes, eu o convido para usar... Mas quero pedir a permissão só para... V. Exª tem muito contato com o ex-Prefeito de Teresina... Aquele problema da área de Justiça, nós estamos encaminhando. V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, esta semana, a imprensa traz, de maneira repetida, notícias sobre gafes cometidas pela candidata a Presidente da República. São gafes, felizmente, verbais e que, em princípio, não trazem prejuízo à Nação, mas exclusivamente à própria candidata.

O que está ocorrendo – e não tenho nenhuma dúvida, Senador Geraldo Mesquita Júnior – dentro do comitê de campanha da ex-Ministra é o famoso sapato alto antes da hora.

Se olharmos a entrevista dada ontem pelo Ministro Paulo Bernardo, vamos ver que ele chega a acusar que o plano de governo proposto por José Serra é um plano fantasma, fictício.

Ora, pois, o candidato Serra sequer apresentou plano. O que o candidato tem é uma história de vida e de relacionamento com os problemas do País, por tudo aquilo que ocupou ao longo desta vida.

Depois o Ministro do Planejamento diz que a Ministra candidata é a responsável pelo êxito das obras deste Governo.

Acho que ela é uma componente, mas não podemos, nem os adversários têm o direito de tirar o mérito dessas obras do Presidente Lula. Eu acho que, no mínimo, o Ministro Paulo Renato está sendo descortês com o Chefe Maior da Nação Brasileira e com ele próprio. Eu achava que o Ministro Paulo Bernardo, um ex-parlamentar, um homem capaz, competente, tinha participação no sucesso administrativo – pouco sucesso – que este Governo vem alcançando. Mas não, neste momento, querem jogar os êxitos nas costas da Ministra. E aí, Senador João Tenório, é onde mora o perigo, porque, na realidade, Senador Jefferson Praia, tenta-se colocar sobre os ombros da Ministra os louros do famoso PAC. Mas o que nós estamos vendo aí são obras inauguradas de afogadilho sendo derrubadas, como lá, na Região Norte, onde um porto flutuante não resistiu a dois meses de serviço, e o Presidente tendo, a partir de agora, o cuidado de não permitir, Senador Gerson Camata, que de faça visitas a obras que não estejam de acordo com o cronograma e com o figurino administrativo.

Já a Ministra comete gafes com seus correligionários, desatenções, descortesia, agride os seus companheiros que, por circunstâncias que não vêm ao caso aqui comentar, tiveram que optar pelo exílio, como foi o caso do próprio Serra, como foi o caso de João Goulart, como foi o caso de Arraes e de uma infinidade de brasileiros que, em um momento muito delicado da Nação brasileira, foram levados a deixar o nosso País. Evidentemente que essa voz não é uma voz isolada, ela segue a um artigo, a uma orientação de um dos seus mais íntimos interlocutores, que é o Sr. Sader.

Mas, Senador Paulo Paim, acho que devemos ter mais cuidado neste momento em avaliar e analisar o PAC, que foi prometido durante quatro anos como redenção.

E trago aqui, hoje, algo estarrecedor, desrespeitoso, Senador Antonio Carlos Valadares, e aí sim, acho que fatos dessa natureza comprometem a Ministra responsável pelo PAC. Vejamos aqui, Senador João Tenório.

Oitavo balanço do PAC. Senador Mão Santa, preste atenção a isso. V. Exª, como meu colega de representação, não se vai calar, como eu não me vou calar. Veja bem: oitavo balanço do PAC no Estado do Piauí, maio a agosto de 2009. Senador Mário Couto, veja bem: é uma cartilha. Vejam a capa como é bonita, vistosa, mostrando um trabalhador, só que obra que está aqui é a transposição do rio São Francisco, que não tem nada a ver com obra do PAC nem com o Piauí. Veja, Senador Gerson Camata, esta sim é uma gafe grave.

A capa da cartilha distribuída por S. Exª, a Srª Ministra, Senador Jefferson Praia, está aqui, é uma fotografia panorâmica das obras da transposição, Senador Arthur Virgílio, do PAC, no São Francisco, a pelo menos 400 km da fronteira com o Piauí.

Bom, e aí, Senador Mão Santa, vamos ver – copiei, o original está comigo – e aí, Senador Mão Santa... Senador Mão Santa, eu queria que V. Exª compartilhasse comigo isso, infraestrutura logística no Piauí, aí vêm as obras: aeroporto de Parnaíba; sabe V. Exª que foi inaugurado de maneira remendada, e nada está funcionando, o aeroporto internacional não tem alfândega, não tem Ministério da Saúde, não tem absolutamente nada. Porto de Luís Correia, estivemos lá recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu só queria dizer que, chegando a Parnaíba... Ele sabe a data, aquilo foi inaugurado em 19 de outubro, que é no Dia do Piauí, em 1971...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – ...pelo Ministro Reis Velloso. Ele aumentou apenas 400 metros de pista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É uma reforma. Agora, aumento de pista não significa que o aeroporto é internacional. Temos aqui, no interior de São Paulo, uma pista da Embraer de quase cinco quilômetros, que é para treinamento de avião, e a pista não é, de maneira nenhuma, uma pista internacional. É uma pista grande, uma pista larga, uma pista...

Bom, aí, Senador Mão Santa, vem mais. Aeroporto de Teresina, projeto do terminal de passageiros. Os piauienses que estão me ouvindo, os teresinenses que estão me ouvindo, sabem que não tem absolutamente nada, nada, nada naquele aeroporto. Vem lá, conexão da Ferrovia Nova Transnordestina com a Norte-Sul, ligando Eliseu Martins/PI a Estreito/MA. Vai dar briga com o Ibama... Início de obra... Muito blablablá e nenhuma obra efetiva, Senador João Tenório.

E aí eles falam novamente... Vejam bem! Eles não começaram sequer, Senador Gerson Camata, o trecho original, que é a Ferrovia Transnordestina, ligando Eliseu Martins/PI a Salgueiro/PE e, de lá, a Suape/PE... E já falam aqui em outra, ligando o Maranhão. Não existe absolutamente nada, nada, nada, nada! E, aí nós temos outra parte: energia! Hidrelétrica, Senador Mão Santa: Hidrelétrica do Castelhano, Hidrelétrica do Estreito do Parnaíba, Hidrelétrica do Cachoeiro, Hidrelétrica do Uruçuí, Hidrelétrica de Ribeiro Gonçalves, aquelas cinco que V. Exª assistiu ao Governador anunciar no primeiro ano de governo, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A primeira vez em São José do Peixe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em São José do Peixe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estava do meu lado o Deputado Marcelo Castro. Estava do meu lado como testemunha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Nada! Nada, nada, nada! Está aqui! Eu quero deixar como documento para que fique nos Anais do Congresso Nacional, do Senado da República, esta cartilha do PAC com relação ao Piauí. E não vou detalhar porque há várias estradas que não existem. Promessas aqui de "Luz para Todos", que V. Exª sabe da situação do "Luz para Todos" lá no Piauí... E "tapa-buracos". Os tapa-buracos no Piauí são feitos à base de sonrisal. São como são conhecidas as estradas: não resistem às primeiras chuvas e nós pagamos um preço muito alto por conta da falta de estrutura para o escoamento da produção de grãos no Estado do Piauí. V. Exª, Senador João Tenório, que é um profundo conhecedor da área, sabe que, sem estradas, há frustrações de produções, e o Piauí está perdendo fortunas.

Alie-se a isso a falta de energia. Nós temos instalado, no Piauí, uma grande unidade da Bunge – de processamento de soja. Existem dias em que, pela queda de energia, a fábrica tem que ser paralisada por até 11 vezes. Se V. Exª abrir esta cartilha do PAC destinada ao Piauí, vai ficar impressionado, mas esta fotografia que está aqui é triste, Senador Mão Santa, e na contracapa uma fotografia ainda mais bonita e maior. É um deboche para com o Piauí, Senador Mão Santa. É a transcrição fotográfica da transposição do rio São Francisco. Por que fazem isto com o Piauí? Se queriam colocar algo que eles prometem que vão construir, que colocassem a Barragem do Castelo, que colocassem uma imagem da Transnordestina, mas não isto.

Portanto, eu quero dizer que essas são gafes verbais que a Ministra vem cometendo. E é natural que cometa porque não é do ramo, mas a Presidência da República tem que ser exercida por quem tem experiência, por quem tem vivência política, por quem tem vivência administrativa. Mas isso é um problema do PT e nós não temos nada a ver com isto. Essas gafes são mínimas diante dessas gafes grosseiras que se cometem contra Estados brasileiros, e a cometida contra o Estado do Piauí é este exemplo. Aqui, portanto, quero deixar registrado nos Anais da Casa para que o Brasil tome conhecimento da maneira leviana e irresponsável como vem sendo tratado o meu Estado pelo atual Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210, do Regimento Interno.)

8º BALANÇO • MAIO A AGOSTO DE 2009

PIAUÍ

PAC PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Apresentação

O oitavo balanço quadrimestral do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ocorre em um cenário promissor para o Brasil. Acabamos de conquistar para o Rio de Janeiro os investimentos e o salto em qualidade de vida associados aos Jogos Olímpicos de 2016 – depois de garantirmos a organização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Mas a safra de vitórias não vem apenas do campo esportivo.

O Brasil, que havia sido um dos últimos países a ser atingido pela crise mundial, está sendo um dos primeiros a sair dela. O Governo tomou medidas para enfrentar a turbulência internacional e minimizar seus efeitos no País. Neste esforço anticrise, os investimentos do PAC foram ampliados de R$ 504 bilhões para R$ 635 bilhões no período de 2007-2010.

De janeiro de 2007 a agosto de 2009, foram executados R$ 338,4 bilhões. Este montante equivale a 53,6% do previsto para os quatro anos. As ações concluídas totalizam R$ 210 bilhões, ou 33,3% do total.

Entre 2007 e agosto de 2009, as estatais respondem por R$ 107,1 bilhões e o orçamento fiscal (OGU) por R$ 28,2 bilhões. O setor privado contribuiu com R$ 83,6 bilhões. Os financiamentos ao setor público totalizam R$ 5,7 bilhões e os empréstimos à pessoa física alcançam R$ 113,8 bilhões.

Em 2009, foram aplicados R$ 98,5 bilhões no PAC. As estatais participaram com R$ 33,8 bilhões. O setor privado com R$ 83,6 bilhões. Os financiamentos para a pessoa física atingiram R$ 33,4 bilhões, e para o setor público, R$ 2,7 bilhões. O Orçamento Fiscal liberou R$ 9,5 bilhões, 19% maior do que o total para em 2008.

O PAC envolve o monitoramento de 2.392 ações, sem contar Saneamento e Habitação. Em agosto de 2009, 22% estão concluídas, 70% com andamento adequado, 7% em situação de atenção e 1% com ritmo de execução preocupante, pelo critério de valor. Por quantidade, são 39% concluídas, 52% adequadas, 7% em atenção e 2% preocupantes.

Neste caderno estão atualizadas, até setembro, as informações sobre a execução dos empreendimentos do PAC no Piauí. A publicação reúne, ainda, informações sobre outros programas do Governo Federal executados no Estado. O objetivo é permitir que qualquer pessoa possa acompanhar as ações governamentais, garantindo a transparência dos programas. Mais detalhes também no endereço eletrônico www.brasil.gov.br/pac

Comitê Gestor do PAC
Setembro de 2009

Investimento - Piauí

INVESTIMENTO TOTAL	R$ 11,5 Bilhões
Até 2010	R$ 10,1 Bilhões
Pós 2010	R$ 1,4 Bilhão

Em R$ Milhões

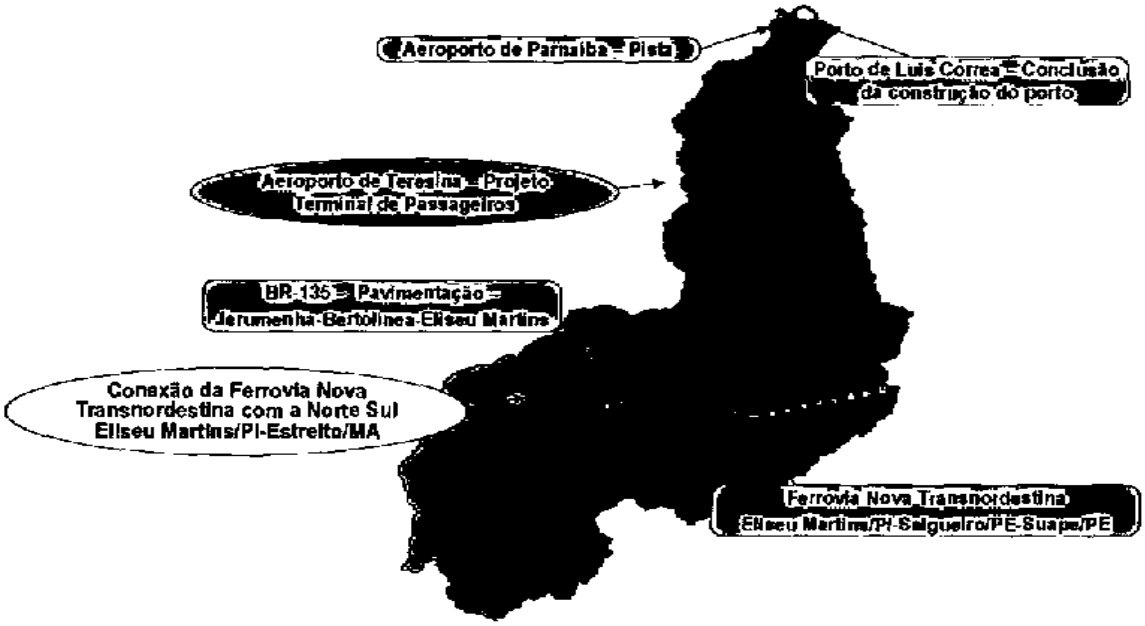
Eixo	Empreendimentos exclusivos		Empreendimentos de caráter regional	
	2007 - 2010	Pós 2010	2007 - 2010	Pós 2010
Logística	660,0	52,3	4.505,2	967,0
Energética	224,6	-	2.252,2	355,3
Social e Urbana	2.496,3	-	0,8	-
TOTAL	**3.380,9**	**52,3**	**6.758,2**	**1.322,3**

* Não inclui FNHIS e financiamento habitacional pessoa física 2009 e 2010

Infraestrutura Logística - PI

Estratégia

- Ampliar a infraestrutura logística existente para:
  - Escoar a produção regional para consumo interno e exportação: Ferrovia Nova Transnordestina, BR-135 e Porto Luis Correa
  - Apoiar o turismo: Aeroporto de Teresina e Parnaíba



Obra | Estudos e Projetos | Em Obra | Em Licitação | Ação Preparatória

Infraestrutura Logística - PI

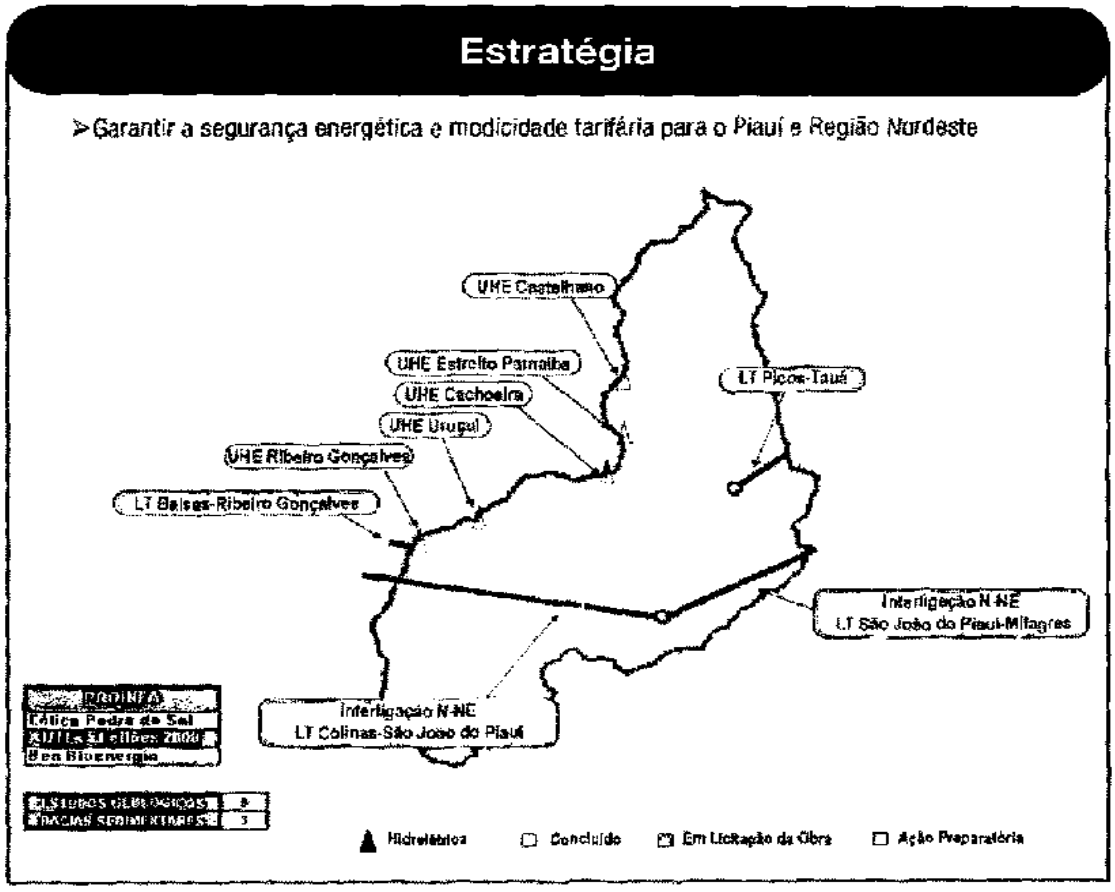
EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Aeroporto	Pista	Aeroporto Parnaíba - Ampliação e reforço da pista de pouso/decolagem	7,5	13,3	Em Obra
Aeroporto	Pista	Aeroporto Parnaíba - Construção de novo pátio	7,5	-	Ação Preparatória
Aeroporto	Terminal de Passageiro	Aeroporto Teresina - Projeto Segundo Terminal de Passageiros	4,3	-	Em Licitação
Porto	Construção, Ampliação e Recuperação de Berços	Luís Correia – Conclusão da Construção do Porto	64,0	-	Em Obra
Rodovias	Balanças	Balanças - Lote 10	2,1	-	Em Obra
Rodovias	Pavimentação	BR-135/PI - Jerumenha - Bertolínea - Eliseu Martins	161,0	39,0	Em Obra
Rodovias	Controle de Velocidade	Controle de Velocidade	2,9	-	Em Licitação da Obra
Rodovias	Estudos e Projetos - Contínuo	Estudos e Projetos	16,2	-	Em Execução
Rodovias	Estudos e Projetos - Contínuo	Estudos e Projetos	13,6	-	Ação Preparatória
Rodovias	Estudos e Projetos - Contínuo	Estudos e Projetos	2,5	-	Concluído
Rodovias	Manutenção	Manutenção a Executar	127,5	-	Em Obra
Rodovias	Manutenção	Manutenção a Executar	109,9	-	Ação Preparatória
Rodovias	Manutenção	Manutenção Executada	120,7	-	Concluído
Rodovias	Sinalização	Sinalização	9,5	-	Em Obra
Rodovias	Sinalização	Sinalização	6,5	-	Concluído
Rodovias	Sinalização	Sinalização	2,3	-	Ação Preparatória
		TOTAL	**660,0**	**52,3**	-

EMPREENDIMENTOS REGIONAIS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Ferrovia	Estudos	Conexão da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul (Estudo) (Eliseu Martins/PI – Estreito/MA)	MA PI	5,5	-	Ação Preparatória
Ferrovia	Construção	Ferrovia Nova Transnordestina	AL CE PE PI	4.454,6	967,0	Em Obra
Rodovias	Balanças	Balanças - Lote 19	BA MA PI	23,0	-	Ação Preparatória
Rodovias	Balanças	Balanças - Lote 20	CE MA PI	22,1	-	Ação Preparatória
		TOTAL		**4.505,2**	**967,0**	-

Infraestrutura Energética - PI



EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Geração de Energia Elétrica	Usina Termelétrica a Biomassa	Ben Bioenergia	130,6	-	Em Licitação da Obra
Geração de Energia Elétrica - Proinfa	Parque Eólico	Pedra do Sal	94,0	-	Concluído
	TOTAL		**224,6**	**-**	**-**

Infraestrutura Energética - PI

EMPREENDIMENTOS REGIONAIS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Cachoeira	MA PI	171,1	42,8	Ação Preparatória
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Castelhano	MA PI	176,6	44,2	Ação Preparatória
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Estreito Parnaíba	MA PI	158,2	39,6	Ação Preparatória
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Ribeiro Gonçalves	MA PI	298,4	99,5	Ação Preparatória
Geração de Energia Elétrica	Usina Hidrelétrica	Uruçuí	MA PI	282,9	94,3	Ação Preparatória
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N - NE (Colinas - S. J. do Piauí)	MA PI TO	533,5	-	Em Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Interligação N - NE (S. J. do Piauí - Milagres)	CE PI	261,9	-	Em Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Balsas - Ribeiro Gonçalves	MA PI	102,0	-	Em Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	Linha de Transmissão	Picos - Tauá	CE PI	48,4	-	Em Licitação da Obra
Petróleo e Gás Natural	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Araripe	CE PE PI	2,0	12,0	Em Licitação
Petróleo e Gás Natural	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Ceará (Piauí-Camocim, Acaraú e Icaraí)	CE PI	15,0	23,0	Em Licitação
Petróleo e Gás Natural	Pesquisa Exploratória	Bacia Sedimentar do Parnaíba	MA PA PI TO	64,8	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Gestão da Informação	Gestão da Informação Geológica - CIG - Centro de Informações Geocientíficas	AM BA CE DF GO MG PA PE PI RJ RN RO RS SP	25,0	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Gestão da Informação	Implantação da Rede de Litotecas	BA GO MG PA PE PI RJ RO RS SP	7,6	-	Ação Preparatória
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos	Levantamento da Geodiversidade	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	8,0	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos	Levantamentos Geológicos	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	25,7	-	Em Execução

Infraestrutura Energética - PI

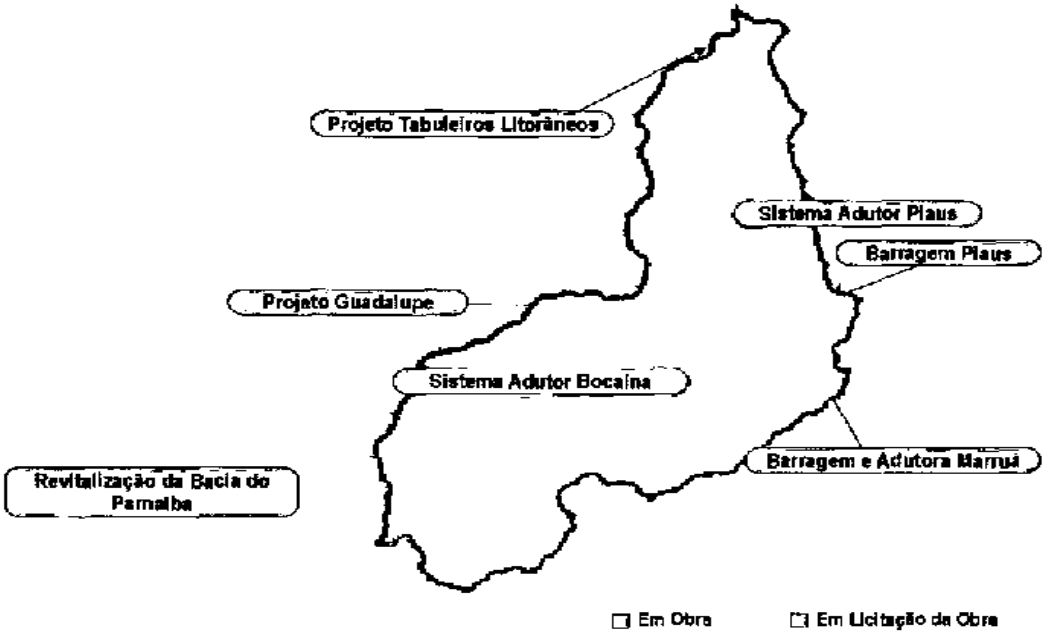
EMPREENDIMENTOS REGIONAIS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos	Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	17,6	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos	Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha	AL AP BA CE ES MA PA PB PE PI PR RJ RS SC SE SP	17,4	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos	Levantamentos Geoquímicos	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	3,6	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Levantamentos	Levantamentos Hidrogeológicos	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO	29,6	-	Em Execução
Geologia e Mineração - CPRM	Suporte Laboratorial	LAMIN - Modernização da Rede de Laboratórios de Apoio	BA CE GO PA PE PI RO RS	2,8	-	Ação Preparatória
		TOTAL		**2.252,2**	**355,3**	-

Infraestrutura Social e Urbana - PI

Estratégia

- Luz para Todos
  - Realizar 149.600 ligações da Meta Original até 2010
- Melhorar as condições de vida da população, garantindo:
  - Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Teresina e Parnaíba: despoluição do Rio Parnaíba
  - Ampliação dos sistemas de abastecimento de água de Teresina e Parnaíba, entre outros municípios
  - Implantação de sistema de abastecimento de água em 27 municípios integrantes do Consórcio Regional de Saneamento do Sul do Piauí – CORESA
  - Reassentamento de famílias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco:
    - Teresina – Lagoas do Norte e Vila Bairro
    - Parnaíba – São Vicente de Paula, Santa Luzia e Joaz Souza
    - Esperantina, Piripiri, Picos, União, entre outros municípios
- Aumento da oferta de água para o consumo humano e para a produção
- Distribuição equilibrada de água com priorização das regiões mais críticas
- Revitalização do Rio Parnaíba



Infraestrutura Social e Urbana - PI

EMPREENDIMENTOS EXCLUSIVOS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Luz para Todos	Luz para Todos	Universalização do Acesso à Energia Elétrica - Meta Original	612,3	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Água Bruta, Água Tratada e Barragens	Barragem e Adutora Poço do Marruá	84,7	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Água Tratada	Barragem Piaus	26,5	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Irrigação	Projeto Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa	167,3	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Irrigação	Projeto Tabuleiros Litorâneos - 2ª Etapa	187,9	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Proágua	Sistema Adutor de Bocaina com 122 Km (Proágua Nacional) - Implantação	35,7	-	Em Licitação da Obra
Recursos Hídricos	Proágua	Sistema Adutor de Piaus com 104 Km (Proágua Nacional) - Implantação	32,5	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Revitalização de Bacias	Esgotamento Sanitário	93,0	-	Em Obra
Recursos Hídricos	Revitalização de Bacias	Processos Erosivos no Piauí	29,8	-	Ação Preparatória
Recursos Hídricos	Revitalização de Bacias	Resíduos Sólidos	12,8	-	Ação Preparatória
	TOTAL		1.282,5	-	-

EMPREENDIMENTOS REGIONAIS

Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Investimento Previsto 2007-2010 (em R$ Milhões)	Investimento Após 2010 (em R$ Milhões)	Estágio
Recursos Hídricos	Revitalização de Bacias	Processos Erosivos - MA/PI	MA PI	0,8	-	Ação Preparatória
	TOTAL			0,8	-	-

SANEAMENTO

Investimento Total: R$ 374,8 Milhões

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Bom Jesus	Estado	Ampliação do SAA em 27 dos 36 municípios do CORESA - Consórcio Regional de Saneamento do Sul do Piauí	ago/07	28.179,0	Em Obra
Floriano	Estado	Ampliação do sistema de abastecimento de água na sede municipal	ago/07	6.000,0	Em Obra
Parnaíba	Estado	Ampliação do SES na sede municipal - conclusão do subsistema Norte	jul/07	22.827,7	Em Obra
Parnaíba	Estado	Ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água na sede municipal	jan/08	22.000,0	Em Obra
Parnaíba	Município	Saneamento integrado e urbanização - São Vicente de Paula, Santa Luzia e João Souza e Santa Luzia	jul/07	52.037,2	Em Obra
Picos	Estado	Ampliação do sistema de esgoto - rede coletora, emissário, interceptor, estação elevatória das bacias, ligações prediais, estação de tratamento de esgoto e projeto executivo	ago/07	6.000,0	Em Obra
Piripiri	Estado	Ampliação do sistema de abastecimento de água na sede municipal - captação, estações elevatórias, adutoras, ETA, reservatórios, redes de distribuição e ligações prediais	ago/07	6.570,8	Em Obra
Teresina	Estado	Ampliação do SAA na sede municipal - substituição de rede, remanejamento de adutora na BR 316, captação em poços, rede de distribuição e reservatório elevado	jul/07	32.000,0	Em Obra
Teresina	Estado	Ampliação do SES	jan/08	42.160,0	Em Obra

SANEAMENTO

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Teresina	Estado	Ampliação do sistema de esgoto da margem direita da macrobacia do Rio Parnaíba - rede coletora, ligações domiciliares, coletores, interceptores, estações elevatórias, emissários e ETE	jul/07	60.281,6	Em Obra
Teresina	Município	Saneamento integrado e urbanização - Olaria, São Joaquim, Matadouro e Acarapé - região norte	jul/07	21.008,4	Em Obra
Teresina, Oeiras, Esperantina	Estado	Implantação de sistema de macrodrenagem urbana	jun/09	75.713,9	Em Contratação
		TOTAL		**374.778,6**	-

SANEAMENTO - FUNASA

Investimento Total: R$ 148,2 Milhões

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Acauã	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Acauã	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	773,7	Ação Preparatória
Acauã	Estado	Saneamento rural	nov/07	17,0	Ação Preparatória
Agricolândia	Município	Abastecimento de água	nov/07	95,8	Em Obra
Agricolândia	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Em Contratação
Agricolândia	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	2.502,0	Ação Preparatória
Agricolândia	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	824,7	Em Obra
Água Branca	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Alagoinha do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Alegrete do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Alto Longá	Estado	Abastecimento de água	nov/07	991,7	Ação Preparatória
Altos	Funasa	Saneamento em áreas quilombolas	jan/07	328,4	Ação Preparatória
Amarante	Estado	Abastecimento de água	nov/07	770,0	Ação Preparatória
Amarante	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	900,4	Em Obra
Amarante	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Angical do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	20,6	Em Obra
Anísio de Abreu	Estado	Abastecimento de água	nov/07	777,6	Ação Preparatória
Anísio de Abreu	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Aroazes	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Em Contratação
Aroeiras do Itaim	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória
Arraial	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Em Contratação
Assunção do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	412,0	Ação Preparatória
Assunção do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	234,3	Ação Preparatória
Assunção do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	391,8	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Assunção do Piauí	Funasa	Saneamento em áreas quilombolas	jan/07	125,1	Em Obra
Assunção do Piauí	Município	Saneamento em áreas quilombolas	nov/07	249,4	Em Obra
Assunção do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Avelino Lopes	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Barra D'Alcântara	Município	Abastecimento de água	nov/07	362,6	Ação Preparatória
Barras	Estado	Abastecimento de água	nov/07	1.760,0	Ação Preparatória
Barro Duro	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Batalha	Município	Abastecimento de água	nov/07	89,4	Em Obra
Batalha	Município	Abastecimento de água	nov/07	875,5	Em Contratação
Batalha	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	4.224,0	Ação Preparatória
Batalha	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	798,3	Ação Preparatória
Bela Vista do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	388,9	Ação Preparatória
Bela Vista do Piauí	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	772,5	Em Contratação
Bela Vista do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	536,1	Ação Preparatória
Bela Vista do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	206,2	Ação Preparatória
Belém do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Em Contratação
Belém do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	155,4	Ação Preparatória
Belém do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Beneditinos	Estado	Saneamento rural	nov/07	36,4	Ação Preparatória
Betânia do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	515,0	Ação Preparatória
Betânia do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	777,0	Ação Preparatória
Boa Hora	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Bocaina	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória
Bonfim do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	113,1	Ação Preparatória
Bonfim do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	36,4	Ação Preparatória
Brejo do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Brejo do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	711,4	Ação Preparatória
Buriti dos Montes	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	475,0	Em Obra
Cabeceiras do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	388,9	Ação Preparatória
Cajazeiras do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	388,9	Ação Preparatória
Cajazeiras do Piauí	Município	Resíduos sólidos	nov/07	101,0	Em Obra
Caldeirão Grande do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	515,0	Em Contratação
Campinas do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Campinas do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	776,4	Em Obra
Campo Alegre do Fidalgo	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Ação Preparatória
Campo Alegre do Fidalgo	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	412,0	Em Contratação
Campo Alegre do Fidalgo	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	207,0	Em Obra
Campo Grande do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	667,1	Ação Preparatória
Campo Grande do Piauí	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	721,0	Ação Preparatória
Campo Grande do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	340,3	Ação Preparatória
Campo Grande do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	463,9	Em Obra
Campo Largo do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Campo Largo do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	247,7	Ação Preparatória
Campo Maior	Estado	Saneamento rural	nov/07	36,4	Ação Preparatória
Canto do Buriti	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Capitão Gervásio de Oliveira	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Em Contratação
Capitão Gervásio de Oliveira	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Caracol	Estado	Abastecimento de água	nov/07	770,0	Ação Preparatória
Caridade do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Ação Preparatória
Caridade do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	465,8	Ação Preparatória
Caridade do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Castelo do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	880,0	Ação Preparatória
Castelo do Piauí	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	3.175,0	Ação Preparatória
Castelo do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	551,0	Ação Preparatória
Castelo do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	828,8	Em Obra
Cocal	Estado	Abastecimento de água	nov/07	2.200,0	Em Contratação
Cocal dos Alves	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Ação Preparatória
Coivaras	Município	Abastecimento de água	nov/07	362,6	Ação Preparatória
Colônia do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	448,6	Em Obra
Conceição do Canindé	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Conceição do Canindé	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	489,3	Ação Preparatória
Coronel José Dias	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Cristino Castro	Município	Abastecimento de água	jul/09	61,7	Em Obra
Curral Novo do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Ação Preparatória
Curral Novo do Piauí	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	824,0	Em Contratação
Curral Novo do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	288,4	Ação Preparatória
Curral Novo do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	412,0	Em Contratação
Curral Novo do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Curralinhos	Município	Abastecimento de água	nov/07	359,5	Ação Preparatória
Curralinhos	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	721,0	Ação Preparatória
Curralinhos	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	450,2	Ação Preparatória
Curralinhos	Estado	Saneamento rural	nov/07	54,6	Ação Preparatória
Demerval Lobão	Estado	Água na escola	nov/07	208,1	Ação Preparatória
Demerval Lobão	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	154,5	Ação Preparatória
Dirceu Arcoverde	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Dom Inocêncio	Município	Abastecimento de água	nov/07	412,0	Ação Preparatória
Dom Inocêncio	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória
Dom Inocêncio	Estado	Saneamento rural	nov/07	36,4	Ação Preparatória
Domingos Mourão	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Domingos Mourão	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Em Contratação
Elesbão Veloso	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Em Contratação
Fartura do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Fartura do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	268,6	Ação Preparatória
Fartura do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	783,4	Ação Preparatória
Fartura do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Floresta do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Floresta do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	473,8	Ação Preparatória
Francisco Macedo	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Francisco Macedo	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	154,7	Ação Preparatória
Francisco Macedo	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Francisco Santos	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Fronteiras	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	206,2	Ação Preparatória
Fronteiras	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Geminiano	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	jun/08	77,3	Em Obra
Governo do Piauí	Estado	Melhoria da qualidade da água	nov/07	521,4	Em Obra
Guaribas	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Guaribas	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	880,0	Ação Preparatória
Guaribas	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	463,5	Ação Preparatória
Hugo Napoleão	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Hugo Napoleão	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	648,9	Ação Preparatória
Hugo Napoleão	Município	Resíduos sólidos	nov/07	44,1	Em Obra
Ilha Grande	Funasa	Saneamento rural	nov/07	585,1	Em Obra
Ilha Grande	Funasa	Saneamento rural	nov/08	1.260,0	Ação Preparatória
Inhuma	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Em Contratação
Inhuma	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	3.112,0	Ação Preparatória
Inhuma	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	534,7	Ação Preparatória
Ipiranga do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	213,1	Ação Preparatória
Isaías Coelho	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Isaías Coelho	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	773,2	Ação Preparatória
Itainópolis	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Jacobina do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Jacobina do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	106,4	Ação Preparatória
Jacobina do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	154,5	Em Contratação
Jacobina do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Jaicós	Estado	Abastecimento de água	nov/07	825,0	Ação Preparatória
Jaicós	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	4.446,0	Ação Preparatória
Jaicós	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	825,6	Ação Preparatória
Jaicós	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Jardim do Mulato	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Jatobá do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Ação Preparatória
João Costa	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,7	Em Obra
Joaquim Pires	Estado	Abastecimento de água	nov/07	880,0	Em Contratação
Joca Marques	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Ação Preparatória
Joca Marques	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	518,0	Em Obra
José de Freitas	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Juazeiro do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	550,0	Em Contratação
Jurema	Estado	Abastecimento de água	nov/07	388,9	Ação Preparatória
Jurema	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	495,0	Em Contratação

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Jurema	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	257,5	Ação Preparatória
Jurema	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Lagoa Alegre	Estado	Abastecimento de água	nov/07	605,0	Ação Preparatória
Lagoa de São Francisco	Estado	Abastecimento de água	nov/07	556,1	Ação Preparatória
Lagoa de São Francisco	Estado	Água na escola	nov/07	247,5	Ação Preparatória
Lagoa do Barro do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Lagoa do Barro do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Lagoa do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	160,5	Obra Concluída
Lagoa do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Lagoa do Piauí	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	721,0	Ação Preparatória
Lagoa do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	464,3	Em Obra
Luzilândia	Funasa	Saneamento rural	nov/07	14,3	Em Obra
Madeiro	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Ação Preparatória
Madeiro	Estado	Água na escola	nov/07	108,1	Ação Preparatória
Marcolândia	Município	Abastecimento de água	nov/07	1.802,5	Em Contratação
Marcolândia	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Marcos Parente	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	2.369,0	Em Contratação
Marcos Parente	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	670,1	Em Obra
Massapê do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	412,4	Ação Preparatória
Matias Olímpio	Estado	Abastecimento de água	nov/07	881,0	Ação Preparatória
Miguel Alves	Estado	Abastecimento de água	nov/07	1.375,0	Em Contratação
Miguel Alves	Estado	Água na escola	nov/07	281,4	Ação Preparatória
Milton Brandão	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Milton Brandão	Estado	Água na escola	nov/07	248,8	Ação Preparatória
Milton Brandão	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	1.205,1	Ação Preparatória
Milton Brandão	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória
Milton Brandão	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	515,0	Ação Preparatória
Monsenhor Gil	Estado	Saneamento rural	nov/07	54,6	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Monsenhor Hipólito	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Monsenhor Hipólito	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	1.022,8	Ação Preparatória
Monsenhor Hipólito	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	360,9	Ação Preparatória
Monte Alegre do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	95,5	Obra Concluída
Nossa Senhora de Nazaré	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Nossa Senhora dos Remédios	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Em Contratação
Nova Santa Rita	Município	Abastecimento de água	nov/07	368,2	Ação Preparatória
Novo Oriente do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	107,9	Ação Preparatória
Novo Santo Antônio	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Novo Santo Antônio	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	360,5	Em Contratação
Novo Santo Antônio	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	208,5	Ação Preparatória
Oeiras	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória
Olho D'Água do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	95,8	Em Obra
Padre Marcos	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	773,2	Ação Preparatória
Padre Marcos	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Pajeú do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	756,3	Ação Preparatória
Parnaguá	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	jun/08	92,7	Em Obra
Passagem Franca do Piauí	Estado	Água na escola	nov/07	264,3	Ação Preparatória
Passagem Franca do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	54,6	Ação Preparatória
Patos do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	389,4	Ação Preparatória
Patos do Piauí	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	880,0	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Patos do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	154,5	Em Contratação
Patos do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	309,3	Ação Preparatória
Paulistana	Município	Abastecimento de água	nov/07	89,4	Em Obra
Paulistana	Estado	Água na escola	nov/07	259,1	Ação Preparatória
Paulistana	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	4.583,5	Ação Preparatória
Paulistana	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Ação Preparatória
Paulistana	Município	Saneamento em áreas quilombolas	nov/07	206,5	Ação Preparatória
Paulistana	Município	Saneamento em áreas quilombolas	nov/07	370,8	Ação Preparatória
Paulistana	Estado	Saneamento rural	nov/07	36,4	Ação Preparatória
Pavussu	Funasa	Saneamento rural	nov/07	30,8	Obra Concluída
Pedro II	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	789,5	Ação Preparatória
Pedro Laurentino	Município	Abastecimento de água	nov/07	356,9	Ação Preparatória
Pedro Laurentino	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	412,0	Em Contratação
Pedro Laurentino	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	207,2	Ação Preparatória
Picos	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	309,0	Em Obra
Picos	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	772,5	Em Contratação
Picos	Estado	Saneamento rural	nov/07	36,4	Ação Preparatória
Pimenteiras	Estado	Água na escola	nov/07	253,8	Ação Preparatória
Pio IX	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Ação Preparatória
Piracuruca	Estado	Abastecimento de água	nov/07	1.980,0	Em Contratação
Piracuruca	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	4.180,0	Ação Preparatória
Piracuruca	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	927,0	Ação Preparatória
Porto	Estado	Água na escola	nov/07	295,3	Ação Preparatória
Porto Alegre do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	257,5	Ação Preparatória
Prata do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Em Contratação
Queimada Nova	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Ação Preparatória
Queimada Nova	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	773,8	Ação Preparatória
Queimada Nova	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Redenção do Gurguéia	Funasa	Saneamento rural	nov/07	13,8	Obra Concluída
Redenção do Gurguéia	Funasa	Saneamento rural	nov/07	18,2	Obra Concluída

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Regeneração	Estado	Água na escola	nov/07	51,1	Ação Preparatória
Ribeira do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	83,7	Em Obra
Ribeira do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	154,6	Ação Preparatória
Santa Cruz dos Milagres	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Santa Luz	Estado	Água na escola	nov/07	60,0	Ação Preparatória
Santa Rosa do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Ação Preparatória
Santa Rosa do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	539,5	Ação Preparatória
Santana do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	356,9	Ação Preparatória
Santana do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Santo Antônio de Lisboa	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Ação Preparatória
Santo Antônio dos Milagres	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Santo Antônio dos Milagres	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Santo Inácio do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	258,4	Ação Preparatória
São Braz do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	412,0	Ação Preparatória
São Francisco de Assis do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
São Francisco de Assis do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	652,7	Ação Preparatória
São Francisco do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
São João da Canabrava	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
São João da Canabrava	Estado	Esgotamento sanitário	nov/07	770,0	Ação Preparatória
São João da Canabrava	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	259,0	Ação Preparatória
São João da Canabrava	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
São João da Fronteira	Estado	Abastecimento de água	nov/07	388,9	Ação Preparatória
São João da Fronteira	Estado	Água na escola	nov/07	247,5	Ação Preparatória
São João da Fronteira	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	1.236,0	Em Obra
São João da Fronteira	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	413,0	Em Obra
São João da Serra	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Ação Preparatória
São João da Varjota	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	445,9	Em Obra
São João da Varjota	Funasa	Saneamento em áreas quilombolas	jan/07	10,4	Obra Concluída
São João do Arraial	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
São João do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	773,5	Ação Preparatória
São João do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
São José do Peixe	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	206,2	Ação Preparatória
São José do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
São Julião	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
São Julião	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	155,4	Ação Preparatória
São Julião	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
São Luís do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
São Miguel do Fidalgo	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	154,6	Ação Preparatória
São Miguel do Tapuio	Estado	Abastecimento de água	nov/07	770,0	Em Contratação
São Miguel do Tapuio	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	777,0	Ação Preparatória
São Raimundo Nonato	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	740,8	Ação Preparatória

Infraestrutura Social e Urbana - PI

SANEAMENTO - FUNASA

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
São Raimundo Nonato	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Sebastião Barros	Município	Abastecimento de água	nov/07	87,7	Em Obra
Sebastião Leal	Estado	Água na escola	nov/07	266,2	Ação Preparatória
Sigefredo Pacheco	Estado	Abastecimento de água	nov/07	440,0	Em Contratação
Simões	Estado	Abastecimento de água	nov/07	556,0	Ação Preparatória
Simões	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	299,0	Ação Preparatória
Simões	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Simplício Mendes	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	504,7	Ação Preparatória
Socorro do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Sussuapara	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	401,7	Em Contratação
Tanque do Piauí	Município	Abastecimento de água	nov/07	515,5	Ação Preparatória
Tanque do Piauí	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	721,0	Em Contratação
Tanque do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	419,4	Em Obra
Teresina	Município	Melhoria da qualidade da água	nov/08	309,0	Ação Preparatória
União	Estado	Abastecimento de água	nov/07	2.200,0	Ação Preparatória
União	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Uruçuí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	87,9	Em Obra
Várzea Branca	Estado	Abastecimento de água	nov/07	443,4	Ação Preparatória
Várzea Branca	Estado	Água na escola	nov/07	114,4	Ação Preparatória
Várzea Branca	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Vera Mendes	Município	Abastecimento de água	nov/07	360,5	Em Contratação
Vera Mendes	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	340,3	Em Obra
Vila Nova do Piauí	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Em Contratação
Vila Nova do Piauí	Município	Esgotamento sanitário	nov/07	463,5	Ação Preparatória
Vila Nova do Piauí	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	155,4	Ação Preparatória
Vila Nova do Piauí	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	nov/07	362,6	Ação Preparatória
Vila Nova do Piauí	Estado	Saneamento rural	nov/07	18,2	Ação Preparatória
Wall Ferraz	Estado	Abastecimento de água	nov/07	385,0	Ação Preparatória
Wall Ferraz	Município	Melhorias habitacionais	nov/07	775,8	Em Obra
		TOTAL		**148.205,1**	-

Infraestrutura Social e Urbana - PI

HABITAÇÃO

Investimento Total: R$ 690,9 Milhões

Empréstimo para Pessoa Física – Investimento: R$ 458,4 Milhões

Tipo	Investimento Previsto* (Milhões)	Estágio
Habitação Pessoa Física**	297,3	Concluído
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	161,1	Concluído
TOTAL	**458,4**	-

* Inclui contrapartida estimada em 20% do valor do empréstimo
** recursos oriundos do FGTS, FAR e FDS, inclusive subsídios

Urbanização e Produção Habitacional – Investimento: R$ 232,4 Milhões

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Água Branca	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Água Branca	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Alto Longá	Município	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	41,2	Ação Preparatória
Altos	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Altos	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Em Licitação
Amarante	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	521,7	Em Obra
Arraial	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Avelino Lopes	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Barras	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Em Licitação
Barras	Município	Produção de Lotes Urbanizados - Sede do município	set/07	754,7	Em Obra
Barro Duro	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Beneditinos	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Campo Maior	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Campo Maior	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Ação Preparatória
Campo Maior	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	737,6	Em Obra
Canavieira	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	502,8	Em Licitação da Obra
Canto do Buriti	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Cocal	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	549,3	Em Obra
Cocal dos Alves	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	521,7	Em Obra
Colvaras	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	466,9	Em Obra
Corrente	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	46,3	Ação Preparatória
Cristino Castro	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	485,7	Ação Preparatória
Curralinhos	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	30,9	Ação Preparatória
Curralinhos	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	466,9	Em Obra
Demerval Lobão	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Demerval Lobão	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	521,6	Em Licitação da Obra
Elesbão Veloso	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	412,0	Concluído
Esperantina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Esperantina	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Ação Preparatória
Esperantina	Município	Urbanização - Sede do Município	set/07	2.550,0	Em Obra
Floriano	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	set/07	62,9	Em Execução
Floriano	Estado	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	770,0	Em Obra
Floriano	Município	Urbanização - Sede do município	jan/08	2.098,8	Ação Preparatória

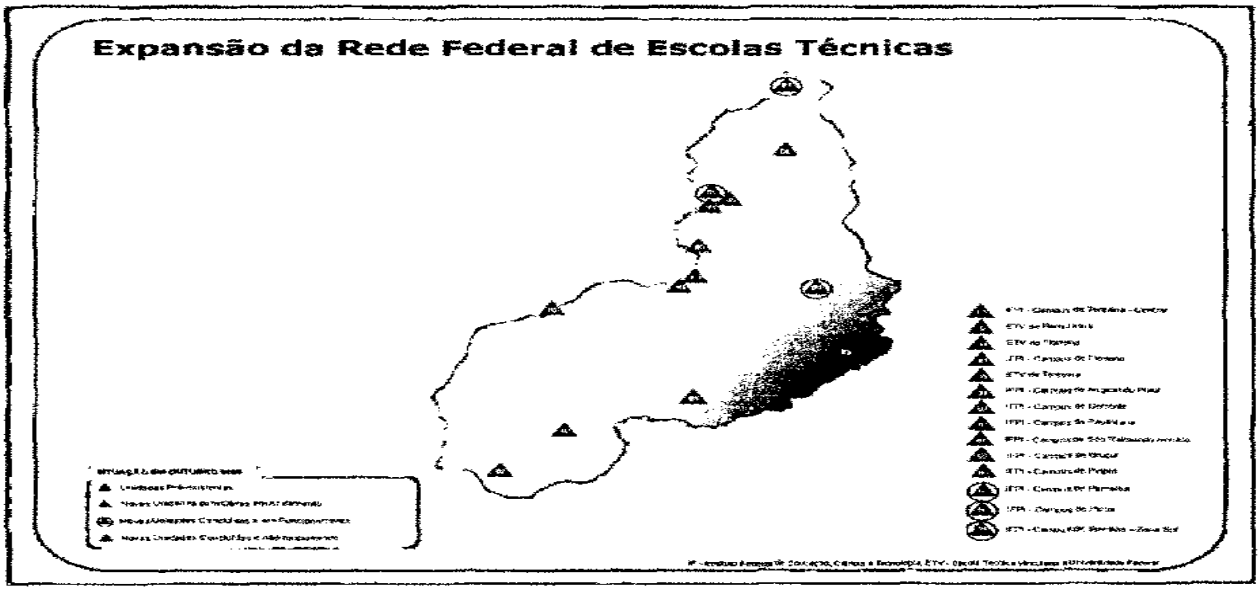
Infraestrutura Social e Urbana - PI

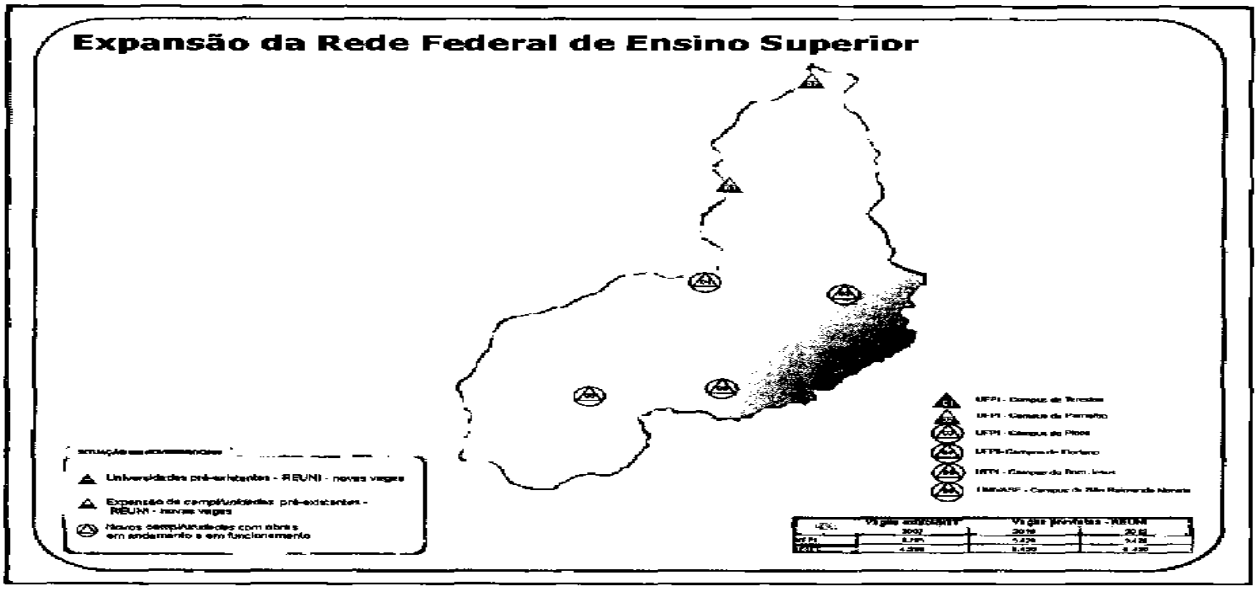
HABITAÇÃO

Município beneficiado	Proponente	Tipo	Data da Seleção	Investimento Previsto até e pós 2010 (em R$ Milhares)	Estágio
Jacobina do Piauí	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	466,9	Em Obra
Jatobá do Piauí	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	466,9	Em Obra
Joaquim Pires	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Joca Marques	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
José de Freitas	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Ação Preparatória
José de Freitas	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	747,3	Em Obra
Lagoa Alegre	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	466,9	Em Obra
Lagoa do Piauí	Estado	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	466,9	Em Obra
Luís Correia	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Monsenhor Gil	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	41,2	Em Execução
Monsenhor Gil	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	514,8	Em Obra
Oeiras	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Ação Preparatória
Oeiras	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	735,0	Em Obra
Parnaíba	Estado	Urbanização - Sede do município	jan/08	2.197,7	Em Obra
Pau D'Arco do Piauí	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	444,3	Em Licitação da Obra
Paulistana	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	514,8	Em Licitação da Obra
Pedro II	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	62,9	Em Execução
Pedro II	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	524,7	Ação Preparatória
Pedro II	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	735,0	Em Obra
Picos	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	62,9	Ação Preparatória
Picos	Município	Produção Habitacional - Sede do município	jan/08	524,7	Em Obra
Picos	Estado	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	990,0	Em Obra
Piripiri	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	61,7	Ação Preparatória
Piripiri	Estado	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	990,0	Em Obra
Piripiri	Município	Urbanização - Sede do município	jan/08	2.104,6	Em Licitação da Obra
Simplício Mendes	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	515,0	Em Obra
Teresina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Teresina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Teresina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Teresina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	32,9	Em Licitação
Teresina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	21,9	Em Licitação
Teresina	Estado	Assistência Técnica - Sede do município	jan/08	43,9	Em Licitação
Teresina	Entidade	Associação das Mulheres Organizadas de Teresina - AMOR	abr/09	4.448,6	Em Contratação
Teresina	Entidade	Associação Estadual das Comunidades Quilombolas - Quilombos	abr/09	368,2	Em Contratação
Teresina	Estado	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	272,9	Em Licitação
Teresina	Estado	Produção Habitacional - Conj.Hab. Bairro Sta. Maria Codipe	abr/08	112.000,0	Em Obra
Teresina	Estado	Produção Habitacional - Mirante Santa Maria da Codipi	out/07	15.008,0	Em Obra
Teresina	Município	Urbanização - 30 áreas de baixa renda nas regiões Norte, Leste e Sudeste	dez/07	38.149,9	Em Obra
Teresina	Estado	Urbanização - Bairro Angola	jan/08	2.265,7	Em Obra
Teresina	Estado	Urbanização - Nova Teresina	jun/07	15.000,0	Em Obra
Teresina	Município	Urbanização - Vila Bairro /PLN	jun/07	17.386,4	Em Obra
União	Município	Elaboração de Plano Municipal de Habitação	jan/08	60,5	Ação Preparatória
União	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	737,6	Em Obra
Uruçuí	Município	Produção Habitacional - Sede do Município	set/07	455,5	Ação Preparatória
		TOTAL		**232.415,9**	-

OUTROS PROJETOS IMPORTANTES NO PIAUÍ

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação





Programa Universidade Para Todos - ProUni

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS PROUNI (2005 ao 1º Semestre de 2009)	Estudantes beneficiados
	4.048

Fonte: Ministério da Educação (setembro de 2009)

Territórios da Cidadania

Nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais e regionais. Para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que vivem nas regiões que mais precisam no meio rural, o Governo lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

Resultados no Piauí em 2008

No estado do Piauí, dos R$ 943,7 milhões previstos em 2008, foram pagos R$ 607,4 milhões.

Um dos destaques do Programa Territórios da Cidadania no Estado foi o **Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária.** A execução foi de 280% em 2008, o que significou que da previsão inicial de 36 licenças ambientais, foram protocoladas 101 licenças.

Resultados no Piauí em 2009

Em 2009, o Programa Territórios da Cidadania irá investir R$ 24,6 bilhões, em 120 territórios, por meio de 203 ações de 22 Órgãos do Governo Federal.

No Piauí, o Programa foi ampliado de 4 para 6 territórios e os investimentos previstos cresceram para R$ 1,4 bilhão. Até agosto deste ano já foram investidos no Estado R$ 572,7 milhões.

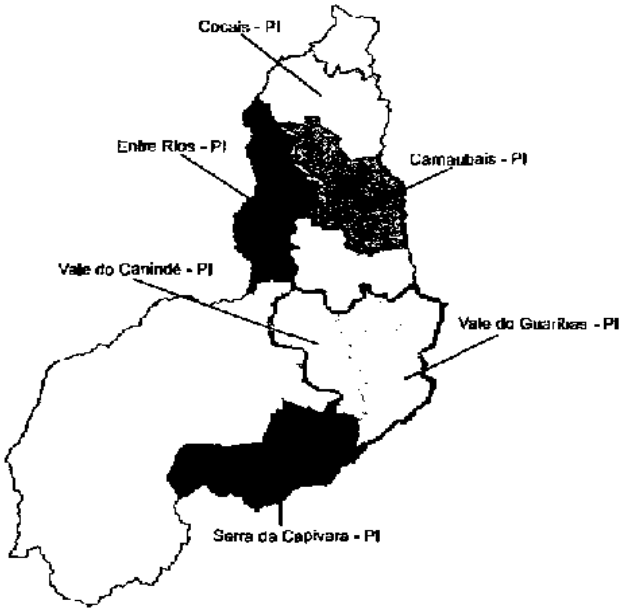
Veja abaixo os investimentos previstos e executados em 2009 em cada um dos Territórios da Cidadania do Piauí:

INVESTIMENTOS PREVISTOS E EXECUTADOS EM 2009 (em R$ Milhões)
(Executados = Pagos até 31/08/2009)

Território	Apoio a Atividades Produtivas		Cidadania e Direitos		Infraestrutura		TOTAL	
	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado
Carnaubais	15,5	6,7	64,2	34,6	26	1,3	105,7	42,6
Cocais	30,7	11,2	124,1	72,7	46,9	4,9	201,7	88,8
Entre Rios	118	31,4	292,9	174,6	214,8	51,9	625,8	257,9
Serra da Capivara	16,8	5,2	52,2	28,7	30,8	4,2	99,8	38,2
Vale do Canindé	18,1	8,4	42,2	23	21,5	10	81,9	41,4
Vale do Guaribas	95,1	22,6	127,3	76,2	55,7	5	278,1	103,8
TOTAL	**294,2**	**85,5**	**702,9**	**409,8**	**395,7**	**77,3**	**1.393**	**572,7**

Territórios da Cidadania

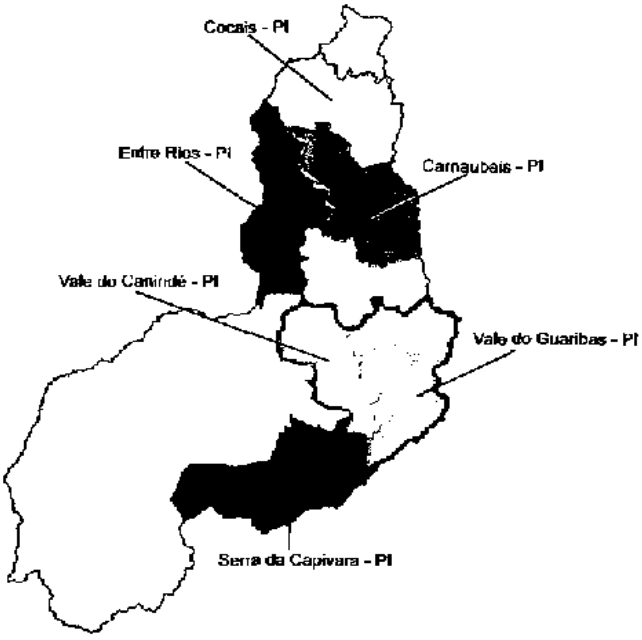
Entre Rios	
Municípios	**População: 1.112.090**
Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Olho D'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Pau D'Arco do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí, Teresina, União	192.531 habitantes na área rural 28.390 agricultores familiares 5.616 famílias assentadas 1 quilombola 1.883 pescadores



Serra da Capivara	
Municípios	**População: 138.679**
Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Várzea Branca	82.421 habitantes na área rural 15.149 agricultores familiares 1.937 famílias assentadas 133 pescadores

Cocais	
Municípios	**População: 363.840**
Barras, Batalha, Brasileira, Campo Largo do Piauí, Domingos Mourão, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Lagoa de São Francisco, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Milton Brandão, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, Porto, São João da Fronteira, São João do Arraial, São José do Divino	174.679 habitantes na área rural 29.413 agricultores familiares 5.423 famílias assentadas 8 quilombolas 1.648 pescadores

Territórios da Cidadania



Carnaubais

Municípios	População: 167.857
Assunção do Piauí, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Cocal de Telha, Jatobá do Piauí, Juazeiro do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Novo Santo Antônio, Sigefredo Pacheco, São João da Serra, São Miguel do Tapuio	86.529 habitantes na área rural 14.829 agricultores familiares 2.533 famílias assentadas 2 quilombolas 268 pescadores

Vale do Guaribas

Municípios	População: 331.395
Acauã, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Aroeiras do Itaim, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Bocaina, Caldeirão Grande do Piauí, Campo Grande do Piauí, Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí, Dom Expedito Lopes, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Itainópolis, Jacobina do Piauí, Jaicós, Marcolândia, Massapê do Piauí, Monsenhor Hipólito, Padre Marcos, Paquetá, Patos do Piauí, Paulistana, Picos, Pio IX, Queimada Nova, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Simões, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Julião, São Luis do Piauí, Sussuapara, Vera Mendes, Vila Nova do Piauí	182.642 habitantes na área rural 39.026 agricultores familiares 781 famílias assentadas 19 quilombolas 160 pescadores

Vale do Canindé

Municípios	População: 118.945
Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Simplício Mendes, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Tanque do Piauí, Wall Ferraz	63.512 habitantes na área rural 11.941agricultores familiares 399 famílias assentadas 3 quilombolas 111 pescadores

Pronaf

PRONAF	Ano Agrícola 2002/2003		Ano Agrícola 2008/2009		Variação (%) do Valor
	36.515 contratos	R$ 37,9 Milhões	48.803 contratos	R$ 124,2 Milhões	227,7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (agosto de 2009)

Bolsa Família

BOLSA FAMÍLIA	Número de famílias atendidas	Valor anual dos benefícios (em R$ Milhões)
	416.784	R$ 468

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (agosto de 2009)

Crescimento do Emprego

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL (jan/2007 a set/2009)	Novos Postos (jan/2007 a set/2009)	Variação em 33 meses (%)
	51.827	17,6

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Rais (2007 e 2008)
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2009)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após contundente pronunciamento do Senador do Piauí Heráclito Fortes, maior líder municipalista do nosso Estado, ex-Prefeito extraordinário de Teresina, denunciando a mentira que se instalou no Piauí, no Governo do PT, que eu sempre disse que se baseou no tripé de mentira, de corrupção e de incompetência, convidamos para usar da palavra, como estava apalavrado, o representante do Amazonas, o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, começo minha fala, infelizmente, com dois votos de pesar. O primeiro é relativo ao falecimento do acadêmico Anísio Mello, que era um artista completo, que transitava com desenvoltura em diversas áreas da cultura brasileira. Era poeta, artista plástico, escritor, jornalista, professor. Não havia área do saber que Anísio não colocasse sua sensibilidade e seu conhecimento em prol das artes amazonenses. O Amazonas se entristece com a perda desse grande artista de variadas expressões, um agregador cultural e professor de rara sensibilidade, que ajudou a revelar diversos talentos da atual geração das artes locais.

Destaco, Sr. Presidente, outro voto de pesar. E aqui quero dizer que também o Senador Arthur Virgílio já apresentou os dois votos de pesar, pois, no Amazonas, todos estamos muito tristes com essas duas perdas. O outro se refere ao comentarista e radialista Orlando Rebelo, que foi uma rara e inteligente unanimidade entre os torcedores do Rio Negro, do Nacional e de todos os times do Amazonas. Sua voz era querida e respeitada pelos amantes do esporte no nosso Estado, marcando presença nas principais emissoras de rádio e televisão amazonenses durante mais de quatro décadas. Orlando se destacava pelo vasto conhecimento sobre o futebol amazonense. Vencido em sua última partida, Sr. Presidente, contra o câncer, aos 69 anos, Orlando era um comentarista entusiasta do futebol amazonense e nunca deixou de acreditar nos times de sua terra, incentivando todos a continuar trabalhando em prol do esporte local. Sr. Presidente, tive oportunidade, na época, de ser comentarista – eu fazia comentários sobre economia na *TV Amazonas* – e de ser colega de Orlando Rebelo.

Quero também, Sr. Presidente, chamar a atenção do querido povo do Município de Lábrea, Município do sul do Estado do Amazonas, que está enfrentando sérios problemas em suas principais atividades econômicas. Uma delas é a atividade madeireira; a outra é a pesca. Nesta manhã, houve uma reunião na Comissão da Amazônia com a Bancada do Amazonas por solicitação do Deputado Átila Lins. Representantes do Município estiveram presentes também nessa reunião. Destaco a presença do Prefeito Gean; dos Vereadores Evaldo Gomes e Augusto; do Sr. Braga, Presidente de uma comunidade; do Sr. Raimundo, Presidente da Colônia dos Pescadores, entre outros. Quero dizer aos nossos irmãos de Lábrea que estamos todos em busca de soluções. Daqui a pouco, às 15 horas, estaremos no Instituto Chico Mendes para tratar desse assunto.

Sr. Presidente, quero ainda destacar a luta que travamos pelas obras públicas no Brasil, todas com qualidade e preço justo. Ontem, realizamos na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, mais uma audiência com o objetivo de discutir os parâmetros de preços utilizados para as obras públicas no País. Relato a seguir, Sr. Presidente, minhas percepções sobre o que foi abordado naquela reunião.

Para a Controladoria-Geral da União (CGU), representada pelo Dr. Wagner Rosa da Silva, "primeiro, é necessário que exista um bom projeto; depois, há que se analisar o projeto e as exigências do edital. Em seguida, elabora-se estudo com vistas à estimativa de custos e ao gerenciamento da obra. Por fim, compara-se com sistemas de referência, apresentando justificativas técnicas quando for o caso". Sugeriu também a comunicação entre os órgãos que viabilizam o sistema Sinapi, Sicro, Funasa, Dnocs e Codevasf.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jefferson Praia, quando achar conveniente, conceda-me, por favor, o aparte.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – É com muito prazer que ouço V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Tem a ver, indiretamente, com obra, sim, a reunião da nossa Bancada do Amazonas, que prestou solidariedade ao Prefeito Gean, de Lábrea, e ao povo de Lábrea pelas violências e arbitrariedades praticadas pelo Instituto Chico Mendes naquele Município, a pretexto de defender o meio ambiente, mas, na verdade, praticando algo nazifascista. Fecharam pequenas serrarias, não dialogaram com o Prefeito e com os Vereadores. Já fiz essa denúncia mais de uma vez da tribuna da Casa. V. Exª está indo agora ao Instituto Chico Mendes. Eu não irei lá e já lhe expliquei a razão. O exercício da Liderança me leva a ficar ausente. Mas devo dizer que, quando negaram o diálogo ao Prefeito Gean, ao Vice-Prefeito Nelson Amud e aos Vereadores, eles não ouviram sequer o que eles tinham para contar. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores tinham denúncias muito graves de madeireiras que estão operando de maneira clandestina e predatória – aí, sim,

predatória para valer – no sul do Município de Lábrea. Nem deram confiança! Simplesmente, foram lá para fazer papel de Rambo e, depois, ficaram com medo da população, que estava revoltada, e se esconderam num hotel. Até cheguei a falar para uma rádio na hora, pedi calma, pedi tranquilidade. Creio que ajudei a apaziguar os ânimos. Mas o fato é que é importante esse diálogo, e lamento muito ter de perdê-lo. Teria de ser um diálogo bastante duro, bastante firme: "Mudem de postura! Não sejam donos da verdade ou vão ter mais problemas, como os que já tiveram em Lábrea! Deixem o povo decente do Estado trabalhar. Parem de impedir que as pessoas produzam, que as pessoas construam!". Não são mais ambientalistas do que eu sou, têm menos tempo de militância nessa área do que eu tenho. Mas, talvez, eu tenha mais realismo do que eles têm e, talvez, eu tenha muito mais amor por aquela terra do que eles têm. Portanto, aguardo até mais tarde o Prefeito Gean, que ficou de passar aqui, para fazer essa homenagem a ele de corpo presente, mas quero que V. Exª leve essa mensagem. Pretendo ser um adversário cada vez mais duro desses métodos. Não aceito violência e truculência, e esses métodos terão meu repúdio de maneira muito nítida. Portanto, eu queria me solidarizar com a bancada e explicar as razões pelas quais não comparecerei, mas estarei aqui na minha tribuna, na minha vigilância, cumprindo com meu dever. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Arthur.

Temos de, na verdade, aprofundar bastante o debate com relação a esse tema, porque entendo que, no Estado do Amazonas, por ter hoje 98% de área preservada e conservada e por ter muitas áreas de preservação e conservação ambiental – no caso do Município de Lábrea, há áreas de conservação e áreas indígenas –, muitas cobranças estão sendo feitas com relação ao aproveitamento da madeira e ao aproveitamento do pescado. E a população, infelizmente, não teve tempo para se adequar às exigências que estão sendo feitas.

Entendo que, em curto prazo, temos de buscar as soluções, pois aquela população precisa ser compensada pelas cobranças que estão sendo feitas. Não podemos querer árvores em pé ou peixes sem serem pescados quando o homem passa por situações muito difíceis, sem suas atividades econômicas para que possam alimentar suas famílias.

Sr. Presidente, quero aqui continuar, muito rapidamente ainda, meu relato sobre a questão relacionada à audiência pública que houve ontem.

Para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), representada pelo Dr. Jaime Henrique Caldas Parreira, 85% dos preços utilizados pela Infraero já estão no Sinapi ou no Sicro. Destacou:

"Aeroportos têm sistemas especiais que não têm referências de preços no Sinapi ou no Sicro. Por exemplo, o Sistema de Balizamento Luminoso de Pista de Pouso e Decolagem, taxiways, Sistema Informativo de Voos e Sistema de Docagem de aeronaves etc."

A Infraero está desenvolvendo o Sinapi Aeroportuário em convênio com a Caixa Econômica Federal. Reiterou também, Sr. Presidente, a importância do projeto bem feito. Na Infraero, os projetos são licitados antecipadamente.

Para mim – Sr. Presidente, já peço de V. Exª um pouquinho mais de paciência, para que eu possa terminar este pronunciamento, que não é tão longo –, o fato de a Infraero estar fazendo seu sistema de preços é indicação da necessidade de um sistema adequado com a instituição que realiza obras. Isso é essencial para uma boa gestão.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), representado pela Drª Lélia Barbosa de Sousa Sá, afirmou: *"O* Orçamento deve ser elaborado por profissional habilitado e regular junto ao Crea*"*.

(Interrupção do som.)

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Disse ainda a Drª Lélia:

> "Não basta ter registro no Crea, tem de ter atribuição.
>
> É necessário que todos os projetos (engenharia, instalações complementares, inclusive as especificações) estejam completos para que os orçamentos possam ser elaborados conforme as normas técnicas.
>
> A ART – Anotação de Responsabilidade Técnica é obrigatória para o autor do orçamento e dos projetos, fiscal das obras e auditores das obras."

Na visão do Sindicato Nacional da Indústria e da Construção Pesada (Sinicon), representado pelo Dr. Alexandre Aroeira Salles, as solução são:

> "Criação de orçamentos específicos para cada tipo de obra, levando em consideração não somente o serviço a ser executado, mas as particularidades, o local de execução, o porte da obra e as condições gerais de construção; maior comprometimento na elaboração de projetos básicos e especificações técnicas, evitando-se grandes alterações durante a execução e permitindo a elaboração de orça-

mentos condizentes com a realidade da obra; adequação dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra direta, de forma a agregar todos os custos previstos e, inclusive, os encargos complementares; o PLC nº 32: não há necessidade de tornar o projeto executivo obrigatório, se for aplicada a lei atual no que se refere ao projeto básico; sistemas e tabelas específicos para cada tipo de obra (sugestão: Caixa Econômica Federal)."

Sr. Presidente, ele continua: "Incorporar interferências em áreas urbanas à elaboração dos parâmetros de preços (sugestão: Dnit)". Por último, ele cita a aprovação do PLS nº 439, de 2009, de minha autoria, Senador Jefferson Praia, que cria o Cadastro Único sobre Obras Públicas.

Sr. Presidente, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), por meio de seu representante, Dr. Melvin David Fox, ressaltou que a especificação do preço tem de levar em conta a qualidade do produto. Sugeriu que o Governo Federal estenda para as obras de infraestrutura os programas de qualidade que foram implantados nas obras e financiamentos habitacionais.

Para finalizar, Sr. Presidente, o Dr. Alan de Oliveira Lopes, representante do Serviço de Perícias de Engenharia do Meio Ambiente da Delegacia da Polícia Federal (Sepema/DPF), afirmou que os sistemas de preços são importantes, mas que o fator humano é essencial nesse processo. O profissional orçamentista tem de saber usar os preços. Sugeriu que os órgãos de controle se empenhassem em treinar os órgãos executores e que se criassem formas de desvincular o valor do lucro da contratada do custo total da obra. Sugeriu ainda o fator de pagamento, buscando a qualidade máxima da obra, não o atendimento do mínimo. Outra sugestão foi a de se apreciar o Projeto de Lei nº 6.735, de 2006, da Câmara dos Deputados, que tipifica o crime de malversação dos serviços públicos, bem como a de criar gratificação para o desempenho das atividades de fiscalização de projetos e execução de obras públicas. Para finalizar, o Dr. Alan lamentou que a corrupção ainda esteja presente na execução de obras públicas.

Continuarei, Sr. Presidente, mergulhando no mundo das obras públicas. Espero contribuir cada vez mais no sentido de que haja obras públicas com boa qualidade e preços justos no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2010

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Acadêmico Anísio Mello.

Requeiro, nos termos dos arts 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que sejam consignadas nos **Anais do Senado** as seguintes homenagens pelo falecimento no dia 11 de abril do corrente, do acadêmico amazonense Anísio Thaumaturgo Soriano de Mello:

a) a inserção em ata de voto de profundo pesar e

b) a apresentação de condolências à Academia Amazonense de Letras.

Justificação

O acadêmico Anísio de Melo era um artista completo, que transitava com desenvoltura em diversas áreas da cultura brasileira. Poeta, artista plástico, escritor, jornalista, professor, não havia área do saber que Anísio não colocasse sua sensibilidade e seu conhecimento em prol das artes amazonenses.

Anísio Thaumaturgo Soriano de Mello era natural do Município de Itacoatiara. Aos 82 anos, o artista ocupava a cadeira de número 3 da Academia Amazonense de Letras (AAL). Anísio era diretor do Liceu de Artes do Amazonas Esther Mello onde ministrava aulas de pintura e artes plásticas

O Amazonas se entristece com a perda desse grande artista de variadas expressões, um agregador cultural e professor de rara sensibilidade, que ajudou a revelar diversos talentos da atual geração das artes locais.

Diante do talento inquestionável do artista que foi Anísio Thaumaturgo Soriano de Mello e um ser humano de generosidade sem igual para com seu semelhante, é que proponho esse voto de pesar.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Jefferson Praia**.

REQUERIMENTO Nº 362, DE 2010

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do comentarista Orlando Rebelo

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que sejam consignadas nos anais do Senado as seguintes homenagens pelo falecimento no dia 10 de abril do corrente, do radialista amazonense Orlando Rebelo:

a) a inserção em ata de voto de profundo pesar e

b) a apresentação de condolências à família

Justificação

O radialista Orlando Rebelo foi uma rara e inteligente unanimidade entre os torcedores do Rio Negro, do nacional e de todos os times do Amazonas. Sua voz era querida e respeitada pelos amantes do esporte no nosso estado, marcando presença nas principais emissoras de rádio e de televisão amazonenses durante mais de quatro décadas. Orlando se destacava pelo vasto conhecimento sobre o futebol amazonense.

Vencido em sua última partida contra o câncer aos 69 anos. Orlando era um comentarista entusiasta do futebol amazonense e nunca deixou de acreditar nos times de sua terra, incentivando todos a continuar trabalhando em prol do esporte local.

O jornalismo esportivo amazonense ficou mais triste no último dia 10 de abril com o falecimento do grande comentarista que foi Orlando Rebelo. Diante de perda tão sentida por todos os admiradores do futebol amazonense, é que proponho esse voto de pesar.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Jefferson Praia.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Depois das palavras do nosso Senador que representa o Amazonas, Jefferson Praia, é com muito grata satisfação que nós recebemos e saudamos aqui o nosso Senador Neuto de Conto, que representa a Comissão de Relações Exteriores, e o convidamos a saudar os parlamentares da Índia, da África do Sul e do Brasil, que fazem parte do Fórum Ibas (Índia-Brasil-África do Sul).

Neuto de Conto, pela ordem.

O SR NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, tenho o prazer e a alegria de apresentar parlamentares que fazem parte do Fórum do Parlamento do Ibas, que representa a África, a Índia e o Brasil.

Estão conosco aqui, neste plenário, o Deputado Thembelani Waltermade Nesi; o Deputado Michael James Ellis; a Senadora Wendy Makgale e a Senadora Elizabeth van Lingen, da África do Sul; e o Deputado Shri Bhakta Charan Das, da Índia.

Foi com alegria que passamos o dia de ontem e o dia de hoje debatendo as relações internacionais entre os três países, debatendo principalmente as ações legislativas e o comportamento dos legisladores de cada país. Na parte da manhã, também debatemos a força, o espaço e principalmente o avanço da mulher nos Parlamentos dos três países.

Eu agradeço a oportunidade e quero cumprimentar a cada um nessa apresentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós manifestamos a importância desse Fórum Ibas. Primeiro, países que têm uma identidade muito grande com o Brasil. O Brasil foi descoberto porque erraram o caminho das Índias e encontraram a beleza do nosso País. E nós todos acreditamos ser Gandhi um dos maiores símbolos de liderança democrática do mundo. E da África do Sul, Mandela. E nós queremos convidá-los a torcer pelo Brasil, porque nós vamos ser hexacampeões lá na África do Sul. O Brasil penta... E vai aumentar essa inter-relação entre Brasil, África do Sul e Índia. Sejam felizes na nossa Pátria. Estão acompanhados por esse grande Parlamentar que é Neuto de Conto. Ele é também brasileiro e italiano, provando a sua grandeza parlamentar, porque no Parlamento da Itália é que se aperfeiçoou a democracia representativa, e havia um Senador, Cícero, que marcou muito. Ele dizia: "O Senado e o povo de Roma". Nós, no Brasil, podemos dizer – eu, aqui e agora, como Presidente, digo –: "O Senado e o povo do Brasil". Nós somos filhos do povo. Sejam felizes.

Agora, nós vamos chamar um líder. Na lista dos líderes está aqui: Mário Couto, do PSDB. Está presente. Há um documento assinado pelo nosso Líder, Arthur Virgílio. Mário Couto, essa liderança forte, brava, com muita coragem defende os oprimidos. Ele veio do Pará e pertence ao PSDB. Nunca em tão pouco uma voz se firmou em defesa dos oprimidos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Bondade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora ele está em foco, defendendo os aposentados do Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Bondade de V. Exª.

Senador Flávio Arns, V. Exª está convidado por mim e pelo Senador Paim para, às 16 horas, assistirmos à votação, na Câmara, do reajuste dos aposentados. Vamos ver se não é mais um teatro.

Presidente Mão Santa, Senador Paim, volto a esta tribuna hoje com uma vontade muito grande de falar sobre essa votação tão importante. Mas o que acontece no meu Estado hoje, Senador João Tenório, faz com que eu tenha o dever de voltar a esta tribuna hoje e falar do Estado do Pará.

Falei na semana passada, meu nobre Senador, que o Pará estava à beira do abismo. Hoje, Senador, posso confessar-lhe que, de tanto ver corrupção no meu Estado, de tanto ver violência no meu Estado, Senador Flexa Ribeiro, de ver o descaso das autoridades em relação à população, de ver os escândalos, um

em cima do outro, escândalo em cima de escândalo na minha querida terra... Quase todos os meses nós temos um escândalo no Estado do Pará.

Isso me faz crer, nobre Senador Flexa Ribeiro, nobre Senador João Tenório, meus paraenses, meus irmãos da minha terra, que a Governadora Ana Júlia, que tanto prometeu para nós, que essa Governadora mancha a história e o nome do nosso Estado.

Quando eu vejo, por exemplo, meu Senador, os escândalos que aconteceram na Santa Casa de Misericórdia do Pará... Duzentos e oitenta e dois bebês morreram em menos de dois meses na Santa Casa de Misericórdia! E nenhuma pessoa foi culpada por qualquer ato pela morte de 282 bebês na Santa Casa de Misericórdia!

Um escândalo internacional! Não foi só um escândalo nacional, Senador Geraldo Mesquita, a manchar o nome do meu querido Estado do Pará, um Estado ordeiro, um Estado maravilhoso, mas um Estado que sofre no abandono hoje, um Estado que tem sua história manchada por uma governadora!

Quando me lembro, meu nobre Senador João Tenório, que o Brasil todo, o mundo inteiro, o País, o Pará, assistiu a uma menina de 12, 13 anos de idade, numa cela junto com bandidos, ser torturada por aqueles bandidos, e a Governadora do meu Estado dançando o carimbó aqui no Senado Federal! Dói na alma de qualquer paraense!

Quando vejo as mentiras, Senador João Tenório, as mentiras cínicas, as mentiras publicadas... Quando um governo, Senador Flexa Ribeiro, manda colocar na televisão, como uma forma de propaganda – olhe, Senador, pasme – dizendo que vai plantar no Estado do Pará, nas áreas degradadas, um bilhão de árvores... Quando liguei minha televisão e vi aquilo ali, eu aplaudi e disse: "Graças a Deus vão plantar um bilhão de árvores naquilo que devastaram do meu querido Estado". Propaganda de meses, Senador, na televisão.

Ora, Senador, um bilhão de árvores, tem que ter viveiro para as mudas. E onde estão esses viveiros? Onde estão essas mudas? Como é que se mente descaradamente para um povo? Como é que um povo pode acreditar mais em um governante que diz mentiras na própria televisão do seu Estado, abertamente? Onde estão os viveiros, meu Deus do céu? Onde estão os viveiros com essas mudas de um bilhão de árvores para plantar na Amazônia?

A corrupção invade o meu Estado, Senador João Tenório. Todos os meses a imprensa publica corrupção no meu Estado. Hoje mesmo a corrupção está publicada no meu Estado. A TV Senado pode me auxiliar mostrando para o Brasil. Hoje, jornal de hoje. Eu posso aqui trazer uma pilha de jornais deste ano mostrando a corrupção no Estado do Pará. E todas elas contra nossa população, todas elas martirizando a nossa população, todas elas tirando do bolso do nosso contribuinte. Esta aqui é a respeito de casas populares que o Incra está fazendo no interior do Estado do Pará, em Igarapé-Miri. Telefonou-me o Vereador Vladimir lá de Igarapé-Miri, preocupado com esta situação, dizendo que nas casas – o jornal diz isso hoje – que estão construindo lá, no valor de R$7 mil, eles só gastam R$3 mil. Está aqui o TCU agora mostrando que é verdade. Um bilhão de reais, Senador! As casas caem em menos de um ano, madeira podre, Senador! Enganam a população, aquela que mais precisa, Senador! Aquela que mais precisa! Com o dinheiro dos nossos impostos, Senador!

O Pará é terra sem licitação. Não se faz licitação para nada no Pará. O Governo dá para quem quer as obras no Pará. Aqui tem um bilhão sem licitação, Senador Papaléo! Não se faz mais licitação no Estado do Pará.

O *slogan* da Governadora é "Pará, Terra de Direitos". Direitos de quê, Governadora? Direito de morrer assassinado? Este é o direito que temos no Pará hoje: direito de sermos roubados!

O descaso, Senador, o descaso é muito grande com a nossa terra. A Governadora bradou, a Governadora falou, a Governadora gritou que o Lula é maior companheiro dela. Chegou na hora da Copa do Mundo, o Lula não deu para ela. Os paraenses, com um estádio maravilhoso, um dos melhores do Brasil, chamado Mangueirão, ficaram fora da Copa do Mundo por causa da nossa Governadora. Ela mancha a história do meu Estado. Ela mancha o nome do meu Estado. E os investimentos, quanto o Pará perdeu, paraenses?! Quanto o Pará perdeu! Quanto seria investido para a Copa do Mundo no Pará! Quanto o Amazonas vai ganhar com isso!

E a Governadora Ana Júlia, aquela que prometeu tanto aos paraenses, aquela que disse que ia acabar com a violência, aquela que disse que ia trabalhar para cada um de nós... Há violência no meu Estado. Toda semana eu trago aqui jornais e mostro coisas bárbaras, Senador. E hoje, como sempre, vou mostrar a manchete de um jornal. Acho que nem o trouxe; trouxe, sim, a manchete do jornal *Diário do Pará*. Mostrei ontem. Sabem, paraenses, aqueles que me assistem aqui, são nove mortes por dia na grande Belém. Em nenhum Estado deste País isso acontece. Em nenhuma cidade do mundo isso acontece.

Ana Júlia? Ana Júlia mancha a história do meu Pará. Ana Júlia mancha o nome do meu Estado. Não venho aqui, paraense, inventar história. Vocês me mandaram para cá para defender o meu Estado. Vocês me mandaram para cá para lutar pelo meu Estado. Só

vocês poderão calar a minha voz. Nenhuma ameaça, nenhuma ameaça calará a minha voz. Esta é a voz de um paraense que ama o seu Estado. Esta é a voz de um paraense que não tem medo. Esta é a voz de um paraense que não sabe o que é covardia. Por isso, não adianta fazer ameaças.

"Refém do medo." Jornal de hoje. Os bandidos tomaram conta do meu Estado. Os bandidos fazem o que querem no meu Estado. Matar, hoje, no meu Estado, é a coisa mais comum, nada se apura, nada se pune, é um Estado sem lei.

Ana Júlia? Ana Júlia mancha a história do meu Estado. Ana Júlia mancha o nome do meu Estado. Não vou parar, Papaléo Paes. Não vou parar, meu Senador Flexa Ribeiro. Nunca vimos em nossa vida, nos meus 64 anos de idade – há 30 anos faço política, há 18 anos sou parlamentar –, nunca vi o meu Estado tão arrasado como agora, nunca vi o meu Estado tão abandonado como agora, nunca vi o meu Estado tão desprezado como agora, nunca vi um governante conseguir desmoralizar o meu Estado como agora. Nunca, na minha vida!

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, V. Exª tem permanentemente vindo à tribuna, trazendo ao conhecimento do Brasil, porque os paraenses sabem o caos que está instalado no nosso querido Estado do Pará, as notícias que, lamentavelmente, somos obrigados a divulgar para que o povo possa ter o reconhecimento da necessidade de uma ação de governo. V. Exª vem recebendo ameaças, vem recebendo intimidações, como se isso viesse impedir que V. Exª usasse da palavra, da tribuna do Senado, para defender o nosso Estado do Pará, que é isso o que fazemos. E nós faríamos muito, Senador Mário Couto, todos nós, os três Senadores do Estado do Pará – V. Exª, Senador Flexa Ribeiro e Senador José Nery –, se nós pudéssemos subir à tribuna e elogiar a Governadora. Ela não nos dá oportunidade para isso. Quero dizer que a Governadora e seu Partido, o PT, não metem medo. Não calarão o Senador Flexa Ribeiro e muito menos o Senador Mário Couto, porque, como disse o Presidente Fernando Henrique no encontro de sábado, nesse Partido, que lamentavelmente está no Governo do nosso Estado do Pará e no Governo da Federação, quanto mais eles disserem mentira a respeito de nós, mais verdades nós vamos falar deles, porque muitas verdades V. Exª tem colocado aqui. Aqui, para enriquecer o pronunciamento de hoje de V. Exª: "Ventilador de teto cai e fere três alunos". Sabe onde foi isso? Em Santarém. Sabe quem é a Prefeita? V. Exª sabe. O Brasil precisa saber, o Senador João Tenório também. A Prefeita é do PT: Maria do Carmo. A escola, do Estado, a Escola Álvaro Adolfo, que já foi uma escola modelo para a região do oeste, está aqui sendo acionada pelo Ministério Público, porque a última reforma que essa escola sofreu foi no Governo de Simão Jatene. De lá para cá, já se vão quatro anos nesse desgoverno, a reforma terminou um ano antes do término do governo, cinco anos que a escola não recebe. E aqui tem uma fotografia dos alunos no desfile escolar de Sete de Setembro, com uma faixa: "Ana Júlia, que papelão, esse governo esqueceu a educação". É esta aqui. E mais, Senador: "Escola..." Recebi, pelo *twitter*... E quero até aproveitar o pronunciamento de V. Exª, se me permite, porque eu tenho recebido, e quero continuar recebendo, exatamente essas informações de todo o Estado do Pará. E quero dizer aqui qual é o *twitter* do Senador Flexa Ribeiro: twitter.com/flexaribeiro. Porque, agora, recebi do Lucas Nogueira, um estudante, que me mandou uma foto porque só vendo a vendo eu poderia acreditar. Esta foto aqui, que a TV Senado vai expor e que, com certeza absoluta, enriquece o pronunciamento de V. Exª, é de uma escola no centro da capital, no centro de Belém. É a Escola Estadual Ulysses Guimarães, que fica na Governador José Malcher, no centro de Belém. Está caindo o teto. Caindo o teto. E por aí vai, Senador. E por aí vai. Agora, é importante... A Governadora não nos assiste pela TV Senado porque ela não deixa a TV Senado ser uma TV aberta no Pará. Porque ela sabe que as verdades são ditas aqui e ela nega o espaço para que a TV Senado instale o equipamento lá na Funtelpa. Até a Presidente da EBC, a jornalista Tereza Cruvinel, em uma audiência, já se propôs a intermediar a instalação do equipamento, mas nem isso a Presidente da EBC teve condições de conseguir com a Governadora. Senador Mário Couto, fique certo de que V. Exª tem o carinho e a solidariedade do povo paraense.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E nós vamos continuar, juntos, dizendo as verdades lamentáveis que assolam o nosso Estado nesses três anos e meio de noite escura. Ontem, eu disse, Senador, que faltavam 262 dias...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Ontem, eu disse que faltavam 262 dias para o Pará sair do vermelho. Hoje, só faltam 261.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. É com muito respeito e admiração que insiro no meu pronunciamento o aparte de V. Exª.

Para terminar, Presidente, falo agora da postura da nossa Governadora. Sei que causo ira naqueles que são adeptos a tudo isso que falei. Quando falo da postura da Governadora do meu Estado, irrito seus assessores, seus Deputados na Assembleia. Deveriam aceitar minhas sugestões como sugestões boas, benéficas. Um governante representa seu Estado, seu povo. Representa e responde por um Estado inteiro. No Pará, são sete milhões de pessoas. O governante não é uma pessoa comum. Ana Júlia não é só uma mulher. Ana Júlia é uma mulher governante. Ana Júlia é uma governadora, tem que ter uma postura adequada ao cargo. E quando digo que os jornais de Belém dizem que a Governadora bebe nos bares, que a Governadora não tem postura de governadora, Senador Geraldo Mesquita, será que estou fazendo um mal? Eu estou fazendo um bem, eu estou advertindo. Aí tentam me caluniar, dizendo que estou acusando as mulheres do Pará e as mulheres do Brasil.

(Interrupção do som.)
(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se Ana Júlia fosse somente uma mulher, logicamente, isso não significaria absolutamente nada, mas quando ela se propôs a ser uma governadora de um estado, ela sabia que deveria mudar sua maneira de vida, ela sabia que não poderia fazer as mesmas coisas que fazia antes como uma mulher comum, como uma mulher do povo. Ela tinha que mudar a sua postura, e, infelizmente, não mudou. Não adianta. De tanto ver corrupção no meu Estado, de tanto ver o descaso com o povo do meu Estado, de tanto ver paraenses morrerem com a violência, de tanto ver aquilo...

(Interrupção do som.)
(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Presidente.

De tanto ver aquilo que não queremos ver, que é o meu Estado entrar no caos, eu digo e repito: Ana Júlia manchou a história do meu Estado, Ana Júlia mancha o nome do meu Estado, Ana Júlia tenta me intimidar. E eu respondo ao meu povo: meu Pará – e meu Brasil – verás que um filho teu não foge à luta, nem teme, quem te adora, a própria morte.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Lamento informar que faleceu hoje o Sr. Roberto Macieira, irmão mais novo e único da Dona Marly Sarney. Então, o nosso Presidente, que eu estou a substituir neste instante, estará ausente.

Nós manifestamos nosso pesar ao Maranhão, à família e à nossa querida Dona Marly Sarney. Recebam a solidariedade do Senado da República neste instante. Justifico a ausência do nosso Presidente Sarney, que viaja para o sepultamento do cunhado.

Convidamos, agora, para usar da palavra, um orador inscrito, o nosso Senador João Tenório, que representa aqui o PSDB e substitui o grande Governador Teotônio Vilela Filho.

Para lembrar a grandeza deste Senado, bastaria relembrarmos Teotônio Vilela, que, nessa tribuna, moribundo de câncer, dizia: "Resistir, falando, e falar, resistindo". Graças ao estoicismo de homens como Teotônio Vilela, nós vimos renascer a democracia no Brasil. E hoje V. Exª simboliza essa força.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente, o início deste nosso encontro de hoje está pleno de votos de pesar, como o que formulo pelo falecimento do irmão da Dona Marly. Todos nós sentimos sua morte pela importância que sabemos que ela tem sobre a vida da família, sobretudo do Presidente Sarney.

Gostaria também de registrar um voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Alagoas Luís Abílio, hoje de manhã. Luís Abílio foi Vice-Governador do então Governador Ronaldo Lessa e foi uma figura quieta, reservada, entretanto muito atuante no sentido de reaproximar a sociedade alagoana, fato esse que tinha sido, de certa maneira, prejudicado pela ação não muito gregária do Governador que ele substituiu. Então, os votos de pesar à família do Governador Luís Abílio, que faleceu nesta manhã.

Mas, Sr. Presidente, peço permissão a esta Casa, aos prezados Senadores e às autoridades governamentais competentes, aqui evidentemente não presentes, para chamar a atenção para uma situação muito preocupante que vive o meu pequeno e frágil Estado de Alagoas.

Trata-se de algumas dificuldades absolutamente injustificáveis, é bom que se diga, criadas por alguns técnicos do Ibama no projeto de implantação de um dos principais empreendimentos previstos para o meu Estado nas últimas décadas: o Estaleiro Eisa Alagoas S.A.

A situação é grave e preocupa, pois é evidente que estamos diante de uma real discriminação contra o Estado mais pobre da Federação. Afinal, o tratamento que tem sido dado a Alagoas destoa completamente

do que vem ocorrendo em vários outros Estados brasileiros, em situação idêntica.

A diferença reside simplesmente na interferência do Ibama no processo – que, repito, não ocorre nos demais Estados – e, por consequência, na possível contestação da competência do Instituto do Meio Ambiente alagoano para a realização do licenciamento ambiental.

Caso esse absurdo ocorra inexplicavelmente, Alagoas poderá ser o único caso em que a implantação de um estaleiro em seus domínios terá o licenciamento ambiental atribuído ao Ibama.

A situação é tão esdrúxula, Srªs e Srs. Senadores, que são cada vez mais frequentes, no meu Estado, os rumores de que Alagoas estaria sendo prejudicado em seus interesses devido a motivações político-eleitoreiras menores.

Dizem que a implantação de um estaleiro poderia repercutir positivamente na reeleição do Governador Teotônio Vilela Filho, o que poderia contrariar alguns interesses eleitorais.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador João Tenório?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Com muito prazer, Senador Flexa. Gostaria apenas de terminar um pouco o raciocínio, para que V. Exª tenha a compreensão mais perfeita, mais completa do fato.

E, nesse caso, seria um absurdo imaginar que esses interesses políticos menores possam sobrepor-se ao bem-estar da população alagoana. Seriam, assim, menores e mesquinhos.

Concedo um aparte a V. Exª, com muito prazer e honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador João Tenório, hoje eu acho que muito pouca coisa nos causa espanto nesse Governo Federal que aí está instalado. O Ibama – já disse isso várias vezes – tem uma ação nefasta. Acredito que o Ibama trabalha contra os interesses do Brasil, a juízo meu. Já disse isso ao Presidente do Ibama, já tive várias discussões. Mudamos a legislação, há alguns anos, transferindo para os Estados as licenças ambientais daqueles empreendimentos que estivessem em seus territórios. Quando o empreendimento tivesse repercussão ou instalação em mais de um Estado, aí sim o Ibama seria ouvido. Fico pasmo de ver que V. Exª traz a denúncia aqui de que o Ibama quer impedir a instalação de um estaleiro no Estado das Alagoas, quando a Secretaria do Meio Ambiente de lá já examinou o projeto e permitiu a instalação. Acho que ela está extrapolando, e, com certeza absoluta, é isso que V. Exª está denunciando. Mas quem está sofrendo não é o Governador Teotônio Vilela, cujo trabalho será reconhecido pelo povo, que vai reelegê-lo. Quem vai sofrer são os alagoanos que perderão investimentos e geração de emprego e renda, que deixarão de ter os recursos investidos no Estado. Como V. Exª bem disse, estaleiros outros foram instalados em vários Estados. Em Pernambuco e no Rio de Janeiro, estão todos trabalhando com encomendas da Petrobras. E lá só não acontece, porque – esse Governo diz que não discrimina, mas discrimina, sim – lá é o Governo do PSDB, do Governador Teotônio Vilela Filho, que está, como foi feito no Pará, no Ceará, em Minas, em São Paulo, dando rumo ao Estado das Alagoas. Tenho certeza de que a denúncia que hoje V. Exª traz aqui repercutirá junto ao povo das Alagoas, que deve unir-se, para evitar que o Ibama cometa mais um atentado contra o desenvolvimento do nosso País.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa. V. Exª traz, com muita precisão, a visão que o Ibama tem, de modo geral, das coisas que dizem respeito ao desenvolvimento do Estado e do País como um todo.

No caso específico de Alagoas, direi mais à frente, estamos discutindo um tema de 90 hectares de mangue. E, na mitigação, está-se propondo fazer uma recuperação de cinco vezes mais do que o prejuízo ecológico que, por acaso, esses 90 hectares pudessem proporcionar ao Estado de Alagoas.

É impossível imaginar que um impacto em 90 hectares no Estado de Alagoas venha a trazer consequências deletérias nos Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia, o que exatamente, como V. Exª bem o disse, aí sim, justificaria uma ação do Ibama no caso.

A primeira fase do Governo do Senador Teotonio Vilela impunha a realização de grandes ajustes nas contas estaduais, e assim foi feito. A maior prova disso foi o reconhecimento dado por este Senado e pelo Tesouro Nacional à gestão fiscal alagoana, quando aprovaram, no final do ano passado, uma operação de crédito entre o Estado de Alagoas e o Banco Mundial para a reestruturação da sua dívida, algo que não ocorria por impossibilidade legal perante a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde o ano 2000.

Vencida a agonia fiscal, o principal desafio passou a ser a retomada da atividade econômica do Estado. Srs. Senadores, Senador Tasso, Alagoas passou dez anos absolutamente estagnado no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico. Os governantes que antecederam o Governador Teotonio acreditavam muito na história de que existe almoço de graça, e, como dizia o nosso querido, bom e velho Adam Smith, isso não é possível.

Então, eles apenas desprezaram completa e totalmente tudo aquilo que era possível e necessário fazer para o desenvolvimento econômico do Estado, que

passou dez anos absolutamente estagnado no que diz respeito ao crescimento econômico, com as consequências sociais naturais advindas desse fato.

O Governador, depois de ter vencido essa fase inicial crítica que todos os senhores conheceram, de que tomaram conhecimento e ajudaram a resolver, que foi o ajuste fiscal que o Estado passou, iniciou o processo de desenvolvimento, percebendo que sem que Alagoas desenvolvesse um processo de industrialização, um processo de ativação do seu potencial turístico seria impossível fazer com que o Estado saísse daquela estagnação econômica; e sem sombra de dúvida seria também impossível sair daquele nível de indicadores sociais e econômicos terríveis que o Estado vivia até então.

Nos últimos vinte anos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador João Tenório, quando entender oportuno, no que V. Exª está expondo, me conceda um aparte? Mas no momento que entender oportuno.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não, Senador.

Nos últimos vinte anos, nenhuma fábrica, Senador Marconi Perillo, sequer um novo hotel foi instalado. E é bom que se destaque a vocação do Estado para ambas as atividades: fabril, pela existência de um polo plástico excelente; e hoteleiro, pelo imenso potencial turístico de Alagoas.

Concedo o aparte com muita satisfação e orgulho ao Senador Arthur Virgílio, para que enriqueça com suas palavras o nosso pronunciamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito bem, Senador. Eu vou tentar ser bem cartesiano. Tentarei chegar a esse objetivo. Em primeiro lugar, o Governador Teotônio Vilela foi muito claro comigo. Disse: "Arthur, eu não tenho razões de queixa do Presidente da República porque, nos momentos mais difíceis, me socorreu". E mais, não só promoveu certas obras federais no Estado, como repassou recursos para a administração direta do Governador Teotônio Vilela. Devo dizer isso a bem da verdade, por prezá-la. Logo, então, eu excluiria o Presidente dessa suposta maquinação contra uma obra tão relevante como essa que V. Exª traz ao conhecimento do País, essencial para Alagoas, e V. Exª trouxe de um jeito muito organizado. V. Exª falou do ajuste fiscal, duro, que eu acompanhei, promovido pelo Governador Teotônio Vilela, tirando Alagoas de um buraco terrível; e ele reconhece que, com ajuda do Governo Federal, cortou todos os custos, todos os gastos supérfluos e enxugou tudo o que podia enxugar nas Secretarias; cortou todas as despesas correntes que poderiam ser dispensáveis, para preservar o mínimo de capacidade de investimento do Estado; e isso era muito pouco, que ele precisava de ajuda internacional, até, mas imediatamente de ajuda nacional, de ajuda federal, para ir para uma segunda etapa. Senão, ia ficar administrando meramente folheto de pagamento. E V. Exª diz bem, de maneira muito organizada: está na hora agora de industrializar Alagoas ou de reindustrializar Alagoas. Não sei qual seria a terminologia mais correta. Esse estaleiro é uma obra chave, uma obra essencial, pelo que vai gerar de emprego na construção, pelo que vai gerar de emprego depois, pelo que vai atrair de novas atividades correlatas a ela e criando-se um novo clima, algo que eu imagino, no final de governo de Teotônio Vilela e num governo em que eu confio muito, no segundo governo de Teotônio Vilela, seria um *boom*, alguma coisa como um *boom*, em função de ele ter plantado e de agora estar podendo ver o seu povo fazer uma bela colheita. Vou tentar ser bastante cartesiano. O entendimento do governador é que o IMA, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, deveria ser o responsável pela autorização da obra. Eu pediria, Presidente, se meus colegas pudessem prestar atenção, prosseguir porque é um discurso que tem a ver com o Pais. Estamos tratando de um Estado do Nordeste em maiores dificuldades do País. Eu retomo. O Instituto do Meio Ambiente seria o órgão a autorizar a obra, a dar o licenciamento ambiental para a obra. Aí alguém poderia argumentar: "Não, o Governador Teotônio Vilela quer isso porque ele manda no IMA de Alagoas". Raciocínio primário. Poderia ser que o governador fosse primário; ele não é. Mas alguém primário poderia dizer: "Então é isso!". Mas não, o governador quer isso com a assessoria e a presença permanente do Ibama nas tratativas, se é que eu entendi corretamente. Se eu estiver errado, V. Exª me corrija, a qualquer momento deste aparte. Quer que o IMA seja o órgão a autorizar – o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – mas com a assessoria, a presença e, eu diria, até a fiscalização permanente do Ibama. De repente, saiu estranho parecer que transfere para o Ibama esta prerrogativa, retirando do IMA e, praticamente, imobilizando a perspectiva de se construir o estaleiro no Município de Coruripe. Muito bem, a Ministra do Meio Ambiente atual convidou o Governador Teotônio Vilela para uma conversa. O Senador Flexa Ribeiro fez algumas críticas muito duras ao Ibama e eu aqui as endosso, lamentavelmente. Há quem confunda Ibama com boa defesa do meio ambiente. No meu Estado praticam coisas da maior estupidez. E vou dizer a V. Exª algo que vai estarrecer qualquer pessoa do Greenpeace – e eu me considero um ambientalista. Senador Jereissati, no Município de Tapauá, no Amazonas, uma onça ataca um cidadão. O cidadão se defende com sua arma e mata a onça.

Ficou todo arranhado, mas matou a onça. Na hora em que foi feito o julgamento, o delegado do Ibama diz para ele: "O senhor não podia ter feito isso!" "Mas eu fiz em defesa própria!"Um caboclo humilde do interior o meu Estado. "Fiz em defesa própria". "Mas o senhor não podia ter feito isso!" "Mas como? Eu ia morrer!" "É que a onça é um animal em extinção e o homem, não". Quer dizer, é uma estupidez tão grande que provoca risos, mas, ao mesmo tempo, provoca ira. Então, porque tem um bilhão e trezentos milhões de chineses, eu devo entregar a minha vida ao último urso polar que exista na terra? É algo contra a nossa própria animalidade, aquele instinto de defesa que nos faz viver. E o Governador Teotônio Vilela está lutando pelo povo dele, justamente pela sequência: enxugou, investiu – e aí reconheço de novo a ajuda preciosa que ele teve do Governo Federal – e a terceira etapa está vindo: é a reindustrialização ou a industrialização do Estado de Alagoas. Isso nos leva a algumas perguntas: interesses políticos menores? Meus Deus!

(O Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente, acho que é um assunto tão relevante esse! Interesses políticos menores? Quais? Partindo de quem? Quais? Se denunciados, as pessoas porventura envolvidas nisso ficariam muito mal. Eu aqui, e sou adversário do ex-Governador do Estado do Amazonas, já paralisei sessão para que o Palácio apressasse, perto do recesso parlamentar de julho, o envio de uma mensagem que entregava recursos do BID para projetos que projetam o meu adversário lá. Eu disse: "Enquanto não chegar esta mensagem, eu vou obstruir as votações das demais mensagens de empréstimo, porque eu não tenho nada contra qualquer Estado se beneficiar de empréstimos com juros privilegiados e com prazos largos, mas e o meu empréstimo? Por que o do Amazonas não chega?". Então, não é hora de se pensar em eleição, se vai dar voto, se não vai dar voto; é de se pensar em Alagoas e no Rio Grande do Sul, que foram os Estados cujos Governadores, ao assumirem, encontraram a situação mais dura, mais difícil, mais precária. Eu queria me solidarizar com V. Exª, Senador João Tenório, e lhe dizer da minha absoluta disposição de participar em qualquer etapa dessa luta, porque eu conheço o esforço que V. Exª tem feito e, sobretudo, o esforço que tem feito o Governador Teotonio Vilela para soerguer aquele Estado. Hoje já é outro Estado. E mais: vamos falar a verdade. Se tem questão eleitoral – eu queria deixar bem claro para os meus companheiros, Senador Perillo, Senador Tasso, para V. Exª –, o Governador Teotonio Vilela é, sim, um fortíssimo candidato à reeleição. Por quê? Porque organizou o Estado, porque não fez a velha fisiologia, não praticou empreguismo, porque pagou um alto preço de popularidade, porque conseguiu dar consistência a sua gestão, conseguiu interligar uma ação à outra, porque teve ajuda federal. Nesse episódio, não se pode dizer que o Presidente Lula tenha agido de maneira mesquinha, porque não agiu. Na verdade, agiu de maneira nobre em relação à administração do Governador Teotonio. E, aí, vamos impedir a terceira etapa, como se isso aí fosse definir a eleição? Eu pergunto: "Será que define?" Não define? Será que não define? Eu acho que não decide. Mas, de qualquer maneira, sofre o povo que deixa de ter emprego, sofre Alagoas que deixa de recolher impostos, sofre o Estado que atrasa um episódio relevante – relevante! –, que é a terceira etapa de um projeto de recuperação, planejado meticulosamente pelo Governador Teotônio Vilela e por sua equipe competente. Então, quero colocar aqui a V. Exª a solidariedade da Bancada do PSDB. Queria dizer que, para nós,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – (…) é uma questão de honra que esse estaleiro seja liberado, e liberado de acordo com o que prevê a Constituição do Estado: a liberação saindo pelo Instituto do Meio Ambiente, pelo IMA de Alagoas, e o Ibama estando presente como agente fiscalizador, obviamente sem cometer aqueles exageros da onça a que me referi, que denigrem a imagem de um órgão que deveria ser amado e que termina sendo odiado no interior do País pelas atitudes arbitrárias que pratica e que tem praticado com tanta insistência, sempre contra os menores. Nesse caso, contra um Estado menor. Mas sempre contra os menores, no meu Estado. Sempre contra quem não devasta e sempre contra quem não quer devastar. Queria dizer a V. Exª, portanto, que a minha solidariedade é intensa em qualquer etapa em que essa luta se manifeste. Muito obrigado.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Arthur. Todos nós conhecemos a solidariedade e a amizade que V. Exª tem pelo Estado de Alagoas, pelo Governador...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Eu gostaria de pedir ao Presidente que me concedesse um pouco mais de tempo, em função da gravidade e da importância disso para o Estado e também pelo fato de eu não ser um frequentador contumaz desta tribuna. Então, eu acho que mereço um pouco de tempo, que V. Exª poderia me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sou encantado pelas belezas da natureza de Alagoas,...

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –(...) mas aprendi com Sófocles que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. E você é um que eu conheço.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas aí tem um tal de Regimento que fizeram, que não fui eu. Eu sou muito pelo espírito da lei. Seria para V. Exª ter dez minutos, e V. Exª já está quase há trinta. Contudo, eu estou aqui; eu coloco à assembleia que é soberana. Continua V. Exª com a palavra.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Não é simples, especialmente diante da competição com Estados em situação mais favorável, mas, ainda assim, temos tido êxito. E o Estaleiro Eisa Alagoas é um exemplo concreto do empreendimento com a capacidade de transformar positivamente a realidade do nosso Estado.

O estaleiro será implantado no Pontal do Coruripe, onde irá ocupar uma área de 208 hectares, totalizando investimentos da ordem e grandeza R$1,5 bilhão. Com uma capacidade de produção de quatro a oito navios e o processamento de 160 mil toneladas de aço por ano, estima-se a geração de 4.500 empregos diretos e outros 9 mil indiretos, além do impacto positivo do empreendimento em vários segmentos econômicos com ele relacionados durante e depois de sua construção.

Porém, Srªs e Srs. Senadores, isso só será possível se superarmos a tempo as dificuldades apresentadas. Primeiramente, vale ressaltar que o Estado de Alagoas já tomou todas as providências, como disse o Senador Arthur Virgílio, necessárias para o bom andamento desse processo, levando em consideração todas as exigências para fazê-lo de forma correta, sobretudo do ponto de vista ambiental.

A grande novidade – repito – foi a interferência do IMA no assunto, diferentemente do que ocorreu em todos os demais Estados que estão construindo estaleiros.

Segundo a Resolução do Conama, para caracterizar a responsabilidade do IMA pelo licenciamento, pressupõe-se que o impacto ambiental do empreendimento deve transpor as fronteiras do Estado em que se localiza. No caso alagoano, chama a atenção o fato de que o parecer técnico apresentado tenta caracterizar o impacto ambiental em outros Estados com argumentação extremamente frágil e equivocada, concentrando, inclusive, de forma surpreendente suas críticas em aspectos socioeconômicos.

Senador Arthur, V. Exª contou aí a história exótica, absolutamente exótica, da onça que gostaria de devorar um ser humano e foi por ele esfaqueada, mas V. Exª vai ver aqui agora um pouco de coisa tão exótica ou talvez até um pouco mais exótica do que isso que V. Exª citou.

Causando-nos muita estranheza, diz o parecer assinado por três analistas do Ibama:

> Já em termos socioeconômicos [o que já é estranho porque isso não é o objetivo do IBAMA] destacamos a expectativa gerada pela possível instalação do empreendimento na população da Região Nordeste, o que acarretará migração para o Estado de Alagoas de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego. Tal fato gera favelização e sobrecarga nos serviços públicos já carentes do Estado (saúde, saneamento básico e educação etc.). Outro ponto relevante [diz o relatório] diz respeito ao porte do empreendimento que acarretará demanda por diversos insumos não presentes em Alagoas, impactando o sistema viário das unidades federativas vizinhas e a dinâmica da economia regional.

Para se ter ideia, Senadores, o Estado de Pernambuco, no Porto de Suape, instala hoje uma refinaria, três estaleiros, uma grande indústria de plástico e, possivelmente, uma indústria automotiva, e, nem por isso, o IMA de Pernambuco deixou de ser o ente responsá vel pela avaliação dos danos que poderia provocar; nem por isso, e por muito menos do que isso, vão favelizar, e há preocupação quanto à favelização do Estado de Pernambuco.

Então, é uma coisa absolutamente surreal esse relatório que foi feito pela...

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não, Senador.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador João Tenório, em primeiro lugar, eu queria parabenizar V. Exª pela importância do assunto que aborda hoje, aqui, nesta tribuna. Eu não conhecia em detalhes, mas, pelo que V. Exª acaba de ler, esse parecer verdadeiramente é contra o Estado de Alagoas, contra o desenvolvimento do nosso Estado, e precisa, sim, ser combatido. Esse estaleiro é um investimento muito importante para Alagoas e para o Nordeste, e tudo o que precisar ser feito para que haja uma delegação do órgão ambiental nacional para o órgão ambiental estadual, acho que devemos fazer. Para tanto, aproveito a oportunidade para dizer que marcamos um encontro

com a Ministra do Meio Ambiente na próxima terça-feira, com representantes do Governo do Estado, com representantes da nossa Bancada aqui, no Senado, e com os representantes da Bancada de Deputados Federais, para que possamos, de uma vez por todas, dizer à Ministra do Meio Ambiente que Alagoas não pode esperar. Nós precisamos desse investimento. E não delegar essa licença ambiental para o órgão do Estado significa atrasar o processo de investimento privado, de investimentos da própria Petrobras em Alagoas, na nossa infraestrutura. E não dá para a Bancada concordar com isso. De modo que conte com meu apoio incondicional. E queria convidar V. Exª para que nós fôssemos juntos, na terça-feira, a essa audiência com a Ministra do Meio Ambiente. Eu tive a oportunidade de conversar com ela, por telefone – ela viajou hoje ao Rio de Janeiro –, e combinamos essa audiência na terça-feira para que, de uma vez por todas, com o apoio dela e com o apoio do Presidente da República, nós possamos, exatamente, conseguir essa delegação, que é fundamental para Alagoas, para o futuro de nosso Estado e para o desenvolvimento que queremos para Alagoas também. Meu apoio incondicional, Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. V. Exª não imagina a alegria que me proporciona sua posição. A mim só, não; tenho certeza que a todo alagoano que espera que a Bancada federal se dedique, se aplique. E V. Exª está dando demonstração de que algo ocorrerá nesses próximos dias.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Sem dúvida. Eu acho que essa audiência da terça-feira é uma oportunidade para que possamos dizer, com todas as letras, todos nós, o que V. Exª está dizendo: que esse parecer é uma coisa ofensiva, é uma coisa contra nosso Estado. O Estado de Alagoas tem a melhor tradição com relação a seu órgão de meio ambiente, o órgão de ambiente estadual. Aliás, a audiência foi pedida a mim pelo Prefeito de Coruripe, Marx Beltrão, que, desde o primeiro momento, está muito interessado – como todos nós – na viabilização desse investimento. É fundamental que todos nós estejamos aqui para que possamos, de uma vez por todas, deixar isto claro: esse parecer não pode preponderar porque ele é contra Alagoas, é contra o futuro do Estado, contra o nosso desenvolvimento, contra a geração de emprego, contra o progresso social que precisamos ter. E a Bancada de Alagoas está aqui exatamente, independentemente dos partidos a que pertencem os seus membros, para dizer isto. O Presidente Lula...

(Interrupção do som.)

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – (...) ele ajudou o Estado em todos os momentos. Alagoas nunca teve os investimentos que está tendo agora exatamente, quer dizer, são mais de dez bilhões. Nós estamos, ao mesmo tempo, fazendo duplicação de estradas. O Governo do Estado teve quase R$1 bilhão em empréstimos – nós o aprovamos aqui. O pedido de empréstimo chegou aqui e, no mesmo dia, foi aprovado. Há, também, um outro empréstimo junto ao Banco Mundial. Tudo bem. Isto tudo é importante, mas é muito importante também esse investimento, esse estaleiro, e a Bancada, como eu dizia, está aqui para demonstrar que esse investimento precisa acontecer. De modo que, Senador João Tenório, eu queria convidar V. Exª para que, juntos, os três Senadores do PMDB e também os representantes da Câmara Federal e representantes do Governo do Estado... E aproveito a oportunidade para dizer que acho importante a presença do Governador e não apenas de representantes do órgão do meio ambiente estadual. É muito importante a presença do Governador na audiência para que não haja nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma dúvida com relação a isto: da necessidade incontornável, insubstituível, desse investimento para o nosso Estado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador João Tenório, eu tenho acompanhado, de uma certa maneira, todo o problema do Estado de Alagoas desde que o Governador Teo assumiu o Governo: sua luta, o imenso esforço que ele tem feito no sentido de dar ao Estado uma disciplina fiscal mínima, para que tenha condições de ter uma estrutura administrativa e financeira sólida, que possa sustentar o crescimento equilibrado, sustentável e sustentado, do Estado de Alagoas, o que tem sido uma batalha gigantesca. Foi com muita felicidade que acompanhei o sucesso da luta dele, já quando os primeiros sinais de sucesso começaram a aparecer, e a alegria com que ele começou a ver as perspectivas, a ter seus frutos por meio do desenvolvimento, do crescimento econômico, geração de emprego etc. Agora, um dos frutos desse esforço seria a instalação desse estaleiro em Alagoas. O relatório que V. Exª acaba de ler me deixou completamente espantado. Realmente isso é de uma irresponsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Tasso Jereissati, tenho que pedir desculpas ao Brasil, já que o nosso Presidente dá provas de seu estoicismo.

Sr. Presidente, eu anunciei o falecimento do cunhado de V. Exª, Roberto Macieira, pelo que a Casa já havia manifestado um voto de pesar à nossa querida Dª Marli. Antecipei que V. Exª não iria comparecer, mas V. Exª dá mostras de um grande estoicismo e, mesmo sofrendo, vem cumprir o seu dever. Mas quero dizer que toda a Casa já manifestou o seu pesar.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Agradeço ao Senador Mão Santa e à Casa pelas palavras de solidariedade que ele acaba de proferir em consideração a mim e a minha esposa...

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Estou falando, Senador.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª tem a palavra.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Como eu dizia a V. Exª, a leitura desse argumento que foi feito pelo Ibama em relação ao estaleiro é de um absurdo que não tem qualificativo, não tem adjetivo, para se dimensionar .

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Nem a onça do Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Parece a onça. Ou seja, gerar emprego gera favelização; é a consequência. O que ele disse é que todo mundo que gerar emprego vai gerar favelização e pobreza. Quer dizer, é de um absurdo, é o inverso do inverso do inverso e ninguém pode fazer, nenhum órgão técnico, Senador, perdoe-me, pode fazer um parecer desses impunemente, é preciso...

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... averiguar o que tem por trás disso. Primeiro, não fosse o absurdo do parecer, não é sequer competência do Ibama falar sobre esse assunto. Então, isso não pode ficar impune. V. Exª tem noção de quem assinou esse...

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Três assessores do Ibama.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – De Alagoas mesmo?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Não, de Brasília.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – De Brasília. Era bom que V. Exª lesse esses nomes.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Eu não os tenho aqui, Senador, mas é fácil saber.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Nós precisaríamos, pois gostaríamos de ver, porque isso é de irresponsabilidade. Evidentemente, quem assinou isso não tem condição mínima para dar parecer nenhum em lugar algum sobre uma questão da gravidade dessa. Ora, Senador Arthur Virgílio, já imaginou ficar o desenvolvimento do Estado na mão de um parecer dessa qualidade, dessa irresponsabilidade, como fizeram as pessoas que o assinaram? Isso é impossível. Vamos fechar todas as fábricas de São Paulo, as montadoras de automóveis, todas as fábricas de aviões, a Embraer, porque estão gerando favelização. É isso o que esse homem está dizendo. Esse homem não tem condições técnicas e, parece-me, nem psicológicas – porque não é problema dele – para dar um parecer como esse. Eu queria que V. Exª, depois, trouxesse para nós não apenas por causa do caso de Alagoas especificamente, e de todas as consequências, a luta do Governador Téo, mas para que ele não possa fazer isso em outras ocasiões.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Senadores, imploro a reflexão de todos aqui presentes, pois me parece que estamos diante do primeiro caso em que desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda gera favelização. É mais ou menos, Senador Tasso Jereissati, o que V. Exª disse: o desenvolvimento gera favelização. É o primeiro caso talvez da história do mundo contemporâneo em que se identifica, como fator gerador de favelização e situação social deteriorada, o desenvolvimento e a instalação de atividades que geram oportunidade de renda e trabalho.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador João Tenório, quando puder, queria um aparte.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Senador José Agripino, com muito prazer e satisfação, concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador João Tenório, eu estava ouvindo o discurso de V. Exª e vim ao plenário rapidamente porque eu queria prestar um depoimento sobre o Governador Teotonio Vilela, que foi nosso colega aqui muitos anos, que tem o apreço da Casa, mas que é um homem de bem, acima de tudo, um homem de bem. Ele rasgou na própria carne. Ele fez uma opção: entre o prestígio dele e a recuperação de Alagoas, ele optou pela recuperação de Alagoas. Ele passou, o começo do Governo dele todo, em processo de desgaste profundo, mas recuperando as finanças do Estado. Agora, ele está partindo para a consolidação das vocações econômicas do Estado. V. Exª sabe que Estado do Nordeste, para gerar emprego, tem que gerar emprego em cima de vocação. Não adianta querer fazer uma fábrica de parafusos em Alagoas, porque Alagoas não tem vocação para

siderurgia, não tem vocação para certas coisas, mas turismo tem, e tem uma bela costa. O Município de Coruripe oferece condições para uma coisa que pode ser o grande trunfo para o desenvolvimento e para a economia de Alagoas, que é o estaleiro. Imagino que o Governador e a classe política de Alagoas estejam todos apostando suas fichas integrais nesse investimento que deve ter custado um enorme esforço de buscar e trazer o investidor, oferecer a oportunidade local. E, agora, chega o Ibama e começa a colocar dificuldades por não conceder ao instituto local o direito de oferecer ou não a licença ambiental. Eu não quero dizer que vai oferecer ou não. Está sendo negado o direito ao instituto local, que tem o interesse local de apreciação também, em oferecer um laudo favorável ou não à instalação desse pretendido estaleiro, que será um marco na economia ou na nova economia de Alagoas. Quero me associar à indignação de V. Exª e ao esforço do Governador Teotônio, e dizer que, em se tratando de Nordeste, quando se encontra a vocação natural, para que a vocação natural produza algo competitivo, capaz de sobreviver ao investimento feito, à competição nacional e internacional, não se pode dobrar ou se parar à primeira investida contra. Acho que o esforço dos alagoanos, que se soma ao nosso esforço, tem de ir em frente para que essa oportunidade de investimento, que é singular, que é única, que é pontual, chegue ao final. A V. Exª e ao Governador a minha solidariedade e o compromisso do meu partido de se associar à causa, em benefício do Estado de Alagoas.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador José Agripino. V. Exª...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador João Tenório?

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – V. Exª tranquiliza um pouco o Estado de Alagoas, porque sabemos a importância do seu apoio, do apoio do seu Partido a causa qualquer, quanto mais a uma causa dessa importância, do impacto que isso proporciona ao meu querido Estado de Alagoas.

Tenho o prazer de ouvir o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador João Tenório, primeiramente, os cumprimentos a V. Exª pela forma criteriosa com que expõe esse problema na defesa do seu Estado, com conteúdo, com argumentos consistentes e, certamente, convincentes. Não creio que o Governo possa resistir à verdade que V. Exª sustenta ao reivindicar o progresso para o seu Estado. Segundo ponto, destacar a importância do esforço que realiza o Governador Teotônio Vilela de organização do Estado, de viabilização, de recuperação da capacidade de investimento do Estado para proporcionar progresso e desenvolvimento. E com relação a compatibilizar os interesses do progresso com a imprescindível necessidade de preservação ambiental, é uma questão de complexa administração, mas, certamente, neste caso, não há a tal complexidade. O que há neste caso é exagero, é abuso, é, de certa forma, o inusitado, é, obviamente, até a irresponsabilidade, porque jogar contra o interesse de desenvolvimento de um Estado, com argumentos tão pueris, certamente é irresponsabilidade. E dizer que em tempo algum se viu um Governo ter tanta dificuldade para compatibilizar o interesse do progresso com a preservação ambiental. Porque esse não é um fato isolado, existem tantos outros fatos que ocorrem no País que demonstram a falta de capacidade e de competência do atual Governo de estabelecer essa compatibilidade de interesses. Isso é fundamental, isso é essencial, é uma das prioridades para o Brasil se desenvolver. Cumprimento V. Exª.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

De fato, as palavras de V. Exª trazem a confirmação de toda a percepção que temos de que é uma coisa que ultrapassa até os limites do Estado. O fato em si é algo que acontece com frequência no Brasil como um todo. Mas isso para Alagoas é de uma importância tão grande, mas tão grande que faz com que nos centremos no problema que lá acontece.

E se está correto o que afirmam as analistas do Ibama – já temos o nome, Senador Tasso Jereissati; V. Exª já deve ter recebido –, Alagoas está condenada a nunca receber qualquer empreendimento expressivo relevante. Não podemos, portanto, criar demanda por novos insumos e alterar a dinâmica da economia regional. Eu diria que isso é quase surreal.

Pois é exatamente isso que toda pessoa séria e consciente de Alagoas quer: impactar positivamente a economia regional e mudar radicalmente a sua dinâmica em favor do bem-estar local. Ou será que nós, alagoanos, não temos direito de nos desenvolvermos e de almejar uma condição melhor para nossa sociedade?

Presidente Sarney, antes de V. Exª chegar eu tinha solicitado um pouco de paciência ao Presidente Mão Santa, porque se trata de uma assunto tão dramático para o meu Estado. Como não sou frequentador assíduo desta tribuna, achei-me no direito de me alongar um pouco. Peço, por isso, sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Já dei dez minutos a V. Exª e vou lhe dar mais cinco.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador João Tenório, queria dar um depoimento que colabora com a sua palavra de hoje. Muitos e muitos anos atrás, Pernambuco – o Estado de Pernambuco, no geral, não é patrimônio de um Senador, de um partido ou de uma força política – decidiu instalar o Porto de Suape, que, com um bom tempo, veio a se transformar na base para o recente esforço de desenvolvimento do Estado, que nos tira de um patamar econômico para outro, obra de muitos governos. Durante todo esse período houve um problema, entre muitos, para ser resolvido: a questão do meio ambiente. Essa questão sempre foi citada de uma ou outra forma, mas sempre foi resolvida. Estou lhe dando um depoimento sobre algo que acompanhei o tempo todo. Fui Presidente do Porto de Suape por mais de sete anos, trabalhei no porto e no projeto por vários governos e depois como Parlamentar o tempo todo. Mas sempre tivemos problemas na área do meio ambiente. Três ponderações: esses problemas são necessários. Não se vai chegar a uma conclusão que equilibre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável sem necessariamente fazer um grande investimento nesse campo, prestar atenção nele, procurar soluções para ele. Segundo, efetivamente muitas das demandas colocadas pelos órgãos de meio ambiente foram desproporcionais. Muitas causaram até, em determinado momento, danos ao projeto, danos à sociedade e danos a Pernambuco. Porém, e essa é a terceira consideração, toda essa questão se resolve quando a condução desse processo se dá de uma forma madura, competente e com um grande esforço de articulação e de união, um grande esforço de união. Eu penso que a palavra do Senador João Tenório, um homem público dos melhores, pode dar uma diretriz para que esse esforço de conciliação seja alcançado e para que o Estado, a população não sofram verdadeiramente prejuízos. Há sempre uma contabilidade a acertar com o meio ambiente, para pequenos projetos, projetos médios e projetos grandes. É indispensável, para os grandes, pequenos e médios projetos, que a contradição exista e que se dê a solução. Eu tenho total confiança de que V. Exª terá todo apoio de todos nós. E o Governador Teotônio, com certeza, já o tem também. V. Exª, o Governador e o Estado de Alagoas vão conduzir esse processo de forma bem-sucedida e terão apoio para coibir exageros, reivindicações desproporcionais nem sempre factíveis que causam danos ao conjunto da população e à sustentação econômica da população. Impossível não dar prioridade no Nordeste pobre, e Alagoas também, à produção de uma nova economia que gera resultados fiscais e emprego. Um estaleiro em Alagoas terá resultados fiscais, terá resultados importantes do ponto de vista do emprego e poderá abrir também novos espaços, novas compensações para que a questão do meio ambiente seja resolvida. Quero apoiar V. Exª em seu pronunciamento e dizer que conte conosco e que a sua palavra honra o Congresso Nacional.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Só para, digamos assim, não perder a oportunidade daquilo que V. Exª falou, não é demais lembrar, apenas como exemplo, o caso de Pernambuco, que para instalar dois estaleiros, que é exatamente o projeto que está em andamento, está sendo autorizado a mitigar 1.076 hectares.

Uma coisa normal, a mitigação é a coisa mais inteligente que existe no que diz respeito à relação meio ambiente e desenvolvimento. Em Alagoas são menos de 90 hectares. Então, imaginar que 90 hectares podem proporcionar, podem impactar o meio ambiente dos Estados vizinhos, que, aí sim, haveria a necessidade da intervenção do Ibama no processo, é uma coisa que não cabe a ninguém.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador João Tenório, eu estou solicitando este aparte para cumprimentá-lo pela lucidez desse pronunciamento e, ao mesmo tempo, pela oportunidade. Todos nós acompanhamos relativamente de perto a atuação corajosa, destemida e competente do Governador Teotônio Vilela, que enfrentou inúmeros desafios, corporativos inclusive, para colocar, ou recolocar, nos eixos o Estado de Alagoas. E ao examinar aqui este parecer técnico de iniciativa do Ibama e do Meio Ambiente, eu percebo que o parecer desses três analistas é algo absolutamente contraditório, eu diria até ridículo. Se nós pensamos no crescimento sustentável, no desenvolvimento, é claro que isso gera demandas novas. Mas é preciso suprir essas demandas. O Estado deve se preparar para isso. Se o Governador Teotônio Vilela luta, batalha por esse empreendimento, pela instalação desse estaleiro, é porque ele está certo de que terá que viabilizar as condições de infraestrutura e as outras condições sociais para que famílias possam ocupar esse mercado de trabalho. Eu gostaria de ler apenas uma parte desse parecer que considero esdrúxulo, ridículo.

> Já em termos socioeconômicos, destacamos a expectativa gerada pela possível instalação do empreendimento na população da Região Nordeste, o que acarretará migração para o Estado de Alagoas de trabalhadores em busca de oportunidades de emprego. [Olha, é isso que a gente precisa, é preciso gerar emprego] Tal fato gera favelização e so-

brecarrega os serviços públicos já carentes no Estado: saúde, saneamento básico, educação. Outro ponto relevante diz respeito ao aporte de empreendimentos que acarretará demanda por diversos insumos não presentes em Alagoas, impactando o sistema viário nas unidades federativas vizinhas e a dinâmica da economia regional.

Olha, é esse tipo de problema que todos nós queremos. Foi esse tipo de problema que eu busquei quando fui governador de Goiás: atrair indústrias, investimentos, empregos, mas gerar as condições demandadas por esses investimentos. Eu parabenizo V. Exª ...

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – ... por esse lúcido pronunciamento e principalmente ao Governador Teotônio Vilela pela ousadia, pelo arrojo e pela coragem.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador.

Eu já termino, Presidente.

Nós, alagoanos, estamos pedindo apenas isonomia em relação aos demais Estados do País. Alagoas não quer nada a mais; porém, não é justo receber tudo a menos, do que tem sido praticado pelo Governo Federal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – ... nas outras unidades da Federação. Somos um Estado que necessita muito de empreendimentos como esse e, por isso, tenho certeza de que contaremos com a solidariedade e o empenho da Bancada federal de Alagoas, que já foi citada aqui pelo Senador Renan Calheiros, com o apoio integral do meu Partido, que se manifestou claramente nas intervenções feitas aqui. E, certamente, com a compreensão de todos os parlamentares do Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e pela colaboração, não comigo, mas com o meu Estado de Alagoas, tão sofrido e necessitado.

Durante o discurso do Sr. João Tenório, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com Alagoas e com V. Exª, Senador João Tenório.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra a V. Exªs, pela ordem, quero comunicar à Casa que a Senadora Lúcia Vânia – eu a parabenizo – foi eleita, hoje, 1ª Vice-Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. O 2º Vice-Presidente é o Deputado Sciarra, e o 3º Vice-Presidente, o Senador Inácio Arruda.

Senador Marconi Perillo, antes de V. Exª, pediu a palavra o Senador Cafeteira. Assim, concedo a palavra a S. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Depois, também quero falar pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pois não.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa e em seus gabinetes que compareçam ao plenário, pois haverá votação nominal para aprovação de autoridades, principalmente Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Concedo a palavra ao Senador Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parodiando um pronunciamento de quando faleceu Roosevelt, eu diria: "Silêncio, humanidade! Ao menos, um minuto". Perdemos um grande homem no Maranhão. O Maranhão está de luto.

Fernando Macieira, economista de profissão, exerceu os cargos mais variados no Estado do Maranhão. Ele é de uma família da qual tive a honra de participar como cliente do Dr. Carlos Macieira. E nosso Presidente foi quem colheu a flor mais bela da família Macieira. Ele está de luto porque perdeu seu cunhado. Fernando Macieira era membro do Conselho da Vale do Rio Doce, foi Prefeito de São Luís, Diretor do Banco do Estado do Maranhão, economista fundador do Banco de Desenvolvimento do Maranhão, Professor da Universidade do Maranhão.

Aceite, Sr. Presidente Sarney, meu abraço consternado. Realmente, uso pouco a palavra. Tenho colegas que vão lutar pela reeleição, mas minha reeleição – se houver – será daqui a cinco anos. Mas não pretendo concorrer mais. Quero dizer a V. Exª, em meu nome, em nome da bancada do Maranhão, que leve para D. Marly nossos protestos de estima, de consideração e de respeito pelo passamento de seu irmão mais novo.

Essa é a minha ponderação, para que o Senado da República preste essa homenagem, que faço questão de fazer, a Fernando Macieira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Exª em meu nome e em nome de toda nossa família, especialmente em nome da Família Macieira. Somos muito gratos à manifestação de V. Exª.

Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, só para retificar: eu estava tão emocionado que botei o nome de Fernando Macieira quando era Roberto Macieira.

Mas estou realmente sofrido. Roberto foi membro do meu Governo e foi economista renomado e capaz.

Leve para Dona Marly nossos votos de respeito pelo momento por que ela está passando pelo passamento de Roberto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Exª pelas sua bondade e pela sua gentileza.

Com a palavra o Senador Marconi.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Sarney, eu gostaria de, em primeiro lugar, prestar também minha solidariedade a V. Exª e a Dona Marly. Aceite, de coração, minhas condolências.

Cumprimento nossa Senadora Lúcia Vânia, querida, combativa e atuante Senadora pelo meu Estado, pela ascensão à Vice-Presidência da Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional. A Senadora Lúcia Vânia é uma especialista nessa área e, certamente, produzirá um belo trabalho em conjunto com o Presidente e com os Relatores. O Estado de Goiás, certamente, ganhará muito com isso.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de informar à Casa que estou apresentando, agora, alguns requerimentos ao Tribunal de Contas da União (TCU), solicitando uma auditoria rigorosa em relação a todas as obras que estão sendo executadas no meu Estado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Não quero generalizar as obras do Dnit no Brasil, mas, em relação às obras realizadas do Dnit no meu Estado, existem suspeitas fortíssimas de sobrepreço nos contratos firmados, de recebimento de propina na condução dos contratos vigentes, de licitações que não atendem aos ditames da Lei nº 8.666, de 1993, com suposto favorecimento de empresas. Enfim, pesa sobre o Sr. Alfredo Soubihe Neto todo tipo de dúvidas em relação à sua conduta como Superintendente do Dnit no meu Estado.

Estou encaminhando à Polícia Federal ofícios solicitando investigação, estou solicitando ao Ministério Público Federal providências iguais e estou encaminhando requerimento e ofício, que espero sejam aprovados por esta Casa, solicitando rigorosa apuração em relação a esses supostos desvios.

No meu Estado, as informações são as de que existem corrupções seriíssimas praticadas no Dnit sob o comando do Sr. Alfredo Soubihe Neto. Esperamos que esses desvios e essa corrupção possam cessar, porque é dinheiro público que deveria ser encaminhado para a aquisição de medicamentos e de material escolar para crianças pobres, mas que está indo para o ralo da corrupção.

Vou voltar a esse tema no grande expediente, Sr. Presidente, talvez amanhã, para detalhar ainda mais o que está ocorrendo em relação à gestão do Dnit no meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero me associar às palavras do Senador Marconi Perillo em relação a V. Exª, transmitindo nossos votos de pesar a V. Exª e a D. Marly.

Em segundo lugar, quero agradecer ao Senador Marconi Perillo as palavras elogiosas em relação ao meu trabalho. E agradeço ao Líder do DEM, Senador José Agripino, e ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, por me indicarem ao cargo de Vice-Presidente da Comissão de Orçamento. Estendo esses cumprimentos a todos os membros daquela Comissão que me honraram com seus votos na manhã de hoje.

Ao senhor, mais uma vez, nossos votos de pesar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Renan Calheiros, tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero me associar aos votos de pesar que aqui foram apresentados pelo Senador Cafeteira e pela Senadora Lúcia Vânia, na sequência, pela morte do Dr. Fernando Macieira.

Quero também, Sr. Presidente, com muita tristeza e pesar, retornar hoje a esta tribuna para informar ao Senado Federal e ao País o precoce falecimento do ex-Governador de Alagoas Luís Abílio de Souza Neto, ocorrido no Hospital Arthur Ramos, em Maceió, durante esta madrugada, em função de uma diverticulite aguda.

Luís Abílio, Sr. Presidente, como era popularmente conhecido, foi um extraordinário profissional, um engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Alagoas – de onde veio a ser professor posteriormente – e também um devotado servidor público de carreira em nosso Estado. Filho do desembargador Luís Souza, também já falecido, Luís Abílio fez uma competente e sólida carreira na política alagoana, galgando vários postos da administração pública, todos por méritos profissionais inquestionáveis. Ele foi secretário de governo, presidente do Instituto Municipal de Planejamento e Articulação Regional e superintendente municipal de transportes e trânsito.

Já no Estado, Luís Abílio, Sr. Presidente, tocou com muita habilidade, com habilidade incomum, o comando do Gabinete Civil e da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. De lá, esse ilustre alagoano se afastou em 2002 para integrar, como candidato a vice-governador, a chapa vitoriosa do então Governador Ronaldo Lessa. Luís Abílio assumiu o governo entre março e dezembro de 2006, onde deixou registrada sua competência, zelo com a administração pública e absoluta correção e transparência.

Fora da administração pública, Luís Abílio ainda foi presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura por dois mandatos seguidos e também vice-presidente do Conselho de Engenharia e Arquitetura.

As múltiplas atividades de Luís Abílio, Sr. Presidente, conformavam uma personalidade excepcional e um espírito desafiador e corajoso. Afável, respeitoso e, sobretudo, responsável, Luís Abílio, talvez, seja o técnico mais político e o mais político dos técnicos da história política de Alagoas, uma simbiose recomendável e desejável para os bons administradores públicos.

Portanto, Sr. Presidente, Alagoas, pela segunda vez nesta semana, está de luto, e, desta vez, isso se dá pelo falecimento do nosso amigo e Governador Luís Abílio, que tinha apenas 60 anos de idade e que, certamente, ainda teria valiosas contribuições a dar para Alagoas e para nosso povo.

Em nome desse perfil, do perfil que ele representou e que irá representar para a história político-administrativa de Alagoas é que, peço, Sr. Presidente, um voto de pesar pelo falecimento desse honrado alagoano que soube respeitar todos, em todos os cargos pelos quais passou.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 363, DE 2010

Requer Voto de Solidariedade ao ator Marcelo Novaes, agredido fisicamente pelo lutador Raphael Adnet Freire Guimarães, que, por isso, responde a processo na Justiça do Rio.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Solidariedade ao ator Marcelo Novaes. Ele foi agredido com uma cotovelada que lhe desferiu o lutador Raphael Adnet Freire Guimarães.

Requeiro, mais que este Voto seja encaminhado ao conhecimento de Marcelo Novaes.

Justificação

O ator Marcelo Novaes é pacífico e correto lutador de Jiu-Jitsu. Há 23 anos pratica essa modalidade e não esperava jamais que viesse a ser agredido e, para sua maior surpresa, pela ação torpe de um outro lutador, longe, portanto, dos cenários da prática do esporte.

Inconformado, com total razão, Marcelo aguarda justiça na ação que corre no Poder Judiciário do Rio de Janeiro, por denúncia do Ministério Público. "Não vou abrir mão deste caso porque quero dar exemplo aos meus filhos e às pessoas em geral. Não quero dinheiro. Desejo justiça."

O Voto de Solidariedade que requeiro ao Senado da República é em reconhecimento à justa e equilibrada atitude do atleta.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010 _ Senador **Arthur Virgilio** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao jornalista, político e escritor Sebastião Nery, pelo êxito de seu livro de memórias "A Nuvem".

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao jornalista, escritor e político Sebastião Nery, pelo êxito de seu livro de memórias intitulado "A Nuvem" com edição de 10 mil exemplares esgotada pouco tempo após o lançamento, em novembro do ano passado.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

Polêmico, inteligente e perspicaz, o jornalista e político Sebastião Nery é figura de relevo no meio partidário e intelectual do País. Sempre combativo jornalista, foi também Deputado Federal pela Bahia e Deputado Estadual no seu Estado.

Recentemente, Nery lançou "A Nuvem", livro de memórias em que oferece valioso material para estudo e pesquisa acerca da política contemporânea brasileira.

Ao saudar a vitoriosa edição de tão importante obra, cumprimento o jornalista e escritor, a quem dedico o Voto de Aplauso que ora requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 365, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao jornalista, escritor e blogueiro Orlando Farias, pelo lançamento em Manaus, do oportuno livro "A DANÇA DOS BOTOS", um minucioso roteiro elucidativo de eleições no Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, VOTO DE APLAUSO ao jornalista, escritor e blogueiro ORLANDO FARIAS, que acaba de lançar, em Manaus, oportuno livro com minucioso e útil roteiro de pleitos eleitorais realizados no Estado do Amazonas.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao jornalista homenageado.

Justificação

Orlando Farias é jornalista, autor de grandes reportagens na imprensa nacional e amazonense. Foi editor de colunas de opinião e correspondente do **Jornal do Brasil** em Manaus. Recebeu prêmios de jornalismo, como dois Esso-Norte e Imprensa Embratel. Orlando é também um dos coordenadores do Blog da Floresta, **site** que se dedica a todos os assuntos de interesse da região amazônica, inclusive os da política, desde que se constituam notícias.

Orlando Farias presenciou fatos significativos da vida política e social do Amazonas. O autor não apenas usou sua memória e anotações de repórter, como fez questão de reconstituir o período republicano do voto universal, baseado na memória de outros jornalistas do meu Estado.

Em A dança dos botos & outros mamíferos do poder, Orlando Farias tece a crônica da saga de um político pela conquista e conservação da sua hegemonia no poder e a formação de seus continuadores. Escrito em uma linguagem clara e objetiva, este livro revela episódios das disputas políticas no Amazonas. Nele o autor faz uma descrição dos bastidores da luta entre os principais protagonistas do jogo pelo poder em âmbito regional.

O Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é justa homenagem ao ilustre jornalista e escritor.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de serem lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2010

Requeiro, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres as informações discriminadas abaixo, relacionadas à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, assinado durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em agosto de 2007.

Sobre profissionais da Rede Integrada de Serviços de Assistência à Mulher: quantos novos profissionais, desde 2008, foram capacitados para atuar nos órgãos que compõem a Rede?

Sobre novas Unidades de Atendimento: quantas unidades da Rede Integrada de Serviços Assistência à Mulher foram construídas, reformadas ou reaparelhadas, desde 2008, incluindo a Rede de Referência de Assistência Social (CRAS); os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS); as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM); as Defensorias Públicas da Mulher; as Casas Abrigo e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher?

Sobre reabilitação de agressores: quantos Centros de Educação e Reabilitação do Agressor foram criados a partir de 2008?

Sobre o acompanhamento da aplicação da Lei Maria da Penha: qual o estágio de implementação do Observatório da Lei Maria da Penha?

Sobre os indicadores relativos à violência contra a mulher: em que estágio se encontra a construção do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência contra as Mulheres?

Sobre o acolhimento de mulheres vítimas da violência nos programas assistenciais: que percentual de mulheres atendidas nos serviços da Rede de Atendimento foi inserido em programas sociais de transferência de renda como o Bolsa-Família, o Pró-Jovem e outros?

Sobre o recebimento de denúncias: qual o desempenho da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) no que respeita às facilidades oferecidas ao público para registro de denúncias, desde 2008?

Sobre mulheres encarceradas: quantos estabelecimentos prisionais femininos foram construídos e/ou reformados desde 2008 e quantas mulheres em situação de cárcere foram beneficiadas com as melhorias?

Sobre os recursos: qual o percentual de execução, discriminado por unidade orçamentária, dos recursos alocados às ações do Pacto no Plano Plurianual 2008-2011? – Senadora **Marisa Serrano.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido nesta terça-feira, 13 de abril de 2010, do Desembargador Nelson Mendes Fontoura, que ocupou a Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do sul no biênio 1993-1994.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Valter Pereira.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2010

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a baixa adesão ao programa de vacinação contra o vírus da Gripe A (H1N1).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre a baixa adesão ao programa de vacinação contra o vírus da Gripe A (H1N1).

1. Por que a baixa adesão ao programa de vacinação do governo?

2. Quais providências o Governo pretende tomar para reverter essa situação?

3. Qual foi o percentual de adesão ao programa de vacinação no Estado do Amazonas?

4. Diante da gravidade do problema, qual a razão para não abrir o processo de vacinação para toda a população?

5. Qual foi o critério adotado para definir as faixas etárias a serem vacinadas?

Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de abril do corrente, publicou matéria intitulada "Baixa adesão à vacina faz governo estudar prorrogação de campanha", informando que o Ministro da Saúde está preocupado com a baixa adesão de gestantes, doentes crônicos e jovens entre 20 e 29 anos.

Ainda segundo a matéria, a imunização chega à reta final em meio a contradição. De um lado, índices insatisfatórios de cobertura vacinal e pessoas que precisam ser imunizadas, mas não foram e, de outro lado, a reivindicação do Ministério Público para que mesmo os grupos não prioritários sejam vacinados.

Portanto, o requerimento que ora apresento visa a dar maior transparência aos resultados obtidos pela Campanha, bem como para as novas ações que deveriam estar sendo permanentemente implementadas.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 369, DE 2010

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 5 de maio de 2010 seja destinado a comemorar os dez anos da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Justificação

Há dez anos, em 4 de maio de 2000, foi editada a Lei Complementar nº 101, mais conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal, reconhecida, inclusi-

ve internacionalmente, como um divisor de águas nas finanças públicas brasileiras. A lei coroa um longo e importante processo de reformas institucionais, que começou na criação do Tesouro Nacional.

O Poder Legislativo teve um papel crucial na história dessa lei complementar. Primeiro, na Assembleia Nacional Constituinte, foi adotada a inovação de se criar, como inicialmente foi denominado, um código de finanças públicas. Depois, quando voltou a emenda de reforma administrativa, a Câmara dos Deputados acrescentou um comando pedindo que o Presidente da República enviasse projeto para regulamentar o artigo 163 da Constituição – ou seja, ao contrário do que muitos diziam na época, a iniciativa nada teve a ver com o FMI. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso um projeto amplo e ambicioso para definição de princípios e também regras, que foi aperfeiçoado e revisitado nestas duas Casas Legislativas. Posteriormente, quando três partidos pediram a derrubada completa da LRF, ou de quase três dezenas de seus dispositivos, o Supremo Tribunal Federal recusou a ação e completou o ciclo institucional de criação e implantação da lei.

Com o apoio popular, subitamente os críticos se tornaram também defensores da LRF, o que deve ser bem recebido. Os resultados são expressivos, especialmente no âmbito dos Estados e Municípios, que se transformaram de fatores de perturbação da política fiscal brasileira a baluartes de austeridade fiscal, pois nos últimos dez anos, conseguiram melhorar seus indicadores (seja de dívida, seja de superávit) em ritmo melhor que os da União.

Neste contexto, o décimo aniversário da LRF é uma oportunidade ímpar para se recuperar a história de sua elaboração e implantação, para se avaliar os resultados, para se discutir seus desafios e, especialmente, para se comemorar o sucesso dessa reforma, incluindo a firme e decisiva participação do Congresso.

Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**, – Senador **Sérgio Guerra, –** Senador **Alvaro Dias, –** Senador **Pedro Simon, –** Senador **Marco Maciel, –** Senador **Romeu Tuma, –** Senador **Edson Lobão, –** Senadora **Lúcia Vania.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 370, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218, inc. III letra **e** do Regimento Interno, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-governador de Alagoas, Luis Abílio de Souza Neto, apresentando condolências à família.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Renan Calheiros.**

REQUERIMENTO Nº 371, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218, inc. II do Regimento Interno, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Geraldo Costa Sampaio, apresentando condolências à família.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Renan Calheiros.**

REQUERIMENTO Nº 372, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido na manhã de hoje dia 14 de abril, do Economista Roberto de Pádua Macieira.

Justificação

Roberto Macieira era pessoa de grande destaque na sociedade maranhense, onde se distinguia por suas qualidades de homem de bem, respeitado por seu equilíbrio e isenção. Na vida pública foi Secretário de Indústria e Comércio do Maranhão e Prefeito da Cidade de São Luís. Sua ausência será sentida por pessoas dos mais variados extratos sociais.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Epitácio Cafeteira.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência recebeu, nos termos do art. 4º da Resolução nº 35, de 2009, ofício da liderança do Partido Democrático Trabalhista, indicando a Senadora Patrícia Saboya ao Conselho do Diploma José Erminio de Moraes.

Nesses termos, designa a Senhora Senadora Patrícia Saboya para compor o Conselho do referido Diploma, como representante do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

É o seguinte o ofício recebido:

Ofício nº 5/10 – LPDT

Brasília, 14 de abril de 2010

Senhor Presidente,

Tenha a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação da Senadora Patrícia Saboya como

representante do PDT na composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Sem mais para o momento, renovo protesto de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Osmar Dias,** Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 96, de 2010** (nº 174/2010, na origem), encaminhada em aditamento à Mensagem nº 87, de 2010, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – Profaz, para retificação da informação concernente ao valor da operação de crédito externo, a fim de que conste o valor de dezenove milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América.

É a seguinte a Mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 96, DE 2010
(nº 174/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Em aditamento à Mensagem nº 137, de 30 de março de 2010, encaminho a Vossas Excelências cópia da Exposição de Motivos nº 32, de 9 de abril de 2010, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 13 de abril de 2010. Vice-Presidente **José de Alencar.**

EM nº 32/2010 – MF

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Estado do Rio de Janeiro (RJ) requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para a contratação de operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 19,759,050.00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)" e destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ".

2. O assunto foi objeto de manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do Parecer PGFN/Nº 442/2010, de 16 de março de 2010, que examinou o referido pleito de operação de crédito externo e encontra-se, atualmente, no Senado Federal, para os fins do exame autorizativo de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República.

3. De acordo com a anexa Nota, também emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na ementa e no primeiro parágrafo do mencionado Parecer PGFN/COF/Nº 442/2010, constou "no valor de até US$ 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América)", em vez de "no valor de até US$ 19,759,050.00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América)".

4. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal, a fim de informar aquela Casa a respeito da retificação da informação concernente ao valor da operação de crédito externo em questão, para os fins do pedido de autorização para a contratação, bem como para concessão da garantia da República Federativa do Brasil.

Respeitosamente,– **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA

PGFN/COF/Nº 333/2010

Retificação de informação contida no Parecer PGFN/COF/Nº 442/2010, de 16 de março de 2010, concernente ao valor da operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro (RJ) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, vinculada ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)", com vistas ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ".

Contratação sujeita à autorização do Senado Federal.

- 1 -

Tratou o PARECER PGFN/COF/Nº 442/2010, de 16 de março de 2010[1], a respeito de operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro (RJ) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, vinculada ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)", com vistas ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ".

2. No âmbito da referida análise formulada por esta Procuradoria-Geral, na ementa e no primeiro parágrafo, no lugar onde se lê "*no valor de até USD 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil e cinqüenta dólares dos Estados Unidos da América)*", deve-se ler "*no valor de até USD 19,759,050.00 (dezenove milhões, setecentos e cinqüenta e nove mil e cinqüenta dólares dos Estados Unidos da América)*".

[1] Processo Administrativo nº 17944.001097/2009-67.

3. O assunto encontra-se, atualmente, no Senado Federal para os fins do exame autorizativo a que se refere o art. 52, inciso V, da Constituição da República.

4. Tendo em vista o acima exposto, propõe-se a expedição da anexa Exposição de Motivos, por parte do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, visando à comunicação pertinente à retificação descrita no item 2, da presente Nota.

À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO, em 8 de abril de 2010.

CARLOS ANTÔNIO CORRÊA DE VIANA BANDEIRA
Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO, em 08 de abril de 2010.

MAURÍCIO CARDOSO OLIVA
Coordenador-Geral

Aprovo a Nota. Encaminhe-se o assunto à Secretaria-Executiva (SE-MF), e, em prosseguimento, ao Gabinete do Senhor Ministro.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 8 de abril de 2010.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Aviso nº 214-C. Civil

13 de abril de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Heráclito Fortes**
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, em aditamento à de nº 137, de 30 de março de 2010.

Atenciosamente, – **Erenice Guerra,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A matéria, anexada ao processado da Mensagem nº 87, de 2010, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Há matéria trancando a pauta das medidas provisórias, e não há acordo para votação, mas existem algumas matérias que podem ser votadas na forma constitucional. Entre elas, primeiro, vou colocar em votação a escolha do Ministro do Superior Tribunal Militar, matéria que depende de maioria simples de votos. Mas nossa presença em plenário, pelo visto, ainda é baixa.

Item Extrapauta:

PARECER Nº 337, DE 2010
(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 337, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 89, de 2010 (nº 143/2010, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Artur Vidigal de Oliveira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

Em discussão o Parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação, que é secreta.

Peço a todos os Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário para procedermos à votação.

Peço que preparem o painel de votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Uma vez mais, convoco os Senadores a comparecerem ao plenário para a votação do Parecer nº 337, de 2010, que submete à aprovação do Senado o nome do Dr. Artur Vidigal de Oliveira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. *(Pausa.)*

Para fazer uma comunicação inadiável, estão inscritos o Senador Geovani Borges e o Senador Antonio Carlos Valadares. Consulto o plenário se, durante o tempo que estamos esperando para proceder à votação, esses Senadores poderiam usar da palavra, uma vez que se trata de comunicação inadiável, com tempo limitado. (*Pausa*.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para comunicar à Casa que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal aprovou, hoje, pela manhã, um projeto de lei de minha autoria, o Projeto de Lei nº 262, de 2008, que teve como Relator o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti e que autoriza o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios, a modificarem a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios.

O Relator desse projeto, Senador Mozarildo Cavalcanti, em sua análise brilhante, aprovada pela Comissão, afirma a constitucionalidade da matéria e diz o seguinte:

> Como se sabe, o ajuste das contas públicas é, hoje, precondição para a retomada do crescimento da economia no médio e longo prazo num ambiente de estabilidade monetária.
>
> Nesse contexto, surgiram normas que permitem o parcelamento de débitos previdenciários dos municípios de forma que eles possam organizar melhor a contabilidade pública e consigam disponibilidade de recursos para investir.

E continua:

> Ao permitir o parcelamento da dívida previdenciária, a intenção foi ajudar a admi-

nistração municipal, gerando folga de orçamento. Não é coerente assim que os encargos financeiros decorrentes do parcelamento criem dificuldades aos municípios por serem excessivamente altos.

Sr. Presidente, ao tempo em que felicito o nobre Relator Mozarildo Cavalcanti, eu quero mais uma vez enfatizar a importância dessa matéria que altera o parágrafo único do art. 99, da Lei nº 11.196, de 2005, e esta lei é que dedica um capítulo inteiro ao parcelamento das dívidas dos Municípios. Por esta lei, o que se observa é o seguinte: o parcelamento só pode ser feito com base na taxa Selic com mais 1%, que incide sobre o montante da dívida dos Municípios. Isso acarreta sobremaneira o orçamento municipal, fragilizando as atividades da gestão administrativa, das obras de infraestrutura, do atendimento à saúde e à educação e os demais serviços, inclusive do lixo que são obrigações da municipalidade brasileira.

Essa lei, Sr. Presidente, sendo alterada, como está sendo pelo Senado Federal, vem ajudar substancialmente aos Municípios brasileiros, porque, em vez da taxa Selic, o que deve ser aplicado agora é o IPCA, que é o Índice de Preços ao Consumidor, que é um índice mais módico, mais consentâneo com a realidade dos Municípios e consequentemente com as possibilidades financeiras de pagamento das dívidas e o conserto final do montante das obrigações das prefeituras para com o INSS.

Esta é a primeira vez, Sr. Presidente, que se toma uma atitude correta para corrigir as distorções que são quase que diariamente cometidas pela Previdência Social, barrando, bloqueando a programação dos Municípios pelo montante descomunal das dívidas que são cobradas pelo INSS. Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar esse fato histórico em que a Comissão de Assuntos Sociais, numa boa hora, em que os Municípios estão se debatendo com uma queda de receita acentuada estão contando com essa compreensão dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Sr. Presidente, então, em face da importância da matéria, eu gostaria que V. Exª, como Presidente que é, interessado pelo desenvolvimento municipal possa dar prioridade na votação dessa matéria, caso ela venha aqui para plenário... – Senador Mozarildo Cavalcanti, ela é terminativa ou ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos? Deverá ir ainda à Comissão de Assuntos Econômicos, após o que, deverá ser apreciada em fase final pelo plenário do Senado Federal.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, a concessão desses minutos para que eu pudesse enaltecer o que foi decido pela Comissão de Assuntos Sociais e o brilhante relatório do Senado Mozarildo Cavalcanti que, como todo mundo sabe, é um homem inteiramente identificado com os interesses dos Municípios do seu Estado e do nosso País.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Solicito aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Estamos em votação secreta para a escolha de autoridade do Ministro do Supremo Tribunal Militar, Artur Vidigal de Oliveira. Em seguida, iremos aprovar o parecer referente ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que também está esperando votação, Dr. Raul. *(Pausa.)*

Peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário.

Está inscrito, também, o Senador Geovani Borges para uma comunicação inadiável.

Peço ao Senador Geovani Borges que compareça ao plenário.

O Senador Leomar Quintanilha já votou.

O Senador Raupp já votou?

O Senador Alfredo está nos dando a honra da sua presença aqui na nossa Casa, depois de brilhar no Ministério dos Transportes.

Vou franquear a palavra.

Está inscrito aqui para falar o Senador Osmar Dias, que não está presente.

Mão Santa. (*Pausa.)*

Raimundo Colombo. (*Pausa*.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª, neste momento em que estamos votando a indicação do Sr. Artur Vidigal de Oliveira para o STM...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Acir Gurgacz, por obséquio, vote V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Eu quero registrar, primeiro, que é mais um civil que vai para o STM. Isso tem muito significado porque fortalece esse Poder da República.

Mas quero fazer um registro nesta oportunidade. O Sr. Messias de Souza, advogado, uma figura destacada da política do Distrito Federal, foi Secretário de Ação Social do Governo de Cristovam Buarque, membro do Conselho da Ordem dos Advogados de Brasília, atuou, praticamente, em todos os tribunais do nosso Distrito Federal – STM, TSE, Supremo Tribunal Federal –, um advogado respeitado e um militante do nosso partido, do Partido Comunista do Brasil, desta-

cado desde o movimento estudantil, em Alagoas, até sua vinda para o Distrito Federal, onde iniciou a sua atividade junto à nossa bancada, na Câmara, que ainda era uma Bancada do PMDB. E ali estava o Messias até o nosso partido conquistar a liberdade e poder se expressar no Governo de V. Exª. Messias tem sido uma dessas figuras destacadas do nosso partido do Distrito Federal.

E, nesta dificuldade por que passa o Distrito Federal, Brasília, no ano do seu cinquentenário, nós vamos ter, em face dos acontecimentos que todos nós conhecemos e vivenciamos, porque é do nosso dia a dia, uma eleição indireta. No próximo sábado, irá se reunir uma espécie de colégio eleitoral distrital para escolher um governador para cumprir o restante desse mandato de abril até 31 de dezembro de 2010. E nós decidimos, no nosso partido, que não deveríamos ficar fora da disputa e que deveríamos discutir Brasília, no seu cinquentenário. E a melhor oportunidade era a disputa eleitoral no colégio eleitoral distrital da Câmara Distrital de Brasília.

E lançamos o nome de Messias. Messias é uma figura que respeitará a ordem, a legislação, fará um grande mandato neste curto período e saberá conduzir Brasília neste momento especialíssimo de dificuldades que ela vive. É um nome tão destacado que nós queríamos registrar. Na disputa eleitoral, neste colégio eleitoral, temos o nome do PCdoB. Claro que nós estamos em discussão. O nosso partido discute com os demais candidatos, para ver se é possível uma coligação para enfrentar a eleição no Distrito Federal. Mas, ao mesmo tempo, colocamos ali o nosso nome, o nome de Messias para a redenção, digamos assim, de Brasília.

Não é uma brincadeira, mas talvez Brasília precise de um Messias, precisa de um homem com essas qualidades a que eu me referi, um destacado jurista, um advogado dedicado, que assumiu funções importantíssimas no Distrito Federal. A Secretaria de Ação Social, no Governo de Cristovam, teve muito significado na sua trajetória.

Assumiu a assessoria junto ao Ministério do Desenvolvimento Econômico, Ministério da Fazenda do nosso País, agora, na gestão de Guido Mantega, e saiu exatamente para participar do debate político. E é exatamente nessa condição que ele se apresenta ao povo de Brasília, evidentemente que através do Colégio Eleitoral, porque as circunstâncias obrigaram Brasília a ir a um colégio eleitoral para escolher um Governador tampão.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer este importante registro da candidatura de Messias de Souza a Governador do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Estou aguardando que a Senadora Marina Silva vote e o Senador Dornelles também.

O Senador Dornelles votou. Eu vou proceder à apuração, uma vez que a maioria é simples.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 337, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	14/4/2010 16:40:46
Data Sessão:	14/4/2010	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	14/4/2010 16:56:51

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITACIO CAFETEIRA	Votou
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PV	AC	MARINA SILVA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Primeiro-Secretário

Senador João Claudino
2º Secretário

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 03
Votos ABST. : 00

Total : 43

Operador: MARCOS JOSÉ MARTINS COSTA

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Votaram SIM, 40 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

Não houve abstenção.

Total de votos: 43.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

Vamos submeter outra indicação, que é de maioria simples.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item extrapauta**:

PARECER Nº 335, DE 2010
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 335, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a Mensagem nº 91, de 2010 (nº 145/2010, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Awazu Pereira da Silva para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Discussão do parecer. (*Pausa*.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Começamos a votação, que é secreta, também por maioria simples.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário da Casa.

(Procede-se à votação.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Sarney, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Geraldo, Mesquita com a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de mais nada, eu queria expressar a V. Exª e à D. Marly os meus pêsames pelo falecimento de seu cunhado. É sempre lamentável a gente perder entes queridos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Em seguida, enquanto aguardamos a complementação da votação, Presidente, eu queria dar ciência à Casa de que, numa das últimas sessões do Parlamento do Mercosul, ocorrida no ano passado, aquela importante instituição aprovou uma disposição – e o Senador Inácio dele faz parte – para a realização, ainda no primeiro semestre de 2010, de um seminário que reunirá os principais jardins botânicos dos Estados-partes e associados do Mercosul.

A tarefa cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, ordenamento territorial, habitação, saúde, meio ambiente e turismo do Parlamento do Mercosul, que delegou ao Jardim Botânico a atribuição de organizar e sediar o evento.

Em razão dessa decisão do Parlamento do Mercosul, gestões vêm sendo adotadas no sentido de realizarmos esse importante evento aqui em Brasília. Esse projeto é de minha autoria e de autoria do Deputado Paulo Tóffano, Presidente da nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul.

Em razão dessa decisão, Presidente, na segunda-feira, eu tive o privilégio de participar de um almoço de trabalho de suma importância em Montevidéu, na residência do Embaixador Regis, que é o nosso representante permanente junto à Aladi e ao Mercosul. Junto com ele e sua digníssima esposa, Eliane, estiveram presentes nesse almoço a Embaixadora Maria Cristina Boldorini, igualmente representante da Argentina junto à Aladi e ao Mercosul; o Embaixador Emilio Lorenzo Giménez Franco, que tem a mesma representação em relação ao Paraguai; o Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena, representante permanente do Uruguai junto à Aladi e ao Mercosul; o meu querido companheiro Deputado José Paulo Tóffano, que preside a nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul. Estiveram presentes ainda o Ministro José Humberto de Brito, da representação brasileira no Mercosul; o Secretário André Sabóia, que atua na mesma organização; o Rafael Reis, Secretário de Comunicação Social do Parlamento do Mercosul; o Sr. Jeanitto Gentilini, Diretor do Jardim Botânico de Brasília; o Dr. Agustin Colombo Sierra, Diretor da Secretaria do Mercosul; e o companheiro que nos atende na Secretaria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Humberto Licursi.

O objetivo desse almoço de trabalho, Sr. Presidente, foi sensibilizar essas altas autoridades para a necessidade de realizarmos esse evento em Brasília.

Na semana passada, a representação brasileira, reunida aqui, nas instalações do Senado Federal, onde sempre se dão as nossas reuniões, aprovou uma data para a realização desse evento. Esse evento ocorrerá no período de 5 a 9 de julho de 2010 e compreenderá, na verdade, três eventos reunidos: o Encontro dos Jardins Botânicos dos Países do Mercosul e dos Países Associados; o I Fórum de Biodiversidade das Américas, que reunirá, além desses países, países que fazem parte do Caribe e do restante das Américas; e o XIX Encontro da Rede de Jardins Botânicos Brasileiros.

Trataremos, obviamente, de questões afetas à temática ambiental e de intercâmbios que poderão e

deverão surgir entre os jardins botânicos dos países que fazem parte do Mercosul.

Temos já uma proposta de programação que compreende a discussão de temas como preservação e conservação dos biomas, pesquisa na área ambiental e outros temas de capital e fundamental importância para a questão ambiental.

Lembro aos Senadores e às Senadoras a importância desse evento – repito –, que ocorrerá em Brasília. A motivação da nossa proposição, à época, no início do ano passado, foi realizarmos esse evento em Brasília, porque isso significaria a participação do próprio Parlamento do Mercosul nos festejos dos 50 anos de Brasília e dos 25 anos do Jardim Botânico de Brasília, que se comemoram também igualmente este ano.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu trago uma importante informação a esta Casa. Ao longo do tempo, vou trazendo novas informações concernentes à organização do evento, aos seus participantes e aos demais temas que neles serão tratados nesse período de 5 a 9 de julho.

O Senado inclusive disponibilizará algumas das suas instalações, a Esaf participará também, oferecendo instalações, e o próprio Jardim Botânico sediará discussões e debates que poderão ocorrer por ocasião desse evento.

Era a comunicação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar a autorização de V. Exª. Para efeitos administrativos, na votação anterior, acompanhei o Partido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de abrir, eu queria só pedir a revotação do Sr. Paulo Rodrigues, da ANA. Já veio o parecer da CCJ, está no plenário. Já há entendimento dos Líderes. Não é votação com quórum qualificado. Portanto, eu gostaria que pudesse ser votado em seguida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu quero primeiro consultar o Plenário, porque o parecer da comissão concluiu pela falta de previsão legal, enfatizando, contudo, que o Plenário desta Casa é soberano para decidir a questão, amparado em precedentes.

Eu consulto o Plenário, portanto, se há consenso para que seja novamente submetido a votação. *(Pausa).*

Se todos estão de acordo, vamos submeter a votação.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem revisão da oradora.) – Na eleição anterior, acompanhei o Partido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Ata vai registrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também, na votação anterior, acompanhei o Partido. Estava numa reunião na Câmara dos Deputados tratando da questão do acordo para a medida provisória dos aposentados. Lamentavelmente, Presidente Sarney, o Vice-Líder, Senador Gim Argello - seis Senadores lá falando em nome do Senador Renan, em nome do Senador Jucá -, disse que bancava os 80% do PIB para o reajuste dos aposentados. Sai o Senador Gim Argello, e o Líder do Governo na Câmara, Deputado Vaccarezza, disse...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Vamos terminar a votação; em seguida, V. Exª conclui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já termino. Permita-me, porque isso é importante, Sr. Presidente.

Aí, diz que não tem esse acordo. Então, eu queria que o Senador Gim me pudesse esclarecer se o acordo na Câmara é um, e no Senado é outro, do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nós vamos proceder à votação das autoridades, e, em seguida, essa discussão será feita.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 335, DE 2010 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL).

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	14/4/2010 16:57:49
Data Sessão:	14/4/2010	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	14/4/2010 17:08:59

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou				
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PV	AC	MARINA SILVA	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 44
Votos NÃO : 03
Votos ABST. : 00

Total : 47

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores e NÃO 3.

Não houve abstenções.

Total: 47 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item extrapauta**:

PARECER Nº 2.607, DE 2009
(Escolha de Autoridade)

Parecer nº 2.607, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador João Pedro, concluindo pela aprovação da Mensagem nº 267, de 2009 (nº 999/2009, na origem), que submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor Paulo Rodrigues Vieira para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – Ana, na vaga do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.

Passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos a audição dos demais Senadores e Senadoras, quero dizer ao Senador Flexa Ribeiro e aos demais Senadores que estiveram na Câmara a convite do Líder do PDT na Câmara, Deputado Dagoberto, e os vários líderes que lá estiveram, sobre os 80% dos aposentados.

Senador Flexa, fui lá e falei em meu nome, em nome de Renan Calheiros, em nome de Romero Jucá, em nome dos que lá estavam, e aqui reafirmo que sou a favor dos 80%; chegando a matéria ao Senado, trabalharei para isso. Por quê? Porque é mais do que justo. Mas também respeito a posição da Câmara; vamos ver o que eles vão fazer lá; quando a matéria chegar aqui no Senado, a minha posição é uma só.

Eu estava lá, falei em meu nome e também falei em nome de Arnaldo Faria de Sá. Sou Líder do PTB aqui e tenho minhas responsabilidades e, em meu nome e em nome da minha Bancada, continuo afirmando que somos a favor dos 80%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª, Senador Gim Argello, e vamos esperar o que virá da Câmara contra os aposentados.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Gim Argello colocou aqui a posição do seu Partido com relação ao reajuste dos aposentados. Queria dizer, Sr. Presidente, que a posição do PMDB é exatamente igual. Já defendemos isso aqui em várias oportunidades, já votamos essa matéria. Portanto, não há como o Senado recuar. Nós já deliberamos sobre esse assunto. É muito importante que este momento que o Brasil vive, do ponto de vista da sua economia, da estabilidade, dos avanços sociais, inclua também os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores já podem votar. Os que estiverem fora do plenário devem comparecer para concluirmos a votação. A votação é maioria simples.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o Inácio Arruda.

É para dizer que, sendo a posição da maioria dos Partidos da base do Governo a mesma em relação aos aposentados – porque veja aqui o pronunciamento de todos, do PTB, PMDB, a iniciativa no Congresso Nacional praticamente foi do PT, que é o Partido mais importante da base –, a nossa postura, a do PCdoB, não poderia ser diferente. Temos lutado com as organizações e a Confederação Nacional dos Aposentados, juntamente com o Senador Paulo Paim, com a nossa CTB, uma central de trabalhadores e trabalhadoras, com os comunistas juntamente com os socialistas participando energicamente, mobilizando a sociedade brasileira em torno das questões sociais e trabalhistas. E esta é uma questão chave: a defesa dos aposentados do nosso País.

Mas aproveito também para fazer um registro, Sr. Presidente: encerrou-se a Cúpula Nuclear, que reuniu chefes de Estado de 47 países. Houve um histerismo midiático para transformar a Cúpula Nuclear numa cúpula anti-Irã. Isso não se deu. Quer dizer, a posição brasileira, na verdade, que é uma posição intermediária, que não é aquela posição de querer impor uma posição dos países ocidentais *versus* países orientais, terminou prevalecendo.

Então, a histeria midiática nacional e estrangeira também vai um pouco por terra, prevalecendo a solução intermediária, a solução mais centrada, mais ajustada de não se impor a vontade de certos países. E mostrou-se principalmente que aqueles países que não só têm bomba nuclear, mas que já a usaram contra os povos e ameaçam sistematicamente os povos com suas bombas, não têm suficiente moral para fazer exigências nem ao Brasil, nem a nenhuma outra nação. Estão desprovidos dessa qualidade.

Por isso, Sr. Presidente, neste registro, quero dizer que, ao final, a cúpula dos países, digamos assim, a Cúpula Nuclear dos 47 países traça um documento mais ajustado, mais equilibrado, que pode ser útil na Conferência das Nações Unidas que se realizará agora,

do dia 30 de abril a 15 de maio, em Nova York. Essa conferência vai rediscutir o tratado de não proliferação de armamento; que ela possa se conduzir de forma que atenda melhor aos interesses de todas as nações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que...

Senador Mão Santa já votou? (*Pausa.*) Já votou.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 2.607, DE 2009 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. PAULO RODRIGUES VIEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	14/4/2010 17:09:31
Data Sessão:	14/4/2010	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	14/4/2010 17:15:21

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou			Primeiro-Secretário	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PSC	PI	MÃO SANTA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 28
Votos NÃO : 15
Votos ABST. : 01

Total : 44

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) –Votaram SIM 28 Srs. Senadores; e NÃO, 15.

Houve uma abstenção.

Total: 44 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ainda estou votando. Peço que me dê mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Agora já encerramos a votação.

A Ata registra a vontade de V. Exª em votar, e V. Exª votará na próxima.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Estou registrando meu voto de acordo com a bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Senador Paulo Duque vota de acordo com a bancada.

Srs. Senadores, temos mais duas autoridades a serem votadas, que são os ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Mas, como o quórum da nossa sessão está muito baixo, acho que deveríamos adiar essas duas votações para a próxima sessão, quando tivermos um quórum mais alto, para não submetermos essas autoridades ao risco de serem objeto de um equívoco qualquer do Plenário.

Se os Srs. Senadores concordarem, a Mesa procederá dessa maneira. (*Pausa.*)

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 473, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 473, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Saúde, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de setecentos e quarenta e dois milhões de reais, para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 05-04-2010) Relator revisor: Senador Papaléo Paes .

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-03-2010)

Prazo final prorrogado: 25-05-2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2010

(Proveniente da Medida Provisória nº 472 de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2010, que *institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – Repenec; cria o Programa Um Computador por Aluno – Prouca e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – Recompe; prorroga benefícios fiscais, constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante -FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – Retareo; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis nºs 11.948, de 16 de junho de 2009; 8.248, de 23 de outubro de 1991; 8.387, de 30 de dezembro de 1991; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.484, de 31 de maio de 2007; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 11.977, de 7 de junho de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989; 8.003, de 14 de março de 1990; 8.981, de 20 de janeiro de 1995; 10.829, de 23 de dezembro de 2003; 5.025, de 10 de junho de 1966; e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 472, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 07-04-2010) Relator revisor: Senador Romero Jucá

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-03-2010)

Prazo final prorrogado: 25-05-2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 309, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição)

(incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública

denominada empresa Brasileira de Administração de Petróleo e gás Natural S.A. - Petro-Sal e dá outras providências.

Dependendo de parecer das seguintes comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania;

– de Assuntos Econômicos; e

– de Serviços de infraestrutura.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo

como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para determinar que o atendimentode urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a

19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.*

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

-de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

-de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.*

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

-de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicossocioeducativa").*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

-da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

-de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH(substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

-de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as

Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável,

com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 ¿ CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea ¿b¿ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei*

nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra, a Senador Kátia Abreu, pela Liderança do Partido Democratas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu, pela Liderança do Democratas.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de usar hoje a tribuna para conclamar os meus colegas, Senadores e Senadoras da República, para que possamos, juntos, lutar pela paz e pelo fim dos conflitos no campo.

Estamos, há algumas dezenas de anos, observando o trabalho da Justiça brasileira, que tem sido muito firme e muito pragmática diante do crime organizado. Os recursos são poucos para um resultado maior, mas temos de reconhecer que, diante do crime organizado, já implementamos no Brasil um plano nacional de defesa à originalidade dos produtos contra a pirataria; já tivemos um plano de defesa nacional contra o tráfico de drogas; já tivemos um plano nacional contra o tráfico de pessoas; um plano nacional antipedofilia; um plano nacional combatendo o tráfico de animais silvestres.

Sr. Presidente, a principal função de um plano nacional que combata o crime organizado é colocar limites nas organizações criminosas deste País. E nunca assistimos, na televisão ou nos jornais de circulação deste País, ao crime organizado ir até à imprensa e aos veículos para anunciar o abril do tráfico de drogas, o abril da pirataria, o abril do tráfico de pessoas. Mas estamos assistimos ao crime organizado usar a imprensa brasileira, os jornais de maior circulação, as grandes televisões do Pais, ocupando espaços para anunciar o crime de invasões de terra.

Portanto, Sr. Presidente, eu conclamo meus colegas para que possamos fazer o Governo entender, especialmente o Ministério da Justiça, Senador Romeu Tuma, que precisamos de um plano nacional de defesa do campo brasileiro, um plano nacional de combate às invasões no Brasil.

Sr. Presidente, no art. 161, § 1º, inciso II, do Código Penal, está tipificado o crime de invasões, o esbulho possessório.

O MST está inaugurando, este ano, o 13º ano consecutivo do Abril Vermelho. Há 13 anos o MST desafia o Brasil, desafia a Justiça, desafia o Congresso Nacional e anuncia, aos quatro cantos do mundo, que vai praticar o crime e que vai invadir terras por todo o Brasil.

Sr. Presidente, essa marca está caindo na rotina e no habitual. Nós não podemos entregar os produtores do Brasil à própria sorte. Nós não podemos deixar que o campo brasileiro possa ser maculado e manchado de sangue e de violência. Não estamos falando de um movimento social; não estamos falando de um movimento social legítimo que, democraticamente, tem o direito de se movimentar, tem o direito de reclamar as suas reivindicações, que, inclusive, são garantidas pela Constituição: o direito de propriedade. Sr. Presidente, não temos nada a reparar com relação a esses movimentos. Nós temos a obrigação de apoiar os movimentos sociais legítimos deste País, mas temos também a obrigação moral, o compromisso de dizer "não" às invasões, ao esbulho possessório e ao crime implementado no campo brasileiro.

Sr. Presidente, os criminosos que invadem terras, os criminosos que estão organizando o crime neste País estão disfarçados, estão camuflados de movimentos sociais, estão traindo a causa dos movimentos para praticarem o crime. Usam e abusam da imprensa e da Justiça como se nada temessem, como se estivessem acima do bem e do mal, protegidos até por Parlamentares desta Casa, do Congresso Nacional; financiados por parte deste Governo, pelo Incra, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O próprio TCU – Tribunal de Contas da União declarou que R$152 milhões do povo brasileiro, do trabalhador do Brasil foram repassados, nos últimos oito anos, a 43 entidades de fachada, que passam recursos para financiar as invasões neste País.

Sr. Presidente, nós queremos e estamos clamando por um plano de paz, o Plano Nacional de Combate às Invasões, que deverá ter à frente o Ministro da Justiça como protagonista.

Nós, produtores rurais, queremos contribuir, sim. A sociedade organizada está pronta para contribuir para formatarmos um plano democrático de combate às invasões. Foram mais de 3.600 invasões nos últimos anos. Apenas no carnaval vermelho, no Estado de São Paulo, houve 70 invasões, isso apenas no carnaval vermelho!

As invasões, desde a semana passada, inundam todo o País. Chamo os Senadores de todos esses

Estados, especialmente do Pará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, de São Paulo, para que defendam os seus Estados e para que exijam do Governo Federal, exijam do Ministério da Justiça que façam um plano amplo, nacional, para combater o crime organizado no campo. Vamos derrubar o disfarce, a máscara desses criminosos, que estão usando a bandeira dos movimentos sociais legítimos para se esconder covardemente, em detrimento daqueles que não podem se defender sozinhos.

E quero lembrar a esta Casa que quando a ausência do Estado chega à segurança pública, a tendência do cidadão é se defender sozinho. A partir do momento em que pessoas despreparadas se defendem sozinhas, isso pode levar à violência exorbitada. É isso o que queremos evitar. Não queremos o conflito no campo. Não queremos manchar a produção nacional, a nossa produção verde com o sangue da violência, com o sangue vermelho.

Nós queremos, Sr. Presidente, uma luta no campo pela paz, uma bandeira branca para que possamos todos juntos reverter a situação. Senão existe reforma agrária no País a contento desses líderes criminosos, os culpados não são os produtores rurais. Não fomos nós que fizemos um compromisso em desapropriar e implementar a reforma agrária. Que eles cobrem daqueles que prometem todos os dias os assentamentos no Brasil.

Nós, produtores rurais, estamos prontos para contribuir por uma reforma agrária sustentável e não ao sistema de abandono em que se encontram mais de nove milhões de famílias em nove mil assentamentos pelo Brasil, sem crédito, sem acesso ao crédito, sem máquinas, implementos, assistência técnica, sem condições de comercialização; são pessoas abandonadas à própria sorte nos assentamentos neste País.

Temos de nos preocupar com essas pessoas, porque é dinheiro público que foi gasto e são de seres humanos e vidas que nós estamos falando.

Mas nunca vimos o MST fazer o abril pelos assentados da reforma agrária que lá já estão sofrendo, sem condições de sobrevivência.

Nós fizemos a pesquisa Ibope, Sr. Presidente, e ela mostrou claramente que o Brasil disse "não" às invasões. Setenta e oito por cento do povo brasileiro respondeu à pesquisa Ibope "não"; é uma prática criminosa do MST. E mais, 72% do povo brasileiro respondeu ao Ibope: nós somos favoráveis a que o Governo utilize a força para retirar os invasores. Mas não queremos chegar a esse ponto, Sr. Presidente. Nós podemos fazer uma ação preventiva com a Força Nacional e um plano para que possamos combater os invasores.

Eles se afastam dos Estados em que os Governadores são responsáveis pelo cumprimento das reintegrações de posse. Os criminosos invasores de terras preferem aqueles Estados em que os Governadores são morosos no cumprimento das ordens de reintegração de posse. É uma liberdade que está sendo dada a esses criminosos. Quando não reintegram a posse, eles se sentem anuídos, eles se sentem protegidos a invadir mais áreas.

Sr. Presidente, os produtores do Brasil, os produtores brasileiros não podem ficar à própria sorte. A agricultura foi construída com o suor de todo o Brasil, não só do campo, mas também da cidade, e nós conseguimos transformar essa agricultura na mais moderna e produtiva agricultura do planeta, porque nós conseguimos ser os melhores, nós conseguimos ser os maiores do mundo e ainda preservamos 56% dos nossos biomas. Enquanto os outros países não conseguem ter 1% dos seus biomas, o Brasil consegue preservar 56%.

Nós estamos falando, colegas Senadores, de nada mais, nada menos que um terço do PIB Nacional, que vêm do campo. Nós estamos falando de um terço dos empregos deste País, que vêm do campo. Nós estamos falando de 40% das exportações deste País, que vêm do campo. Não é possível que nós vamos deixar essa produção e essa riqueza nacional à própria sorte.

Eu conclamo a palavra do Governo, uma palavra do Ministério da Justiça para dar um basta a essas invasões. O silêncio do Estado brasileiro, o silêncio do Governo Federal e de alguns governos é um alvará, é uma sinalização para que eles possam continuar a invadir terras alheias.

Sr. Presidente, vamos implementar, na CNA, uma assistência jurídica forte, competente, a melhor que existir no País, para acompanhar os processos de criminalização desses líderes criminosos, processos que são abandonados nas comarcas e nos fóruns e que não são acompanhados.

Acabou a farra de vocês, criminosos que se dizem líderes de um movimento! Vocês não lideram movimentos sociais. Vocês promovem a baderna e a intranquilidade no País. Vocês terão os melhores advogados atrás dos processos, até conseguirmos, com justiça, a criminalização de cada um de vocês. O escárnio que vocês têm praticado com a Justiça e com os produtores do País vai ter fim. Eu conto com a Justiça. Eu conto com os nossos juízes para que os processos possam ser julgados.

Sr. Presidente, quero deixar muito claro a todos aqui que nós não estamos tratando e não estamos aqui denunciando a reforma agrária. A reforma agrária é

um programa de governo para atender legitimamente àquelas pessoas que sonham em ter um pedaço de chão. Se nós, produtores rurais, temos orgulho de ter um pedaço de chão, por que vamos criminalizar ou recriminar aqueles que também desejam ter um pedaço de terra? Mas nós precisamos que fique muito claro que a realização do desejo daquele que quer ter terra não pode ser a destruição do desejo daquele que quer paz, tranquilidade e justiça.

Nós não podemos ser responsabilizados, como estamos sendo, pelo atraso ou não de uma reforma agrária que não acontece, por uma expectativa ou não que não é atendida.

E quero aqui fazer justiça, Sr. Presidente, aos dois últimos Presidentes deste País. Se somarmos o que o Presidente Fernando Henrique fez com o que fez o Presidente Lula, se somarmos os dois Governos, os dois Presidentes juntos fizeram muito pela reforma agrária. Podem não ter feito o suficiente, podem não ter feito aquilo que todos esperavam, mas as pessoas também esperavam melhor atendimento na saúde, e não têm; as pessoas esperam medicamentos nos postos de saúde, e não têm; as pessoas esperam estradas, ferrovias, hidrovias, e não têm; as pessoas esperam escolas de qualidade e não têm. É porque o Tesouro brasileiro é curto, é restrito, sendo, portanto, também para a reforma agrária, pois, como todo mundo sonha, aqueles que querem um pedaço de chão também não têm.

Sr. Presidente, os dois Presidentes da República, Fernando Henrique e Lula, juntos, já assentaram famílias num total de 10% do território nacional. O Brasil tem 850 milhões de hectares, dos quais 85 milhões já foram destinados aos assentamentos da reforma agrária. Foram mais de nove mil assentamentos. Nove milhões da famílias foram assentadas neste País. Se é pouco ou se é muito, é o que foi possível fazer. O recurso não dá para fazer mais do que isso. E antes que alguém me pergunte se 85 milhões de hectares, 10% do Brasil, é muito ou pouco, eu não sei dizer. Eu sei apenas fazer um comparativo.

Toda a área de grãos produzidos no País, que garante as exportações do superávit, que abastece a população brasileira, está plantada em 65 milhões de hectares, menos de 10% do País. É pouco ou é muito? Eu não sei responder, Sr. Presidente. Quem deve responder é o Governo; quem deve responder são as instituições. São os Ministérios que devem colocar uma noção em tudo isso.

Além de terem feito assentamentos em 10% do País, Fernando Henrique e Lula, juntos, gastaram R$79 bilhões com a reforma agrária. É muito? É pouco? Não sei responder, Sr. Presidente. É o que foi possível ser feito.

Agora, pelo fato de o Brasil não ter os recursos necessários para transformar 850 milhões de hectares em áreas de dez hectares cada uma, cumprindo a lei, indenizando os produtores e desapropriando, nós não temos culpa, Sr. Presidente. Nós não podemos pagar esse preço.

Pedimos ao Líder Agripino, com a sua competência e a sua liderança, e a todos os Líderes desta Casa um basta e uma voz firme de cada um de vocês contra mais um "Abril Vermelho", o 13º, sem que nada possa acontecer. Os produtores estão abandonados à própria sorte.

Quero lembrar aqui que as invasões acontecem na calada da noite, planejadas, porque é crime organizado. Eles esperam, Senador Demóstenes, o patrão ir para a cidade, eles esperam o patrão viajar para poder pegar, na calada da noite, os trabalhadores em casa, dormindo com as suas esposas e com seus filhos, e quebrar toda a casa e os utensílios desses trabalhadores.

Temos mais de dez horas de filme de violência, de tortura psicológica e emocional. Quando eles invadem terras, não é em paz; é destruindo tudo que veem pela frente, é batendo e esmurrando pessoas. Não são anjinhos, não. São líderes, chefes de quadrilha do crime organizado disfarçado de movimentos sociais, traindo a bandeira dos movimentos sociais neste País.

Eu peço ao Brasil, eu peço aos brasileiros das cidades que nos ajudem para que nós possamos implementar a paz no campo. Nós não temos culpa de a reforma agrária não acontecer como eles desejam. Nós precisamos de regras claras, nós precisamos de foco, nós precisamos de metas e nós precisamos ter coragem de dizer a essas pessoas e não insuflar um sonho que não será realizado. É covardia o que fazem com as pessoas. A expectativa não pode ser lançada sem condições de ser realizada.

Todas as reformas que já existiram no mundo afora tiveram começo, meio e fim. E eu quero aqui perguntar ao Senado Federal, aos meus colegas: a reforma agrária terá fim ou será indefinida?

Sr. Presidente, eles reclamam e acusam o Brasil de haver uma concentração de terras exorbitante.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Quando puder, conceda-me um aparte, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Um minutinho apenas, para que conclua este raciocínio.

Eles dizem que há uma concentração excessiva de terras no Brasil. Eu vou dar um dado que está à disposição no *site* do Incra. O Brasil tem 5.190.000 propriedades rurais. Cinco milhões! Cinco milhões!

Não esqueçam este número. Se nós somarmos o Canadá, os Estados Unidos, a Argentina e a Austrália, os quatro países, juntos, têm 2.700.000 propriedades rurais. Se, há trinta anos, o tamanho da propriedade média brasileira era de 260 hectares, hoje, o tamanho médio da propriedade rural brasileira é de 67 hectares. Onde está o problema da concentração de terras neste País?

Onde está o problema da concentração de terras neste País?

Se nós pegarmos a região Sul do Brasil, terra de Pedro Simon, terra de Onyx Lorenzoni, terra de Osmar Dias e Alvaro Dias, se nós pegarmos as regiões Sul e Sudeste do País, nós vamos ver que elas têm uma faixa muito menor, um percentual muito menor de grandes propriedades. Quando eu vou lá para o Nordeste de Agripino e de tantos Parlamentares aqui, eu vou encontrar uma faixa em torno de 43% de grandes propriedades. No Sul e Sudeste, 35%; no Nordeste, 40%; e no Centro-Oeste e no Norte...

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ... nós temos uma concentração de 70% a 75% de grandes propriedades.

Qual o segredo por trás disso tudo? Mercado! Mercado, preço de terra! Se eu não posso, não tenho condições de ter dez mil hectares no Paraná é porque as terras são caríssimas; em São Paulo, a mesma coisa. A concentração de terras é de acordo com o valor dessas terras. Se nós pegarmos o cerrado, no passado, a concentração era enorme, porque as terras do cerrado não valiam nada. Mas, com a implementação da tecnologia no cerrado, nós já estamos vendo a curva descer, porque os proprietários não são estúpidos, Sr. Presidente; quando a terra valoriza, a tendência é a redução delas. As terras do cerrado e da região Norte são terras fracas, fragilíssimas e têm um alto custo para a produção. Por isso há concentração de terras. Contra o mercado, Sr. Presidente, não há lei que possa cercar.

No futuro, quando a fertilização...

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...dessas terras for alcançada, a reforma agrária é voluntária. Dos anos 60 para os anos 70, quando foi implementado o cerrado brasileiro, por Alysson Paulinelli, tivemos uma redução brutal no tamanho médio da terra brasileira, porque a reforma agrária foi voluntária: os brasileiros saíram do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e foram procurar terra para os seus filhos na região Centro-Oeste, para ampliar a produção. Foi uma reforma agrária voluntária empurrada pelo mercado.

Sr. Presidente, quero conceder um aparte ao Senador Agripino Maia, que me pede e que ouço com muita alegria.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de fazer aqui, inicialmente, o registro da disposição, da coragem, da competência e da consistência dos dados do pronunciamento de V. Exª. V. Exª aborda um assunto que pode ser entendido como tabu. Mexer em reforma agrária neste País pode ser entendido como uma atitude retrógrada....

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ... quando V. Exª, pelo contrário, está fazendo um discurso moderno. Esse dado dos cinco milhões de propriedades, cotejados com os dois milhões e duzentos mil de países maiores do que o Brasil, aí incluindo a Austrália, fala por si só. Veja: está anunciado um "Abril Vermelho". Isso não é prenúncio de reforma agrária, é prenúncio de baderna, é prenúncio de movimento violento, é prenúncio de movimento que pode gerar vítima, que é o que estamos querendo evitar. E V. Exª está denunciando a perspectiva da geração, pela via da violência, o que não pode ocorrer num País democrático. E V. Exª, com a responsabilidade de Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, faz um discurso moderno. V. Exª fala pelo *agrobusiness*, que é o carro-chefe da economia do Brasil hoje, queiram ou não queiram; V. Exª defende...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ... com o que está falando, o direito à propriedade. Eu não sei, Senadora Kátia Abreu, como é que, graças a Deus, o direito à propriedade no Brasil não está ainda maculado com os lamentáveis exemplos que o mundo conheceu, da destruição dos laranjais e da depredação das pesquisas no Rio Grande do Sul. Eu não entendo. Eu não sei. E, mesmo assim, ainda há investidores, ainda há multiplicação de investimentos, e há crescimento de renda e de riqueza no campo e na agricultura. Agora, o que V. Exª diz, e quero aqui salientar, é o alerta para a perspectiva, pela via da violência, da geração de vítimas em torno de algo que está em curso e que tem que continuar pelas vias normais e pacíficas, que é a reforma agrária, que é o uso da terra com o cunho social. Mesmo que ela seja feita pela via do mercado, existe a reforma agrária pacífica...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – ...para promover o uso da terra como elemento social que tem que ser respeitado e que tem que ser aplaudido, como nós o fazemos. Agora violência, não! Quero cumprimentá-

la pelo discurso, porque V. Exª está sinalizando para a perspectiva de violência. O "Abril Vermelho" é antevéspera. Antevéspera! E é preciso que alguém fale, antes que seja tarde, de violência no campo indesejável e atrasada. Cumprimentos a V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador José Agripino. Como V. Exª frisou, com muita propriedade, estamos tratando aqui de invasões, crime organizado. A reforma agrária voluntária ou promovida por Governos estamos todos prontos para apoiar e, inclusive, contribuir com o *know-how* que a agropecuária brasileira tem para fazer com que eles possam elevar-se do nível de agricultura familiar para uma classe média rural brasileira, que é a estabilidade que nós todos esperamos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora?

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Eles fazem questão absoluta, para nos constranger, de confundir a nossa aversão ao crime e à invasão com o programa de reforma agrária. E uma coisa não tem nada a ver com a outra. Inclusive o Sistema S Rural, o Senar, faz grande parte de seu treinamento e qualificação profissional dentro dos assentamentos da reforma agrária. Este ano já fizemos 15 mil exames Papanicolau nas mulheres que moram nos assentamentos do Brasil, que são desassistidas, com a prevenção do câncer de colo de útero. Assim trabalhamos há anos nos assentamentos. Nós conhecemos os assentamentos e sabemos da situação de penúria dessas pessoas. E cabe a nós a responsabilidade de ajudá-los a sair dessa situação terrível em que se encontram.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Daqui a pouco. Ouço, primeiro, o Senador Raimundo Colombo, de Santa Catarina.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senadora Kátia Abreu, nós que conhecemos o seu dinamismo, a sua liderança...

(Interrupção do som.)

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – ...na agricultura brasileira, na CNA, pela sua postura, e que prestamos atenção ao seu discurso, vemos exatamente a diferença e a proposta consciente, com qualidade, para resolver problemas que a Nação brasileira encontra. Esse contraponto que V. Exª estabelece é um contraponto maduro, equilibrado, de bom senso. Eu a cumprimento. Com a violência, nós não vamos conseguir avançar. Derrubar o Estado de direito, impedir o direito à propriedade são coisas que não cabem neste momento da estabilidade democrática brasileira. Mas é importante que alguém com voz forte e com autoridade traga este tema até aqui e chame à responsabilidade o Governo, que precisa exercê-la, para que ele aja com equilíbrio e isenção e não permita haja esse Abril Vermelho, que não interessa a ninguém, ou a muito poucos, só àqueles que querem tumultuar. Cumprimento V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Raimundo Colombo, que é um grande defensor do Estado de direito e do cumprimento das leis e da Constituição. Agradeço o seu aparte, muito apropriado.

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos, do Democratas do Mato Grosso.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Prezada Senadora Kátia, V. Exª vem, em boa hora, defender aqui o Estado democrático de direito, defender o direito de propriedade. Lamentavelmente, estamos acompanhando todos os dias pela imprensa o que tem acontecido neste País. Acho que há uma irresponsabilidade por parte do Governo Federal, e sobretudo das autoridades do próprio Poder Judiciário, pela morosidade em relação aos assentamentos dos programas de reforma agrária. Todavia, Senadora Kátia Abreu, tudo isso está acontecendo pela falta de política clara em relação à reforma agrária no Brasil, na medida em que, lamentavelmente, os assentamentos que já existem no Brasil hoje estão todos eles praticamente vivendo abaixo da linha da miséria. V. Exª tem conhecimento, através de diagnóstico que já foi realizado pela CNA, que não existe política de reforma agrária neste...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – E vou mais longe, Senadora Kátia: o Governo Federal não tem interesse em fazer nenhuma reforma agrária – pelo contrário – e em defender os direitos de propriedade. Vou dar só um exemplo aqui, Senadora Kátia. Há poucos dias, o Incra transferiu ao Governo de Mato Grosso, por meio de um decreto do Poder Executivo, que é para mim ilegal e inconstitucional, 500 mil hectares de terra. Ou seja, não sabemos a destinação dessa terra. Acho que o Congresso Nacional tem que tomar providência, na medida em que qualquer transferência de terra, por parte do Governo Federal, a Estado ou Município precisa da autorização do Congresso Nacional. Todavia, dos 500 mil hectares que foram transferidos para o Governo de Mato Grosso nenhum cidadão de bem daquele Estado sabe qual a sua destinação. Estou

chamando a atenção e, sobretudo, fazendo um alerta para que todos nós façamos, se possível aqui, o Senado, um requerimento de informação ao Incra, a fim de sabermos para quem foi destinada essa terra. Ora, com 500 mil hectares de terra que foram transferidos do Governo Federal para o Governo de Mato Grosso, eu acho que, no mínimo, daria para nós assentarmos ali cinco mil famílias, Kátia. E, pela informação que tenho, esses 500 mil hectares de terra estão nas mãos de seis pessoas, ou seja, de seis cidadãos abastados de Mato Grosso. Está cheirando o quê? Negociata, negociada na calada da noite. E nós temos de tomar providências aqui, inclusive o José Nery, que também defende muito os sem-terra – por favor, Senador José Nery –, é importante que se faça um requerimento ao Incra para saber essa destinação. Portanto, V. Exª vem num momento oportuno defender aqui o direito de propriedade, porque eu acho que o mínimo que nós temos de ter aqui é o respeito à Constituição Federal. Portanto, Senadora Kátia, só essa informação para V. Exª, que o Governo Federal, num gesto, uma vez mais, comprovadamente de descompromisso com a Reforma Agrária, transferiu para o Governo de Mato Grosso 500 mil hectares, e até agora ninguém sabe para onde foram esses 500 mil hectares. Parece-me que foi feita uma grande negociata e que nós temos de tomar as devidas providências. Obrigado, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senador Jayme Campos, é muito apropriado o seu comentário, a sua denúncia, a sua indignação, porque nós estamos aí com o TCU indicando todos os dias as transferências irregulares por meio de entidades de fachada, que, insistentemente, tem a leniência de parte do Governo para receber esses recursos que, indiretamente, financiam as invasões.

Nós, que somos políticos, sabemos o quanto custa mobilizar pessoas para uma reunião. Como é que essas pessoas se mobilizam pelo Brasil todo sem dinheiro, sem recursos?

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Que recursos são gastos para a mobilização.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Kátia Abreu, V. Exª fala com propriedade, nesta tarde, da tribuna do Senado Federal, como representante do Estado de Tocantins, mas fala como liderança do agronegócio no Brasil. Já foi dito aqui, pelo próprio Governo, que o agronegócio é que tem sustentado a economia do nosso País. E não há a contrapartida do reconhecimento naquilo que é fundamental, que é o direito à propriedade, para que os agricultores possam trabalhar sem ameaça de invasões. V. Exª falou corretamente que reforma agrária, dentro da legalidade, dentro da lei, tem o apoio do setor agrário, do agronegócio, que disponibiliza, inclusive, *know-how* para que se faça corretamente e não como é feito pelo Governo, de forma que estejam sempre invadindo, sendo abastecidos pelo Governo. Na verdade, essas pessoas são massa de manobra de lideranças que não se apresentam, que não respondem pelos atos praticados por aqueles que são por eles comandados. V. Exª mandou preparar esse trabalho, para distribuir, "Vamos tirar o Brasil do vermelho". Este é o *slogan* que estou usando no meu Estado, o Estado do Pará, nós temos dito: vamos tirar o Pará do vermelho. É no nosso Estado que se encontram os maiores assentamentos do Incra e o maior número de invasões. Quero alertar o povo brasileiro, Senadora Kátia Abreu, quero alertar o povo brasileiro que nos assiste pela TV Senado que tudo aquilo que todos os anos o MST ameaça, ou seja, abril vermelho, na realidade, o Governo tem conhecimento prévio do que será feito e dá apoio aos malfeitos desse movimento. E, mais ainda, todo o Brasil sabe que o líder Rainha, do MST, está andando pelo Brasil nos assentamentos, dizendo que cada assentamento do MST será ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...será um comitê de campanha da Ministra Dilma. Isso confirma, Senadora Kátia Abreu, aquilo que vem dizendo: o Brasil precisa tomar conhecimento de que a Dilma representa o Hugo Chávez de saia. Nós não vamos permitir que o Brasil se transforme numa Venezuela. Parabéns, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Obrigada, Senador Flexa, pela sua participação. Eu sei o quanto V. Exª sofre com seu povo do Pará em relação a essa intranquilidade e a violência no Sul do Pará, um Estado tão maravilhoso, tão promissor, com produtores tecnificados, que conhecem produção agropecuária, sofrendo tanto com essa questão do direito de propriedade.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do nosso Amazonas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Kátia Abreu, é oportuno fazer um aparte a V. Exª, até porque V. Exª é a Presidenta da Confederação Nacional da Agricultura, com o ativismo saudável que pratica. Eu a aparteio porque tenho um compromisso externo e está aqui o Prefeito do Município de Lábrea, prezado amigo Gean Barros; o Presidente da Câmara, Evaldo Gomes; o Vereador Augusto; o representante dos moveleiros de Lábrea, Sebastião Braga; o Procu-

rador do Município, Dr. Fábio; Deputado Átila Lins, que é uma figura que tem uma base muito forte. Eu chamo a atenção do Senador Alfredo Nascimento e do Senador Jefferson Praia para esses fatos. Agora, veja o contraste: V. Exª fala da dificuldade de o agronegócio evoluir a partir da loucura, dos transtornos que o MST causa à economia brasileira diariamente. Vou-lhe dar um dado micro de um Município do meu Estado. Entre 2005 e 2006, discutia-se...

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Qual o Município?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Lábrea, no Estado do Amazonas. Entre 2005 e 2006, discutia-se um programa chamado Alap, que, no fundo, era uma área de proteção em torno da BR-319. Muito bem. O resultado é que o Município, injustamente considerado como uma área negra, uma área vermelha, melhor dizendo, no desmatamento, tem apenas 4% de sua reserva legal desmatados. Desses 4%, absurdamente 1% pela população tradicional. Ou seja, o prefeito e as pessoas que o acompanham, as pessoas que moram lá. Os adversários do prefeito, os amigos do prefeito, enfim. Três por cento são aventureiros de outros Estados que predam o Sul do Estado, sem que as autoridades tomem nenhuma providência. Predam sem que isso signifique nenhum lucro, nada de bom para o Município de Lábrea. Muito bem. Nenhuma providência tomam...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...de maneira irregular, fazendas de gado, enfim. Mas eu queria dizer a V. Exª que o município tem 80% de reserva ambiental. Muito bem. Os 25% restantes estão sendo usados por esses predadores. A população de Lábrea está tolhida no seu direito de produzir e de trabalhar. O Instituto Chico Mendes chegou lá outro dia e fez uma barbaridade: fechou... Se V. Exª visse a foto do que eles chamam de serrarias... Pequenas unidades, casebres, enquanto os predadores faziam o que queriam no Sul do Município. Violência a ponto de gerar uma rebelião. Houve um momento feliz de eu poder falar para uma rádio de lá e, naquela ocasião, o que eu falei foi transmitido para a praça; eu pedi calma à população, porque a intenção da população não era boa com as pessoas que representavam o Instituto Chico Mendes lá. Muito bem. Não definem o que pode e o que não pode. Confundem quem quer...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...predar com quem não quer predar. Para predar, precisa ter vontade, e o homem do nosso interior não tem. Precisa ter tecnologia, e ele não a possui; precisa ter organização econômica e ele não tem. Ou seja, tratam como se fossem inimigos da natureza os que são os guardiões da natureza, os protetores da natureza. Eu trago esse exemplo porque o Presidente do Instituto Chico Mendes Bill, é o Sr. Rômulo José Fernandes Barreto de melo, nome de nobre do Segundo Império, enfim, se porta com enorme arrogância, ameaçando agora o Prefeito de entrar lá com Polícia Federal, praticando violência em cima do pequeno. A realidade é muita submissão quando se trata de alguém maior e de muita arrogância quando se trata do pequeno. É um pequeno exemplo. No fundo, nós temos as duas faces da mesma moeda. V. Exª denuncia...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...esse abril vermelho, essa coisa grotesca. E até me surpreende que façam isso no ano eleitoral. Eles costumavam fazer isso fora dos anos eleitorais, até pela mancebia que mantêm com o Partido do Governo. Ao mesmo tempo, no meu Estado, nós temos populações humilhadas. Outro dia, encontrei, andando por um rio, roubo de seixos. Mais adiante, um barco do Ibama com pessoas jogando dominó, tomando uma cerveja. E, na cidade que visitei, um cidadão com escoriações, agredido, que tinham furado o casco da canoazinha dele, porque havia sido apanhado com uma tartaruguinha, alguma coisa assim, algo para comer. Ou seja, uma falta de realismo total, uma má fé absoluta, e eu não me canso de denunciar isso, porque cuidar do meio ambiente é, na verdade, estabelecer regras para o desenvolvimento sustentável. É nós aprovamos, aqui, a lei que vai dar a nova forma...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...Senador Mão Santa, uso de resíduos sólidos. Senador José Agripino, eu vou cuidar disso e propor aos outros líderes que façamos isso em regime de urgência. É nós estabelecermos o que pode e o que não pode, para dentro dos limites do que pode, darmos o máximo de possibilidade de as pessoas se desenvolverem na nossa região, de modo a poderem elas alimentar seus filhos, elas próprias se alimentarem, se vestirem, ter direito ao futuro. Condenar uma população, como é a do Norte do País, de 25 milhões de habitantes a morrer de fome, com falsos jargões ecológicos... Eu sou ambientalista, eles não vão me dar lição de ambientalismo, não, porque eu tenho muito zelo por isso. E a Ministra Marina sabe disso. Eu já estive com ela em diversas ocasiões, muitas vezes até em posição contrária a de V. Exª – já deve ter acontecido isso –, mas não posso tolerar que em nome desse falso ambientalismo, eles estejam massacrando e levando a fome populações,

como a de Lábrea, por exemplo. E a tônica, no interior do Estado do Amazonas, isso se refere à Amazônia inteira – é a da humilhação; de um lado a humilhação aos menores; de outro lado, o abril vermelho ameaçando o segmento mais produtivo, que mais contribui para a saúde da balança comercial brasileira, que é o agronegócio. Eu fico realmente com dificuldade de dormir com um barulho desses, porque me parece tão irracional que, no final, acaba dando certo nas pesquisas deles aí. Mas é tão irracional, é tão fora da seriedade, que me levam a uma preocupação muito grande com os destinos deste País. Mas parabéns a V. Exª. V. Exª faz, como sempre que vai à tribuna, um discurso que desperta um enorme respeito, uma enorme atenção da Casa a que pertence.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Arthur Virgílio. Fico muito contente com a sua sensibilidade e o seu conhecimento do interior do Brasil.

Eu quero, aqui, alertar os colegas, apenas para relembrar – todos sabem desses números – nós temos que lembrar que 60% da população deste País mora no interior do Brasil, 40% nas grandes...

(Interrupção do som.)

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...40% da população deste País mora nos grandes centros e nas capitais. E os governos têm a mania de olhar apenas nessas concentrações das grandes cidades, esquecendo que 60% estão no interior do Brasil e que, dos 60% que moram no interior do Brasil, 80% estão ligados direta ou indiretamente à agropecuária brasileira.

É muita gente que está com os olhos abertos, observando as práticas, as rotinas da violência contra a produção e o preconceito. Está-se estabelecendo neste País, com autorização de muitos importantes, a luta entre os pequenos e os grandes, entre os pobres e os ricos, entre o campo e a cidade, como se isso pudesse ser possível. Enquanto isso nós estamos trabalhando para unificar este País, para juntar as nossas forças, todos darmos as mãos, o campo e a cidade, os pequenos, os médios, os grandes. O Brasil não é dividido, não pode ser dividido com tanta mediocridade, com tanta mesquinharia, como se a divisão entre o bem o mal fosse uma pequena propriedade e uma grande propriedade. O que nós temos que observar é o tamanho da renda dessas pessoas, quanto elas estão recebendo ao mês para viver, e não os palmos de chão, se são grandes ou poucos ou médios. Nós temos que nos preocupar é com a dignidade de cada um deles. Nós temos a pequena propriedade no Paraná que fatura muito mais do que a média e a grande propriedade no Norte e Centro-Oeste do País, porque são terras férteis. É um Estado rico em infraestrutura e logística, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Infelizmente, nós ainda não temos essa condição. O que vale não é o tamanho da terra.

Nós não somos um País medíocre, nós não somos um País mesquinho. Temos de ter a altivez e a grandeza de entender que o que vale na vida das pessoas é a quantidade de dinheirinho que vem no mês para pagar as contas...

(Interrupção do som. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Kátia Abreu, um minuto para concluir.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, eu vou concluir.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senadora Kátia...

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Por que falamos tanto do direito de propriedade? Parece a muitos que o direito de propriedade é sinônimo de uma grande propriedade rural. É um ledo engano, é um grande engano. Direito de propriedade está no lote da cidade, no carrinho que você conseguiu comprar ou na sua motocicleta, na casinha que você comprou com muito sacrifício. E está também num pedaço de chão o direito de propriedade. É a posse, resultado de um trabalho. Por que o direito de propriedade está na Constituição, no art. 5º, como um dos Direitos Fundamentais, que é um direito humano? Porque presume-se que a propriedade vem do trabalho, vem do esforço do cidadão e o trabalho é tão valorizado, tão primoroso, tão valioso, que o direito de propriedade vem, na verdade...

(Interrupção do som .O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Kátia Abreu, já são mais de 45 minutos. Eram 20.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Eu encerro, Sr. Presidente.

Ele vem, na verdade, resguardar o resultado do trabalho de um homem e de uma mulher, em qualquer lugar, que estejam trabalhando.

Encerro, agradecendo ao Senador Mão Santa por esta oportunidade de estar aqui falando dessa campanha. Em detrimento do Abril Vermelho, da invasão e do crime, estamos com a Campanha “Vamos tirar o Brasil do vermelho, contra a invasão e o crime, pela paz no campo”.

Estamos embasados, Sr. Presidente, nesta pesquisa Ibope, em que 78% da população respondeu nessa pesquisa que “invasões são a prática criminosa de um movimento”; 54% dos brasileiros já identificam

que esses conflitos e essas invasões são provocados pelo MST; até, ao ponto de tanta revolta e indignação com as invasões, 72% dos brasileiros concordam que o Estado tem que agir firmemente para devolver a posse àquele que trabalhou e conquistou a sua posse, independentemente de que posse seja: da bicicleta até uma propriedade rural.

A Senadora Rosalba e o Senador Jayme Campos tinham me pedido um aparte, mas, infelizmente,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não. Já se passaram 45 minutos, e há outros oradores.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço desculpas, mas agradeço, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª fez o mais brilhante pronunciamento, com muita coragem, que só a mulher tem, alertando o País sobre o abril vermelho.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pediu questão de ordem o nosso Senador do Amazonas, Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que, na hora da votação das autoridades, eu estava na sede do Instituto Chico Mendes, com representantes da Bancada do Amazonas e também com o Prefeito de Lábrea, que está aqui, o Prefeito Jean, o Presidente da Câmara e outras autoridades do Município e também munícipes, discutindo a questão relacionada aos problemas que Lábrea enfrenta.

Eu gostaria apenas de que fosse considerada, Sr. Presidente, a minha votação de acordo com a orientação do meu Partido, de acordo com a orientação do PDT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr. José Roberto, o Senador Jefferson Praia está solicitando a correção da votação, porque ele estava ausente. Votou de acordo com a linha de pensamento do seu Partido.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o nosso Senador do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, primeiro, eu quero agradecer-lhe e parabenizar pela conduta na reunião, há pouco, na Câmara dos Deputados, que nós tivemos juntamente com os Deputados, Líderes, com os Líderes do Governo e com os Senadores, que representaram aqui, junto com os Senadores Paim, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e V. Exª, o Senado nessa reunião.

Ora, viva, Senador Mão Santa: abre-se novamente uma luz no fim do túnel. Mesmo que ela seja uma luz pequena, mas está aberta.

Eu, que tinha prometido não ir mais a nenhuma reunião, por insistência do Senador Paulo Paim, acompanhei V. Exª, Senador Flexa, e outros Senadores. Eu saio com uma esperança daquela reunião. Foi feito o acordo, com a presença inclusive do "Vagareza": vai-se derrubar a proposta do Governo na Câmara, um acordo de todas as Lideranças na Câmara, vai-se fazer nova redação para que sejam dados 7,71% de aumento aos aposentados, o que significa dizer 80% do PIB.

É um avanço, Senador Mão Santa. Oxalá, tomara que isso se concretize, pelo menos como o início da reposição das perdas dos aposentados que tanto sofrem neste País.

Posteriormente a isso, virá ao Senado, e aqui não haverá nenhum empecilho. Caso contrário, V. Exª presenciou, nenhum acordo será feito. Caso contrário, repito, nenhum acordo será feito, nem na Câmara, nem no Senado.

Senador Tuma, V. Exª, que tanto brilha quando se fala dessa causa, porque V. Exª é um dos que trabalha por essa causa tão digna, o que me deixa esperançoso é que eu vi hoje, pela primeira vez numa reunião, os Deputados Federais abraçarem essa causa. Pela primeira vez, eu vi a totalidade dos Deputados Federais abraçarem essa causa, logicamente contra o único, que era o "Vagareza", representando o Governo.

Mas, de qualquer forma, ele, como foi voto vencido, concordou com que se pudesse votar e derrubar a proposta do Governo. Isso me traz a esperança de

que, pelo menos, inicia-se a recuperação da perda dos aposentados.

Estiveram lá o Senador Flexa Ribeiro, que eu gostaria de ouvir, Senador Mão Santa, porque é um assunto sobre o qual a gente pode perder alguns minutos aqui falando, porque é um assunto no qual já se vem batendo neste Senado há mais de dois anos. E este Senado é o principal responsável pelo início dessa vitória. Se ela acontecer, o Senado é o responsável pelo início dessa vitória. Se não fosse este Senado, nada estaria posto, nada teria acontecido.

Eu gostaria que pudéssemos ouvir o Senador Paulo Paim e o Senador Flexa Ribeiro.

Eu agradeço a sua presença na reunião, que foi de fundamental importância, e agradeço aqui a participação de todos os meus Pares. Esta Casa é unanimidade. E o que me deixou esperançoso, Tuma, foi ver os Deputados defenderem, com entusiasmo, a causa dos aposentados. Graças àquele Cristo, começaram a entender o sofrimento dos aposentados deste País.

V. Exª já deu as lágrimas, que eu vi, e deles não saía absolutamente nada. E agora começa a acontecer. Isso me traz esperança, Senador Tuma. Oxalá, tomara que esse fato continue e que a gente comece a repor a perda dos aposentados.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM –SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM –RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, eu peço pela ordem para encaminhar um voto de louvor, de reconhecimento ao Tribunal de Contas da União pelo excepcional trabalho que fizeram de levantamento das aplicações dos recursos da Defesa Civil do Brasil.

Era realmente um clima de profundo constrangimento a gente saber que, em todas as catástrofes que têm ocorrido em nosso País, os recursos são destinados para onde não há necessidade.

Para o senhor ter uma idéia, em 2008 e 2009, foram mandados para o Estado do Ministro da Integração Nacional 65%. Em 2010, nos três primeiros meses, antes do seu desligamento do Ministério, foram mandados 90% dos recursos disponíveis para a Defesa Civil do nosso País para um único Estado que não teve.

O que a gente vai dizer para as pessoas que estão vivendo a catástrofe no Rio de Janeiro? O que vamos dizer para as pessoas que estão lá em Santa Catarina, um ano e meio depois, ainda em alojamentos coletivos?

Isso é uma vergonha, é o fim da picada, é o mau uso do dinheiro público! E, por isso, estou reconhecendo o trabalho de qualidade do Tribunal de Contas da União, que levanta e comprova, traz essa realidade à Nação brasileira.

Está de parabéns o Tribunal de Contas da União, através de um requerimento que apresentei no Senado e que foi aprovado e que desnuda, de forma clara, a politicagem dentro do Ministério de Integração Nacional. Isso é inaceitável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Flexa Ribeiro, depois Rosalba e, após, o Senador Paulo Paim.

O Parlamento é uma assembleia soberana, e tudo é permitido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para registrar aquilo que o Senador Mário Couto já falou e o Senador Paulo Paim vai também referir. E V. Exª também, que estava na reunião lá na Liderança do PDT.

Quando nós saímos para vir exercer o voto nominal aqui no Senado, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Vaccarezza, desdisse aquilo que o Vice-Líder Gim Argello teria dito em nome do Senador Renan e do Senador Jucá. E aqui, Senador Paim, quando dei a informação ao Gim Argello e ao Senador Romero Jucá o que havia acontecido lá, eles endossaram os 80%. Retornei com o Senador Mário Couto à reunião na Câmara, e lá ficou acertado – o Senador Paim permaneceu, perdeu as votações nominais aqui no Senado, na Ordem do Dia –, e lá ficou acordado que o Líder do Governo vai apresentar o seu parecer, os seis vírgula alguma coisa por cento. Mas o Plenário vai derrubar o Parecer do Líder e vai aprovar os 80% do reajuste do PIB, que vai dar 7,7% aos aposentados, que é o reconhecimento daqueles que trabalharam uma vida inteira para construir este País e que, na idade avançada, não têm o reconhecimento do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senadora Rosalba Ciarlini. Depois, pela ordem, pediu Paulo Paim.

Estamos alternando. Depois, chamaremos um orador inscrito. Está anotado aqui que era Leomar Quintanilha, mas o Secretário Executivo diz que ele cedeu para Pedro Simon, que cede para o nosso Ministro Nascimento, que volta à Casa. E depois...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não cedi...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não cedeu, não? V. Exª está cedendo para o Ministro

Alfredo Nascimento? E depois chamaremos um Líder, Osmar Dias. Estamos alternando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, só para eu entender, como fica a sequência?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A sequência é a seguinte: A Kátia falou como Líder. Nós estamos alternando, é um pacto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ela falou por quinze Líderes, porque ela falou uns 150 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi verdade. Isso é verdade. E eu quis ser sensato.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, deixe-me fazer só uma observação. É que a Senadora Kátia é importante, o Senador Pedro Simon também é importante. Bem importante. Todos são Senadores do mesmo nível, do mesmo tamanho. Agora, quando alguém ganha o direito de falar uma hora, uma hora e meia, eu vou me sentir no mesmo direito. E eu agarro aquele microfone e não há quem me faça sair de lá, Presidente. Mas pode apertar a campainha, buzinar, cortar o microfone fora, eu vou ficar agarrado naquilo lá.

Se isso continuar a acontecer, a gente tem que pegar o Regimento Interno, rasgar e jogar no lixo, porque o que está acontecendo aqui é o seguinte: eu cheguei duas horas da tarde para falar, e ainda não consegui falar.

O Senador Alfredo está ali desde as 14 horas, o Senador Pedro Simon desde as 14 horas, e todo mundo vai aí para a tribuna e fala uma hora, uma hora e meia e a gente fica aqui esperando. Alguém está sendo feito de bobo ou alguém está sendo esperto aqui dentro, Sr. Presidente.

Vamos colocar ordem na Casa, Sr. Presidente. Só isso que peço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. V. Exª agora...

Senador Pedro Simon, V. Exª cedeu seu lugar para o Alfredo Nascimento?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.)* – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Fui eu quem trocou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, o orador inscrito é o Senador Pedro Simon. O Senador Flexa complicou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem. É a minha vez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só quero justificar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o convido como orador inscrito.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente. Era minha vez não a do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu me comprometo, Senadora, não vou falar, só vou justificar. Só quero justificar que perdi as cinco votações, e que a Mesa reconhecesse minha presença, porque estava na Câmara buscando entendimento no acordo dos aposentados de 80%. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto, ele justificou.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, é meu amigo, respeito, agora...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Secretário José Roberto, justificar a ausência do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rosalba Ciarlini enquanto chega à tribuna o Senador Pedro Simon.

A SRª. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pois não, Presidente.

Queria só dizer que, na primeira votação com relação à autoridade para o STM, eu não estava presente em função de estar em reunião para organização da 1ª Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, que vai acontecer aqui em Brasília, em dezembro, e, como presidente da Comissão de Assuntos Sociais, considero importante que todos possam participar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A falta de V. Exª está justificada. Secretário, Dr. José Roberto, justifique a falta.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Queria registrar a falta e o voto. O voto é "sim", já que não estava aqui, mas quero dizer que concordo plenamente com todos que aprovaram.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu peço que também justifique a minha, porque fui acompanhar o Paulo Paim.

Pedro Simon, com pedido de desculpas, e, em seguida, o Paraná e o Brasil aguarda ansiosamente Osmar Dias.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu estava em uma audiência com o Ministro e não pude participar da votação. Gostaria que justificasse o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Atentamente o País aguarda para ouvir o Senador

Pedro Simon. Em seguida, eu anuncio com muita satisfação Osmar Dias, que engrandece não só o Paraná mas o Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu acho que o Osmar Dias, Sr. Presidente, com todo respeito, tinha que estar mais tranquilo. Ele está aqui há muitos e muitos anos, está irritado, mas, agora, em véspera de sair daqui, vai sair semana que vem para começar a campanha, vai se eleger Governador e não vem mais. Por que discutir agora? Agora não é hora de olhar para o Regimento, agora é olhar para a sua campanha lá no Governo.

Não dou aparte, não.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Não, mais eu...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não dou aparte.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Não, não é para obedecer ao Regimento. Eu vou dar o aparte sem V. Exª conceder, para dizer que V. Exª está convidado a gravar para mim como V. Exª gravou para o Requião em 2006.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas eu gravei para o Requião a seu pedido. Foram tantos elogios recíprocos que eu ouvi do Requião a V. Exª e de V. Exª ao Requião que eu fiquei fã dos dois. Porque eu só guardei as qualidades que um disse do outro, o resto eu nem me lembro o que foi.

Sr. Presidente, eu estou aqui desde às 14 horas. O assunto que me traz aqui é da maior seriedade. É um assunto que se equipara na interrogação ao que aconteceu lá na venda da Vale, lá no escândalo do tempo do Governo anterior.

O Estadão e a *Folha* estão aqui, com manchetes: "Governo estuda subsídio para Belo Monte."; "Governo recorre a fundos de pensão para salvar o leilão de Belo Monte."; "Belo Monte terá incentivo tributário." E assim vai. Não falam sobre a corrida que houve aqui com milhares de pessoas, artistas, de olho na questão do meio ambiente, que acho muito séria, realmente muito séria. Essa fica com a Marina. Estou aqui na parte financeira dessa questão.

A usina de Belo Monte, no Pará, já amplamente noticiada pela imprensa, na minha opinião, na opinião do *Estadão*, na opinião da *Folha*, poderá reproduzir outros momentos deletérios da nossa história recente, como, por exemplo, a privatização do sistema Telebrás.

Antes de entrar nesse assunto, sou obrigado a fazer uma regressão no tempo. Em 1995, apresentei um requerimento para criar a CPI dos Corruptores. Nele estavam contidas todas as exigências requeridas para se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito: número necessário de assinaturas, fatos determinados, duração, custo etc.

Por manipulação dos partidos políticos, infelizmente os Partidos da Base do Governo, entre os quais o meu, não foi permitida a criação da CPI e as investigações nunca se realizaram.

Na época, pretendíamos uma CPMI para dar continuidade às investigações dos claríssimos índices de malversação de recursos públicos, que surgiram durante a CPMI do *Impeachment* e, posteriormente, na chamada CPMI dos Anões do Orçamento.

Em ambas as comissões, ficaram evidentes as relações perniciosas e promíscuas entre agentes públicos do Executivo, do Legislativo e as empresas privadas. Era cristalina a existência do mau exercício do *lobby*, do criminoso tráfico de influência e da recorrente indução à corrupção da Administração Pública por algumas empreiteiras.

Após a identificação e o corte – ainda que limitado –, de ações e agentes ilícitos da máquina pública, nas CPIs anteriores, o natural seria avançarmos nas investigações do setor privado, melhor dizendo, da atuação dos agentes corruptores. O que não ocorreu.

Entretanto, já se havia diagnosticado esse relacionamento ilegal entre o público e o privado, principalmente em grandes obras.

Com o advento do reforço financeiro dos fundos públicos de previdência complementar, tendo a União como grande patrocinadora, os chamados fundos de pensão passaram do papel de passivos fundos de capitalização a agressivos agentes do mercado.

Como decorrência do grande vulto de seus patrimônios, esses mesmos fundos tornaram-se sócios, cobiçados em vários negócios. Daí para se constituírem no tradicional apoio do tripé fundos-empreiteiras-governos foi um pulo. Mais rápida ainda foi a transição para as relações ilícitas dentro desse tripé.

Recentemente, um fato gravíssimo, meu Presidente Mão Santa, foi anunciado, o que me traz a sensação de que velhos tempos e velhas práticas estão voltando. E é para fazer essa denúncia que venho a esta tribuna. Temo que a história esteja, segundo dizem os jornais desta semana, para se repetir, não como uma farsa, mas como uma tragédia.

Vamos aos fatos.

Está previsto para o próximo dia 20 de abril o leilão para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. A usina será a quarta maior do mundo e a segunda maior hidrelétrica do Brasil, atrás apenas de Itaipu, com capacidade de geração de 11 mil megawatts. O início das operações está previsto para 2015.

O custo da obra deve ficar entre R$16 bilhões e R$19 bilhões, mas já existem rumores que apontam para um total de R$30 bilhões ao final das obras, ou seja, o dobro da quantia agora estipulada.

No último sábado, dia 27, os grandes jornais de São Paulo, a começar pelo *Estadão* diziam:

> Governo estuda 'subsidio' para Belo Monte.
>
> Empresas pedem compensações pela tarifa baixa, e o Governo está disposto a negociar, desde que não mude o edital e a data determinada nesse sentido.
>
> Representantes dos consórcios interessados em disputar o leilão da hidroelétrica de Belo Monte no rio Xingu formalizaram ontem ao Ministério das Minas e Energia o pedido para que o preço-teto da energia da futura usina seja elevado. Eles pediram também regras mais favoráveis de financiamento ao BNDES, ao consórcio que ganhar a disputa da usina.

E continua o *Estadão*:

> O Governo não quer mexer no edital de licitação e não aceita...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vou pedir permissão, já que o Regimento foi citado. A sessão terminaria às 18h30. Eu prorrogo a sessão por mais uma hora para que todos os presentes possam usar da palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente. Fico feliz em ver que V. Exª está entendendo a gravidade do assunto que trago a esta Casa.

V. Exª não estava aqui naquela oportunidade, mas foi assim que se fez o debate. Um debate doloroso e cruel em que o Ministro Mendonça de Barros, ali daquela tribuna, reconheceu o que estava fazendo e daqui, por telefone, renunciou ao Ministério. Mas, infelizmente, as coisas aconteceram, e a Vale praticamente foi entregue de presente.

> O Governo – repito – não quer mexer no edital de licitação e o Governo não aceita o atraso do leilão marcado agora, agora, para o próximo dia 20. Mas o Governo estuda a concessão "de alguns subsídios indiretos, para atender à empresa, diz o Estadão.
>
> Os empresários chegaram a sugerir ao Governo fazer uma simples correção monetária na tarifa máxima fixada pelo Governo de R$83,00 por megawatt/hora, valor para evitar que seja preciso fazer mudança no texto do edital. Pelos critérios do Governo, vencerá a disputa quem se propuser a construir e operar a usina, cobrando o menor preço pela energia. As empresas interessadas na licitação já vinham nos bastidores questionando a viabilidade do teto de R$ 83,00 considerado baixo para elas.
>
> Um dos argumentos é que, dessa tarifa, deve-se descontar ainda o custo do pedágio a ser pago para transmitir a energia da usina estimado em R$15,00 por megawatt.
>
> A outra reivindicação dos investidores é aumentar de 20% para 30% a fatia da energia de hidrelétrica que poderá ser comercializada no mercado livre de energia, formado por grandes indústrias que não adquirem sua eletricidade das distribuidoras, mas diretamente das geradoras.
>
> Pelas regras atuais do leilão, se o consórcio vencedor tiver entre seus sócios altos produtores, grandes empresas que investem na geração de energia para consumo próprio, 70% de energia deverá ser negociada no mercado cativo, formado pelas distribuidoras; 20% pode ir para o mercado livre e 10% tem que ser direcionado aos altos produtores pertencentes ao consórcio. Até o momento, há dois consórcios desenhados para a disputa. Um deles é liderado pela Odebrechet e pela Camargo Corrêa; e outro tem como sócios Andrade Gutierrez, Vale e Neoenergia e Votorantim. O grupo estatal Eletrobrás também deverá se juntar aos consórcios que vierem a se inscrever. As quatro principais subsidiárias do grupo Furnas, Eletronorte, Chesf e Eletrosul estão à disposição das companhias privadas para parcerias oferecidas pelo Governo. O Governo aguarda ainda a posição do grupo franco-belga Suez, líder hoje de projetos de hidrelétricas de grande porte como a usina de Jirau, no Rio Madeira. Suez ainda não anunciou se entrará mesmo na disputa de Belo Monte.

No mesmo dia, o jornal *Folha de S.Paulo* noticia:

> **Cemig entrará na construção de Belo Monte**
>
> A Cemig, estatal mineira de energia, quer garantir sua presença na usina de Belo Monte, no Pará, independentemente de quem ganhar o leilão. Para isso, a companhia não vai se associar a nenhum dos consórcios que disputam a hidrelétrica, mas oferecer participação de 10% ao ganhador do leilão.

O edital de venda de Belo Monte, que permite a entrada de sócios estratégicos após o resultado do leilão, foi costurado pelo Governo para permitir que a Eletrobrás adotasse a estratégia. O plano inicial vislumbrava a associação da holding ao consórcio vencedor após a licitação, sem necessidade de desmembramento da estatal nos consórcios por meio das subsidiárias. A estratégia foi apelidada de "modelo noiva".

O Governo acabou optando, então, por dividir as quatro subsidiárias da Eletrobrás – Eletronorte, Furnas, Chesf e Eletrosul – nos dois consórcios.

Continua a *Folha de S.Paulo*:

Esse "modelo noiva" não está descartado, porém, para os fundos de pensão ligados às estatais, como Funcef (Caixa Econômica Federal) e Petros (Petrobras), que também já manifestaram publicamente interesse em participar da construção de Belo Monte.

O Governo ordenou que os fundos de previdência garantam parcerias em novos consórcios, tanto costurando parceria para a disputa quanto entrando posteriormente.Atualmente, a Funcef já estaria em negociação para entrar no grupo liderado pela Camargo Corrêa e pela Odebrecht (que teria também a participação da CPFL), e a Petros está inclinada a costurar parceria com o consórcio liderado pela Andrade Gutierrez (que conta com a Vale, Neoenergia, Braskem e Votorantim).

Meu querido Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, esses fatos me trouxeram a lembrança de um fato semelhante, de desagradável memória, ocorrido em 1998: a privatização do Sistema Telebrás e o inesquecível Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira. O Governo Federal vendeu as ações do Tesouro nas doze empresas do Sistema Telebrás em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no dia de 29 de julho de 1998. Os papéis correspondiam a 20% dessas empresas e, o mais importante, ao controle acionário das empresas leiloadas. O ágio médio alcançado nas quatro horas e quatro minutos de leilão foi de 63,7%. O valor arrecadado chegou a R$ 22,058 bilhões.

Ricardo Sérgio ganhou notoriedade durante as privatizações promovidas pelo então Governo do Presidente Fernando Henrique, especialmente no caso da Companhia da Vale do Rio Doce e da Telebrás, dois dos maiores negócios do mundo de que se tem conhecimento.

Naquele ano, no episódio conhecido como o "Grampo do BNDES", Ricardo Sérgio foi destaque ao ser flagrado confessando como agiu ao costurar negócios para o leilão das teles: "no limite da irresponsabilidade", dizia o Sr. Ricardo Sérgio. "Estamos indo – dizia ele – até o limite da irresponsabilidade".

Caixa das campanhas eleitorais de José Serra (1990 a 1996) e Fernando Henrique (1994 a 1998), Ricardo Sérgio foi envolvido em denúncias que vão desde pequenos problemas com a Receita Federal até a suposta cobrança de uma propina de R$15 milhões do empresário Benjamin Steinbruch, para favorecê-lo no leilão da Vale e prejudicar os fundos de pensão dos funcionários de estatais. Mereceu, inclusive, reportagem de capa de todas as grandes e principais revistas semanais do Brasil.

Nomeado Diretor do Banco do Brasil, transformou-se numa das pessoas mais influentes na Previ (Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil) e teve grande participação na montagem dos consórcios que participaram com o fundo nas privatizações.

A interceptação de telefonemas trocados pelas autoridades que geriam o processo da venda das telefônicas mostrou uma agitada movimentação no Governo nas 72 horas que antecederam o Leilão das Teles, ocorrido em julho de 1998.

Nas fitas, o então Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, telefonava para Ricardo Sérgio e revelava que o Banco Opportunity, do agora notório Daniel Dantas, queria participar do leilão da Tele Norte Leste, mas dependia da concessão de uma fiança do Banco do Brasil. "Está tudo acertado. Mas o Opportunity está com um problema de fiança. Não dá para o Banco do Brasil dar?" perguntava Mendonça de Barros.

"Acabei de dar (R$874 milhões)", respondia Ricardo Sérgio. E completava quase rindo: "Nós estamos no limite da nossa irresponsabilidade. São três dias de fiança para ele"... "Na hora que der – e larga um palavrão – (ele se refere ao astronômico valor do crédito), estamos juntos desde o início."

A armação, nesse caso, só não deu certo porque o Grupo Opportunity já havia adquirida a Brasil Telecom (BrT) e a Telemig. Na época, o Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL) disse à Justiça e ao Ministério Público que o economista chegou a cobrar comissão de R$90 milhões para assegurar o resultado no Leilão das Teles.

Pois bem, meus irmãos Senadores, essa história ainda está nebulosa, ainda não se sabe exatamente o que ocorreu, não se descobriu qual o nível da intensidade nas relações notoriamente promíscuas entre os

interesses público e privado, a despeito das alegações de tudo ter acontecido com "boas intenções".

O que ficou na memória foi a grande, a enorme desconfiança de que não houve lisura e correção nas privatizações, de que houve deliberada manipulação de valores nos financiamentos feitos pelo BNDES e nos leilões realizados.

E não vamos esquecer de lembrar também a Vale do Rio Doce vendida, ou quase podemos dizer doada, por irrisórios R$4 bilhões. Ela foi avaliada agora por US$170 bilhões, Sr. Presidente, e foi vendida por R$4 bilhões, com financiamento do BNDES.

É por isso que eu venho fazer uma denúncia, um alerta: sob as mesmas justificativas e os mesmos argumentos, é a mesma história que está para se repetir, numa farsa grotesca, onde só faltam os 'grampos telefônicos' aparecerem para que tenhamos a convicção de que o mesmo tipo de manobra e de ilegalidade está prestes a ocorrer dia 20, agora.

Observem, Srªs e Srs. Senadores, o que tem sido publicado no *Estadão* de lá para cá:

Dia 9, manchete do *Estadão*: "Governo recorre a fundos de pensão para salvar leilão de Belo Monte".

> Intenção é manter o leilão da hidrelétrica, em resposta à desistência da Odebrecht e Camargo Corrêa.
>
> O Governo decidiu convocar fundos de pensão de estatais, como Previ, Funcef e Petros, para negociar a formação de novos consórcios [daquela vez, foi feito um novo consórcio que derrotou a Votorantin sete dias antes da decisão] para participar do leilão da hidrelétrica de Belo Monte, relata a repórter Christiane Samarco.
>
> Com os novos grupos, o Planalto pretende revidar o anúncio da desistência de participação no negócio feito pelas empreiteiras Odebrecht e Camargo Corrêa, forçando uma concorrência leal no leilão marcado para dia 20 [na semana que vem].
>
> A meta é reduzir o preço da construção, cujo teto foi estabelecido, [repito] em R$19 bilhões.
>
> Na avaliação do Governo – diz o jornal – a Odebrecht e a Camargo Corrêa entraram na disputa apenas para pressionar pela alta dos preços da tarifa.
>
> Como as duas empreiteiras foram bem-sucedidas com um aumento de 20% nos preços, e mesmo assim saíram da disputa, técnicos do Governo entendem que a desistência pode ter sido uma manobra para que apenas um consórcio se apresente no leilão.
>
> De uma coisa vocês podem estar certos: nós vamos fazer Belo Monte', afirmou ontem o Presidente Lula.
>
> Previ, Funcef e Petros serão chamados para formar consórcios e revidar o anúncio da desistência da Odebrecht e da Camargo Corrêa. O Governo não revelou os nomes das empresas que se inscreveram ontem para o leilão da Hidrelétrica de Belo Monte, associadas à Eletrobrás, porque decidiu convocar os grandes fundos de pensão das estatais – como Previ, Funcef e Petros – para negociar a formação de novos consórcios [agora, na véspera da decisão].
>
> A formação de novos grupos previamente acertados com os fundos funcionaria como uma espécie de revide ao anúncio das empreiteiras Odebrecht e Camargo Corrêa, feito anteontem, de que não participarão do leilão da usina, marcado para o próximo dia 20. Ao mesmo tempo, o Governo espera reduzir o preço da construção, cujo teto foi estabelecido – repito – em R$19 bilhões.
>
> Na avaliação dos assessores do Ministério de Minas e Energia e do Planalto, a Odebrecht e a Camargo Corrêa entraram na disputa apenas para pressionar pela alta da tarifa de energia.
>
> Como as duas empreiteiras foram bem sucedidas com um aumento de 20% nos preços, e mesmo assim – repito – saíram da disputa, técnicos do Governo entenderam que a desistência poderia servir para forçar um novo reajuste, menos concorrência e até novas condições a incluir em uma possível reabertura do edital do leilão...
>
> As empreiteiras ameaçavam sair do leilão de Belo Monte há algum tempo, alegando que as condições impostas pelo Governo tornavam o projeto inviável. A pressão levou o Governo, três semanas atrás, a reunir o então Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, os Presidentes da Empresa de Pesquisa em Energética, Maurício Tolmasquim, e da Eletrobrás, José Antonio Muniz, e técnicos do setor. Na pauta, explicitamente, as reclamações das empresas.
>
> Àquela altura, o teto para a construção da usina era de R$16 bilhões! Dezesseis bilhões! Como o Ministério do Meio Ambiente teria feito novas exigências depois dessa reunião e a Odebrecht conseguiu demonstrar que a EPE não havia considerado o custo das residên-

cias dos operários na construção do canteiro de obras, o teto subiu em mais R$3 bilhões, de R$16 bilhões para R$19 bilhões.

Srs. Senadores, é uma boa notícia: R$3 bilhões a mais para construir casas populares para os humildes trabalhadores que vão trabalhar na construção da usina.

E vai adiante o *Estadão*, *O Estado de S. Paulo:*

A decisão foi objeto de uma portaria do Ministro Lobão, aprovada pelo Tribunal de Contas da União.

Essa não foi a única vitória do lobby do Consórcio Odebrecht/Camargo Corrêa nas batalhas com o Governo. O preço inicial da tarifa para a energia gerada em Belo Monte foi previsto para R$68,00 por MWh e depois aumentado para R$83,00 por MWh. Além disso, as queixas do "alto risco" do negócio também levaram o Governo a negociar condições especiais de financiamento às construtoras com o BNDES.

Na construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o prazo de pagamento dos empréstimos foi estabelecido em 20 anos. Para financiar a construção de Belo Monte, no entanto, o consórcio vencedor terá não 20, mas 25 anos para pagar a dívida ao BNDES.

Técnicos do setor dizem que o risco do negócio é baixo, até porque haverá a participação de 49% da Eletrobrás.

Sr. Presidente, estou com tudo aqui pedindo para ser transcrito nos Anais.

No dia 10, diz manchete do *Estadão*: "Belo Monte terá incentivo tributário. Consórcio da Andrade Gutierrez pede desconto de 75% no imposto de renda, e o Governo deve conceder o benefício".

Dia 11, diz o *Estadão*: "Belo Monte vai operar com 40% do potencial. Usina será a menos eficiente do País, o que provoca dúvidas sobre sua viabilidade".

Este é o quadro, Sr. Presidente. Tudo o que os consórcios pediram e até o que não explicitamente pediram foi prontamente atendido pelo Governo. Tudo.

Tudo o que o consórcio pediu o consórcio levou. E não são migalhas, Sr. Presidente. São bilhões e bilhões de reais!

Mesmo com todas as benesses, os favores, as concessões governamentais, além do sinal generoso, da tarifa elevada, do crédito farto do BNDES, da camarada isenção tributária e do irrestrito apoio dos fundos de pensão, há ainda uma clara indefinição sobre os grupos que disputarão o leilão.

Estou encerrando, Sr. Presidente.

Algo nisso não está cheirando bem, meus irmãos. Alguma coisa nessa história beira a chantagem. E chantagem com dinheiro público. O suado dinheiro do povo brasileiro.

Portanto, meu Presidente, não me traz a esta tribuna outro interesse senão cumprir a minha obrigação de exigir que esse negócio bilionário tenha transparência necessária para que não se repita o que aconteceu num passado recente.

Estamos falando, mais uma vez, de somas de investimentos que comprometem enormemente os recursos do Tesouro Nacional.

Não entro, de propósito, na questão do meio ambiente. É outra tese, é outra bandeira, grave, séria, importante, que deve ser discutida. Fico nesta, eu defendo esta tese, embora considere importantes as outras que estão sendo analisadas perante as luzes da Nação.

Minha obrigação, que acho que deve ser também a obrigação do Senado, é exigir que essa obra, em todas as suas etapas, seja fiscalizada, controlada e rigorosamente acompanhada pelos poderes competentes.

Falo aqui da participação efetiva do TCU, das Comissões de Orçamento, de Fiscalização e Controle, de Infraestrutura das Casas do Congresso, ouvindo, auditando e questionando as autoridades do Executivo responsáveis.

Lembro que a Usina de Belo Monte, cuja ideia de construção tem mais de 30 anos, é muito mais do que um projeto de engenharia. É, nitidamente, o alicerce valioso de um programa de governo. Mas nenhuma obra, nenhuma eleição pode custar a dignidade de uma Nação!

Acho que agora, mais do nunca, devemos ficar atentos a este assunto, exigindo que seja feita às claras, com boa intenção.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, e peço ao Líder do Governo que faça chegar à Casa este meu pronunciamento, faça este meu pronunciamento chegar ao conhecimento do Presidente. Acho que, pelo seu significado, não pela minha pessoa, mas pelo seu significado, pelo que as grandes manchetes dos jornais estão dizendo, merece resposta. Digo isto do fundo do coração. Queira Deus que essas coisas sejam equivocadas, mas, principalmente, é importante que o Governo tome providências.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que foi um dia triste e dramático para mim quando, nesta Casa, se reconheceu, quando o próprio Ministro Barros descia daquela tribuna, num debate coletivo, aqui, no plenário, e telefonava para o Presidente da República renunciando, quando ficou provado que realmente os

fundos de pensão decidiram, e os fundos de pensão, que estavam até dois dias antes fechados com o grupo principal, tendo a Votorantim na frente, caiu fora e uma outra empresa, surgida sete dias antes, ganhou. Quatro bilhões foi o que o Governo ganhou pela privatização da Vale, financiada pelo BNDES, e ela hoje vale 150 bilhões.

Eu leio este pronunciamento, mas não posso aqui chegar com a convicção absoluta de dizer que é isso. Mas eu tenho o direito de exigir que o Governo responda a mim e à imprensa, que vem publicando. Que o Governo responda e que não deixe as coisas acontecerem...

(Interrupção do som. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sair o leilão no dia 20 e, de repente, nós ficarmos sabendo que as coisas aconteceram. Não digo o Presidente Lula, que não sabia. Ele deve estar sabendo, porque o *Estadão* e outros jornais estão publicando, em manchete, há muitos dias.

E agora, com este pronunciamento, que eu peço a V. Exª a gentileza de que faça chegar ao Palácio do Planalto, eu tenho certeza de que alguma coisa ele deve falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Pedro Simon, V. Exª será atendido. Digo ao nosso secretário-executivo que temos de enviar isso para o Palácio.

Lamentamos. Há alguém do Partido dos Trabalhadores aqui? Não. Há um coligado do PSB.

O Senador Pedro Simon mostrou suas preocupações e fez as mais graves denúncias sobre altas corrupções...

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. *Fora do microfone.*) – O Senador Pedro Simon também é coligado. É do PMDB, está unido à Base.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, nós, na Presidência, chamamos a atenção e lamentamos que não haja ninguém aqui do Partido dos Trabalhadores. As graves acusações...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – O próprio Senador Pedro Simon é do Partido do Governo. Tenho certeza de que o pronunciamento aqui feito pelo Senador Pedro Simon, pela personalidade marcante de que se reveste o representante do Rio Grande do Sul, será levado ao conhecimento do Presidente da República não apenas por meio do noticiário da nossa TV Senado, pelo noticiário da imprensa nacional, como pessoalmente, pois o Presidente José Sarney haverá de levá-lo ao Presidente da República. Conforme pediu o nobre autor do discurso, este será levado ao Presidente Lula, que, como todo mundo conhece, é um homem sério, honesto e dedicado às causas importantes do Brasil, entre elas o combate a qualquer ação nefasta sobre o dinheiro público.

Mas eu gostaria de perguntar a V. Exª, Sr. Presidente, se eu, tendo me inscrito como me inscrevi, desde o início, para falar como Líder do PSB, ainda disponho da palavra para fazer um pronunciamento importante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A nossa presença aqui é para garantir a palavra de todos.

E as preocupações de Pedro Simon foram aumentadas com as preocupações de V. Exª, que representa a decência, a ética e a moral da democracia brasileira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobretudo o que o Senador Pedro Simon pronuncia nesta Casa tem que ser levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Secretário José Roberto, vamos pegar esse pronunciamento, essa denúncia grave, das mais graves que eu já vi – e eu estudo História, desculpe o Osmar Dias. Nesses 184 anos de Senado, nós acompanhamos de fora e vimos um pronunciamento como esse causar demissão de Ministros.

Esse Governo do Luiz Inácio... Nós lamentamos não haver ninguém do Partido dos Trabalhadores aqui. Justiça seja feita, o único que veste a camisa é o Eduardo Suplicy, e ele viajou ontem – li aqui a solicitação de viagem.

Então, Dr. José Roberto, na ausência do Presidente Sarney, que viajou por motivo justo para São Luís, eu, como Presidente, determino que seja levado todo o pronunciamento de Pedro Simon a Sua Excelência o Presidente da República.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem – mas peço desculpas e quero louvar a paciência de Osmar Dias, que está inscrito como Líder do PDT – enquanto S. Exª se aproxima da tribuna.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só gostaria, Sr. Presiden-

te, com a concordância do Senador Osmar Dias, que inclusive conhece a entidade, de ler um requerimento de voto de felicitação à Escola Epheta, de Curitiba, Paraná, que comemora 60 anos de existência marcada por um profícuo trabalho educativo, cultural e profissionalizante, mantido e orientado pelas irmãs da Congregação das Filhas do Coração de Maria.

A Escola Epheta foi fundada em 1950, por Nydia Moreira Garcez, e tinha por objetivo a educação de meninas surdas, em regime de internato, no qual pudessem desenvolver a leitura lábio-facial.

A Escola Epheta, acompanhando as mudanças e transformações sociais, sempre inovou nas suas ações estratégicas, sendo que, atualmente, trabalha no acesso à educação, habilitação e reabilitação da audição, da voz e da linguagem de alunos e alunas com deficiência auditiva, de qualquer idade, como recursos para a inclusão social, a competência profissional e o exercício pleno da cidadania.

Possui uma equipe interdisciplinar formada por professores especializados, assistente social, fonoaudióloga, psicóloga, pedagogas, médicos otorrinos e pediatras, que, com sua experiência, criaram uma metodologia própria, que aborda dois eixos: a Audição – Voz e Fala, e a Leitura – Produção e Análise Linguística.

O trabalho para aquisição da linguagem desenvolvido pela Escola Epheta considera a pessoa com deficiência auditiva no seu contexto histórico-cultural, com direito ao ensino da Língua Portuguesa, como auxílio à sua autonomia.

Para concluir, ressalto que um trabalho sério e comprometido com o desenvolvimento e a promoção das pessoas marcou a caminhada e as ações da Congregação das Filhas do Coração de Maria e profissionais da Escola Epheta, sagrando-a em Curitiba, Paraná, como espaço e referência de oportunidades e desenvolvimento de educandos na formação de hábitos, atitudes e valores que permitam o seu crescimento, vivendo o amor, o respeito e a solidariedade.

Portanto, Sr. Presidente, requeiro voto de felicitação para essa Escola, que atende pessoas com deficiência auditiva, comemorando 60 anos de existência, e é uma referência, no Paraná, no Brasil também, pela qualidade do trabalho prestado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há um orador na tribuna, a quem cedemos a palavra, o Senador Osmar Dias.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Quero só justificar, Sr. Presidente. Hoje tivemos três votações de autoridades. Eu no momento não estava presente, mas quero registrar a minha posição: se aqui estivesse, seria de acordo com a orientação e a votação do meu Líder, Senador Antonio Carlos Valadares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr. José Roberto, justificar as ausências desse grande Líder que é o Casagrande – daí ter "grande" no nome. E grande também é a paciência do Osmar Dias, que hoje aguentou muitos pronunciamentos.

Mas eu quero dizer que o homem é o homem e suas circunstâncias – isso foi Ortega y Gasset. Mas V. Exª terá o tempo que achar conveniente. E acostume-se com o seu vice-governador, Flávio Arns, que está passando e que fez testar a paciência de V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até Valter Pereira estava ali rindo, porque sabe que me inscrevi às 14h30 min, e estou falando às 19h08 min. Então, aqui no Senado, a gente aprende muita coisa, mas principalmente a ter paciência, porque, se não tiver, a gente agarra este microfone, Sr. Presidente, e não larga mais, mas para reclamar, porque não é possível. Tem orador que vem à tribuna e fala uma hora e meia, outro vem e fala duas horas, e os outros ficam ali esperando. Tem Senador que se julga sempre superior aos outros e acha que o assunto dele é mais importante. Eu tento sempre cumprir o Regimento, e isso não é ser chato; isso é ser correto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª me permite participar?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Felizes somos nós, porque Rui Barbosa falava quatro horas, e Paulo Brossard, três horas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas eu vou convidar o Fidel Castro, então, para vir para cá, e Hugo Chávez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Graças a Deus, estamos vivendo o nosso... Mas Roberto Campos, outro dia li e aprendi muito, dava para a gente fazer sete.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu vou convidar agora Hugo Chávez e também o Pessuti, que é Governador do Paraná e que gosta de falar também.

Presidente, quero falar de um assunto extremamente grave, extremamente importante para o meu Estado. Por isso, esperei com paciência, porque este assunto não pode ser esquecido por nenhum paranaense que nasceu no meu Estado ou que foi adotado pelo meu Estado.

A história começou, Deputado Wilson Piccoli – que está aqui e que me acompanhou ontem até o

Ministro Mantega, da Fazenda –, lá atrás, na década de 90. Para trazer dinheiro para o Tesouro do Estado, alguém resolveu vender o Banco do Estado do Paraná. Um Governador vendeu o Banco do Estado do Paraná. Para vender, evidentemente, tinha de se passar pela Assembleia, pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal. A Assembleia aprovou a venda, e, quando veio para cá, ao Senado Federal, eu votei contra a venda do Banestado.

O Banestado financiava os pequenos agricultores, os agricultores familiares. Era um banco público, que estava ali para fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado e que atendia com prioridade os pequenos. Eu fui Secretário de Agricultura, e o Banco do Estado foi parceiro em projetos que revolucionaram a agricultura do Paraná e que estão, até hoje, permitindo que o Estado bata recordes de produção a cada safra. O solo está preservado, e o Banco do Estado foi importante para financiar os produtores nos projetos que eu coordenava quando era Secretário de Agricultura.

Mas alguém achou que tinha de vender o banco para capitalizar o Tesouro do Estado e esqueceu que o banco era importante para o Paraná. E o negócio que foi feito, Sr. Presidente, é algo que deve ir para o *Guinness Book*, porque não há negócio que tenha sido mais desastrado para o Estado que a venda do Banco do Estado do Paraná.

O Senador Antonio Carlos Valadares já estava aqui e votou comigo pela federalização do banco. Eu votei contra a privatização. Eu pedi o voto dele. Eu me lembro. Estávamos sempre no mesmo partido e, de repente, nós nos apartamos, mas estamos juntos aqui, nas mesmas causas. O Valadares votou junto comigo pela federalização do banco. Perdemos por 21 a 20. Por um voto, não conseguimos que o banco fosse federalizado.

Pois bem, o que aconteceu? O Banco Itaú comprou e ficou com a parte boa do Banco, e o Tesouro foi obrigado a assumir a dívida dos precatórios emitidos por Estados como Alagoas e Pernambuco e pelos Municípios de Guarulhos e Osasco, e também por Santa Catarina, que é outro Estado que emitiu título.

Era mais de um bilhão de títulos. Desses, o Paraná recebeu metade, mas restam, nas contas dos paranaenses, 1,1 bilhão de títulos podres que os Estados e os Municípios não honram, e o Paraná ficou com o mico. O Paraná comprou títulos que não tinham valor no mercado e que ficaram com o Tesouro, porque o Banco Itaú, evidentemente, disse: "Eu vou comprar o Banco do Estado, mas o que é podre fica para o povo do Paraná". E aceitaram esse negócio. Lutei muito para que isso não acontecesse.

Disputei a eleição contra o Requião em 2006, uma disputa dura, uma disputa com uma diferença de 10.400 votos em 7,5 milhões de votos: 0,018% a diferença. Eu perdi a eleição, mas não perdi a responsabilidade que tenho pelo Estado. No outro dia, eu estava aqui defendendo o Estado contra aquilo que considero um abuso que o Banco Central e o Tesouro da União praticam contra o Paraná. Cobraram uma multa imposta exatamente porque o Paraná ficou devendo para o Banco Central um valor que vou citar agora e em que, às vezes, as pessoas não acreditam. Eu carrego um papel no bolso, que é da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, que diz exatamente assim... Este papel aqui, em que há o timbre da Secretaria da Fazenda, tudo direitinho. O Secretário Heron Arzua me entregou esse papel, porque eu não gosto de falar em números que não são verdadeiros.

Então, vamos lá. O Paraná recebeu, até março de 2010, R$5,665 bilhões, do Banco Central, para sanear o Banco do Estado. Mas já pagou R$7,927 bilhões. Recebeu R$5,6 bilhões, pagou R$7,9 bilhões, e tem para pagar R$8,342 bilhões. Mas esses R$8,342 se transformam em R$9,16 bilhões, porque o Paraná, ao não pagar as parcelas devidas ao Itaú, fica como inadimplente, e aí o saldo devedor é corrigido. De IGP-DI, ele passa a ser corrigido pela taxa Selic.

A dívida aumenta R$1 bilhão pelo fato de o Paraná estar sendo penalizado pelo Tesouro da União. Não é brincadeira R$1 bilhão. Nós não estamos falando de uma soma que o Estado pode dizer: "Ah, deixa para lá!"

E, quando eu falava no Paraná "eu quero brigar para acabar com essa multa que está castigando os paranaenses", as pessoas diziam: "Mas são R$5,5 milhões por mês, também não é tanto assim".

Então, vamos lá. Acabar com a multa significa o Paraná deixar de pagar os R$5,5 milhões por mês, que não é pouco dinheiro também. Dá para fazer muita coisa com esses R$5,5 milhões num Estado que já tem uma capacidade de investimento que anda abaixo dos 3% da receita líquida.

Mas o grande problema que pesa sobre o Estado é, primeiro... Aliás, são vários problemas.

Primeiro, a dívida aumenta R$1 bilhão, assim da noite para o dia. A penalidade é aplicada, porque no contrato está escrito que há uma troca de indexador. Da noite para o dia, R$1 bilhão a mais. O Paraná, que devia 8, passa a dever 9.

Segundo, o Paraná está inadimplente e não pode contratar empréstimos internos e externos. Outro dia, o BNDES ofereceu para o Paraná R$120 milhões, Senador Valter Pereira, e o Paraná não pôde contratar esse empréstimo, porque está inadimplente. Não pode

contratar empréstimos do Banco Mundial, do BID. Não pode, portanto, criar nenhum projeto novo de desenvolvimento, ou para a infraestrutura do Estado, ou para construir habitações, ou para gerar empregos, apoiar a agroindustrialização, que são projetos importantes, porque essa tragédia praticada contra o Estado, que foi a venda do Banco do Estado, deixou o Estado nessa situação. Não dá para contratar empréstimo.

E um outro problema que fica com essa dívida imensa, este, meu Deus do Céu, parece que os paranaenses não despertaram para ele. A jóia da coroa do Paraná se chama Copel. Um dia, quiseram vender a Copel; os mesmos que venderam o Banco do Estado quiseram vender a Copel, e lá estávamos nós, e eu fui o primeiro a assinar o requerimento de 130 mil assinaturas contra a venda da Copel. E não permitimos a venda da Copel. Mas não é que deram de garantia, Senador Mão Santa, ações da Copel?! Então, se o Estado não pagar a dívida de R$1,1 bilhão ao Itaú, referente aos títulos podres, o Paraná perderá de ações da Copel R$1,1 bilhão. O que representam R$1,1 bilhão perdidos? Representam a perda do controle acionário da Copel.

Aquilo que parecia uma entrega do Banco do Estado do Paraná pode ser também a entrega da Copel para o Itaú, que ficará majoritária e mandará na produção de energia, na distribuição de energia, mandará naquela que é a mais brilhante empresa de eletrificação, a mais brilhante empresa de energia elétrica do País, a Copel, um orgulho dos paranaenses. Construída há 50 anos e que vem promovendo o desenvolvimento do Estado de uma forma eficiente, competente, exemplar.

Nós podemos estar perto de perder o controle acionário da Copel se não solucionarmos esse problema.

Então, quando peguei essa bandeira, peguei mais ou menos como aquele sujeito da roça que fala que tem um eito. Eu tenho que ir até o fim desse eito. Eu tenho uma empreita. Lá no Mato Grosso do Sul falam "uma empreita", e eu vou até o fim dessa empreita. E nós vamos até o fim dessa empreita.

Nessa semana, o Pessuti, que assumiu o Governo do Estado, procurou-me para que, juntos, fôssemos ao Ministro Guido Mantega e ao Ministro Paulo Bernardo. Conseguimos um avanço extraordinário, porque, embora alguns tenham esquecido, fiz um projeto de resolução nesta Casa, que foi votado e aprovado, mas a Secretaria do Tesouro Nacional não acatou porque disse que era inconstitucional. Eu fiz um outro projeto de resolução para corrigir as inconstitucionalidades daquele primeiro e exatamente esse projeto está há mais de um ano aguardando votação na Comissão de Justiça.

O Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, relator, deu um parecer contrário.

Na época, argumentamos muito com o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, e ele manteve o parecer contrário. Pedi para que retirassem o projeto da CCJ, porque senão o Paraná perderia a chance de acabar com a multa. Ontem, no gabinete do Senador ACM Júnior, obtivemos dele a garantia de que ele dará parecer favorável, porque se convenceu de que o Estado do Paraná não pode pagar essa multa; se convenceu de que o Estado do Paraná não pode ter sua dívida aumentada em um bilhão; se convenceu de que o Paraná não pode ficar inadimplente, sem contratar empréstimos, e se convenceu de que as gerações que estão vivendo nesse belo Estado, que é o Estado do Paraná, e as que virão não podem continuar pagando uma conta pela qual não são responsáveis. A dívida vai até ano 2029, Sr. Presidente – 2029! Meus Deus do Céu, até o ano 2029, tem muito dinheiro para sair do bolso dos paranaenses e pagar essa conta que não foi feita pelos paranaenses! Essa dívida não foi feita pelo povo do Paraná. Foi feita por alguns poucos que, irresponsavelmente, venderam o Banestado e outros que ajudaram a vender, votando para que isso acontecesse.

Pena, Sr. Presidente, que essa luta que coloquei em prática aqui no Senado Federal ainda não chegou ao fim. Mas eu não desisto. Eu não me curvo diante das dificuldades.

Esses dias, alguém disse lá no Paraná: "Ah, eu, para disputar a eleição, eu não procuro facilidades."

Não é que eu não procure facilidades. Eu nunca tive. Sempre enfrentei eleições com o pé na estrada, andando de carro pelo meu Estado, conhecendo cada canto do meu Estado, cada Município, cada microbacia do meu Estado. Então, não venham com conversa mole, porque dureza enfrentei em todas as eleições.

Agora, quando me elejo, eu dou um valor enorme a cada voto. E cada voto daqueles que recebi – quase três milhões na ultima eleição para o Senado –, que se repetiram praticamente na eleição de Governador, me dão a sensação exata da responsabilidade que eu tenho diante do meu Estado. Não me importam as brigas políticas, não me importam as desavenças pessoais, não me importam as intrigas, as fofocas, porque agora também esse negócio de *twitter* e *blog* viraram ferramentas de quem não quer falar as coisas olhando no olho das pessoas, então prega no *twitter* qualquer frase, e isso parece que vale. Para mim, não, Sr. Presidente. Vale olho no olho, a palavra empenhada.

Eu empenhei a palavra com o povo do meu Estado que eu estaria aqui defendendo o meu Estado independente de qualquer posição política que estivesse governando o Paraná. Fiz isso enquanto o Requião estava lá, apesar de termos sido adversários em 2006. Estou fazendo isso agora com o Pessuti. E farei isso com qualquer outro. Até se eu for o próximo Governador, continuarei fazendo isso, Sr. Presidente, porque acho que os interesses do Paraná estão acima de qualquer outro interesse. Os interesses do Paraná não podem de forma alguma serem suplantados por vaidades, porque tem muita gente que não ajuda, tem muita gente que não defende a aprovação do meu projeto aqui no Senado Federal preocupado com que eu possa ter frutos políticos disso.

Vamos ser um pouco maiores, vamos agir com a grandeza que este Senado exige. Aqui temos a obrigação de defender os nossos representados, o nosso Estado. A vaidade, essa mesquinharia política que muitas vezes atrapalha a votação de matérias importantes como essa, pessoas que não ajudam, mas atrapalham. Isso tudo, Sr. Presidente, tem que estar no olho daqueles que vão escolher seus representantes ali na frente, porque não é possível que pessoas que não se entregam a causas como essa, que vale muito para o Estado, não possam merecer a confiança de um paranaense sequer, de um brasileiro sequer.

Vou até o fim. Nesta luta, Sr. Presidente, vou até o fim. No dia 28, quando o ACM Júnior entregar seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça, vou lutar para que ele seja aprovado e vou pedir urgência para que aqui no plenário do Senado ele seja votado e o Paraná seja libertado dessa multa, e o Paraná fique livre deste ferrolho do Tesouro da União, do Banco Central, que estão impondo uma multa indevida, que estão tirando casas populares, postos de saúde, creches do meu Estado e mandando não sei para onde, porque não podemos ter perdido o banco e continuarmos com o risco de perder parte – e boa parte – da Copel, que é nosso orgulho, Sr. Presidente.

Vou encerrar, mas antes gostaria de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª deixa eu participar?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª vai encerrar e estou aqui como Presidente e vai ser em causa própria. Exijo os vinte minutos, porque estou aprendendo muito. Não vou perder essa oportunidade de aprender com V. Exª, que é um líder firme, autêntico...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então vou dizer, nesses quatro minutos que me restam...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois eu ainda dobro.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...mais uma coisa para que V. Exª tenha a noção da importância que é a aprovação desse projeto de resolução para o Paraná.

Porque daí sai o Tesouro da União dessa briga, porque não tem nada que o Tesouro da União estar pegando dinheiro do Estado como multa. E o pior, quando o Governador dizia: "Eu não pago o Itaú" – e de fato não pagou – o Paraná estava pagando do mesmo jeito, porque todos os meses o Tesouro Nacional retém R$62 milhões todos os meses do Estado do Paraná, do repasse do Fundo de Participação do Estado do Paraná. E segura para quê? Para pagar o Itaú.

Então, só para que os paranaenses que estão me vendo neste momento, tenham um ideia, vou repetir: o Paraná recebeu do Banco Central, R$5,5 bilhões; já pagou R$7,7; tem para pagar R$9,2. Vamos somar: R$9,2 mais R$7,7, dá R$16,9 bilhões. Senador Mão Santa, é quase um orçamento anual do Estado, que chega a R$24 bilhões. O Paraná está pegando o orçamento de um ano inteiro e entregando ao Banco Central, por conta de um negócio malfeito, de um negócio mal explicado, que deve ter beneficiado muita gente, menos aqueles que pagam impostos no Paraná.

Agora isso não pode ser esquecido, isso tem que ser debatido, sim, isso tem que ser trazido à realidade, Deputado Picler, Senadores, Senadora Rosalba. Isso tem que ser trazido para que a população olhe e diga assim: "Está faltando R$62 milhões no caixa do Estado todo mês? Sabe o que dá para fazer com isso? Duas mil casas populares! Custa R$ 30 mil uma casa, não é isso? Dá para fazer duas mil casas por mês. Mas isso está sendo jogado pelo ralo, por causa de um negócio mal feito.

Então, pelo amor de Deus, não vamos pensar que quando a gente vai disputar uma eleição, a gente está participando de uma festa, de uma quermesse de igreja. Não, a gente está participando de uma coisa muito séria em que as posições políticas têm de ser claras, em que cada um tem de falar o que pensa, em que cada um tem de dizer e assinar o que pretende fazer para ocupar um cargo público.

Sr. Presidente, jamais votei a favor de que se vendesse um centavo do patrimônio público do meu Estado. Jamais permitirei que meus companheiros façam isso. Quando se vende o patrimônio publico está-se vendendo o fruto do trabalho de uma população que trabalhou a vida inteira para construir um banco, uma Copel, uma Sanepar, para construir um porto. Não venham me dizer que a ineficiência do poder público explica a privatização desses patrimônios,

porque, depois, alguém vai ganhar muito dinheiro com isso. Quem vai perder e pagar essa conta é a população daquele Estado que perdeu. Meu Estado perdeu muito, Sr. Presidente.

Estou aqui indignado porque cada vez que toco nesse assunto toca no fundo da minha alma saber que com este dinheiro o Paraná poderia promover a sua agricultura, a sua agroindústria, financiando os pequenos e microempresários.

Vou encerrar no tempo, Sr. Presidente, a minha indignação.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós é que agradecemos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aprendemos muito com a firmeza política de V. Exª. V. Exª pode ter perdido as eleições. Rui Barbosa perdeu até mais e está aí sendo a nossa luz. V. Exª é a luz lá do Paraná e do Brasil. Eu o admiro muito, está ouvindo, Osmar Dias? E entendo que, no partido de Leonel Brizola, V. Exª é o que mais se aproxima na coragem, competência e capacidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente. Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos botar aqui o lema da Bandeira: Ordem e Progresso.

Então, ele falou como Líder; orador inscrito, Valter Pereira; depois V. Exª será o Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, eu estou como orador inscrito aí também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas o tempo é o mesmo. Eu botei para passar na frente. Ainda demoraria mais, está ouvindo?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O meu é pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Depois dele, será V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder. Ele é orador inscrito; V. Exª falará como Líder.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E agora, pela ordem, Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

Também está inscrita, eu já anuncio para o Rio Grande do Norte, pois já chegou documento de Rosalba Ciarlini. Não só o Rio Grande do Norte, mas todo o Brasil a aguarda.

Agora, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou gastar nem um minuto, nem um minuto. É só para me justificar naquela...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Um minuto é muito. Cristo fez o Pai-Nosso, e é o melhor discurso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Exatamente.

Mas é que, daquelas votações nominais de hoje, eu participei da terceira votação, mas das duas primeiras não pude participar, porque estava num encontro parlamentar com senadores e deputados da África do Sul e da Índia. Então, queria que constasse a minha intenção de voto nas duas outras votações que foram realizadas, apesar de ter participado da terceira.

E, já que estou com a palavra, quero registrar também que a duplicação da estrada entre Belo Horizonte, Sete Lagoas, Curvelo, esse trecho Sete Lagoas e Curvelo, pelo qual me bato aqui desde que assumi o mandato, em 2003, já está quase pronto. Já devia estar pronto, porque é uma estrada federal, mas as emendas foram apresentadas por mim, e fico feliz que ela esteja quase pronta, está faltando pouca coisa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ô José Roberto, a solicitação dele, de justificação. Eu também faltei a uma votação.

Com a paciência... V. Exª tem que duplicar a paciência, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas V. Exª já se encarregou de duplicar. V. Exª já duplicou o tempo da fala pela Liderança, da fala pelas comunicações inadiáveis e, certamente, duplica para os oradores inscritos. Mas hoje, Senador Mão Santa, nós somos poucos aqui. Eu acho que essa tolerância se justifica plenamente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil inteiro foi contagiado pela comoção que acompanhou a tragédia do Rio de Janeiro. O noticiário em tempo real não esgota episódios cada vez mais dramáticos. São pais que perderam filhos, pessoas que amargaram a viuvez, filhos que ficaram órfãos, parentes que desapareceram na lama ou foram levados pelas correntezas. Quantos não foram tragados pelos bueiros ou se afogaram na lama?

Confesso que minha garganta travou muitas vezes quando ouvi depoimentos de pessoas desnorteadas, chorando a morte de parentes ou de famílias inteiras.

Chocou-me uma comparação desse desastre com outros acontecidos em razão de abalos sísmicos. Na

explicação de um especialista, feita em uma emissora de televisão, num noticiário, quando ocorrem tremores de terra, os prédios desabados, Senador Botelho, ainda permitem a sobrevida de pessoas que ficam sob os escombros. O material demolido, nesses casos, forma galerias onde as vítimas encontram ar para respirar e também forças para clamar por socorro. Nas correntezas e no lamaçal, essa chance é quase nula.

Portanto, comparando o desastre do Rio de Janeiro com esses verificados em razão de tremores de terra, os que aconteceram no Rio de Janeiro são piores.

Sinceramente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, o povo alegre e hospitaleiro do Estado do Rio de Janeiro não merecia tamanha provação.

Por outro lado, é importante avaliar que, em eventos de grandes proporções como esse, o que não falta é a procura pelo culpado.

Nesse caso, a principal vilã é a ira da natureza, que não economizou água para derramar sobre a cidade maravilhosa.

Todavia, a imprudência e a cegueira do homem contribuíram para as dolorosas consequências impostas à sociedade. Não é de hoje que a insegurança em morros e encostas tem sido cantada em prosa e verso.

A despeito disso, ocupações irregulares são feitas diariamente sob os olhares plácidos do Poder Público. A contumaz tolerância da Administração tem ensejado a abertura de ruas e clarões para construir barracos e outras moradias. É a consolidação das favelas em áreas de risco. É também a perda da proteção vegetal. Sem o guarda-chuva dos arvoredos e das gramíneas que cobrem a superfície, com a topografia acidentada e com a frágil cobertura de terra sobre as rochas, o aumento dos riscos é sempre inevitável.

Nesse sentido, o Poder Público tem sido leniente, para não dizer omisso.E não é de hoje. E isso não acontece apenas no Estado do Rio de Janeiro. Foi essa omissão que permitiu a transformação dessas áreas em verdadeiras cidades que abrigam famílias de trabalhadores submetidas a frequentes riscos. Isso sem falar nos perigosos criminosos que se escondem nos labirintos que proliferam em muitas dessas ocupações, dessas favelas, desses mocambos.

Há poucos dias, uma idosa me dizia que morava em um morro do Rio de Janeiro, quando a administração de Leonel Brizola realizava uma pesquisa para saber quem aceitaria trocar o barraco por uma moradia mais decente, num lugar seguro. E, pasmem, a maioria teria rejeitada a idéia.

De fato, sempre que se cogita alguma medida mais radical, sempre que se cogita uma solução mais abrangente para proteger a população, são inevitáveis as reações.

Quem não se lembra, por exemplo, da famosa revolta da vacina?

Uma decisão do maior alcance social que tinha o objetivo de eliminar, de banir uma epidemia – naquela época, era a epidemia da varíola – foi o suficiente para desencadear verdadeira insurreição lá no começo do Século XX, em 1904.

A iniciativa do conceituado médico e sanitarista Osvaldo Cruz acarretou tantos protestos que o Presidente Rodrigues Alves foi compelido a revogar a lei que obrigava a vacinação.

Na época, Exército, Marinha e Polícia precisaram ocupar as ruas do Rio de Janeiro para conter tumultos e depredações de vários prédios, de viaturas, especialmente do bonde, que era muito comum na época.

Cito esse exemplo para demonstrar que o Poder Público nem sempre é o único vilão desses trágicos acontecimentos, ou melhor, das consequências desses trágicos acontecimentos. Em certos casos, a própria comunidade concorre para a falta de resolução desses problemas. São circunstâncias que muitas vezes levam governos locais a deixarem de tomar medidas indispensáveis à segurança das pessoas, quando, sendo impopulares, podem acarretar prejuízos eleitorais.

Impedir a ocupação irregular de morros e encostas é dever de ofício do administrador, mas, o que se vê é uma histórica tolerância, porque é fechando os olhos que se evitam insatisfações e se ganham votos. Aquele que assim se comporta é o político oportunista, é o político relapso. No entanto, fazer vista grossa a ocupações de lixões é muito mais que isso. É irresponsabilidade! Afinal, os riscos em tais circunstâncias não se limitam apenas a hipóteses de eventos imprevistos como esses que ocorreram recentemente no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em tantos outros Estados brasileiros. São riscos à saúde que aparecem também, são os riscos do dia a dia.

Outro tipo de omissão decorre da miopia de quem só enxerga o umbigo e não pensa e não age focalizando o horizonte. Será que não está faltando o espírito de Juscelino Kubitscheck para enfrentar os problemas das favelas dos morros do Rio de Janeiro? Por que um Estado que construiu uma cidade olímpica para um certame internacional não ousou ainda substituir os labirintos dos morros por verdadeiras cidades planejadas?

É verdade que levar serviços públicos a essas áreas ajuda os seus moradores. E, nesse particular, é preciso reconhecer que o Governo do Rio de Janeiro tem levado muitos serviços públicos a essas áreas. No entanto, a topografia desses morros será uma eterna inimiga de todo projeto de urbanização ordenada e racional.

O Brasil inteiro torce pelo Rio de Janeiro. A solidariedade já prestada ao Espírito Santo, a São Paulo e a Santa Catarina não falta também ao Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro tem uma peculiaridade que permite pensar alto: é o maior beneficiário de receitas de petróleo do Brasil. Ninguém recebe mais *royalties*, ninguém recebe mais participações especiais do que o Estado do Rio.

Comenta-se que, no ano passado, esses *royalties* teriam ascendido à casa de R$7,5 bilhões.

Para um projeto dessa envergadura, para um projeto de construir núcleos, de construir verdadeiras cidades-satélites, para poupar a população dos morros de tanto constrangimento, esses recursos seriam um bom começo.

Tenho a convicção de que o Governo Federal não se furtaria a dar a sua contribuição também se deparasse com uma proposta concreta, abrangente, forte, ousada como essa que estamos sugerindo. Afinal não só estaríamos enfrentando as irreverências da natureza, mas também a criminalidade, que encontra nessas áreas as condições ideais para se proteger de todo tipo de perseguição, de todo tipo de fuga nos momentos em que a polícia decide agir contra o crime organizado.

Mais importante de tudo: estaríamos pavimentando o futuro das gerações que hoje estão chegando e que já vêm contemplando, enfrentando e sofrendo as dores de uma falta de planejamento, de uma falta de atitude dos políticos.

E aqui não vai uma crítica direta aos políticos atuais, mas aos políticos que, ao longo do tempo, vêm convivendo com as mazelas que ocorrem, que têm ocorrido, nessas áreas de alto risco.

Portanto, Sr. Presidente, nosso pronunciamento é de solidariedade ao povo do Rio, mas também de chamamento para repensar tudo o que tem sido feito até agora para socorrer a generosa população daquele Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o brilhante pronunciamento de Valter Pereira, nós temos a honra de receber aqui no plenário do Senado, na Mesa Diretora, ao lado desse Líder, não do Amazonas, mas do Brasil, o Arthur Virgílio, o Deputado Federal Silas Câmara. Pessoas como ele nos fazem orgulhosos do Partido no qual entrei, o Partido Social Cristão. Ele agiganta-se, e todo o Brasil está bem representado no Amazonas como no Piauí. Estarei na Paraíba deslanchando com o desenvolvimento que está havendo lá pelo nosso candidato a Senador da República.

Então, nós queremos dar a ele os votos de boas-vindas e a certeza de que o Amazonas está muito bem representado por esses extraordinários líderes, o Arthur Virgílio e o nosso Deputado Federal.

Agora, nós vamos chamar um líder. Estava anunciado Antonio Carlos Valadares. Não, ele estava muito antes. Antonio Carlos Valadares. Depois, V. Exª vai ser chamado. Aí um orador inscrito, que será Arthur Virgílio no lugar de Demóstenes Torres, que estava aqui. E, depois, V. Exª como Líder, Rosalba Ciarlini.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu só gostaria de ter uma confirmação. Eu estou pela Liderança da Minoria em lugar do Senador Raimundo Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estamos alternando.

Ansiosamente, o Rio Grande do Norte a espera.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – O Presidente diz que é o Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Augusto Botelho, V. Ex.ª é o número 11. O número 7, Romeu Tuma, cedeu a Demóstenes Torres, que cedeu a Arthur Virgílio a inscrição em oradores inscritos. Mas V. Exª fica aqui. É o maior prazer ouvi-lo.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB e representante de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a atenção para um projeto de lei de minha autoria que procura beneficiar famílias de baixa renda na esfera do corte de energia elétrica por conta da inadimplência.

Antes, no entanto, pretendo fazer uma pequena reflexão sobre a calamidade que se abateu sobre a ex-capital do nosso País, o Rio de Janeiro. Em especial, sobre a situação trágica que se está abatendo neste momento, com chuvas e temporais violentos sobre as comunidades do meu Estado de Sergipe, como em Aracaju – Conjunto Costa Azul, Zona de Expansão, além de 120 pontos de alagamento –, cidades como Propriá, Carmópolis, Maruim, Laranjeiras, São Cristovão e outras. São ao todo 14 Municípios atingidos. Estou acompanhando esta situação preocupante e considero que medidas de emergência em favor dos mais atingidos sejam prioridade imediata das autoridades.

Ainda não constam notícias de morte em Sergipe – Graças a Deus! Mas pelo menos dez pessoas estão feridas por deslizamentos de terra e alagamentos, e há centenas de pessoas que tiveram que abandonar suas residências. Em três dias tivemos um acúmulo de 50% da média das chuvas do mês.

E tomando mais especificamente a nossa querida população do Rio de Janeiro, a verdade é que ela carrega um longo histórico de tragédias vinculadas às chuvas e às inundações. As tradicionais tempestades de verão assolam periodicamente o Rio, produzindo grandes enchentes, com enormes transtornos à população, aos transportes em geral e com grande número de mortes, especialmente entre os mais pobres, obrigados a viver em regiões de infraestrutura frágil ou em moradias precárias.

O alvo mais destrutivo e fatal das enchentes sobre a metrópole carioca diz muito sobre a tragédia: quem mais sofre o impacto das chuvas e das enchentes são as populações de várzeas e aterros próximos à Baía de Guanabara, as habitações em favelas e morros, os lixões (como foi o caso das habitações do Morro do Bumba em Niterói) e a Baixada Fluminense, com bairros inteiros construídos em área originalmente pantanosa e que ainda não dispõe de um sistema de drenagem adequado a uma região que já foi encharcada, pantanosa e possui uma topografia problemática.

Sempre vale observar que há países que são assolados por fenômenos climáticos mais violentos do que a chuva que castigou o Rio – a exemplo da Inglaterra – e que possuem programas de prevenção e até de intervenção durante as tragédias como chuvas torrenciais e nevascas; são fenômenos que chegam a paralisar cidades, mas nem sempre causam mortes e estragos nas proporções que estão vitimando os cariocas. Há estudos que mostram que a construção em áreas de risco do Estado do Rio cresceu com muito mais velocidade, nas últimas décadas, do que o investimento em prevenção, contenção e remoção.

Por tudo isso, a tragédia não significa um desvario da natureza; é muito mais uma tragédia anunciada. Enchentes como a decorrente do temporal do dia 2 de janeiro de 1966 na cidade do Rio são marcas muito claras do que sempre poderá acontecer e se repetir enquanto não forem tomadas as mais adequadas medidas de planejamento, manutenção de obras, coleta de lixo e providências de consolidação ou remoção de favelas, além de medidas de urbanização preventiva em geral. É necessária uma estratégia no planejamento.

Naquele mês de janeiro de 1966, chuvas que duraram uma semana produziram enchentes, deslizamentos no Rio de Janeiro (no Estado e na capital, na cidade do Rio conhecida então como Estado da Guanabara), e o resultado foi caos no transporte, apagão elétrico e colapso do sistema de emergência. No final, tivemos a morte de 250 pessoas e mais de 50 mil desabrigados. O número de mortes foi, portanto, semelhante ao atual. Em 1967, mais de 500 mortos em novo temporal e mais de 25 mil feridos.

Novas tragédias se repetiram, ano após ano, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1982, com seis mortes; em 1983, com 18 mortes; em 1987, com 292 mortes e 20 mil desabrigados, chegando-se à decretação de Estado de Emergência e Estado de Calamidade Pública. No ano de 1988 foram mais de 600 mortos e quase 20 mil desabrigados; depois, em 1991, 25 mortos e em 1999, 41 mortos.

Portanto, são perfeitamente previsíveis as chuvas de verão mais violentas, mais extensas e com maior poder de destruição sobre uma cidade construída em meio a um mar de morros e regiões onde existiram pântanos e lixões. É importante que já começaram a ser tomadas medidas pelo Governo Estadual, pela Prefeitura, pelo Governo Federal, diante da atual tragédia no Rio de Janeiro.

E, de minha parte, quero chamar a atenção para a necessária cobertura emergencial que deve ser dada a toda a população vitimada. Em caráter urgente, imediato. Inclusive, as medidas pós-enchente de combate às doenças que podem vir da água, como a leptospirose. Deve ser planejado um leque de medidas em todas as esferas.

E como parte integrante daquelas medidas, penso que se deveria proteger toda a comunidade atingida em relação, por exemplo, ao item da cobrança de luz e água, para não mencionar outras providências. Não podemos admitir que seja cortada a luz de vítimas das enchentes que porventura chagarem a atrasar seu pagamento nesta temporada de crise.

Elaborei um projeto de lei para tomar uma providência sobre esta questão de forma permanente e não apenas para este momento de crise. A proposta é simples: meu projeto altera a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Pela nossa proposta, tornam-se obrigatórias a notificação prévia – com, pelo menos, 30 dias de antecedência – do corte do serviço e o detalhamento ao consumidor do valor consolidado do débito.

Apresentei essa proposta, motivado por notícias sobre cortes nos serviços de água, energia e telefonia em Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos que atendem prioritariamente pacientes carentes. Essa situação de inadimplência teria sido causada, inclusive, por atraso no repasse de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS).

O nosso projeto, portanto, altera a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Pela proposta, Sr. Presidente, nós estaremos evidenciando, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública, espaços para que atuem nessa área de

inadimplência quando houver um injusto e abrupto corte de energia elétrica, de telefone ou mesmo de água.

Quero também mencionar, Sr. Presidente, que na mesma sessão em que foi aprovado esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um outro projeto foi aprovado para facilitar a vida dos brasileiros, permitindo a conversão da separação consensual em divórcio por via administrativa e em qualquer cartório. Proponho, para isso, por intermédio do meu PLS nº 95/2007, a alteração da Lei nº 5.869, de 1997. E lembro que essa lei estabeleceu que a separação consensual, o divórcio, o inventário e a partilha pudessem ser realizadas em cartórios, mas não mencionou a hipótese de conversão da separação em divórcio. Com esse projeto, tenho por objetivo integrar a conversão à norma já existente, já que ela foi omissa nesse sentido.

Por fim, Sr. Presidente, no meu entendimento, esse deve ser o nosso norte e a nossa perspectiva como homens públicos, ou seja, a luta pela desburocratização por um lado e, ao mesmo tempo, a luta para que a população trabalhadora de baixa renda e toda a comunidade porventura excluída do desenvolvimento da economia, não venha a pagar, nas calamidades naturais, o custo de um modelo de desenvolvimento que não prima pela cobertura social para todos os brasileiros.

Com isso, Sr. Presidente, mais uma vez, a minha solidariedade a todos aqueles que são vítimas das enchentes no Nordeste, em Sergipe, no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Encerrou?

Senador Arthur Virgílio, V. Exª aqui está substituindo o inscrito Senador Romeu Tuma, que tinha cedido para o Senador Demóstenes Torres. A Senadora Lúcia Vânia ficou no lugar de Líder do Senador Arthur Virgílio. Estamos intercalando, mas a próxima oradora é a Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Exª sabe que nós vamos nos encontrar no Jaburu, não é?

Com a palavra o Senador Arthur Virgilio, que representa o PSDB, do Estado do Amazonas, mas é o grande Líder, comandante chefe das forças oposicionistas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão do nosso Líder, eu só queria dizer, tanto a V. Exª como a todos aqueles que lutam pelos aposentados, ao lado do nosso Senador Paulo Paim, que o PSB, não só na Câmara do Deputados como aqui no Senado Federal, luta pela correção das injustiças que são cometidas contra os pensionistas e aposentados do Brasil.

Nós estaremos, como estivemos sempre, ao lado dos aposentados. Aqui, inclusive, votamos a favor de uma proposta do Senador Paulo Paim, da correção de várias injustiças, inclusive da queda do fator previdenciário.

Continuamos ao lado de V. Exª, Sr. Presidente, nessa luta grandiosa e justa em favor dos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estamos juntos em favor dos aposentados.

Senador Arthur Virgílio, eu sei que V. Exª tem uma cultura ímpar. O seu pai está orgulhoso. E V. Exª me ensinava sobre Winston Churchill, mas me permita. Eu não tenho nada a ensiná-lo, mas já que V. Exª é um fervoroso admirador de Winston Churchill – V. Exª está comandando tão bem as oposições no Brasil –, eu lembraria uma passagem dele. Ele diz: "perguntai qual é o nosso objetivo. Posso responder-vos com uma palavra: Vitória! Vitória a todo custo, vitória apesar de todos os terrores, vitória por muito longo e difícil que seja o caminho, pois sem vitória não há sobrevivência".

É muito oportuno para V. Exª incutir essa mensagem dele na sua mente para comandar todos nós, numa alternância de poder, que é a esperança do povo do Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Isso vem, Senadora Lúcia Vânia, a propósito de uma conversa, Senador Paulo Paim, que eu estava tendo particularmente com o Senador Mão Santa, contando uma passagem da vida desse grande orador britânico que foi Winston Churchill.

Aos 26 anos, jovem candidato a Deputado, pedindo votos no seu condado, na eleição distrital, ele chega para o eleitor e diz: "Preciso do seu voto". O eleitor se vira para ele... Ele já era polêmico àquela altura, passou a vida inteira sendo polêmico. Tem uma passagem que ele fala assim: "Sinceramente, não sei como os meus pares ainda me cumprimentam", de tanto que ele brigava. Era um super Carlos Lacerda. Ele diz para o eleitor: "Vote em mim". "Votar em você? Eu prefiro votar no diabo". Aí ele, calmo, diz assim: "Muito bem, mas se esse seu amigo não for candidato, vota em mim".

Mas muito bem, Sr. Presidente, eu tentarei ser bastante telegráfico, resumindo as coisas aqui, e peço que V. Exª acolha na íntegra o pronunciamento em que eu registro que, infelizmente, em um País onde a inflação tem dado sinais de vida, o Governo está diante de uma armadilha: ou aumenta juros ou vê a inflação

subir! A inflação para as pessoas da terceira idade é a mais alta em seis anos. Ela subiu 2,72% no primeiro trimestre, mais do que no quarto trimestre do ano passado, quando o índice ficou em 0,51%.

Então, chamo a atenção para o fato de que qualquer sinal de inflação a mais já prejudica as pessoas mais idosas, que precisam do seu dinheiro para comprar os seus remédios.

Enfim, peço que acolha na íntegra esse pronunciamento.

O outro, do mesmo modo, peço a V. Exª que acolha na íntegra também, é o relato de que o Polo Industrial de Manaus, em dois meses, bateu dois recordes de produção desde o início de 2010, registrando, em janeiro, o maior faturamento de sua história. Como resultado, um faturamento da ordem de R$4,534 bilhões, o melhor resultado desde 1988. As exportações do Polo de Manaus alcançaram, até fevereiro, um crescimento bastante substantivo de 18,13%. Aí está mais uma comprovação da realidade que não canso de apontar: o Polo de Manaus deu certo.

Agora, reclamo muito do descumprimento das metas estabelecidas pela Aneel para fornecimento de energia, Deputado Marcelo Serafim, ao Polo de Manaus. E vou dar só um dado. No ano passado, os consumidores ficaram sem energia elétrica por 455 horas a mais do que o previsto; "do que o permitido" foi a expressão que usaram, como se fosse permitido não fornecer energia elétrica. Um desempenho pífio, um desempenho absolutamente reprovável.

Então, deixo isso de lado e volto às boas notícias, ao Polo de Manaus. Alta de 21,4% na produção industrial em relação a 2009 é o que se prevê para 2010, a partir de estudos anunciados pelo Dr. Ronaldo Mota, que é Diretor do Centro das Indústrias do Amazonas.

Muito bem, volto a dizer que os telefones voltaram a figurar entre os principais itens da pauta de exportação amazonense graças à Nokia, que sempre lá permaneceu, e à Samsung, que agora retornou; telefones celulares. Digo que o comércio experimenta um bom momento, já pré-Copa do Mundo. As lojas de varejo esperam um aumento expressivo na venda de televisores de todos os tipos, mas também de altíssima qualidade. A expectativa é a venda de mais de 11 milhões de televisores produzidos no PIM, sobretudo os de LCD e plasma.

Saltando para o turismo, as agências da capital do meu Estado ultimam as reservas de pacotes de viagens para a Copa do Mundo da África. Aí já somos nós exportando. De qualquer maneira dando prazer às pessoas que viajam, exportando empregos, exportando dólares.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que estou muito preocupado com algumas notícias. A Polícia Federal está em greve em Manaus. Isto causa transtorno até nos aeroportos. É uma instituição respeitável. Tenho muito respeito pelo Dr. Sérgio Fontes, que é o seu representante, o principal dirigente da Polícia Federal no Amazonas. Imagino que esse movimento será pacífico e que o Governo não deve se fechar ao diálogo com os policiais federais, que tantos serviços têm prestado ao País. Quando vejo exageros da Polícia Federal, eu não hesito em apontá-los, e quando vejo, na verdade, os grandes méritos da preocupação que eles têm com a ética, com o combate à corrupção, eu, com muito prazer, aqui relato esses feitos.

E ainda me dirijo ao novo Governador do Estado, Dr. Omar Aziz, a respeito de algo que me preocupa, que é o não funcionamento a contento do novo Pronto-Socorro 28 de Agosto. Os equipamentos foram instalados, meio às carreiras, pelo Governador que saiu, não estão funcionando. Hospital, para mim, é hospital que funciona, não é hospital que apenas diz na placa que é hospital.

Então, estou certo que o atual Governador, Omar Aziz, deverá encontrar pronta solução para tais problemas. Esse pronto-socorro é indispensável à população. Só para lembrar as dificuldades de funcionamento, basta dizer que, dos 40 respiradores adquiridos para a UTI, apenas 20 foram entregues.

E para não dizerem que eu não falei de amenidades, eu registro ainda a presença de cenas amazônidas, de amazonenses, no 15ª Festival Internacional de Documentários, em curso no Rio. Trata-se da maior mostra de documentários da América Latina. Nela serão exibidos filmes mostrando a Amazônia e suas verdades. Entre as produções que estão lá, há produções do meu querido amigo José Padilha, do talentoso Jorge Bodanski e por aí afora.

Eu peço que V. Exª considere na íntegra este pronunciamento para os Anais.

Ainda tenho aqui dois votos. O voto de aplauso ao jornalista, escritor e blogueiro, Orlando Farias, pelo lançamento, em Manaus, do seu livro *A Dança dos Botos*; um livro bastante sério sobre eleição, sobre história política no meu Estado.

Tenho também um voto de solidariedade ao ator Marcelo Novaes, que, há tempos, foi agredido fisicamente pelo lutador Raphael Adnet Freire Guimarães, que, por isso, responde a processo na justiça do Rio. Devo informar que Marcelo Novaes é, há muitos anos, praticante de jiu- jitsu. Ele é uma pessoa saudável, mas sem a prática tola de brigar em rua, de praticar violência. O Marcelo diz que vai tocar, não pelo dinheiro, a ação até o final porque quer dar uma lição no agres-

sor, que o fez se submeter a uma operação plástica. Então, ele foi agredido à traição e vai até o final por uma questão de dar o exemplo. Ou seja, não dá para misturar um esporte saudável como as lutas marciais com a covardia de gente que aprende luta para fazer isso. Isso não é nem um pouco bonito.

Eu não poderia me esquecer do voto de aplauso a um velho amigo, jornalista, escritor e político Sebastião Nery, pelo êxito de seu livro de memórias intitulado *A Nuvem*, com edição de 10 mil exemplares, esgotada pouco tempo após o lançamento, em novembro do ano passado. Uma figura de conversa deliciosa, um grande companheiro de lutas passadas e que hoje, aos 78 anos de idade, revela ainda uma enorme jovialidade e por quem tenho muito apreço e muito carinho.

Mas faço questão, Presidente, de ler este texto dessa figura que todos nós admiramos muito, que é Roberto Damatta. É um texto que comove. O texto tem o título "O dia em que o Rio acabou e Niterói virou barranco". Diz o texto:

> Na madrugada da segunda-feira, dia 5, eu acompanhava assustado a tempestade que desabava sobre minha casa em Piratininga, Niterói, ao mesmo tempo em que verificava as goteiras com as quais tenho décadas de convivência — meu avô dizia que uma casa sem goteira era uma casa sem alma — e imaginava o dia seguinte.
>
> E o dia seguinte foi o caos: o Rio de Janeiro estava acabado e Niterói mostrava a pior face do "Estado", que querem tornar mais forte em vez de mais eficiente, menos centralizado e, sobretudo, transparente. Ilhado em casa, sem telefone e internet, e colado na televisão, eu ia assistindo — coração na mão — aos desabamentos, sofria com o desespero das vítimas, ficava solidário com os desgraçados cidadãos insones que viram seus carros serem engolfados pelas ruas transformadas em perigosas cascatas e rios caudalosos.
>
> E inevitavelmente me perguntava — pois a água limpa os olhos — qual a diferença entre este governo e os outros? Esses tantos outros que, antes que eu viesse ao mundo, deixaram que a nossa constitutiva desigualdade escravocrata e o nosso caudaloso, descarado e pouco criticado populismo chegassem ao ponto revelado por essa apocalíptica tempestade. Toda catástrofe natural tem pelo menos dois textos. O da "natureza", que definimos como tendo vida própria, embora hoje saibamos que ela está profundamente ligada aos nossos estilos de vida; e o da sociedade, com seus valores e fórmulas para explicar o infortúnio e as tragédias. Por isso, a tormenta contém a tempestade. A procela é o evento em si, a tempestade é a sua interpretação: o que ela ensina ou anuncia.
>
> No Brasil — e digo isto com um misto de revolta e constrangimento —, a mensagem é sempre a mesma.
>
> As tragédias naturais brasileiras revelam de modo claro que as retóricas políticas variam, mas o velho e bom modo de governar foi muito pouco abalado.
>
> A intensidade das calamidades tem se agravado, mas não mudou o nosso estilo de lidar com elas. Nosso processo de enfrentá-las é notavelmente cínico: trata-se de uma calamidade, e estamos todos mortificados, mas – como ficou combinado desde os tempos de Dom João Charuto – ninguém tem culpa de nada! Minto. Se alguém tem culpa é o mar, a lagoa, as montanhas, os ventos, a chuva e, esticando mais um pouco, essa pecaminosa e pervertida sociedade capitalista e de mercado e todos nós. O populismo irresponsável escapa como um rato. Na tempestade, viramos socialistas e coletivistas de carteirinha. Passada a tormenta, voltamos ao nosso modo usual de viver e administrar os bens públicos. Nós aqui, eles lá. Nós nas nossas boas casas, eles nas moradas que os demagogos – esses defensores do povo de Deus – legalizaram: em cima de morros e encostas, onde se vive, como dizia um samba hoje esquecido, senão incorreto, "pertinho do céu...".
>
> Como o revoltante "ilegal e daí", criado por um tradicional político carioca a propósito de construções irregulares, os temporais escondem, mas as tempestades revelam. Elas mostram que os governos podem ser aristocráticos ou republicanos, de direita ou de esquerda, elitistas ou populistas, militares ou civis, tortos ou direitos, mas estão todos irmanados no firme propósito de não fazer ou mudar coisa alguma. O estilo que começou com Dom João Charuto e os Pedros é – dizem as águas e os desmoronamentos mortais – imutável. Ele se caracteriza pela reação e jamais pelo planejamento e pela programação, típicos dos sistemas igualitários. A proação abunda nas campanhas eleitorais em que não se é governo. Entretanto, uma vez no governo, a execução nos planos, travestidos em promessas mirabolantes, jamais irá ocorrer. Findo o pleito,

a utopia é esmagada pelo firme propósito de continuar no poder.

Quando menino, eu pensava que o poder era um instrumento nobre e essencial para melhorar a vida dos pobres e oprimidos.

Hoje, velho e descrente, vejo que – no Brasil – o poder é lamentavelmente apenas o poder: ou seja, ele serve para "poder" quem nele não entra ou não está. Ele tem como fim a sua própria personalização. Daí esse extraordinário desmoronamento, esse vazio vergonhoso, porque indesculpável, desvendado pela chuvarada.

Não temos planos e não seguimos as regras mais banais, porque não nos ordenamos de modo igualitário. Poucos têm muito, muitos têm pouco e o governo tem e quer tudo porque ele é um centro de hierarquia. A tempestade desnudou a falta de políticas públicas de moradia que contemple limites. Falta acabar de uma vez por todas com o imoral, arrogante e inconcebível "ilegal, e daí?..." A estupefação dos governantes diante da tragédia revela que a "política" com seus conchavos e suas hierarquias pesa mais do que o gerenciamento coletivo. Elegemos bandidos e falastrões. Confundimos discursos empolados com programas. Imaginamos que parlapatões são estadistas e que demagogos são salvadores da pátria. O que vemos, entre os escombros e os gigantescos entulhos de merda, cadáveres e barro é a sujeira do nosso mundinho político feito de gente que quer tudo menos administrar as coletividades que os elegeram para realizar precisamente essa tarefa. Confio que algo venha a ser efetivamente mudado.

Isto está no *Estado de S. Paulo* de hoje, do grande mestre Roberto Damatta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não há no Brasil empenho de quem deve se empenhar para superar o colossal atraso do País em Educação. Ao Governo cabe este papel, mas infelizmente momento só o que há é propaganda. Nada se faz além do clássico oba-oba, mostrando que este País é um colosso econômico. É sim, porém atrasado.

Gustavo Ioschpe, que escreve na Revista *Veja* revela ou chama a atenção para um dado aterrador:

-Apenas um quarto, ou 25%, da população brasileira é plenamente alfabetizada, ou seja, consegue ler e entender um artigo de revista, como o mencionado, de Ioschpe.

O dado, diz o artigo, é de pesquisa do Instituto Paulo Montenegro. E apesar de seguidos alertas, a maioria dos brasileiros não se dá conta da extrema precariedade da educação no Brasil. Precariedade é até palavra amena: o que a Educação brasileira é mesmo é ruim, mas o MEC e todo o Governo insistem em ficar na contramão, sustentando absurdamente que tudo vai bem.

Propaganda, repito, é o que não falta. E vamos falar francamente: propaganda para mentir, no mínimo para proclamar inverdades sobre a Educação aqui.

No seu artigo em *Veja,* Ioschpe conclui com o que ele considera o *resumo da* ópera:

-É muito difícil passar de uma situação de subdesenvolvimento e chegar ao primeiro mundo.

E mais, ainda segundo o articulista:

-Se antes nossos males nessa área nos eram impostos por um regime autocrático, como o dos anos pós-64, hoje temos liberdade e responsabilidade por nossos destinos.

O desfecho, já dá para concluir:

-Os problemas e os erros são todos nossos, e as soluções também terão de ser.

Completo:

O problema é que, no momento, de nada vale insistir. O País vive uma fase de inverdades, que leva ao povo dados que absolutamente não correspondem à realidade nacional. Nela, no caso em exame, o que temos é uma Educação de baixa qualidade, com escolas sucateadas e nenhuma vontade séria de superar os problemas.

Resta, então, aguardar por dias melhores. A partir do próximo ano.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no final do mês passado, registrei neste Plenário estranheza diante de uma discriminação anunciada. Da parte do Governo, contra milhares de brasileiros, ao excluir da vacinação contra a gripe A, as pessoas de 40 anos para cima.

O próprio Ministro da Saúde tentou justificar a exclusão de uns e a inclusão de outros brasileiros, como se não fôssemos todos iguais.

Eu mesmo estou fora da vacinação.

A discriminação é tão gritante que, no Paraná, apareceu um "anjo do tipo Gasparzinho", aquele anjo bom e amigo, na figura da Juíza Federal Gisele Lemke.

Ela, no julgamento de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal no Paraná, ajuizada em 24 de março, concedeu ontem liminar obrigando a União e a Secretaria de Estado da Saúde a imunizarem todos os moradores do estado contra a gripe A (H1N1), a gripe suína, sem nenhum tipo de restrição. Hoje, assim como todo o país, são vacinados gratuitamente apenas as pessoas que fazem parte de determinados grupos de risco. A juízo de quem?

Discriminação à parte, o pior é a resposta dada pela União:

O Ministério da Saúde afirmou que não tem condições para cumprir a decisão judicial. Segundo o ministério, não seria possível oferecer vacinação em massa para conter a doença, pois o vírus já está disseminado. A assessoria da pasta ressaltou ainda que não há disponibilidade de produto em escala mundial e que enviar doses extras a um estado significaria tirar doses de outros. O objetivo da vacinação, de acordo com o ministério, é proteger os trabalhadores de saúde e reduzir os riscos dos grupos mais vulneráveis. A assessoria do ministério disse que a pasta não foi notificada, mas informou que vai a Procuradoria Geral da União será orientada a recorrer da decisão.

Aí está: o Governo atual assume sua incapacidade de prestar assistência médica aos brasileiros.

Fica o registro, para que este Plenário seja cientificado de mais uma omissão do Governo.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PR deve vacinar 100%, diz Justiça

Juiza manda governo imunizar todos os paranaenses contra a gripe A, mas Ministério da Saúde diz que não tem como cumprir ordem. Como ainda cabe recurso, nada muda por enquanto.

Rodrigo Kwatwski da Silva, Especial para a Gazeta do Povo:

Ponta Grossa – A Justiça Federal paranaense concedeu ontem liminar obrigando a União e a Secretaria de Estado da Saúde a imunizarem todos os moradores do estado contra a gripe A (H1N1), a gripe suína, sem nenhum tipo de restrição. Hoje, assim como todo o país, são vacinados gratuitamente apenas as pessoas que fazem parte de grupos de risco.

A ordem foi dada pela juíza Gisele Lemke no julgamento da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal no Paraná, ajuizada em 24 de março. O prazo para a compra das vacinas e sua distribuição é de 20 dias, sob pena de multa diária de R$ 50 mil. Ainda cabe recurso da decisão.

A população do estado é de aproximadamente 10,7 milhões, e o cronograma atual prevê a imuização de 5 milhões de habitantes. Até ontem 1,745 milhão de doses já haviam sido aplicadas. No total, 2,4 milhões de doses foram recebidas do Ministério da Saúde.

Segundo despacho da juíza, não se justifica que o Paraná tenha o mesmo tratamento de outros estados durante a campanha de vacinação, em face da gravidade da doença em 2009. "Dito de modo mais simples: a situação da pandemia no Paraná foi a mais grave do país, tendo sido extremamente mais grave, por exemplo, do que na Região Nordeste", diz a decisão.

A União alegou no processo que o estado não poderia ter vantagens em relação às outras unidades da federação. A juíza, porém, não aceitou o argumento e disse que o tratamento diferente não significa um privilégio para o estado.

No entanto, mesmo que a situação paranaense tenha sido considerada diferenciada, a decisão pode abrir um precedente para que a mesma ação possa ser proposta em outros estados, tendo em vista a liminar favorável à extensão da vacina para todo o Paraná. A decisão da Justiça Federal paranaense vale apenas para o estado.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela voz do atual Governo, o desmatamento na Amazônia estaria sob controle, com taxas anuais em declínio. Pela voz e pela propaganda do Governo. Só. Somente na voz e na propaganda oficiais.

O reverso, lamentavelmente, mostra a verdade: a destruição da Grande Floresta continua em marcha batida, como mostrou esta semana uma das reportagens do Jornal Nacional:

(...)Tailândia, no Pará, é o epicentro do corte de árvores da floresta amazônica: 38 serrarias formam a base econômica da cidade. O município fica no chamado Arco do Desmatamento, a área de concentração de estradas abertas nas margens da floresta que permitem sua exploração.

O que mais preocupa é a manchete da reportagem do JN:

"Metade do município já foi desmatada."

E ais: (...) O Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), em Belém, usa imagens de satélite para seguir os caminhos das madeireiras, os veios do avanço sobre a mata. A exploração ilegal da madeira é a primeira fase da destruição. "Depois vem o desmatamento para abertura de pastos e áreas agrícolas. Ou seja, é o começo de tudo", explica o pesquisador do Imazon, Carlos Souza Júnior.

Explica o *Jornal Nacional* que, "por isso, Tailândia foi o principal alvo da Operação Arco de Fogo, realizada há dois anos para combater o desmatamento ilegal. É uma cidade nova que cresceu rapidamente e tem 70 mil habitantes."

Há 30 anos, - como ainda informa o JN - o local era uma grande floresta. Tailândia surgiu de um projeto de colonização que atraiu brasileiros que foram de longe para produzir alimentos. Só que era preciso derrubar a floresta. Como a produção não foi para frente, por falta de ajuda financeira e tecnológica, o que sobrou foi o ganho fácil do comércio da madeira. Hoje metade da área do município está devastada.

Parte da madeira é queimada em carvoarias clandestinas. Seus trabalhadores são a prova de que o desmatamento só traz riqueza para muito poucos. Um deles conta por que saiu do Maranhão para ganhar lá R$ 420 por mês: "É porque não tenho condições de dar a comer pra minha família de outro jeito e o emprego aqui é desse jeito. Sem carteira, sem nada. Fiscalização aqui nessas carvoeiras não tem. Fiscalização das condições de trabalho essa é que é pior. Não tem mesmo de jeito nenhum".

A ilegalidade ainda é forte no setor madeireiro. As operações policiais diminuíram o comércio clandestino, mas não acabaram com as fraudes nas guias de comercialização, como comprovou o Ministério Público Federal – diz o Jornal Nacional.

E ainda:

"A maior parte da madeira ilegal é transportada com guia dando toda a aparência de que ela vem de uma origem legal", explica o procurador federal Bruno Valente.

O sindicato dos madeireiros de Tailândia fala em corrupção. Acusa fiscais da Secretaria do Meio ambiente de pressionar quem quer trabalhar legalmente.

"Enrolam tanto e cobram tanto documento" – ilustra a reportagem da Globo no JN. Procuram dificultar o máximo possível pra poder extorquir", disse o presidente do Sindicato da Indústria Madeireira de Tailândia, João Medeiros.

E cair na ilegalidade é pior ainda: "A ilegalidade hoje é muito cara porque quem trabalha na ilegalidade tem que dividir o seu lucro ou talvez 90% do seu lucro com os fiscais, com o sistema de fiscalização", afirmou João Medeiros.

Encerro com a leitura de mais esse trecho do Jornal Nacional:

(...) O Secretário do Meio Ambiente do Pará, Aníbal Picanço, admite que há indícios de corrupção. "Olha, em todos os processos que estamos fazendo levantamento há indícios de envolvimento tanto de terceiros, de fora do órgão, como de dentro. Há indícios de envolvimento de corrupção".

Empresários que tentam trabalhar honestamente sofrem com a concorrência desleal dos ilegais. O madeireiro Ademir Bortolanza pertence ao grupo crescente de empresários que paga todos os impostos e que só tira madeira de áreas permitidas.

"É importante trabalhar legalmente porque você mantém a floresta, você mantém a legalidade de tudo. Quem ganha com isso somos todos nós. Nós ganhamos porque nós estamos aqui produzindo. O país ganha porque tem a rentabilidade dele e o meio ambiente também ganha", declarou.

Assim como empresários, há também cidades inteiras buscando a legalidade. Paragominas, no Pará, entrou na lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia. A reação foi um programa de desmatamento zero, feito com satélites que identificam os focos de corte. O prefeito Adnan Demachki é da segunda geração de moradores da cidade e quer evitar os erros dos pioneiros.

"Naquela época – diz o Prefeito - era regra do Governo Federal: devastar, derrubar. Você tinha que confirmar sua posse da área, pra confirmar, ninguém tinha posse de floresta, tinha posse de uma área aberta, então você derrubava metade da floresta".

Mas o que fazer com as áreas já desmatadas? Indaga o noticioso da Globo. O ex-madeireiro Massao Ozaki deixou de cortar e passou a plantar árvores. Investiu em um reflorestamento de dendê, não para fazer apenas o famoso azeite da moqueca baiana, mas para a produção de óleo refinado usado na fabricação de biscoitos, macarrão, corantes, sabão, biodiesel.

"Vou ter continuidade por 10, 15, 20, 30 anos. Não preciso derrubar mais nada. Vou viver da mesma área com meu produto de dendê sem devastar mais nada. Isso dá uma satisfação grande de morar aqui na Amazônia. De poder falar: 'eu trabalho numa agricultura sustentável' e cuidar da minha família e ajudar esse povo a cuidar aqui dessa região", contou.

Com o registro de parte da reportagem do JN, cumprimento a *Rede Globo* pelo bom serviço prestado em defesa da nossa Floresta Maior.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as obras incluídas no chamado PAC, mesmo as inexistentes, as que estão atrasadas e as inviáveis, servem, todas, apenas para amplificar a propaganda do atual Governo.

Não passa dia em que esse e outros programas, quase todos malogrados, são exaltados em verdadei-

ros comícios fora de época, fora de data e sobretudo distanciados da verdade.

Um exemplo é o programa de habitações populares, o denominado *Minha Casa, Minha Vida,* lançado num dos muitos e inconsequentes arroubos do Governo.

Ao ser lançado, o Governo anunciou que o *Minha Casa, Minha Vida,* que melhor poderia se chamar *Minha Casa, Meu (distante) Sonho,* liberaria l milhão de contratos de construção até o final deste ano de 2010.

Puro sonho! Não foi além de 367 contratos.

Agora, como quem faz reza brava e implora para mera torcida, o Governo findante resolveu *torcer* para que os 700 mil – eu disse 700 mil – outros contratos possam, ao menos ser executados ao longo do próximo ano, quando a administração federal será outra, em conseqüência do pleito de outubro.

Tudo ocorre e vira mero sonho pela improvisação. Primeiro, o valor de cada casa seria de até R$ 52 mil. Mas já se anuncia um reajuste desse teto para R$ 70 mil, como foi proposto por ocasião do Fórum Nacional de Secretários de Habitação.

Fica aí o registro. Um dos mais ambiciosos programas deste Governo não conseguiu realizar ir além de 35% da meta prevista de l milhão de casas. E ainda por cima, esse pouco mais de um terço refere-se apenas a contratos. Não quer dizer que as casas estejam concluídas, com felizes (ou desanimados) moradores de posse das chaves.

É quase tudo assim neste Governo, que, felizmente, já está acenando o seu Adeus, sem perspectivas de qualquer "até breve!"

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, duas notícias.

Primeira notícia: a inflação para as pessoas da terceira idade é a mais alta em seis anos. Subiu 2,72% no primeiro trimestre, mais do que no quarto trimestre do ano passado, quando o índice ficou em 0,51%;

Segunda notícia: o Congresso quer conceder aos aposentados – todos da terceira idade – reajuste de 7,7% em suas aposentadorias. O Governo não quer e já anunciou que, a ser aprovado reajuste nos percentuais acertados no Congresso, será oposto veto presidencial.

Duas notícias, uma indagação: qual a relação entre um fato, o da inflação que incide mais sobre a terceira idade, e o outro, que pede alguns centésimos a mais no reajuste aos aposentados?

Uma conclusão: por quê esse tratamento tão desumano às populações de mais idade ?

Alega o Palácio do Planalto que o impacto sobre a Previdência seria insuportável. Não haveria dinheiro.

Não sei. Ainda esta manhã, ouvi uma declaração do presidente dos aposentados de São Paulo, pela Rádio CBN. Ele diz que a Previdência tem, sim, dinheiro para esse pequeno plus em favor dos aposentados. Afinal, contra eles basta o peso da inflação, o maior entre todas as camadas sociais.

Como não sei se haverá uma terceira notícia, informando que os aposentados serão atendidos, encerro lamentando o tratamento desigual a quem já deu tudo de si em favor da Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Pólo Industrial de Manaus, em dois meses bateu dois recordes de produção, neste início de 2010, registrando, em janeiro, o maior faturamento de sua história. Como resultado, um faturamento da ordem de R$ 4.534 bilhões. Foi, repito, o melhor resultado desde 1988.

As exportações do PIM alcançaram em fevereiro US$ 2, 216 bilhões, com um crescimento de 18,13%.

Aí está mais uma comprovação da realidade que não canso de apontar, qual seja, a de que o PIM é uma idéia que deu certo.

Como nem todas as notícias são positivas, o fato negativo fica por conta da precariedade no fornecimento de energia elétrica no Amazonas. O balanço mostra que, em 2009, a Amazonas Energia descumpriu todas – todas, mesmo – todas as metas estabelecidas pela ANEEL quanto à duração mínima de interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Eis o mais triste na história dos apagões no Amazonas: ao longo do ano passado, os consumidores ficaram sem energia elétrica por 455 horas a mais do que o tempo permitido.

Um desempenho pífio, merecedor de reprovação!

Deixo o apagão de lado. O ideal seria expungi-lo de vez. E volto ao PIM. Para novamente destacar o crescimento de tudo, do faturamento à qualidade naquele que é hoje um dos mais significativos pólos de elevada tecnologia do Continente.

Além do registro, com dados do MDIC, da alta de 21,4% na produção industrial do Pólo, em relação a 2009, a previsão do diretor do Centro das Indústrias do Amazonas, Ronaldo Mota, é de que as vendas ao exterior deverão alcançar os patamares de 2008 ainda este ano.

A Argentina é o principal destino das exportações do Amazonas, seguida por Venezuela, Colômbia e

Estados Unidos. As compras feitas pela nação norte-americana cresceram40 por cento.

Os telefones celulares continuam como principais itens da pauta de exportação amazonense. E há previsões de aumento, graças aos investimentos ali feitos pelos grupos Samsung e Nokia.

Continuo no Amazonas. Agora para assinalar o bom desempenho do comércio de Manaus. As lojas varejistas esperam aumentos expressivos nas vendas de televisores de altíssima qualidade. A expectativa é a venda de mais de 11 milhões de televisores produzidos no PIM, sobretudo os de LCD e plasma.

E saltando para o turismo, as agências da Capital do meu Estado ultimam as reservas de pacotes de viagens para a Copa do Mundo da África.

Manaus cresce, o dinamismo ganha força, mas para hoje, é outra informação que chega do Amazonas, os servidores da Polícia Federal devem cruzar os braços por 24 horas. Eles reclamam do tratamento que a categoria vem recebendo do Governo Federal.

A Polícia Federal é instituição relevante para o meu Estado, como para todo o País. Por isso, uma greve sempre causa transtornos aos usuários, inclusive nos aeroportos.

Espero que o movimento seja pacífico, para o que lembro que o diálogo ainda é o melhor caminho.

Antes de encerrar, outra informação que preocupa: o funcionamento não a contento do novo Pronto-Socorro 28 de Agosto. Os equipamentos foram instalados meio às carreiras pelo governador Braga, que deixou o posto para concorrer ao Senado. E mostram equívocos. Chegaram pela metade e a maioria não funciona. Por isso, estou certo de que o atual Governador Omar Aziz haverá de encontrar pronta solução para esses problemas.

O Pronto-Socorro a que me refiro é indispensável à população. E só para lembrar as dificuldades de funcionamento, basta dizer que dos 40 respiradores adquiridos para a UTI, apenas 20 foram entregues.

E para não dizer que não falei de amenidades, registro, por último, a presença de cenas amazônidas no 15º Festival Internacional de Documentários, em curso no Rio. Trata-se da maior mostra de documentários da America Latina. Nela serão exibidos filmes mostrando “A Amazônia e suas Verdades”. Entre as produções a serem exibidas, inclue-se a mais nova realização de Jorge Bodansky, “No meio do Rio, entre as ávores”. O cineasta ficou famoso com “Iracema, uma Transamazônica”.

Era o que tinha a dizer. Ou a relatar, sobre o meu Estado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O dia em que o Rio acabou e Niterói virou barranco

Na madrugada da segunda-feira, dia 5, eu acompanhava assustado a tempestade que desabava sobre minha casa em Piratininga, Niterói, ao mesmo tempo em que verificava as goteiras com as quais tenho décadas de convivência – meu avô dizia que uma casa sem goteira era uma casa sem alma – e imaginava o dia seguinte.

E o dia seguinte foi o caos: o Rio de Janeiro estava acabado e Niterói mostrava a pior face do "estado" que querem tornar mais forte em vez de mais eficiente, menos centralizado e, sobretudo, transparente. Ilhado em casa, sem telefone e internet, e colado na televisão, eu ia assistindo – coração na mão – aos desabamentos, sofria com o desespero das vítimas, ficava solidário com os desgraçados cidadãos insones que viram seus carros serem engolfados pelas ruas transformadas em perigosas cascatas e rios caudalosos. E inevitavelmente me perguntava – pois a água limpa os olhos – qual a diferença entre este governo e os outros? Esses tantos outros que, antes que eu viesse ao mundo, deixaram que a nossa constitutiva desigualdade escravocrata e o nosso caudaloso, descarado e pouco criticado populismo chegassem ao ponto revelado por essa apocalíptica tempestade?

Toda catástrofe natural tem pelo menos dois textos. O da "natureza", que definimos como tendo vida própria, embora hoje saibamos que ela está profundamente ligada aos nossos estilos de vida; e o da sociedade, com seus valores e fórmulas para explicar o infortúnio e as tragédias. Por isso, a tormenta contém a tempestade. O procela é o evento em si, a tempestade é a sua interpretação: o que ela ensina ou anuncia. No Brasil – e digo isso com um misto de revolta e constrangimento –, a mensagem é a sempre a mesma.

Falta acabar de uma vez por todas com o imoral, arrogante e inconcebível "ilegal, e daí?"

As tragédias naturais brasileiras revelam de modo claro que as retóricas políticas variam, mas o velho e bom modo de governar foi muito pouco abalado. A intensidade das calamidades tem se agravado, mas não mudou o nosso estilo de lidar com elas. Nosso processo de enfrentá-las é notavelmente cínico: trata-se de uma calamidade e estamos todos mortificados, MAS – como ficou combinado desde os tempos de Dom João Charuto – ninguém tem culpa de nada! Minto, se alguém tem culpa é o mar, a lagoa, as montanhas, os ventos, a chuva e, esticando mais um pouco, essa pecaminosa e pervertida sociedade capitalista e de mercado e todos nós. O populismo irresponsável escapa como um rato.

Na tempestade, viramos socialistas e coletivistas de carteirinha. Passada a tormenta, voltamos ao nosso modo usual de viver e administrar os bens públicos. Nós aqui, eles lá. Nós nas nossas boas casas, eles nas moradas que os demagogos – esses defensores do povo de Deus – legalizaram: em cima de morros e encostas, onde se vive, com dizia um samba hoje esquecido, senão incorreto, "pertinho do céu..."

Como o revoltante "ilegal e daí?", criado por um tradicional político carioca a propósito de construções irregulares que os temporais escondem, mas as tempestades revelam. Elas mostram que os governos podem ser aristocráticos ou republicanos, de direita ou de esquerda, elitistas ou populistas, militares ou civis, tortos ou direitos, estão todos irmanados no firme propósito de não fazer ou mudar coisa alguma. O estilo que começou com Dom João Charuto e os Pedros, é – dizem as águas e os desmoronamentos mortais – imutável. Ele se caracteriza pela reação e jamais pelo planejamento e pela programação, típicos dos sistemas igualitários. A proação abunda nas campanhas eleitorais em que não se é governo. Entretanto, uma vez no governo, a execução dos planos travestidos em promessas mirabolantes jamais irão ocorrer. Findo o pleito, a utopia é esmagada pelo firme propósito de continuar no poder.

Quando menino, eu pensava que o poder era um instrumento nobre e essencial para melhorar a vida dos pobres e oprimidos. Hoje, velho e descrente, vejo que – no Brasil – o poder é lamentavelmente apenas o poder: ou seja, ele serve para "poder" quem nele não entra ou não está. Ele tem como fim a sua própria personalização. Daí esse extraordinário desmoronamento, esse vazio vergonhoso, porque indesculpável, desvendado pela chuvarada.

Não temos planos e não seguimos as regras mais banais, porque não nos ordenamos de modo igualitário. Poucos têm muito, muitos têm pouco e o governo tem e quer tudo, porque ele é um centro de hierarquia. A tempestade desnudou a falta de políticas públicas de moradia que contemple limites. Falta acabar de uma vez por todas com o imoral, arrogante e inconcebível "ilegal, e daí?..." A estupefação dos governantes diante da tragédia revela que a "política" com seus conchavos e suas hierarquias, pesa mais do que o gerenciamento coletivo. Elegemos bandidos e falastrões. Confundimos discursos empolados com programas. Imaginamos que parlapatões são estadistas e que demagogos são salvadores da pátria. O que vemos, entre os escombros e os gigantescos entulhos de merda, cadáveres e barro, é a sujeira do nosso mundinho político feito de gente que quer tudo, menos administrar as coletividades que os elegeram para realizar precisamente essa tarefa. Confio que algo venha a ser efetivamente mudado.

Resultado inferior à meta

Somente 367 mil contratos da meta de 1 milhão para construção de casas populares foram aprovados em um ano

O 'Minha Casa, Minha Vida', que completou um ano ontem, atingiu somente 35% da meta estabelecida, com 367 mil contratos aprovados, de 1 milhão previsto no início do programa.

O Governo Federal afirma que "torce para que haja a contratação das 700 mil unidades previstas ainda para este ano, mas a execução das obras só devem ocorrer em 2011".

Os Estados brasileiros reivindicam um aumento de 35% no teto do valor repassado pelo programa 'Minha Casa, Minha Vida 2', segunda edição do programa que visa reduzir o déficit habitacional por meio da construção de moradias populares às famílias de baixa renda.

Atualmente, o governo financia moradias com custo de até R$ 52 mil, mas o valor, de acordo com a sugestão dos Estados, subiria para R$ 70,2 mil.

A proposta surgiu no Fórum Nacional de Secretários de Habitação realizado em São Paulo, ontem. A ampliação do valor a ser investido seria necessário para financiar a compra de terrenos em áreas mais próximas dos centros, geralmente mais caras que as áreas periféricas da grandes cidades.

O secretário de Habitação de São Paulo, Lair Krähenbühl, defende que o programa se concentre mais na baixa renda, "incluindo as pessoas instaladas em áreas de risco e sujeitas a inundações e deslizamentos e onde se encontra, de fato, o problema habitacional".

Segundo os secretários de habitação de todo País, com a doação do terreno, só o custo da construção de um imóvel fica, em média, entre R$ 55 mil e R$ 60 mil, sem considerar infraestrutura, como água, esgoto e energia elétrica.

Se o terreno custar, em média, entre R$ 30 mil e R$ 40 mil, o custo médio do imóvel subirá para R$ 70 mil. O programa coloca apenas 40% do recurso para a faixa de renda abrangida pelo programa habitacional (de um a três salários mínimos, ou entre R$ 510 e R$ 1.530), mas os Estado querem que esse índice suba para 60%.

O secretário de Habitação do Mato Grosso do Sul, Carlos Eduardo Marum, afirma que o 'Minha Casa, Minha Vida' é um sucesso comprovado, mas os problemas com déficit habitacional no País só seriam solucionados com a destinação de verbas permanentes dos governos Federal e estadual para o setor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós queremos aplaudir o pronunciamento de V. Exª e nos associar à homenagem que fez a Sebastião Nery, o melhor escritor da história política, do folclore político, com vários livros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, enquanto nós convidamos agora... V. Exª fala pela ordem. E estamos alternando. Então, está aqui a lista de Líderes: era o Raimundo Colombo, e a Rosalba Ciarlini conseguiu a cessão. Alternando, ela falará por cessão do Raimundo Colombo, e V. Exª vai entrar no lugar do Arthur Virgílio, como Líder. Mas está na ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Exª me concedeu a palavra pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sim, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Quero apenas, Sr. Presidente, registrar um *e-mail* que recebi do Prefeito Adnan Demachki, de Paragominas, no Estado do Pará. Antes, quero parabenizar o prefeito e todos os seus munícipes, nossos amigos de Paragominas, pela reportagem do Jornal Nacional de anteontem que mostrava Paragominas como o Município que, incluído no Arco de Fogo, por ações da prefeitura e da sociedade organizada, teve a sua retirada da lista pelo Ministro do Meio Ambiente.

Nesse *e-mail* que encaminha ao Senador Flexa Ribeiro, ele faz uma denúncia, Senadora Rosalba, de que recebeu uma emenda de autoria do Senador Flexa Ribeiro e fez um contrato de repasse com a Caixa Econômica (nº 255.729.85/08). Teve a medição da Caixa Econômica aprovada, a obra está feita, e a Caixa diz que o dinheiro não foi liberado de Brasília. Será que o que está empenhado pelo Governo, o pouco que é empenhado pelo Governo Federal não é repassado depois de empenhado?

Prefeito Adnan, vou tomar as providências e vou verificar por que esse dinheiro não chega ao Município modelo que é Paragominas. Como V. Sª bem disse, nove outras cidades estão copiando o Município Verde, que fortalece a economia não só de Paragominas como do Pará.

Parabéns ao Prefeito Adnan.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª, Senadora Rosalba, está falando como Líder.

Senadora Lúcia Vânia, V. Exª está aqui e pode falar em seguida, no lugar de Leomar Quintanilha, como oradora, depois da Líder.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Presidente Mão Santa, gostaria antes de começar o pronunciamento com relação ao assunto que o Senador Flexa Ribeiro trouxe para uma comunicação inadiável. Quero dizer, Senador Flexa Ribeiro, que essa questão não está acontecendo somente no Município que o senhor citou, não, mas em muitos Municípios. Eu tenho vários exemplos, no Rio Grande do Norte, de cidades onde, por meio de emendas que foram aprovadas, foi feita a obra...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com empenho.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Com empenho. Foi empenhada. Foi feita a obra com empenho, e, depois da obra pronta, o recurso não foi liberado. Esse é o caso de cidades pequenas, como Messias Targino, em que o construtor já estava em situação falimentar porque fez toda a obra e não conseguiu...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senadora?

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Isso é estelionato.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Também acho que isso aí é muito grave e é muito difícil. Muitas empresas já não querem mais construir para os Municípios em função desses grandes atrasos, que não é culpa dos prefeitos e nem das prefeitas. Está empenhado; a Caixa autoriza que a obra seja feita – às vezes é casa, é calçamento, é uma escola, enfim, qualquer tipo de obra –; e, de repente, esse recurso não aparece para pagar aquele que precisou, durante a obra, comprar material, pagar pessoal, encargos sociais, encargos os mais diversos. Porque, se não pagar, também não pode, na hora de ter recurso, estar adimplente para receber.

Então, essa questão é muito grave e precisamos estar atentos, cobrando da Caixa Econômica agilidade, até porque muitas vezes eles dizem que precisa ir um fiscal para fazer a verificação da medição. Tudo bem, ninguém é contra a fiscalização. Muito pelo contrário; acho que deve existir uma fiscalização sempre maior e rigorosa, mas que não seja demorada. O que acontece é a demora, e a obra deixa de ser paga, criam-se inúmeras dificuldades nos Municípios em função dessa demora, dessa burocracia, dessa falta de interesse.

Era isso que eu queria ressaltar.

Volto agora, Senador Mão Santa, ao assunto que eu queria tratar, que é exatamente sobre a nossa reunião, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais. Infelizmente, o senhor não pode ir, mas tivemos a presença

de cerca de 17 Senadores, dando quórum, e muito projetos terminativos puderam ser aprovados, entre eles o projeto que disciplina, que realmente regulamenta a profissão de diarista. Que coisa importante! Quantos homens e mulheres neste Brasil ganham a vida, sustentam a sua família como diaristas! Precisava haver a regulamentação, o reconhecimento da profissão. Então isso foi hoje analisado na CAS, em regime terminativo, e foi aprovado; vai agora para a Mesa para ser analisado no plenário.

Tivemos também, entre os vinte projetos que foram analisados e aprovados, outro muito importante com relação à gorjeta dos garçons. Sobre esse projeto, Senadora Lúcia Vânia, para dar uma idéia, existem na Justiça cerca de 17 mil ações de garçons, de trabalhadores de restaurantes, de hotéis, que entram na Justiça porque o cliente deixou a gorjeta, mas os patrões não passam a gorjeta aos seus funcionários. Isso agora passa a ser crime. Isso significa que você está se apropriando indevidamente de um recurso que não é seu. O cliente, satisfeito com o atendimento, deixou ali a gorjeta para o garçom, para o cozinheiro, enfim, para o funcionário do hotel, aquele que realmente lhe deu uma atenção especial. Não é obrigada a gorjeta, mas se é dada, tem que ser recebida por quem de direito. E, infelizmente, alguns, não são todos, existem casos em que os patrões não passam essa gorjeta, principalmente quando ela vem por meio de cartão de crédito. Isso é revoltante. São homens e mulheres que merecem ter a proteção de seu trabalho e o direito de realmente receberem aquilo que lhes é devido.

Também tivemos um projeto importantíssimo, que altera a Lei Orgânica da Saúde com relação à distribuição de medicamentos e à inclusão de novos medicamentos.

Entre tantos projetos, gostaria também de fazer referência à presença que tivemos, logo no início da reunião, de profissionais da beleza, dos sindicatos de São Paulo, representantes dos mais diversos Estados, que vieram para prestar um agradecimento à Comissão de Assuntos Sociais, que, desde o ano passado – inclusive, fui relatora desse projeto –, discute o projeto de regulamentação profissional que dispõe sobre o exercício das atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador. Estiveram na Comissão para agradecer a todos os Senadores que participaram aprovando o relatório que apresentei em outubro do ano passado, Senador Mão Santa.

Também fomos – a nosso pedido – a uma audiência com o Presidente José Sarney para que esse projeto, que é o PLC nº 112, de 2007, que já foi, em caráter terminativo, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais em outubro do ano passado, venha a entrar na pauta do dia, porque, desde novembro, está para entrar em pauta e não tivemos ainda sua apreciação em plenário.

O Presidente José Sarney foi muito simpático à nossa solicitação e disse que, logo que houvesse a desobstrução da pauta, ia, sim, colocá-lo para apreciação. É muito importante, minha gente. São cerca de seis milhões de profissionais nessa área. Seis milhões!

Tem muitas profissões antigas, mas barbeiro existe desde que o mundo existe – cabeleireiros, aqueles que cuidam; são os que nós chamamos profissionais da beleza. Imaginem, se existem seis milhões de profissionais, entre manicure, pedicuro, depiladores, esteticistas, maquiadores, cabeleireiros, barbeiros, quantos não existem? Olha que o número é bem maior na indústria que produz os cosméticos, naqueles que estão comercializando. Então, realmente é uma atividade que movimenta um número incomensurável de trabalhadores, um número bastante expressivo de recursos e de divisas para o nosso País.

Então, é importante que a gente dê a esses profissionais essa tranquilidade da regulamentação da profissão, da proteção dos seus direitos, da garantia trabalhista e também da valorização, porque o projeto prevê exatamente isso, a valorização no que se refere à capacitação e à formação profissional. E com o cuidado de não prejudicar aqueles que estão na atividade e que não tiveram a oportunidade de um curso técnico, de um curso profissionalizante. A partir da entrada em vigência da lei, aqueles que estavam na atividade já há um ano serão considerados regulares, mas, a partir de então, teremos algumas regras, algumas medidas para valorizar mais, para capacitar mais, para que ele possam realmente estar mais preparados no cuidado com a beleza, mas também na proteção da saúde de seus clientes e de sua própria saúde, porque isso é muito importante já que eles lidam com uma série de produtos, os quais, sem conhecimento e resguardo, poderão prejudicar a saúde deles, assim como também são aplicados em seus clientes.

Era isto que queria colocar: a importância e deixar a todos os profissionais da área que chamamos de beleza, de estética o nosso reconhecimento, na certeza de que essa luta é de todos nós. De uma maneira muito especial, quero abraçar e dizer aos profissionais da beleza do meu Rio Grande do Norte, de todo o nosso Estado, das cidades menores e da nossa capital, o quanto são importantes. Porque eles, Senadora Lúcia Vânia – dou-lhe já um aparte –, quando cuidam dos nossos cabelos, da nossa pele, das nossas mãos, elevam a nossa auto-estima. Eles têm também esse dom de ajudar e de fazer com que as pessoas fiquem

mais felizes quando se sentem mais bonitas e mais bem cuidadas.

Com a palavra a Senador Lúcia Vânia para um aparte.

A Srª Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senadora Rosalba, quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentá-la pelo exercício da Presidência de V. Exª na Comissão de Assuntos Sociais. Tenho certeza de que sua presença fez dinamizar os trabalhos naquela Comissão, fez consolidar uma Comissão que é relativamente nova nesta Casa, mas que passou a fazer parte da pauta das discussões cotidianas desta Casa. A assistência social, a saúde, os direitos trabalhistas, enfim, uma série de ações que lidam com o cotidiano das pessoas passaram a ser discutidas, de forma eficiente, dentro da Comissão de Assuntos Sociais e, por consequência, nesta Casa. É uma Casa que tem uma tradição de trabalhar o Estado, uma tradição com a Comissão de assuntos da justiça, assuntos econômicos, mas pouca tradição na área social. E V. Exª, como outros que por lá passaram, e eu me incluo entre esses que ajudaram a consolidar aquela Comissão, eu acredito que a gestão de V. Exª coroou o trabalho já feito por outros que nos antecederam. Mas hoje, realmente, V. Exª tem de estar muito feliz. O *quorum* da Comissão foi enorme, importante e votamos matérias de extrema importância, que lidam com o cotidiano das pessoas. Quando V. Exª formatou o projeto de lei que trata dos profissionais da beleza, como V. Exª coloca, eu acredito que a vivência de V. Exª como prefeita, uma pessoa que tem contato direto com as pessoas, permitiu que V. Exª tivesse essa sensibilidade de entender a importância dos direitos trabalhistas para esses profissionais. Quero cumprimentá-la por isso e também pelo projeto aprovado, das diaristas, projeto esse que vinha se arrastando há um longo tempo aqui nesta Casa e que vai beneficiar centenas de domésticas, que têm hoje os seus direitos regulamentados. E acho que o mais importante foi conceituar o que é o trabalho de uma diarista e os benefícios que virão com essa conceituação, não tenho dúvida de que vai melhorar a vida dessas pessoas que fazem esse trabalho.

É importante dizer para as pessoas que nos veem neste momento que as diaristas são consideradas como tal quando fazem o trabalho duas vezes por semana. A partir de três vezes, ela já terá carteira assinada e todos os demais direitos trabalhistas. Portanto, quero, nesta oportunidade, cumprimentá-la e dizer que V. Exª dignifica esta Casa, dignifica as mulheres no Parlamento. Tenho certeza de que o seu trabalho aqui vai ser um passaporte para um futuro brilhante de V. Exª no seu Estado. Muito obrigada.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. As suas palavras têm uma relevância muito importante para mim, pela sua experiência, nesta Casa, como Senadora, como ex-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para onde já levou uma experiência muito grande da atuação que teve como Ministra da Ação Social no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Fez um trabalho brilhante. Eu era Prefeita e me lembro de quantas e quantas ações foram iniciadas. Hoje nós temos muito na ação social, neste Brasil, graças ao seu trabalho, à sua determinação, à vontade – que eu acho que é própria de nós, mulheres – de cuidar das pessoas.

Veja que esses projetos tratam de profissões a que, de uma maneira ou de outra, nós estamos ligadas. São cabeleireiros, manicures, pedicuros, diaristas. Também o projeto aprovado hoje é relacionado aos garçons. Então, são pessoas que sempre nós estamos encontrando, com quem estamos em contato, de quem precisamos e que muitas vezes são esquecidas. E, nesta Casa, graças à nossa Comissão, nós estamos valorizando, fortalecendo a luta deles, porque é a luta de brasileiros e brasileiras, que, por meio de seu suor, estão ganhando o pão de cada dia e fortalecendo esta Nação.

Senador Mão Santa, era isso que eu tinha a colocar no dia de hoje, agradecendo a participação de todos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) - Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o fato de eu não ter votado, apesar de estar presente a sessão. Os meus afazeres de Líder do Partido não me permitiram comparecer no momento em que as votações de autoridades aqui se processavam. Eu queria justificar isso, porque... Enfim, que estou presente, estou. Mas não votei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC - PI) – Dr. José Roberto, o Senador Arthur Virgílio pede que seja justificada a falta de votação dele, porque ele estava em missão.

Senadora Rosalba Ciarlini, venha presidir o Senado para ir se acostumando. Peço que me chame.

V. Exª pode iniciar o seu pronunciamento, Senadora Lúcia Vânia. Regimentalmente, V. Exª tem 20 minutos. Mas jamais ousarei cortar a palavra dessa mulher.

Eu gostei muito do discurso do Senador José Serra, mas ele só falou das mulheres que foram para o céu. V. Exª foi uma santa na terra, no governo do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu quero fazer um convite a V. Exª.

A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Antes de V. Exª sentar na cadeira de Governadora – e isso acontecerá já, já –, sente-se aqui na cadeira da Presidência do Senado e chame, como oradora inscrita, a Senadora Lúcia Vânia, a mim como Líder do PSC e o último, o Senador Flexa Ribeiro, alternando. Senador Flexa Ribeiro, os últimos serão os primeiros. Isso está na Bíblia. Eu sou o representante do Partido Social Cristão.

O Senador Arthur Virgílio pediu a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o fato de eu não ter votado, apesar de estar presente na sessão. Os meus afazeres de Líder de Partido não me permitiram comparecer no momento em que as votações de autoridades aqui se processavam. Eu queria justificar isso, porque... Enfim, que estou presente. Mas não votei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr. José Roberto, o Senador Arthur Virgílio pede que seja justificada a falta de votação dele, porque ele estava em missão.

Senadora Rosalba Ciarlini, venha presidir o Senado, para a senhora ir se acostumando. Peço que me chame.

V. Exª pode iniciar o seu pronunciamento, Senadora Lúcia Vânia. Regimentalmente, V. Exª tem 20 minutos. Mas jamais ousarei cortar a palavra dessa mulher.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não precisarei desse tempo todo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu gostei muito do discurso do Senador José Serra, mas ele só falou das mulheres que foram para o céu. V. Exª foi uma santa na terra, no Governo do PSDB. Juntamente com Adalgiza nos ajudou a minimizar o sofrimento dos pobres piauienses.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estive em Rio Verde (GO) na manhã da última sexta-feira, para participar de um dos maiores eventos do agronegócio brasileiro. Trata-se da Tecnoshow Comigo 2010. A feira acontece de 13 a 17 de abril naquele Município e está em sua nona edição.

Contando com parceiros como a Embrapa, a Emater e o Sebrae, seu objetivo é a difusão de tecnologia agrícola, não somente no Estado de Goiás, mas em todo o Brasil.

O evento visa, principalmente, minimizar custos e aumentar a produtividade, ao proporcionar para os produtores, de diversas regiões do Brasil, a oportunidade de ter contato e negociar com os maiores fabricantes de máquinas e implementos agroquímicos e outros insumos do agronegócio.

Com um público estimado em cerca de 60 mil visitantes e cerca de 350 expositores, oriundos de todas as regiões do Brasil, os produtores e visitantes também terão a oportunidade de presenciar a demonstração dos benefícios de utilização de avançadas tecnologias aplicadas a máquinas agrícolas com possibilidades reais de aumento da produtividade e renda.

Organizada pela Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), a feira cresce a cada ano, tanto em número de expositores como de comercialização de produtos.

Pavilhões para bovinos, pequenos animais, ovinos e empresas agropecuárias compõem a feira. Máquinas e equipamentos agropecuários, plots agrícolas, palestras técnicas e econômicas, educação ambiental, por meio do Circuito Ambiental, além de um excelente Espaço Cultural também integram esse cenário.

A partir da difusão de informações durante a feira, será possível traçar ações inovadoras, como a apresentação de novas tecnologias e soluções para a prática de uma agricultura sustentável e preservadora do meio ambiente.

O visitante da Tecnoshow Comigo conhecerá, por exemplo, o lançamento de variedades de soja, milho, sorgo e outras culturas, o manejo de pragas e doenças, o aperfeiçoamento genético de rebanhos, além das palestras técnicas de mercado, focando o cenário internacional com reflexo no Brasil.

Acredito que, amparado por tudo isso, o produtor certamente estará mais seguro para tomar suas decisões.

Ele terá à sua disposição o Circuito Ambiental com 50 cenários autoexplicativos sobre o consumo consciente de alimentos, e o Espaço Cultural, que este ano presta uma homenagem aos 35 anos da Comigo.

Ressalvadas as festividades para os produtores brasileiros, há também problemas urgentes que precisam ser resolvidos.

Um dos maiores transtornos enfrentados pelo produtor rural da região sudoeste de Goiás é a falta de escoamento de grãos, principalmente do milho. O escoamento precário maximiza a insuficiência de armazéns para a estocagem.

Essa problemática reduz a renda do produtor rural e de toda a cadeia produtiva do setor.

Já passou da hora de se formar uma força-tarefa com representantes do segmento agrícola para debater medidas resolutivas junto ao Governo Federal.

A propósito, eu quero dizer aos produtores rurais do sudoeste goiano que o Senador Marconi, o Senador Demóstenes e eu tomamos a iniciativa de amanhã, às 9h30min, estar com o Ministro da Agricultura para fazermos um apelo no sentido de que o Governo Federal tome as providências visando liberar esses armazéns para que a nova safra seja ali colocada.

Portanto, o Governo Federal precisa dar destino aos grãos da safra do ano passado, sob pena de a comercialização ser prejudicada e os preços aviltados.

Percebi, durante o tempo em que estive na Tecnoshow, que uma reclamação recorrente é o baixo preço que os produtores têm que praticar, em torno de R$12 por saca de milho.

Fui informada de que um edital da Conab foi aprovado para a retirada de 190 mil toneladas de grãos dos armazéns, o que ajuda a desocupar parte deles.

Mas eu quero dizer que são 600 mil toneladas que estão lá estocadas e que essa retirada não significa muita coisa, embora seja um início. Daí a razão da nossa audiência com o Ministro da Agricultura, no sentido de fazer coro ao trabalho que já está sendo feito por todos os Deputados Federais, por todos os representantes e dirigentes do setor agrícola do Estado de Goiás. Amanhã, vamos nos somar a essas vozes que desejam que os armazéns da região sudoeste sejam desocupados, para que os produtores não sejam prejudicados.

Faço, desta tribuna, um apelo ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, no sentido de determinar providências e apresentar alternativas que possam ser implantadas em todo o Estado, visando a superação dos gargalos impostos ao agronegócio goiano. Vamos ter oportunidade de falar isso amanhã, pessoalmente, ao Ministro. Tenho certeza de que, pela importância da Região Centro-Oeste na produção de grãos, aquele Ministério deverá tomar decisões importantes no sentido de ajudar a facilitar o escoamento dessa produção.

Lembro, de passagem, que estão disponíveis recursos de R$2,9 bilhões para o segmento, e o que falta é definir a aplicabilidade da verba.

Srª Presidente, a dificuldade que o produtor enfrenta ao tentar conseguir crédito, sobretudo em relação ao maquinário, é muito grande.

É fundamental investir em tecnologia e maquinário, mas também é fundamental desonerar o setor para não corrermos o risco, a médio prazo, de o Brasil perder o posto de grande produtor mundial de alimentos.

Goiás vem se preparando para ocupar espaço na economia nacional.

O Estado mantém a força de sua agropecuária, ao mesmo tempo em que faz avançar o seu processo de industrialização. De 2008 para 2009, o setor industrial foi destaque entre os setores demandantes de financiamentos do BNDES, crescendo a uma taxa de 47% no valor dos desembolsos e 99% no número de operações realizadas.

Por essas razões, peço atenção ao Governo Federal para um Estado que há muito deixou de ser um problema e se tornou um Estado-solução.

Quero aqui aproveitar, encerrando as minhas palavras, para agradecer a presteza com que fui atendida no Ministério da Agricultura ao solicitar essa audiência em nome dos Senadores Marconi Perillo e Demóstenes Torres e em meu nome. Portanto, os meus agradecimentos ao Ministro. Amanhã, às 9h30min, estaremos os três Senadores de Goiás nos somando às vozes de outros Parlamentares que já solicitaram essa providência do Ministério.

Srª Presidente, agradeço esta oportunidade e quero dizer da minha satisfação em poder, mais uma vez, ocupar esta tribuna para, em nome do meu Estado, defender os interesses daqueles que produzem e que fazem a riqueza deste País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rosalba Ciarlini.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Após o brilhante pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, mostrando a força e a garra desta mulher que defende o seu Estado, desejamos sucesso na audiência, para que possa realmente trazer benefícios aos trabalhadores do campo no seu Estado de Goiás, que representa muito para o nosso Brasil.

Em votação o Requerimento nº 36, de 2010, da CAS, de acordo com o art. 67 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e, não havendo objeção deste plenário, solicito aos senhores que o aprovam que permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a devida comunicação à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 373, DE 2010
(Requerimento Nº 36, de 2010 – Cas)

Senhora Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal,

Nos termos do art. 67 do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro a indicação deste Senador para representar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em evento a ser realizado na cidade de Porto Alegre – RS, no dia 20 de abril de 2010, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com finalidade de apurar a situação de violência contra os movimentos sociais, do direito de greve e do interdito proibitório verificado no Estado.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2010. – Senador **Paulo Paim.**

OF. nº 55/2010 – PRES/CAS

Brasília, 14 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, nos termos do artigo 67 do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 36, de 2010-CAS, que indica o Senador Paulo Paim para representar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em evento a ser realizado na cidade de Porto Alegre – RS, no dia 20 de abril de 2010, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de apurar a situação de violência contra os movimentos sociais, do direito de greve e do interdito proibitório verificado no Estado, conforme informado no Requerimento em questão (original anexado).

Respeitosamente, - Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do RISF, requeremos que a Hora do Expediente do dia 27 de maio do corrente ano seja destinada à comemoração do Dia do Contabilista.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **João Vicente Claudino** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Augusto Botelho** – Senador **Flexa Ribeiro** – Senadora **Rosalba Ciarlini** – Senador **Mão Santa.**

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 375, DE 2010

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais desta Casa, voto de aplauso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau – APAE Blumenau pelos seus 45 anos.

Requeiro ainda que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente da citada Associação.

Justificação

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau – APAE – Blumenau, comemorou, em 25 de março de 2010, 45 anos de um trabalho voluntário dedicado essencialmente às crianças excepcionais.

Os resultados desse trabalho são devidos à dedicação e ao esforço de pais, amigos e funcionários que se empenham integralmente no desenvolvimento das crianças para a melhoria da qualidade de vida de cada uma delas.

É um trabalho que exige muito esforço dos envolvidos, principalmente, porque lida com uma carência de recursos desproporcional aos resultados que são alcançados.

E esta carência de recursos agravou-se com a edição da Portaria GM nº 2.867 de 27 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde que, em razão dos critérios sem razoabilidade que foram adotados, levou a uma redução de quase 70% dos recursos financeiros para o pagamento de equipes multidisciplinares que auxiliam o trabalho voluntário das APAE em geral, e da APAE – Blumenau em particular.

Pelos motivos expostos apresentamos este Requerimento de Voto de Aplauso para a APAE – Blumenau, que chega aos 45 anos de existência ultrapassando obstáculos e dificuldades colocadas até mesmo por aqueles como o Poder Público, que deveriam auxiliá-la.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Raimundo Colombo.**

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2010

Requeiro, nos termos do inciso IV, do art. 71, da Constituição Federal, a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União – TCU na Superintendência Regional do DNIT, em Goiás, quanto à:

– sobrepreço nos contratos firmados em obras federais no Estado de Goiás;

– recebimento de propina na condução dos contratos vigentes;

– licitações que não atendem aos ditames da Lei nº 8.666, de 1993, com suposto favorecimento de empresas na execução das obras.

Justificação

O presente requerimento fundamenta-se na preocupação deste Parlamentar quanto às denúncias de graves indícios de corrupção na condução das obras públicas federais no Estado de Goiás, sob a responsabilidade da Superintendência do DNIT em Goiás.

A Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT em Goiás, através da condução do Senhor Alfredo Soubihe Neto, tem suscitado preocupações quanto a graves indícios de irregularidades, que necessitam de urgente apuração, como por exemplo, suspeita de favorecimento a empresas que estariam pagando propina para conduzir as obras no Estado, superfaturamento de contratos, execução de obras sem a devida qualidade técnica, assim como o não atendimento à Lei de Licitações e aos seus ditamos legais.

A maioria dessas obras consta nos relatórios de irregularidades do Tribunal de Contas da União – TCU, o que, por si só, reforça a tese de investigação. Atendendo ao pressuposto constitucional do Art. 49, X, solicito a Vossa Excelência realizar a auditoria a encaminhar informações sobre a conduta legal do órgão em questão.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2010

Requeiro que o Senado Federal emita Voto de Felicitação à Escola EPHETA, de Curitiba/PR, que comemora 60 anos de existência marcada por um profícuo trabalho educativo, cultural e profissionalizante mantido e orientado pelas irmãs da Congregação das Filhas do Coração de Maria.

Fundada em 1950, por Nydia Moreira Garcez, a Escola Epheta tinha por objetivo a educação de meninas surdas, em regime de internato, no qual pudessem desenvolver, a "leitura lábio-facial."

A Escola Epheta, acompanhando as mudanças e transformações sociais, sempre inovou nas suas ações e estratégias, sendo que, atualmente, trabalha no acesso à educação e à (re)habilitação da audição, da voz e da linguagem de alunos e alunas com deficiência auditiva, de qualquer idade, como recursos para a inclusão social, competência profissional e o exercício pleno da cidadania.

Possui uma Equipe Interdisciplinar formada por professores Especializados, Assistente Social, Fonoaudióloga, Psicóloga, Pedagogas, Médicos Otorrinos e Pediatrias, que, com sua experiência, criaram uma metodologia própria, que aborda dois eixos: a Audição – Voz e Fala, e a Leitura – Produção e Análise Linguística.

O trabalho para a aquisição da linguagem desenvolvido pela Escola Epheta considera a pessoa com deficiência auditiva no seu contexto histórico-cultural, com direito ao ensino da Língua Portuguesa, como auxílio à sua autonomia.

Um trabalho sério e comprometido com o desenvolvimento e a promoção das pessoas marcou a caminhada e as ações da Congregação das Filhas do Coração de Maria e profissionais da Escola Epheta, sagrando-a em Curitiba/PR como espaço e referência de oportunidade e desenvolvimento de educandos na formação de hábitos, atitudes e valores, que permitam o seu crescimento, vivendo o amor, o respeito e a solidariedade.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2010. – Senador **Flávio Arns.**

A SRª PRESIDENTE (Rosalba Ciarlini. DEM – RN) – O requerimento lido vai à publicação.

A Presidência encaminhará o voto de felicitação solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Com a palavra, agora, o Senador Mão Santa, Senador pelo Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Rosalba Ciarlini, que preside esta sessão, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela televisão e pela rádio do Senado.

Senadora Rosalba Ciarlini, V. Exª fica bem aí sentada. Eu já estou imaginando vê-la sentada na cadeira

de Governadora, que eu conheço. Eu visitava o Garibaldi no Centro Administrativo. Então, vou lá vê-la e já antevejo a postura, com firmeza, e dando esperança para o povo do Rio Grande do Norte.

Mas, Flexa Ribeiro, quis Deus aqui... Olha, graças a Deus, ó Deus, o Governador do PT saiu. Agora, ele saiu... O Pará não ganha não, o pior governador do PT foi o do Piauí. E mais ainda.

Olha, ele montou um tripé no Piauí. Nós somos medalha de ouro. Disso nós somos cientes. O povo do Piauí está feliz, não é? Então, eu sempre dizia que ele ganhava. E vocês falavam da Governadora do Pará, e eu digo: do Piauí é pior. Eu conheço, pela história, e convivi com muitos governadores.

Rosalba Ciarlini, o Piauí teve extraordinários Governadores. Todos muito bons. Eu não sei quem é o melhor. Eu sei que eu estou entre os melhores. Está vendo, ô Geovani Borges? Mas o pior é esse que o PT deixou e, graças a Deus, passou.

Flexa Ribeiro, olha o tripé que ele montou: mentira. Hoje, o Heráclito já passou por aqui e mostrou. Fez um livro e botou a transposição do rio São Francisco. O único Estado que não beneficia é o Piauí. O homem... Mentira, corrupção. Mas é muita! Olha, Flexa, mas é muita. E incompetência. Eu não sei qual é a maior das três.

Mas eu quero dizer que está aqui um jornal livre do Piauí: jornal *Diário do Povo*, de 14/04 – é de hoje mesmo –, coluna Opinião. Este jornal é livre, independente. É de um empresário muito rico, não está nem aí, graças a Deus! "*Wilson acaba com a farra de carros alugados no Estado*".

Atentai bem, Rosalba Ciarlini, não caia nisso, não. Eu estou aqui para ensinar inclusive V. Exª que foi Prefeitinha, mas eu fui "Prefeitinho" e fui Governador do Estado do Piauí. Atentai bem, eu conheço esse conto. Foi Deus quem lhe colocou aqui, não caia não.

Eu conheço essa malandragem, viu Flexa Ribeiro? Flexa Ribeiro sabe também, ele é administrador e empresário e sabe o que é malandragem.

Olha, o pior é que o Governador do Piauí não une coisa com coisa e as coisas foram acontecendo e deu o maior desastre. Eu sei que houve terremoto lá no Chile, no Haiti, ô Flexa Ribeiro, mas no Governo do PT é pior. Nós não sabemos dos malefícios, não sabemos?

Atentai bem! Olha aqui: "Wilson acaba..." Ô Rosalba Ciarlini. Rosalba! Ô Geovani Borges, deixa ela aprender igual você aprendeu. Vou fazer a prevenção e a profilaxia. Enfrentei isso e vi logo, governei atento. Fui muito bom Governador, mas vi essa malandragem. Quiseram fazer no meu Governo.

É o seguinte: esse negócio de alugar carro é uma traquinagem, é uma malandragem, é uma bandidagem. Aí eu peguei logo no começo. É o seguinte: pegam uns carrozinhos, vamos dizer, Hillux, Corolla, aí os pilantras do Governo alugam o carro. Vou lhe dar um exemplo: o carro custa trinta mil, eles alugam o carro por mil e quinhentos ao mês – em trinta meses está pago o carro. Mas eles fazem um jogo: aquele carro que o secretário alugou, que o diretor de departamento usou, o malandro usou com a empresa – porque elas são é para ganhar dinheiro mesmo – já tem um contrato de gaveta, que, depois daqueles trinta meses de prestações, o carro é do secretário. Entendeu? Aí aluga outro. Então, todo mundo alugando carro. É um jogo simples, de bandido, e é um assalto. E advirto o Ministério Público. Todo mundo estranha. A maior injustiça foi o que fizeram com esse Arruda, porque muito preso deveria ser no Piauí. Eu nunca vi se roubar tanto. Estou dizendo.

Olha, Rosalba, então está aqui o documento. Ô Flexa Ribeiro, eu não dizia? É o Vice-Governador que já está... Gautama... É uma quadrilha, são os aloprados treinados.

Olha, eu saí porque quis. Porque, se eu estivesse lá, ô Flexa Ribeiro, teria indicado o da companhia energética e o da Funasa. Todo mundo diria: olha, o Mão Santa está nas boquinhas, nas malandragens.

Vou dizer aqui. Você sabe como é? Ô Rosalba, você entendeu? Alugar carro é malandragem. Eles pegam ali 20 meses. Os aluguéis são caros, dois mil, e em vinte meses pagou o carro, não é? Aí tem um contrato de gaveta – aquele ele fez com contrato – e passa para o nome do traquino secretário ou diretor.

Então, atentai bem! No meu, quiseram implantar isso, está ouvindo, Rosalba? Fique atenta. Compre, é um patrimônio do Estado. Em vinte meses, paga-se.

Olha aqui, Wilson é o Vice-Governador, é do PSB. Rapaz bom, foi líder do meu Governo. Ele é do PSB, médico neurocirurgião, trabalhador – o apelido dele é até trator.

Diz o jornal *Diário do Povo*:

> "O Governador Wilson Martins determinou o fim da farra do carro alugado no Governo do Estado. Ele quer o controle de todos os contratos de aluguéis de carros feitos pelo Governo em todos os órgãos. A decisão põe fim aos contratos que forem vencendo, bem como a redução da frota dos atuais alugados. Fontes do Palácio de Karnak informaram à coluna que, juntando todas as secretarias e órgãos de administração direta e indireta, o Governo [...]"

Atentai bem, Flexa Ribeiro, aluga por mês – olha aí, Rosalba – dois mil carros. Rapaz, no PT era tudo esmoler, nunca trabalharam. E é tudo de Hilux... a identidade deles é Hilux. Eu me afastei porque quis. Eu tinha indicado o presidente, está ouvindo, Jungmann? Ô Jungmann, ô Jungmann! – o Deputado está muito atento aí. Deputado Jungmann, aqui. Eu nunca vi um tripé: mentira, corrupção e incompetência. E a corrupção está aqui: Governo aluga por mês cerca de dois mil carros. Numa jogada. Quiseram fazer isso no meu Governo, mas eu era atento. O Jungmann visitou. A nossa Lúcia Vânia esteve lá.

E eu queria dizer o seguinte, você entendeu? Em trinta meses, ele paga o carro e tem um contrato. Então, toda a "petesada" está de Hilux. Pobretões, nunca trabalharam, nunca estudaram, malandros profissionais. Daí, lá no Piauí se reza: três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Eu votei uma vez, mas já foi. Eu já pedi perdão a Deus e aos piauienses.

Então, dois mil veículos, entendeu como é Jungmann? Compra ali, aluguel de R$2.000,00 durante um ano e meio, já pagou o carro e aquele carro está no nome do secretário, do pilantra do diretor.

Então, o Vice-Governador, que é do PSB, médico, honrado, Wilson Martins – o bisavô dele já foi governador há muito tempo, Martin de Souza, um dos primeiros governadores, família honrada – já pegou, olha aí, o risco.

"A decisão põe fim aos contratos que forem vencendo [...], o governo aluga por mês cerca de dois mil veículos".

A carteira de identidade hoje do PT é uma Hilux, não é aquele negocinho de pobre, não. Você entendeu?

> "São automóveis, caminhonetes cabines dupla, guinchos e até caminhões. Alguns contratos passam por licitação, outros são assinados apenas de forma bilateral, pelo contratante e o contratado".

Pagou ali está no nome do secretário.

> "Os gastos do governo com carros alugados, cuja prática vem do Governo Wellington Dias [ô Senador Flexa Ribeiro, agora você se deu por vencido, o nosso governador é muito pior] passam de cinco milhões de reais mensais..."

Ô Senadora Rosalba, você aprendeu muito: cinco milhões por mês. Fiz a Ponte Wall Ferraz, fiz com um engenheiro do Piauí, construtor, homem e dinheiro do Piauí, e convidei Fernando Henrique Cardoso para bailar. Fiz em 87 dias. O Governo que está aí era para fazer uma ponte no mesmo rio para comemorar 150 anos de Teresina, terminou agora, em oito anos, Rosalba. Eu fiz no mesmo ano. O Heráclito fez outra no mesmo rio em 100 dias.

Então, os gastos do governo com carro alugado passam de 5 milhões por mês.

Atentai bem! Viu Rosalba Ciarlini? V. Exª está ganhando essa experiência para probidade do seu Governo.

> "Diz a fonte que o governador ficou estarrecido quando soube da quantidade de veículos e do montante de dinheiro que o Estado paga nesses contratos. Por isso, resolveu interferir".

Então isso é uma vergonha – como diz o Boris Casói, e lá o Deoclécio diz "isso é uma lástima". Mas isso é roubo mesmo, é o tripé. Não tem o tripé que Montesquieu criou nos três poderes? Lá é o tripé. Ô Jungman! É o tripé: mentira, como mentem; corrupção, como roubam e incompetentes, são despreparados mesmo, de pouco estudo. Esse negócio de roubar não precisa ter competência não, qualquer...

Ainda a farra

> "Só para esclarecer, a farra dos carros alugados no governo é tão forte que muitos dos chefes, chefinhos e chefetes, usam os carros no dia a dia, nos finais de semana, feriados, sábados e domingos com a família em passeios e viagens pelo interior, eles mesmos dirigindo com gasolina paga pelo contribuinte, numa boa. E o carrão particular guardado na garagem, em casa."

Então é isso. Hoje o Heráclito já passou aqui e fez dezenas de denúncias e, principalmente aquela que o Governo mentiroso, cheio de falcatruas fez um folheto das obras do PAC, atentai bem, Jungmann, e bota na capa da revista a transposição do rio São Francisco. Isso não tem nenhum benefício para o Piauí.

Então, são essas as denúncias que nós fazemos. Temos de agradecer. Sou do Partido Social Cristão, de Jesus, que falava: "De verdade em verdade, vos digo." Quero dizer que o que nos conforta é o que está no Livro de Deus: "Depois da tempestade vem a bonança." S. Exª, o Governador, é um homem de bem, o que está lá, austero. Quero crer que todos os candidatos que estão lá. Não é o PT todo. O PT também tem gente boa. Aqui temos o Paim, o Augusto Botelho. Aqui está cheio de gente boa do Partido, ninguém vai dizer que não. Mas, o que tem de aloprado no Piauí! É difícil! O candidato do PT, o Secretário de Fazenda, Dr. Antônio Neto, é um homem íntegro, correto e decente, é candidato. No entanto, o Governador o atrapalhou, o

desmoralizou, lançou-o candidato. Depois, mudou para a educação. Voltou e largou todos.

O Piauí está muito feliz porque todos os candidatos a Governador do Estado são bem melhores do que os que saíram. Tem o nosso Senador João Vicente Claudino, do PTB. Foi meu Secretário de Indústria e Comércio. Muito competente. De uma família tradicional empresarial. A única coisa de que o acusam é de ser rico.

Eu não acho isso acusação, que nós temos inúmeros políticos, o próprio Eduardo Suplicy era de uma família empresarial altamente rica. O meu avô foi industrial, poderoso. Isso não tem nada. Pelo contrário, é um rapaz muito zeloso com a coisa pública. Tem o Marcelo Castro, que é do PMDB, rapaz também, trabalhou comigo no Governo, foi Presidente do Iapep, inteligente, depois Secretário de Agricultura, eu ajudei na primeira federal, é um rapaz também de altas qualificações. E tem o próprio Vice-Governador, que é um neurocirurgião, foi Líder do Governo. E o Prefeito da Capital, com perspectivas invejáveis, que vai na frente, Sílvio Mendes, que simboliza as forças oposicionistas. Ele atende ao anseio da política no Brasil.

Todos nós vivemos da esperança daquilo que a democracia nos oferece: a alternância do poder. Assim como Brasil tem esperança nessa alternância do poder, com o líder ímpar, inigualável na história do Brasil, que é o José Serra, lá o Piauí vai aceitando o ex-Prefeito de Teresina, como também uma fonte de atender essa esperança do povo é o Dr. Sílvio Mendes. Mas de qualquer maneira, e até do PCdoB, o Professor Tavares, todos. Quer dizer, depois da tempestade do PT, clareia no alvorecer uma esperança de bons candidatos para o Governo do Estado.

Mas aqui me deram em mãos "Batalha do Jenipapo". "Senador Mão Santa, através do meu Senador Inácio Arruda, as saudades do poeta."

Então, o Inácio Arruda oferece aqui um livro de Paulo de Tarso, membro da Academia Tauaense de Letras: "Batalha do Jenipapo". Ô Jungmann, V. Exª que é do Nordeste, o "Batalha do Jenipapo", que acabo de ganhar, oferecido pelo Inácio Arruda, o trabalho do poeta Paulo de Tarso, esse Brasil é grandão por essa batalha.

Geovani Borges, D. João VI disse para o filho: "Filho, antes que o aventureiro ponha a coroa, ponha você". O aventureiro era Simon Bolívar, que andava derrubando os reis da américa espanhola na nossa América do Sul e viria derrubar o rei aqui. "Você fica com o Sul, e eu vou ficar com o Norte." O Brasil seria dividido, o país do norte e o nome Maranhão. E vem o seu Governador, comandante e chefe, afilhado e sobrinho, João José Fidié, de Dom João VI. Mas nós, em batalha sangrenta, buscando aliados do Ceará, o expulsamos para o Maranhão e do Brasil. Por isso que o país Brasil é grandão, graças à bravura do povo do Piauí na Batalha sangrenta do Jenipapo.

Essas são as nossas palavras. E temos certeza de que a grandiosidade do nosso povo, ô, Flexa Ribeiro, orgulhosamente, Rui Barbosa... Olhai, nos pleitos que ele se candidatou, Teresina deu maioria a Rui Barbosa. Isso traduz a grandeza da independência e coragem do povo do Piauí que ora represento.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, a Sra. Rosalba Ciarlini deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Muito bem. Falou o nosso grande Senador presidenciável Mão Santa. S. Exª precisa conhecer o Amapá urgentemente para ter uma visão de Brasil e consolidar a sua candidatura à Presidência da República, como vice, diante de uma grande coligação que S. Exª me confidenciou há pouco. Senador Mão Santa, o Brasil todo o admira por sua brilhante atuação no Senado Federal.

Convidamos para a tribuna o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, Estado vizinho do Amapá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, venho a esta tribuna falar do prometido Plano Nacional de Banda Larga, o PNBL.

Finalmente, após meses de notícias conflitantes e desencontradas, o Governo está dando sinais de que a opção será na direção que sempre defendemos, a de uma parceria público-privada, com a utilização da infraestrutura existente, privada e estatal.

Parece que o Governo abandonou a ideia retrógrada de uma estatal, oferecendo a chamada última linha, compreendendo que a Telebrás, caso participe do plano, deva ter um papel complementar ao exercido pelas empresas privadas.

O papel do Governo é formular a política pública, estabelecendo metas claras. Segundo dados divulgados esta semana pelo *site* Teletime News, a partir de uma apresentação feita pela Casa Civil em março, o Governo projeta alcançar 40 milhões de domicílios com banda larga até 2014. Acho essa meta tímida. As próprias empresas, na Carta de Guarujá, se propuseram a alcançar um número bem maior.

A Anatel tem que finalmente avançar na regulação do mercado no atacado, definindo regras de compartilhamento das redes e de um posicionamento adequado de preços de interconexão e de acesso a terceiros, de forma a evitar abusos. E é fundamental

que essas mesmas regras se apliquem para a própria estatal, caso o Governo resolva reativá-la. A Agência está discutindo a regulação do *backhaul*. O tratamento de uma estatal e das empresas privadas tem de ser isonômico em relação à infraestrutura.

Outra questão importantíssima, Presidente Mão Santa, é a das fontes e das condições do financiamento. Li a notícia de que o Presidente Lula determinou ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO deste ano, não aplique o contingenciamento dos recursos do Fust. Graças a Deus, Senador Mão Santa.

Se for verdadeira essa notícia, nós vamos ter, pela primeira vez, neste Governo, os valores do Fust não contingenciados para superávit primário e, sim, aplicado na sua finalidade, que é a universalização do sistema de telefonia. Há anos defendo a utilização desses recursos para sua finalidade verdadeira: a universalização dos serviços de telecomunicações. Nesse mesmo sentido, espero que a Câmara dos Deputados aprove, ainda esta semana, o substitutivo ao PL nº 1.481, de 2007, de autoria do Senador Mercadante e ao PL nº 6.585/09, de minha autoria, estendendo a utilização desses recursos à universalização de serviços em regime privado e ao subsídio dos serviços prestados às populações de baixa renda.

O setor privado está interessado em participar do plano, mas necessita do financiamento. A notícia de hoje de uma linha especial de financiamento do BNDES para banda larga é animadora. Nesse contexto, ressalto a importância do PLS nº 6, de 2010, de minha autoria, que cria o Fitel, abrindo uma nova fonte de recursos para o BNDES, proveniente de realocação dos fundos setoriais. Trata-se de algo em torno de R$ 2 bilhões anuais que hoje não são aplicáveis ao Plano Nacional de Banda Larga.

Outro ponto importante desse projeto é que tanto prestadoras quanto fabricantes de equipamentos poderão ter acesso aos recursos. O Fitel auxiliará a nossa política industrial ao financiar fabricantes de tecnologia nacional que poderão, assim, apoiar as operadoras na montagem da infraestrutura.

Devemos seguir o exemplo de incentivar os fabricantes de tecnologia nacional. Diz o jornal *O Globo* de hoje: "A empresa brasileira OI leva US$1 bilhão dos chineses – crédito com banco estatal é ligado à compra de equipamento". Essa é a manchete do jornal *O Globo* de hoje. O que quer dizer isso? Que o BNDES lá da China vai emprestar US$1 bilhão para uma empresa brasileira comprar equipamentos fabricados por indústrias chinesas. Ou seja, o Governo Lula está gerando emprego lá na China, em vez de usar, como prevê o Fitel, parte dos recursos dos fundos setoriais para financiamento pelo BNDES às empresas e aos fabricantes na montagem da infraestrutura para o Plano Nacional de Banda Larga.

Por fim, quero dizer algumas palavras sobre a questão da política de gestão do espectro. Temos de permitir que as grandes empresas avancem nas ofertas dos serviços e, ao mesmo tempo, de dar espaço para empresas menores e para novas tecnologias entrarem no mercado e nele permanecerem.

A discussão em torno da regulamentação da faixa de 2,5 GHz, que contrapõe as operadoras do serviço móvel e as de MMDS, exemplifica a relevância e necessidade de uma política bem definida. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática teve duas audiências públicas sobre o assunto. Chegamos à conclusão de que temos que nos aprofundar mais no assunto e, para isso, formamos um grupo de trabalho para acompanhar o debate sobre a questão na Anatel. Esse grupo de trabalho, formado pelos Senadores Cícero Lucena, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Júnior, irá acompanhar, junto à Anatel, as tratativas e as discussões exatamente da consulta pública que a Anatel faz com relação à regulamentação da faixa de 2,5 GHz.

Qualquer que seja o modelo adotado, o Governo e a Agência devem considerar que nenhum prestador, grande ou pequeno, entrante ou em operação, poderá sobreviver se ficar restrito a um único serviço. É a realidade do mercado.

Presidente Mão Santa, V. Exª está lendo um excelente livro sobre os 50 maiores discursos proferidos pelos líderes mundiais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Na próxima edição, vou mandar incluí-lo. Aí serão 51.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Exª, que já fez mais de mil, vai ter que fazer uma edição especial para incluir os pronunciamentos que tão bem faz aqui no Senado Federal, nas vezes em que usa da tribuna e também quando alterna os oradores, porque V. Exª demonstra a sua capacidade de oratória permanentemente, durante todo o dia, toda a tarde, desde o início da sessão deliberativa, às 14 horas. E já são 21h20 desta quarta-feira.

Quero agradecer a V. Exª a paciência de ter-nos permitido utilizar a tribuna no dia de hoje para que pudéssemos levar à sociedade brasileira as nossas preocupações com o Plano Nacional de Banda Larga, que levará a Internet aos lares de todos os brasileiros.

É preciso que haja os investimentos que o Ministro Hélio Costa, quando estava no Ministério das Comunicações, estimava em R$75 bilhões. Mas o Governo, lamentavelmente, não tem condições de fazer o que é necessário ser feito para que os brasileiros tenham

acesso à rede de comunicação mundial, que é a Internet, a preços competitivos. E o Governo, sozinho, não terá condições de implantar esse plano.

Espero, como disse aqui, que as normas e o plano que foram propostos ainda pelo Ministro Hélio Costa – que sejam compartilhadas as redes entre empresas privadas e empresas estatais – sejam efetivamente colocados em prática pelo Governo em exercício.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos.

Convidamos, como último orador, o Senador Geovani Borges, que representa o Amapá e o PMDB.

E é uma grata satisfação estar no nosso plenário esse grande líder do Nordeste, que é o Deputado Federal Raul Jungmann, do PPS. Ele foi um extraordinário Ministro do Governo do estadista Fernando Henrique Cardoso, fazendo uma reforma agrária com muita seriedade. Nós agradecemos a sua atuação quando eu governava o Estado do Piauí.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, hoje, especialmente, telefonaram-me lá do Amapá duas mulheres muito importantes na minha vida, que estão na expectativa, como telespectadoras, do meu pronunciamento de hoje: a minha querida esposa Jucileide, mãe dos meus dois filhos, Geovani Júnior e Rafael; e a minha genitora, minha mãe, D. Cícera. Ambas estão ligadas na TV Senado. Elas disseram: "Vamos aqui assistir". E, além delas, milhares de telespectadores por todo este Brasil, porque é impressionante, Senador Mão Santa, a audiência da TV Senado. Tanto é que V. Exª, quando viaja por este Brasil afora, anda dando autógrafos. Não é verdade isso? Batendo fotos! Tudo isso graças à repercussão da TV Senado.

Sr. Presidente, um abraço especial para estas duas mulheres maravilhosas da minha vida, minha esposa e minha mãe.

Quero dizer neste momento que não sou *expert* no assunto, mas é tão evidente, cristalino e preocupante que não requer especialização na matéria. Há tempos, educadores no Brasil, e fora dele, chamam a atenção para uma categoria emergente no País: a dos analfabetos funcionais.

Analfabeto funcional é a denominação dada à pessoa que, mesmo com a capacidade de decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças e textos curtos, não consegue entender o que lê.

O analfabetismo funcional constitui um problema silencioso e perverso que afeta e contamina a sociedade. Não se trata de pessoas que nunca foram à escola. Elas sabem ler, escrever e contar; chegam a ocupar cargos administrativos, mas não conseguem compreender a palavra escrita, ou seja, não entendem o que lêem.

O termo analfabeto funcional revela distorções existentes na educação que, antes, não eram conhecidas, pois os estudos se limitavam a distinguir quem sabia de quem não sabia ler.

Em 2005, o Instituto Paulo Montenegro, ligado ao Ibope, fez um levantamento chamado Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), que apontou que apenas 26%, Sr. Presidente, da população brasileira consegue ler e escrever plenamente. Ou seja, três em cada quatro brasileiros têm algum nível de analfabetismo ou analfabetismo funcional.

Repito: três em cada quatro brasileiros não entendem o que lêem e não sabem escrever o que pensam. Isso é muito grave, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado.

A queda da produtividade provocada pela deficiência das habilidades básicas resulta em perdas e danos da ordem de US$6 bilhões por ano no mundo inteiro. Por quê? Porque são pessoas que não entendem sinais de aviso de perigo, instruções de higiene e segurança de trabalho, orientações sobre o processo produtivo e procedimento de normas técnicas da qualidade de serviços e negligenciam os valores da organização empresarial.

A revista *Veja* desta semana traz um artigo de Gustavo Ioschpe, intitulado: "Brasil: a primeira potência de semiletrados?", que peço seja anexado na íntegra ao meu pronunciamento e conste dos Anais desta Casa.

O texto é uma análise perturbadora da sociedade que estamos construindo. Diz o autor:

> Quando voltei ao Brasil, depois de anos no exterior, queria montar meu escritório rapidamente. Contratei, então, um desses serviços de secretariado virtual para me ajudar, enquanto iniciava o processo de busca por uma equipe permanente. Notei que a secretária virtual não era um gênio, mas achei que quebraria o galho. Certo dia, mandei um e-mail a ela pedindo que me conseguisse a informação de contato do cônsul brasileiro em Houston (nos Estados Unidos). Informação encontrável

> na Internet em poucos minutos. Passaram-se cinco minutos, cinco horas, e nada.

Continua o autor do artigo de *Veja* desta semana:

> Três dias depois, recebi um e-mail da fulana: "Sr. Gustavo, procurei na Cônsul e até na Brastemp, mas ninguém conhece esse tal de Houston". Pensei que fosse piada. Reli. Não era. Para quem havia ficado alguns anos construindo teses acadêmicas sobre a importância da educação para o desenvolvimento das nações, através do seu impacto na produtividade de uma população, estava ali um exemplo de como é difícil produzir algo quando a ignorância campeia à volta. É assim para uma pessoa, uma empresa e um país.

Aqui, Sr. Presidente, mas nem o artigo nem o assunto se extinguem neste parágrafo. Muito ao contrário: exigem atenção, reflexão e ação.

Há perguntas que precisam ser respondidas: por que os jovens brasileiros não gostam da escola e não querem estudar? O que há de errado com as nossas escolas? Por que algumas escolas públicas viraram modelo, enquanto outras se transformaram em antros de violência e degradação moral?

É preciso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que nós tenhamos em mente que o crescimento econômico, quando dissociado da evolução do lado humano, dura pouco. Alguém conhece país com população de semi-analfabetos que se tenha tornado potência mundial? Eu não conheço.

E para que o analfabetismo funcional se erradique só existe uma saída: educar e treinar para a qualidade. E qualidade não tem custo. Qualidade é investimento. A falta de qualidade é a despesa do trabalho errado, malfeito, incompleto, sem profissionalismo. É o custo do analfabetismo funcional!

Eu queria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, deixar o registro da minha profunda preocupação com os caminhos do meu País, do meu querido Brasil. Entendo que é responsabilidade de todos nós, sobretudo daqueles que pensam e criam políticas sociais, atentar, segundo o Mão Santa, para o grande desafio de toda e qualquer sociedade contemporânea: a educação e a formação humanística como alicerce de uma grande nação.

O Brasil não poderá fugir a essa regra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, em respeito ao Regimento Interno e a nossa querida sirene dizendo que meu tempo acabou, encerro meu pronunciamento agradecendo a generosidade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convido V. Exª a presidir o resto da sessão.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo grande deferência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E anuncio o último orador inscrito, que é o Líder do PSOL, Senador José Nery.

V. Exª, Senador Geovani Borges, fica muito bem aqui na presidência. (Pausa.)

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Com a palavra o eminente Senador José Nery, lá do meu querido Estado do Pará.

Em homenagem ao Pará, assumo com muita honra o convite formulado pelo Senador Mão Santa para presidir o término desta sessão e ouvir V. Exª com muita atenção.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer uma breve referência à realização da III Conferência Eleitoral Nacional do PSOL.

Nosso jovem Partido, desde sua fundação comprometido com o socialismo e a democracia, viveu, no último final de semana, mais um importante episódio de sua ainda breve existência. Com a decisão da nossa Presidente Nacional, ex-Senadora e atual Vereadora de Maceió, Heloisa Helena de concorrer a uma vaga ao Senado por Alagoas, coube ao Partido, de forma democrática e ouvindo o desejo de nossa militância, decidir, entre três pré-candidatos à Presidência da República, quem representará nosso projeto nas eleições deste ano. Além dessa decisão, nossa III Conferência Eleitoral Nacional também definiu as bases e diretrizes do programa do PSOL à disputa eleitoral de 2010.

Entre os três pré-candidatos, estavam o ex-Deputado Federal João Batista, o Babá, paraense historicamente vinculado às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do meu querido Estado do Pará, o engenheiro Martiniano Cavalcanti, dirigente do Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL, e o ex-Deputado Constituinte e Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio. Todos são nomes identificados com o programa do PSOL e que se confundem com a própria história da esquerda brasileira.

Apoiado por mim, pela maioria da Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, pela maioria dos agrupamentos que se organizam no interior do Parti-

do e por dezenas de intelectuais e lideranças políticas de esquerda, venceu o companheiro Plínio de Arruda Sampaio, com o voto de 89 dos 177 delegados aptos a participar da nossa III Conferência Eleitoral Nacional.

Aos 79 anos de idade e mais de 50 anos de vida pública, Plínio de Arruda Sampaio é Promotor Público aposentado e Mestre em Desenvolvimento Econômico Internacional pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Com uma trajetória marcada com uma atuação junto à Igreja Católica é também um defensor da reforma agrária no País, sendo atualmente Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra.

Em seu primeiro mandato como Deputado Federal, entre 1963 e 1964, foi relator do Projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart. Com o Golpe Militar de 1964, engrossou a primeira lista de cassados e foi para o exílio. À época, o cargo de Promotor Público que exercia deste 1954 também foi cassado, só sendo reconhecido novamente em 1984, quando foi anistiado e aposentado.

Plínio trabalhou na ONU, em programas de reforma agrária, desenvolvimento rural e desenvolvimento da pequena agricultura. Entre 1964 e 1970, atuou no Chile, no governo de Eduardo Frei. De 1965 a 1975, foi diretor de programas de desenvolvimento da FAO, órgão da ONU para agricultura e alimentação, trabalhando em todos os países da América Latina e Caribe. Desde 1975 atua como consultor da entidade.

Plínio de Arruda Sampaio foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, foi Deputado Federal Constituinte e candidato a Governador em 1990 e em 2006, já pelo PSOL. Com a crise do "mensalão", que revelou as relações escusas entre Governo e parte da Base Aliada, rompeu com o Partido dos Trabalhadores e ingressou no PSOL, sendo uma entre as tantas lideranças que ingressaram no Partido, fundado pelos companheiros e companheiras, lideranças populares e parlamentares expulsas do PT em 2003.

Não tenho dúvida de que Plínio é o nome que melhor representar todo o acúmulo da esquerda socialista e democrática em nosso País, sendo o único capaz de unificar outros partidos que, como o PSOL, também optaram por não participar do grande pacto que consumiu parte importante do projeto da esquerda brasileira. O PSOL, liderado pelo companheiro Plínio de Arruda Sampaio pode representar um projeto de ruptura com a dependência externa, de exclusão e miséria que assola o nosso País em seus quinhentos anos de história.

O PSOL não aceitará uma eleição plebiscitária. O povo terá uma alternativa que não aceita o retrocesso nem os limites impostos pelo pacto entre capital e trabalho. Essa terceira via é o PSOL, é Plínio de Arruda Sampaio, é a via do socialismo e da democracia.

Sr. Presidente, Senador Geovani Borges, o nosso jovem Partido, construído com a força dos que lutam e acreditam num Brasil renovado, num Brasil de transformações sociais profundas que alterem as condições fundamentais de cada cidadão e de cada cidadã, num Brasil que precisa de um projeto de mudanças de fato efetivo e consequente para garantir a cada brasileiro e brasileira as condições mínimas de dignidade, de sobrevivência, de liberdade e de justiça.

Por isso, acredito no debate eleitoral que vai estar posto a partir de julho, quando inicia, efetivamente, a campanha eleitoral. Hoje nós assistimos aos pré-candidatos à Presidência, sobretudo os que representam os grandes blocos, que, a meu ver, não passam de uma falsa polarização entre grupos, concepções e práticas políticas que não representam, na verdade, mudanças substanciais na forma e no conteúdo de fazer política, como alternativa efetiva para o povo brasileiro.

Creio que o povo brasileiro terá a opção de examinar, entre as diversas propostas, o projeto, a luta, o compromisso do PSOL e daqueles com quem estivermos aliados, para fazermos o bom debate sobre a realidade e os rumos do País, para fazermos o bom combate, e não nos contentarmos apenas com uma eleição como muitos querem, uma eleição plebiscitária entre os que estavam ontem e os que estão hoje. Na essência, eu diria que são mais do mesmo, porque não se alteraram, fundamentalmente, as condições de projeto político macroeconômico em que o grande capital, o latifúndio, os banqueiros acabam sendo os grande beneficiários desse conglomerado de Partidos que hoje se colocam como sendo as únicas alternativas para o povo brasileiro.

O povo brasileiro terá opção para fazer boas escolhas. E esperamos, com o debate, com a apresentação de propostas, a afirmação de um projeto com transformações sociais profundas para alterar a realidade brasileira.

Era a nossa mensagem, Sr. Presidente, anunciando, assim, as conclusões, orientações e os rumos com que o nosso jovem Partido participará do processo eleitoral de 2010.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Eu agradeço o cumprimento do Regimento desta Casa no uso do tempo regimental. V. Exª, hoje, dado o avançado da hora, cumpriu-o rigorosamente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Antônio Carlos Valadares

enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

V. Exªs serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a usucapião é uma das figuras jurídicas mais interessantes, e se destaca, sem a menor sombra de dúvida, como um instrumento importante de distribuição de justiça.

O grande jurista brasileiro Clóvis Beviláqua define o ato de usucapir como o ato de adquirir o domínio pela posse continuada. Nesse caso, a aquisição de uma propriedade imóvel é o resultado da posse contínua, de boa-fé, sem oposição e durante o período fixado na lei.

Aliás, o próprio legislador constituinte teve a preocupação de inserir, na Carta Magna, um dispositivo sobre a função da propriedade, em seu artigo 5º, que trata "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos". O inciso XXIII desse artigo estabelece que "a propriedade atenderá a sua função social".

Então, se um bem determinado não aproveita ao proprietário, e outro dele estiver na posse pacífica, sem ser incomodado pelo prazo fixado em lei, é justo que passe também a deter o domínio sobre esse bem.

A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Novo Código Civil, assim estabelece em seu artigo 1.379: "O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, nos termos do art. 1.242, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião."

E no parágrafo único está definido: "Se o possuidor não tiver título, o prazo da usucapião será de vinte anos."

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

No meu modesto entender, dadas as condições de deslocamento das pessoas e as facilidades de comunicação do mundo atual com a utilização de meios tecnológicos, esse período de vinte anos é exagerado.

Por isso, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2009, em que proponho a alteração desse último dispositivo, diminuindo o prazo de vinte para quinze anos de posse contínua.

Quanto ao título a que se refere o *caput* do artigo 1.379, pode ser qualquer ato jurídico hábil a transferir a propriedade, independentemente do registro, conforme o entendimento expresso no Enunciado 86 do Centro de Estudos Jurídicos do Conselho de Justiça Federal.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça reconhece que um simples instrumento particular de compromisso de compra e venda vale como justo título, em qualquer hipótese, amparado na boa-fé.

Retomando a parte que interessa, para que se concretize a usucapião das servidões, o Código Civil estabelece que a posse incontestável e contínua deve ser de vinte anos, e não dez, na falta do título.

Ora, Senhoras e Senhores Senadores, esse prazo, nos dias atuais, é extremamente dilatado e injustificável. Dez anos já seriam o suficiente para demonstrar cabalmente o desinteresse do proprietário, pois a posse se dá de forma mansa, pública, contínua e de boa-fé. Mansa, porque sem oposição; pública, porque sem ocultação, para quem puder ou quiser presenciar; contínua, porque sem interrupção; e de boa-fé, porque não impugnada por quem de direito, que pudesse retomar a posse.

Portanto, não será o título que, por si só, definirá a vinculação do possuidor ao bem. É necessário atentar para o fato de que o próprio Superior Tribunal de Justiça admite, como justo título, o simples contrato de compra e venda, independentemente de escritura.

Dessa forma, acredito, Senhoras e Senhores Senadores, que tanto razões fáticas como jurisprudenciais estão a fundamentar o Projeto de Lei do Senado de minha autoria. Haja vista que um título vale como demonstrativo do direito, mas não é prova exclusiva, assim como não pode ser considerado óbice à realidade da ocupação. O direito de propriedade tem de levar em conta uma série de fatores.

Além disso, como já mencionei anteriormente, a própria Constituição Federal preconiza a utilização social do bem, e não a sua reserva, como se pode depreender do estabelecido nos seus artigos 182 e 191.

O artigo 182 trata da política de desenvolvimento urbano e das funções sociais da cidade e do bem-estar de seus habitantes. O artigo 191 garante a propriedade de área rural de pequena extensão possuída de forma mansa e contínua e tornada produtiva pelo prazo de cinco anos.

Portanto, o legislador constituinte prioriza a finalidade social da ocupação da terra, e o nosso projeto busca o aperfeiçoamento da lei para aqueles que detêm a posse pacífica e continuada de determinada servidão.

Aproveito para solicitar o apoio dos nobres Colegas para a iniciativa em pauta, que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento normativo deste País.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR.MARCONI PERILLO (PSDB – GO. – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o jornal o *Estado de S.Paulo* tem construído, ao longo dos anos, reputação de credibilidade em razão do compromisso em

informar os eleitores, de maneira objetiva e clara, sobre os acontecimentos da vida nacional e internacional.

O Estadão, como ficou popularmente conhecido, merece, portanto, nosso respeito pelas informações prestadas e crédito pela veracidade do conteúdo das matérias publicadas.

Exatamente por essas qualidades, a matéria publicada no dia 13 de abril de 2010, sob o título "Governo busca contas de tucano no exterior": "investigação mira supostas movimentações do senador Marconi Perillo, inimigo político de Lula, em banco da Suíça, dos EUA e de paraísos ficais", reforça a tese que defendemos nesta Tribuna na segunda-feira:

Estamos sendo vítima de um ardiloso complô, orquestrado por nossos adversários políticos em Goiás e apoiado pelo próprio Palácio do Planalto.

A matéria se refere a mim como "tucano inimigo político declarado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva" e como "desafeto do Planalto após o escândalo do Mensalão".

Diz, ainda a matéria, que o Dossiê contra mim estaria sendo apurado pelo Ministério da Justiça com prioridade absoluta, por meio de um pedido de assistência jurídica formulado pelo promotor goiano Fernando Krebs.

Mais, assinala a matéria que ninguém menos que o Chefe de Gabinete do Presidente Lula, o Senhor Gilberto Carvalho, teria recebido das mãos do Deputado Sandro Mabel o Dossiê.

Eu poderia parar aqui este discurso, porque o próprio envolvimento de tradicionais adversários políticos meus já dá mostra do tamanho da armação que querem fazer contra mim.

Confesso que me surpreendo e me decepciono com a atitude do Deputado Sandro Mabel, porque, se já tivemos nossas diferenças no passado, nada justificaria a calúnia e a difamação engendradas no dossiê.

Em relação ao promotor Fernando Krebs, nada que venha dele contra mim é novidade, porque, ao longo de meus dois mandatos como Governador, me perseguiu de forma implacável, mas não conseguiu vencer sequer uma batalha jurídica contra mim.

Por quê? Porque as denúncias do Procurador, como sempre, são inconsistentes, aviltam contra os princípios da aplicação do Direito.

O Procurador Krebs parece ter-me elegido como o melhor caminho para que ele ganhasse os holofotes e alguns minutos de fama.

Mas ele é, na verdade, intempestivo e verborrágico, nada mais.

Ora, Senhor Presidente, exatamente por isso estarrece-me o fato do Chefe de Gabinete da Presidência da República e do próprio Ministro da Justiça não terem investigado preliminarmente quem apresentava as denúncias e a possibilidade de serem, de fato, uma armação.

Surpreende a qualquer cidadão, no convívio sob o manto do Estado de Direito, que o Ministério da Justiça, de acordo com a matéria do Estadão, esteja averiguando o conteúdo das denúncias e "não a veracidade" por meio do Departamento de Recuperação de Ativos - DRCI.

Isso é muito grave, gravíssimo, porque as instituições da República não podem estar a serviço de interesses eleitoreiros e político-partidários. As instituições da República servem ao Estado, como representação máxima da Nação.

Se esse tipo de manobra vil, caluniosa e vexatória vinga, haverá pouca esperança para as instituições públicas brasileiras.

Se esse tipo de ação covarde e inescrupulosa ganha corpo, com a colaboração direta do Palácio do Planalto e do Ministério da Justiça, então ninguém mais estará seguro no País, sobretudo os políticos de oposição ao atual Governo.

Será que estamos vendo aqui arroubos do espírito de perseguição característico do Presidente Chavez?

Será que estamos vendo aqui traços da intolerância política característica do regime cubano?

Parece que nossos adversários políticos, no lugar de nos chamarem ao debate de propostas em favor do progresso duradouro do Estado de Goiás, preferem as ações rasteiras, as mentiras e invenções.

Já disse aqui não entender por que o Presidente da República me elegeu como uma espécie de bode expiatório, seu inimigo público número um.

É verdade que fui o primeiro a falar ao Presidente da existência do Mensalão, não por vingança ou qualquer outro intuito torpe, mas pelo dever cívico que me cabia enquanto Governador de Goiás.

Mas, como bem assinalou o nosso candidato e futuro Presidente da República, José Serra, quanto mais mentiras falarem sobre nós, mais verdades apresentaremos contra eles.

E é exatamente isto que faço desta Tribuna, buscar a verdade, a verdade acima de tudo, com provas e documentação.

Começamos, Senhor Presidente, por apresentar requerimento à Comissão de Constituição e Justiça convocando o Chefe de Gabinete da Presidência da República; o Ministro da Justiça e o Promotor Fernando Krebs, para prestarem esclarecimentos em relação a esse dossiê apócrifo e sem qualquer sentido.

É o mínimo que tenho o direito de pedir, como Senador da República, como Ex-Governador de Goi-

ás, mas, acima de tudo, como um cidadão que merece respeito e preservação das garantias individuais insculpidas no texto constitucional.

Muito obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer da matéria intitulada "Repasse ao MST é alvo de nova denúncia em GO", publicada pelo jornal O Estado de São Paulo de São Paulo de 27 de fevereiro de 2010.

A matéria destaca que o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, teria dado R$190 mil para uma associação presidida por um antigo dirigente do MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. De acordo com a denúncia, a escolha da Associação de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás para a prestação de serviço ocorreu de forma irregular e antes mesmo de o assentamento com cerca de 679 famílias fosse instalado pelo Incra.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUESTÃO AGRÁRIA

Repasse ao MST é alvo de nova denúncia em GO

Incra teria dado R$ 190 mil para associação presidida por antigo dirigente do movimento

Roldão Arruda

O Ministério Público Federal em Goiás apontou ontem irregularidades em mais um convênio de repasse de verbas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para entidades ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST). Segundo os procuradores federais, o Incra repassou R$ 190 mil para a Associação de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás, presidida por um antigo dirigente do MST. O dinheiro seria utilizado na prestação de assistência técnica a 679 famílias da reforma agrária.

De acordo com a denúncia a escolha da associação para a prestação de serviço ocorreu de forma irregular e antes mesmo de o assentamento ser instalado pelo Incra.

Essa foi a segunda denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra o Incra de Goiás em menos de um mês. No dia 5, os procuradores sustaram, por meio de ação cautelar, o repasse de quase R$ 2 milhões do Incra para o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar. Segundo o texto da ação cautelar, tratava-se de uma fraude, uma vez que no local onde deveria funcionar a sede da entidade em Goiânia existia apenas uma casa fechada. Ainda de acordo com os procuradores, os vizinhos não sabiam de nenhuma atividade naquele local.

A liminar foi concedida pela juíza federal substituta Luciana Lauronti Gheller, da 4ª Vara, sob o argumento de que qualquer demora na decisão poderia causar mais prejuízos ao erário. Ela também decretou a indisponibilidade dos ativos financeiros e a quebra do sigilo financeiro do instituto.

Segundo o procurador Rafahael Perissé Rodrigues Barbosa, o convênio do Incra com o instituto foi celebrado em 2006 e destinava-se à assistência de 9.375 assentados. No início desse mês, quando ele foi suspenso, já haviam sido repassados cerca de R$ 4 milhões para o instituto. Restavam outros R$ 2 milhões para completar o total acertado no início do convênio.

No caso do repasse citado ontem pelos procuradores, no valor de R$ 190 mil, as sanções previstas, caso sejam comprovadas as irregularidades, são o ressarcimento integral do dano e a perda da função pública dos agentes do Incra que participaram da operação.

Procurado pelo Estado, até ontem à noite o Incra de Goiás ainda não havia se manifestado sobre as irregularidades apontadas pelo Ministério Público nos convênios. A tendência da autarquia é recorrer e contestar na Justiça as acusações.

Às vésperas do carnaval o Incra conseguiu reverter no Tribunal de Contas da União uma liminar que sustava convênios firmados com uma cooperativa de Santa Catarina. Segundo o procurador do Incra no Estado, o pleno do TCU não viu razões objetivas para a suspensão. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, "O PEDÁGIO DO PT", publicada na revista Veja em sua edição de 17 de março de 2010.

A matéria destaca que além de desviar dinheiro da Bancoop, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, arrecadava dinheiro para o caixa do mensalão cobrando propina.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PEDÁGIO DO PT

Além de desviar dinheiro da Bancoop, o tesoureiro do partido arrecadava dinheiro para o caixa do mensalão cobrando propina

ALEXANDRE OLTRAMARI E DIEGO ESCOSTEGUY

O novo tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, é uma peça mais fundamental do que parece nos esquemas de arrecadação financeira do partido. Investigado pelo promotor José Carlos Blat por suspeita de estelionato, apropriação indébita, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha no caso dos desvios da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), Vaccari é também personagem, ainda oculto, do maior e mais escandaloso caso de corrupção da história recente do Brasil: o mensalão — o milionário esquema de desvio de dinheiro público usado para abastecer campanhas eleitorais do PT e corromper parlamentares no Congresso. O mensalão produziu quarenta réus ora em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Entre eles não está Vaccari. Ele parecia bagrinho no esquema. Pelo que se descobriu agora, é um peixão. Em 2003, enquanto cuidava das finanças da Bancoop, João Vaccari acumulava a função de administrador informal da relação entre o PT e os fundos de pensão das empresas estatais, bancos e corretoras.

O ELO PERDIDO DO MENSALÃO

O corretor de câmbio Lúcio Funaro prestou seis depoimentos sigilosos à Procuradoria-Geral da República, nos quais narrou como funcionava a arrecadação de propina petista nos fundos de pensão: "Ele (João Vaccari, ao lado) *cobra 12% de comissão para o partido"*

Ele tocava o negócio de uma maneira bem peculiar: cobrando propina. Propina que podia ser de 6%, de 10% ou até de 15%, dependendo do cliente e do tamanho do negócio. Uma investigação sigilosa da Procuradoria-Geral da República revela, porém, que 12% era o número mágico para o tesoureiro — o porcentual do pedágio que ele fixava como comissão para quem estivesse interessado em se associar ao partido para saquear os cofres públicos.

A revelação do elo de João Vaccari com o escândalo que produziu um terremoto no governo federal está em uma série de depoimentos prestados pelo corretor Lúcio Bolonha Funaro, considerado um dos maiores especialistas em cometer fraudes financeiras do país. Em 2005, na iminência de ser denunciado como um dos réus do processo do mensalão, Funaro fez um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República. Em troca de perdão judicial para seus crimes, o corretor entregou aos investigadores nomes, valores, datas e documentos bancários que incriminam, em especial, o deputado paulis-

Brasil

ta Valdemar Costa Neto, do PR, réu no STF por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Em um dos depoimentos, ao qual VEJA teve acesso, Lúcio Funaro também forneceu detalhes inéditos e devastadores da maneira como os petistas canalizavam dinheiro para o caixa clandestino do PT. Apresentou, inclusive, o nome do que pode vir a ser o 41° réu do processo que apura o mensalão — o tesoureiro João Vaccari Neto. "Ele *(Vaccari)* cobra 12% de comissão para o partido", disse o corretor em um relato gravado pelos procuradores. Em cinco depoimentos ao Ministério Público Federal que se seguiram, Funaro forneceu outras informações comprometedoras sobre o trabalho do tesoureiro encarregado de cuidar das finanças do PT:

■ Entre 2003 e 2004, no auge do mensalão, João Vaccari Neto era o responsável pelo recolhimento de propina entre interessados em fazer negócios com os fundos de pensão de empresas estatais no mercado financeiro.

■ O tesoureiro concentrava suas ações e direcionava os investimentos de cinco fundos — Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica), Nucleos (Nuclebrás), Petros (Petrobras) e Eletros (Eletrobrás) —, cujos patrimônios, somados, chegam a 190 bilhões de reais.

■ A propina que ele cobrava variava entre 6% e 15%, dependendo do tipo de investimento, do valor do negócio e do prazo.

■ O dinheiro da propina era carreado para o caixa clandestino do PT, usado para financiar as campanhas do partido e subornar parlamentares.

■ João Vaccari agia em parceria com o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares e sob o comando do ex-ministro José Dirceu, réu no STF sob a acusação de chefiar o bando dos quarenta.

Lúcio Funaro contou aos investigadores o que viu, ouviu e como participou. Os destinos de ambos, Funaro e Vaccari, se cruzaram nas trilhas subterrâneas do mensalão. Eram os últimos meses de 2004, tempos prósperos para as negociatas da turma petista liderada por José Dirceu e Delúbio Soares. As agências de publicidade de Marcos Valério, o outro ponta de lança do esquema, recebiam milhões de estatais e ministérios — e o BMG e o Rural, os bancos que financia-

"Ele *(Vaccari)* chamava o Delúbio de 'professor'. É homem do Zé Dirceu. Faz as operações com fundos grandes – Previ, Funcef, Petros..."

CORRETOR LÚCIO FUNARO, *em depoimento ao MP*

CAPO *José Dirceu tinha Delúbio Soares* (acima) *e Vaccari como arrecadadores para o mensalão. O tesoureiro atual do PT cuidava dos fundos de pensão*

Cheques à moda petista

VEJA obteve imagens de cheques que mostram a suspeitíssima movimentação bancária da Bancoop. O primeiro, no valor de 50 000 reais, além de exibir a palavra "saque" no verso, traz o código SQ21, que tem o mesmo significado (saque) e se repete na maioria dos cheques emitidos pela Bancoop para ela mesma. O segundo destina-se à empresa Caso Sistemas de Segurança, do "aloprado" Freud Godoy, e pertence a uma série que até agora já soma 1,5 milhão de reais. O terceiro mostra repasse da Germany para o PT, em ano de eleição. A Germany, empresa de ex-dirigentes da Bancoop, tinha como único cliente a própria cooperativa

vam a compra do Congresso, faturavam fortunas com os fundos de pensão controlados por tarefeiros do PT. Naquele momento, Funaro mantinha uma relação lucrativa com Valdemar Costa Neto. Na campanha de 2002, o corretor emprestara ao deputado 3 milhões de reais, em dinheiro vivo. Pela lógica que preside o sistema político brasileiro, Valdemar passou a dever-lhe 3 milhões de favores. O deputado, segundo o relato do corretor, foi cobrar esses favores do PT. É a partir daí que começa a funcionar a engrenagem clandestina de fabricação de dinheiro. O deputado detinha os contatos políticos; o corretor, a tecnologia financeira para viabilizar grandes negociatas. Combinação perfeita, mas que, para funcionar, carecia de um sinal verde de quem tinha o comando da máquina. Valdemar procurou, então, Delúbio Soares, lembrou-lhe a ajuda que ele dera à campanha de Lula e pediu, digamos, oportunidades. De acordo com o relato do corretor, Delúbio indicou João Vaccari para abrir-lhe algumas portas.

Para marcar a primeira conversa com Vaccari, Funaro ligou para o celular do sindicalista. O encontro, com a presença do deputado Costa Neto, deu-se na sede da Bancoop em São Paulo, na Rua Líbero Badaró. Na conversa, Vaccari contou que cabia a ele intermediar operações junto aos maiores fundos de pensão — desde que o interessado pagasse um "porcentual para o partido (PT)", taxa que variava entre 6% e 15%, dependendo do tipo de negócio, dos valores envolvidos e do prazo. E foi didático: Funaro e Valdemar deveriam conseguir um parceiro e uma proposta de investimento. Em seguida, ele se encarregaria de determinar qual fundo de pensão se encaixaria na operação desejada. O tesoureiro adiantou que seria mais fácil obter negociatas na Petros ou na Funcef. Referindo-se a Delúbio sempre como "professor", Vaccari explicou que o PT havia dividido o comando das operações dos fundos de pensão. O petista Marcelo Sereno, à época assessor da Presidência da República, cuidava dos fundos pequenos. Ele, Vaccari, cuidava dos grandes. O porcentual cobrado pelo partido, entre 6% e

15%, variava de acordo com o tipo do negócio. Para investimentos em títulos de bancos, os chamados CDBs, nicho em que o corretor estava interessado, a "comissão" seria de 12%. Funaro registrou a proposta na memória, despediu-se de Vaccari e foi embora acompanhado de Costa Neto.

Donos de uma fortuna equivalente à dos Emirados Árabes, os fundos de pensão de estatais são alvo da cobiça dos políticos desonestos graças à facilidade com que operadores astutos, como Funaro, conseguem desviar grandes somas dando às operações uma falsa aparência de prejuízos naturais impostos por quem se arrisca no mercado financeiro. A CPI dos Correios, que investigou o mensalão em 2006, demonstrou isso de maneira cabal. Com a ajuda de técnicos, a comissão constatou que os fundos foram saqueados em operações fraudulentas que beneficiavam as mesmas pessoas que abasteciam o mensalão. Funaro chegou a insinuar a participação de João Vaccari no esquema em depoimento à CPI, em março de 2006. Disse que Vaccari era operador do PT em fundos de pensão, mas que, por ter sabido disso por meio de boatos no mercado financeiro, não poderia se estender sobre o assunto. Sabe-se, agora, que, na ocasião, ele contou apenas uma minúscula parte da história.

A história completa já havia começado a ser narrada sete meses antes a um grupo de procuradores da República do Paraná. Em agosto de 2005, emparedado pelo Ministério Público Federal por causa de remessas ilegais de 2 milhões de dólares ao exterior, Funaro propôs delatar o esquema petista em troca de perdão judicial. "Vou dar a vocês o cara do Zé Dirceu. O Marcelo Sereno faz operação conta-gotas que enche a caixa-d'água todo dia para financiar operações diárias. Mas esse outro aqui, ó, o nome dele nunca saiu em lugar nenhum. Ele faz as coisas mais volumosas", disse Funaro, enquanto escrevia o nome "Vaccari", em uma folha branca, no alto de

"Rural, BMG, Santos... Tirando os bancos grandes, quase todos têm negócio com eles."

CORRETOR LÚCIO FUNARO,
em depoimento ao MP

O PATROCINADOR *O presidente do PT, José Eduardo Dutra, indicou Vaccari para tesoureiro do partido na campanha presidencial da ministra Dilma Rousseff, embora dirigentes da sigla tenham tentado vetar o nome do sindicalista, por ele ter "telhado de vidro"*

um organograma. Um dos procuradores quis saber como o PT desviava dinheiro dos fundos. "Tiram dinheiro muito fácil. Rural, BMG, Santos... Tirando os bancos grandes, quase todos têm negócio com ele", disse. O corretor explicou aos investigadores que se cobrava propina sobre todo e qualquer investimento. "Sempre que um fundo compra CDBs de um banco, tem de pagar comissão a eles *(PT)*", explicou. "Vou dar provas documentais. Ligo para ele *(Vaccari)* e vocês gravam. Depois, é só ver se o fundo de pensão comprou ou não os CDBs do banco."

O depoimento de Funaro foi enviado a Brasília em dezembro de 2005, e o STF aceitou transformá-lo formalmente em réu colaborador da Justiça. Parte das informações passadas foi usada para fundamentar a denúncia do mensalão. A outra parte, que inclui o relato sobre Vaccari, ainda é guardada sob sigilo. VEJA não conseguiu descobrir se Funaro efetivamente gravou conversas com o tesoureiro petista, mas sua ajuda em relação aos fundos foi decisiva. Entre 2003 e 2004, os três bancos citados pelo corretor — BMG, Rural e Santos — receberam 600 milhões de reais dos fundos de pensão controlados pelo PT. Apenas os cinco fundos sob a influência do tesoureiro aplicaram 182 milhões de reais em títulos do Rural e do BMG, os principais financiadores do mensalão, em 2004. É um volume 600% maior que o do ano anterior e 1 650% maior que o de 2002, antes de o PT chegar ao governo. As investigações da polícia revelaram que os dois bancos "emprestaram" 55 milhões de reais ao PT. É o equivalente a 14,1% do que receberam em investimentos — portanto, dentro da margem de propina que Funaro acusa o partido de cobrar (entre 6% e 15%). Mas, para os petistas, isso deve ser somente uma coincidência...

Desde que começou a negociar a delação premiada com a Justiça, Funaro prestou quatro depoimentos sigilosos em Brasília. O segredo em torno desses depoimentos é tamanho que Funaro guarda cópia deles num cofre no Uruguai. "Se algo acontecer comigo, esse material virá a público e a República cairá", ele disse a amigos. Hoje, aos 35 anos, Funaro, formado em economia e considerado até por seus desa-

fetos um gênio do mundo financeiro, é um dos mais ricos e ladinos investidores do país. Sabe, talvez como ninguém no Brasil, tirar proveito das brechas na bolsa de valores para ganhar dinheiro em operações tão incompreensíveis quanto lucrativas. O corretor relatou ao Ministério Público que teve um segundo encontro com Vaccari, sempre seguindo orientação do "professor Delúbio", no qual discutiu um possível negócio com a Funcef, mas não forneceu mais detalhes nem admitiu se as tratativas deram certo.

VEJA checou os extratos telefônicos de Delúbio remetidos à CPI dos Correios e descobriu catorze ligações feitas pelo "professor" a Vaccari no mesmo período em que se davam as negociações entre Funaro e o guardião dos fundos de pensão. O que o então tesoureiro do PT tinha tanto a conversar com o dirigente da cooperativa? É possível que Funaro tenha mentido sobre os encontros com Vaccari? Em tese, sim. Pode haver motivos desconhecidos para isso. Trata-se, contudo, de uma hipótese remotíssima. Quando fez essas confissões aos procuradores, Vaccari parecia ser um personagem menor do submundo petista. "Os procuradores só queriam saber do Valdemar, e isso já lhes dava trabalho suficiente", revelou Funaro a amigos, no ano passado. As investigações que se seguiram demonstraram que Funaro dizia a verdade. Seus depoimentos, portanto, ganharam em credibilidade. Foram aceitos pela criteriosa Procuradoria-Geral da República como provas fundamentais para incriminar a quadrilha do mensalão. Muitos tentaram, inclusive o lobista Marcos Valério, mas apenas Funaro virou réu-colaborador nesse caso. Isso significa que ele apresentou provas documentais do que disse, não mentiu aos procuradores e, sobretudo, continua à disposição do STF para ajudar nas investigações. Em contrapartida, receberá uma pena mais branda no fim do processo — ou será inocentado.

Durante a semana, Vaccari empenhou-se em declarar que, no caso Bancoop, ele e outros dirigentes da cooperativa são inocentes e que culpados são seus acusadores e suas vítimas. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o tesoureiro do PT disse que o MP agiu "para sacanear" e que os 31 milhões de reais sacados na boca do caixa pela

Empreitadas-fantasma

"Entre 2001 e 2004, eu dei 15 000 reais em notas frias à Bancoop. Diziam com todas as letras que o dinheiro era para as campanhas do Lula e da Marta."

EMPREITEIRO "JOÃO", *que prestou serviços à Bancoop*

Um empreiteiro de 46 anos que prestou serviços à Bancoop por dez anos repetiu à repórter Laura Diniz as acusações que passou oficialmente ao promotor do caso Bancoop. O empreiteiro conta como emitiu notas frias a pedido dos diretores da cooperativa, e ouviu que o dinheiro desviado seria destinado às campanhas de Lula à Presidência, em 2002, e de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo, em 2004

Qual foi a primeira vez que a Bancoop pediu notas frias ao senhor? Quando o Lula era candidato a presidente. O Ricardo *(o engenheiro Ricardo Luiz do Carmo, responsável pelas construções da Bancoop)* dizia que eram para a campanha. Nunca me forçaram a nada; mas, se você não fizesse isso, se queimava. A primeira nota fria que dei foi de 2 000 reais por um serviço que não fiz em um prédio no Jabaquara. A Bancoop precisava assinar a nota para liberar o pagamento. Quando era fria, liberavam de um dia para o outro. Notas normais demoravam de dez a quinze dias para sair.

Quantas notas frias o senhor deu? Entre 2001 e 2004, dei 15 000 reais em notas frias à Bancoop. Isso, só eu. Em 2004, havia pelo menos uns 150 empreiteiros trabalhando para a cooperativa. Eles diziam com todas as letras que o dinheiro era para as campanhas do Lula e da Marta e ainda pediam para votar no Lula. Falavam que se ele ganhasse teríamos serviço para a vida inteira. Até disse aos meus empregados para votar nele.

O que o senhor sabe sobre a Germany? Sei que eles ganharam muito dinheiro. Um dia, ouvi o Luiz Malheiro, o Alessandro Bernardino e o Marcelo Rinaldi *(donos da Germany e dirigentes da Bancoop)* festejando porque o lucro do mês era de 500 000 reais. Eles estavam bebendo uísque e comemorando num dia à tarde, na sede da Bancoop.

Bancoop teriam sido "movimentações interbancárias". Os documentos resultantes da quebra do sigilo bancário da entidade mostram coisa diferente. Entre os cheques emitidos pela Bancoop para ela mesma ou para seu banco, o Bradesco, "a imensa maioria", segundo o MP, continha o código "SQ21" — que quer dizer saque. Algumas vezes aparecia a própria palavra escrita no verso *(veja reproduções na pág. 61)*. Se, a partir daí, o dinheiro sacado foi colocado em uma mala, usado para fazer pagamentos, ou depositado em outras contas, não se sabe. A maioria dos cheques nominais ao banco (que também permitem movimentação na boca do caixa) não continha informações suficientes para permitir a reconstituição do seu percurso, afirma o promotor Blat. "De toda forma, fica evidente que se tratou de uma manobra para dificultar ou evitar o rastreamento do dinheiro", diz ele.

Na tentativa de inocentar-se, o tesoureiro do PT distribuiu culpas. Segundo ele, os problemas de caixa da cooperativa se deveram ao comportamento de cooperados que sabiam que os preços iniciais dos imóveis eram "estimados" e "não quiseram pagar" a diferença depois que foram constatados "erros de cálculo" nas estimativas. Ele só omitiu que, em muitos casos, os "erros de cálculo" chegaram a valores correspondentes a 50% do preço inicial do apartamento. Negar evidências e omitir fraudes. Essa é a lei da selva na política. Até quando? ■

Mais vítimas da Bancoop

"TENHO 68 ANOS E MORO DE FAVOR"

"Comprei um apartamento em São Paulo, paguei os 78 000 do contrato, mas só ergueram duas das três torres prometidas. A minha parou no meio. Eles queriam mais 30 000 reais, mas eu não tinha mais de onde tirar dinheiro. Queria jogar uma bomba na Bancoop. Hoje, ainda moro de favor na casa da minha sogra, para escapar do aluguel."

Clóvis Pardo, *68 anos, aposentado*

"SE EU PAGAR MAIS, NÃO COMO"

"Eu e meu marido já colocamos todas as nossas economias no apartamento que compramos da Bancoop, mas as cobranças adicionais nunca param de chegar. Já gastamos 90 000 reais, eles querem mais 40 000. Paramos de pagar. Se pagar, não como. Eu me sinto revoltada e humilhada. Tenho muito medo de perder tudo."

Tânia Santos Rosa, *38 anos, ex-bancária*

"VOU RECLAMAR PARA O LULA?"

"Comprei um apartamento da Bancoop em 2001 e ele nunca saiu do chão. Quitei tudo, os 65 000 reais, mas não tenho esperança de ver o prédio de pé. Queria o dinheiro de volta, mas acho que ele já foi todo gasto em campanhas do PT. Não tenho mais um centavo na poupança e ainda moro de aluguel. O que eu posso fazer? Reclamar para o Lula?"

Alda Cabral Ramos, *58 anos, representante comercial*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico) –

DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

As cidades podem ser dos mais variados tipos. Nascem de formas distintas e percorrem os mais diversificados caminhos. Algumas são emolduradas por verdadeiros espetáculos oferecidos pela natureza. Outras desenvolvem determinadas características que lhes conferem identidade e que, não raro, atestam sua esplêndida singularidade.

Há cidades que surgem como entrepostos comerciais, em geral devido à estratégica localização geográfica. Outras, de igual modo, notabilizam-se por serem rotas de passagem de bens, pessoas e capitais. Há, ainda, aquelas que descobrem uma vocação – seja no campo da educação, da cultura, da economia –, desenvolvem-na e crescem em função dessa escolha.

Brasília é diferente. Dela não se pode dizer ter sido um presente da natureza. Muito menos fruto de atividades econômicas pré-existentes. A cidade que hoje celebra seu cinquentenário emerge

do vazio de um imenso cerrado, em que a ação humana praticamente inexistia. Não há quem possa duvidar: Brasília é a ousadia que se fez cidade, a esperança que se materializa em eixos e quadras, a metáfora de uma Nação que resolve acreditar em si mesma.

Aí está, Senhor Presidente, o sentido maior da data que hoje celebramos. Há cinqüenta anos, naquele luminoso 21 de abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, o JK tão amado e tão vivo na alma brasileira, oficializava a inauguração de uma cidade em tudo e por tudo inovadora, cujo modernismo não encontraria paralelo em parte alguma do Planeta.

Naquele 21 de abril, sintomaticamente no dia consagrado à celebração da memória do mineiro Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes embebido da chama sagrada da liberdade e mártir da independência nacional, Juscelino transferia oficialmente a sede do Governo brasileiro para o Planalto Central. Todas as desconfianças haviam sido superadas. A incredulidade fora vencida pela força de vontade e pela determinação. O histórico sentimento de inferioridade que atravessara os séculos, cristalizando a falsa ideia de que seríamos incapazes de construir uma Pátria livre e próspera, quedava espetacularmente.

Esse o sentido maior de Brasília, Senhor Presidente. Mais que cidade, ainda que incomparavelmente bela e singular, fato que lhe permitiu receber da Unesco o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, inédito para uma obra moderna, Brasília sintetiza a

arrancada do Brasil na busca de construção de seu futuro. Talvez mais do que o traço urbanístico genial de Lúcio Costa ou os prédios magistrais de Oscar Niemeyer, Brasília simboliza o encontro do País consigo mesmo, desbravando os sertões, vencendo o desafio de um cerrado virgem, desvelando segredos amazônicos, promovendo o encontro do Atlântico com os Andes.

Brasília foi e é tudo isso. Graças a sua construção, pudemos ultrapassar os estreitos limites da faixa litorânea ou a ela mais próximos. A pesada herança colonial, que transpusera o período monárquico e chegara a meados do republicano século XX, começava a ser definitivamente afastada. A linha imaginária de Tordesilhas era por fim e verdadeiramente rasgada. Norte e Centro-Oeste eram efetivamente incorporados ao Brasil e passavam a integrar o esforço coletivo de desenvolvimento nacional.

Imagino o que seria do agronegócio brasileiro, peça tão importante para a inserção do País na economia globalizada dos dias atuais, sem o impulso dado por Brasília para a interiorização do desenvolvimento. Imagino o que seria das populações ribeirinhas, incrustadas nos mais distantes recantos da monumental Amazônia, sem a ação governamental que, sediada na nova Capital, enxergasse o Brasil como um todo e não apenas caudatário da faixa atlântica do território nacional.

Brasília foi possível por que um Presidente da República teve a coragem de sonhar alto e não se prender a miudezas de disputas políticas paroquiais. Um Presidente capaz de ser ousado e de incutir no espírito da população o desejo de avançar, de superar mazelas históricas seculares e de sentir-se capaz de construir um futuro do qual poderia se orgulhar.

Brasília foi possível porque teve a sua disposição, ao longo da verdadeira epopeia que caracterizou sua construção, homens e mulheres simples e valorosos, dispostos a dar o próprio sangue para que o sonho se concretizasse. A esses candangos, em larga medida vindos dos Estados nordestinos, será sempre pequena toda e qualquer homenagem que lhes for prestada.

Brasília foi possível por que a imensa maioria da população brasileira nela identificou o ponto de partida para uma nova História. Nesse sentido, ela também reverencia Tiradentes, com seu espírito libertário e incontida confiança em nossas potencialidades. Brasília nos libertou do complexo de inferioridade e se constituiu na grande chave que abre as portas de um futuro que se recusa a repetir erros do passado.

Aos cinquenta anos, Brasília se humaniza. Graças aos milhares de brasileiros que aqui aportaram ou que aqui nasceram, a cidade ganha vida. Ao concreto de suas extraordinárias formas arquitetônicas, soma-se a alma dos que a fazem cotidianamente. Nela, nada que pudesse ser entendido como artificial conseguiu sobreviver. Transformou-se no centro das grandes decisões nacionais, no palco dos debates políticos mais incandescentes, na sede das representações diplomáticas, sem, contudo, deixar-se perder no labirinto asséptico dos centros urbanos desumanizados.

Parabéns, pois, a todos os que fizeram Brasília. Parabéns a todos os que fazem da antiga Capital da Esperança a certeza de que somos capazes de conduzir nossa própria História. Que Deus nos ajude a sermos dignos do legado de JK e honrarmos o exemplo do povo que a edificou, com sacrifício e determinação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 473, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 473, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Saúde, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de setecentos e quarenta e dois milhões de reais, para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 05-04-2010) Relator revisor: Senador Papaléo Paes .

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-03-2010)

Prazo final prorrogado: 25-05-2010

2
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2010
(Proveniente da Medida Provisória nº 472 de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2010, que *institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – Repenec; cria o Programa Um Computador por Aluno – Prouca e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – Recompe; prorroga benefícios fiscais, constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante -FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – Retareo; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis nºs 11.948, de 16 de junho de 2009; 8.248, de 23 de outubro de 1991; 8.387, de 30 de dezembro de 1991; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.484, de 31 de maio de 2007; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 11.977, de 7 de junho de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989; 8.003, de 14 de março de 1990; 8.981, de 20 de janeiro de 1995; 10.829, de 23 de dezembro de 2003; 5.025, de 10 de junho de 1966; e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 472, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 07-04-2010) Relator revisor: Senador Romero Jucá

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-03-2010)

Prazo final prorrogado: 25-05-2010

3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 309, DE 2009
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição)
(incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada empresa Brasileira de Administração de Petróleo e gás Natural S.A. - Petro-Sal e dá outras providências.

Dependendo de parecer das seguintes comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania;
– de Assuntos Econômicos; e
– de Serviços de infraestrutura.

4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.*

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe*

sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para determinar que o atendimentode urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen),

Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.*

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

-de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

-de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.*

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

-de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicossocioeducativa").*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

-da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

-de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99,

na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH(substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

-de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Ro-

sado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno

suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira,

que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 ¿ CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea ¿b¿ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria

do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 44 minutos)

ATA DA COMISSÃO DIRETORA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Às dez horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores José Sarney, Presidente; Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; Patrícia Saboia, Quarta-Secretária; e o suplente Adelmir Santana. Em seguida, passou-se ao exame dos itens da pauta: **Item 01**: Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada em 29 de outubro de 2009. Aprovada. **Item 02**: Minuta de Ato da Comissão Diretora que altera a minuta-padrão dos convênios com entidades financeiras operadoras de crédito consignado, de que trata o Anexo I do Ato da Comissão Diretora n.º 15, de 2005. Delegada competência ao Diretor-Geral para proceder às alterações na citada minuta padrão. **Item 03**: Referendo à Emenda à Lei do Orçamento de 2010, alterando a modalidade de aplicação dos recursos da Secretaria Especial do Interlegis, de 80-Transferência ao Exterior, para 90-Aplicação Direta, em conformidade com determinação do Acórdão n.º 1339/2009-TCU. Aprovado. **Item 04**: Aprovação do Relatório Final sobre Boletins Administrativos Não Disponibilizados na Rede de Computadores, apresentado pela Diretoria-Geral, em 29 de setembro de 2009, em cumprimento à Decisão da Comissão de 13 de agosto de 2009, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal n.º 4.271, de 17 de agosto de 2009. Aprovado. **Item 05:** Referendo à autorização do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, de homologação do Leilão 001/2009, nos termos do despacho de 30/11/2009, no processo n.º 010.568/09-3. Aprovado. **Item 06:** Minuta de Ato da Comissão Diretora alterando o Ato da Comissão Diretora nº 22, de 2009, que "dispõe sobre a criação da Coleção de Publicações de obras produzidas pelos servidores do Senado Federal". Aprovado. **Item 07**: Minuta de Ato da Comissão Diretora que autoriza a utilização excepcional, no exercício de 2010, dos créditos relativos à verba de transporte aéreo dos Senadores disponíveis em 31 de dezembro de 2009. Aprovado. **Item 08**: Minuta de Projeto de Resolução que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. Aprovado. O Projeto será submetido ao Plenário do Senado sob forma de Projeto de Resolução de autoria da Comissão Diretora. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e quarenta e cinco minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, (Haroldo Feitosa Tajra), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 17 de dezembro de 2009

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATO DO PRESIDENTE
Nº 154 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ JÚLIO NEVES CÉSAR LEAL**, para exercer o cargo em comissão de **Assistente Parlamentar**, Símbolo **AP-07**, no Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, 12 de abril de 2010.

JOSÉ SARNEY
Presidente Do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 01 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 006573/10.0,

RESOLVE autorizar, pelo prazo de 1 (um) ano, a cessão do servidor desta Casa Legislativa **FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA**, matrícula n.º 54802, ocupante do cargo efetivo de Consultor de Orçamentos, Área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, Especialidade Assessoramento em Orçamentos, ao Governo do Estado do Maranhão, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento mensal ao Senado Federal.

Senado Federal, 09 de abril de 2010.

Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORIA N.º01, DE 2010

Altera o Ato da Comissão Diretora n.º 25, de 2002, e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1.º. O art. 1.º do Ato da Comissão Diretora n.º 25, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 1º. Os recursos financeiros do Fundo de Reserva do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal - SIS serão mantidos em conta corrente em nome do SIS, no Banco do Brasil e ou na Caixa Econômica Federal, restringida a sua aplicação a:*

I - Certificados ou Recibos de Depósito Bancário de emissão do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal.

II - Depósitos de poupança.

III – Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

IV – Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa lastreados unicamente em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional. (NR)"

Art. 2.º. O Presidente do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal designará subcomissão formada por dois de seus membros e pelo Diretor do SIS, com as atribuições de elaborar e gerenciar plano de aplicação dos recursos financeiros do Fundo de Reserva do SIS, obedecido o disposto no art. 1.º, e acompanhar a evolução dos saldos dos investimentos, podendo, a seu critério, alterar a modalidade de aplicação dos recursos.

Art. 3.º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 08 de abril de 2010.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 02 , DE 2010

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando a necessidade da Administração do Senado Federal em consolidar os princípios da razoabilidade e da eficiência, quando da aplicabilidade do artigo 6º da Resolução SF nº 53, de 1997, no que se refere à movimentação de bens entre órgãos e entidades da Administração Pública, e pela regular aplicação do que estatui o art. 5º do Decreto-Lei nº 4.657/42;

Considerando que a doação é um dos institutos jurídicos definidos pela Lei nº 8.666/93 como passível de ser utilizado para a transferência de propriedade de bens públicos móveis entre órgãos integrantes da Administração Pública, independentemente de prévia licitação, desde que configurado os fins de interesse social e econômico, relativamente à escolha de qualquer outra forma de alienação ou transferência de propriedade (cf. art. 17, II, a., da Lei nº 8.666/93);

Considerando que o § 2º do art. 4º do Decreto nº 99.658/90 dispõe que nas transferências de materiais considerados ociosos que envolvam órgão ou entidade integrante do Poder Legislativo, somente poder-se-á efetuar a referida transferência mediante doação;

Considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput da CF/88), bem como aos princípios infraconstitucionais da razoabilidade e da economicidade na Administração Pública, que o Senado Federal, mediante leilão, alienasse bens que considera inservíveis e ociosos, enquanto outro ente público estivesse realizando procedimento licitatório para a compra de similares, normalmente, por valores bem superiores aos que seriam auferidos em leilão perante o Senado, tanto mais quando os bens em questão pertenciam originalmente ao ente público a ser beneficiado;

Considerando que o princípio da economicidade da Administração Pública, preceituado nos §§ 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 99.658, de 1990, recomenda que os materiais ociosos ou recuperáveis devem ser cedidos a outros órgãos que deles necessitam, mediante a lavratura do devido "Termo de Cessão" ou de doação, nas hipóteses definidas no § 2º do art. 4º do acima citado diploma legal, no qual deverá constar à indicação de transferência de carga patrimonial, da unidade para a cessionária, e o valor de aquisição ou produção;

Considerando o princípio da hierarquia nas normas, segundo o qual o conjunto normativo se assenta de acordo com a precedência das normas superiores em relação às inferiores, nesta linha de interpretação conferindo-se aos princípios jurídicos cunho de normatividade e de orientação superior às ações administrativas;

Considerando as informações constantes do Processo nº 023400/09-9 e os termos do Aviso nº 1019/C.Civil-PR;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, em nome do interesse público e em caráter excepcional, a doação à Imprensa Nacional, com transferência gratuita da posse e da propriedade, dos seguintes bens, atualmente sob domínio do Senado Federal: duas máquinas impressoras marca *Heidelberg*, modelo SM 102-2-P, configuradas com 2 unidades de impressão bicolor ou uma cor frente e verso com o recurso de reversão, equipadas com sistema de comando remoto CPC e central CP Tronic para automatização de várias funções da máquina, incluindo alimentação e saída sem parada, com sistema de pré-empilhamento, originalmente pertencentes ao órgão ora donatário, e tombadas no Senado Federal sob os códigos 10393 e 10559.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo suas disposições ser convalidadas pelo Plenário do Senado Federal.

Sala da Comissão Diretora, 08 de abril de 2010.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 03 , DE 2010

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares e,

Considerando a necessidade de adoção de providências imediatas para viabilizar a unificação da área de compras e contratações, e da área de orçamento, finanças e contabilidade do Senado Federal, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP e da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN;

Considerando que esta unificação é indispensável à padronização e uniformização dos procedimentos de ordem administrativa do Senado Federal; e

Considerando que esta proposta decorre de trabalho realizado por comissão especial para este fim constituída,

RESOLVE:

Art. 1º A gestão de compras e contratações, material e patrimônio, orçamentária, financeira e contábil do Senado Federal, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP e da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, passa a ser exercida unicamente pelas áreas correspondentes no Senado Federal, de acordo com a relação a seguir:

I - A gestão de compras e contratações e todas as atividades correlatas, pela Secretaria de Administração de Contratações – SADCON;

II - A gestão de material e patrimônio e todas as atividades correlatas à Secretaria de Patrimônio – SPATR,

III – A gestão orçamentária, financeira e contábil e todas as atividades correlatas pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN.

Parágrafo único – A partir da vigência deste Ato, fica extinta a autonomia orçamentária, financeira e contábil do PRODASEN e da SEEP.

Art. 2º As unidades do PRODASEN e da SEEP responsáveis pela gestão de compras e contratações, material e patrimônio, orçamentária, financeira e contábil passam a subordinar-se às respectivas unidades no Senado Federal, de acordo com as seguintes disposições:

I - As unidades responsáveis pelas atividades de que trata o Inciso I do art. 1.º, à SADCON;

II – As unidades responsáveis pelas atividades de que trata o Inciso II do art. 1.º, à SPATR.

III – As unidades responsáveis pelas atividades de que trata o Inciso III do art. 1.º, à SAFIN.

Art. 3º Até a aprovação da nova estrutura administrativa do Senado Federal de que trata o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, ficam estabelecidas as seguintes subordinações:

I - Do Serviço de Finanças do PRODASEN e do Serviço de Administração Econômico-Financeira da SEEP, à Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado Federal - SAFIN;

II - Do Serviço de Apoio Administrativo e do Serviço de Contratos do PRODASEN e do Serviço de Aquisições da SEEP, à Secretaria de Administração de Contratações do Senado Federal – SADCON;

III - Do Serviço de Administração de Materiais e de Administração de Patrimônio do PRODASEN e o Serviço de Controle de Almoxarifado e de Patrimônio da SEEP, à Secretaria de Patrimônio do Senado Federal – SPATR.

Art. 4º Até que a SAFIN, SADCON e SPATR possuam instalações físicas adequadas para suportar as novas atribuições de que trata esta Ato, as unidades sobrepostas do PRODASEN e da SEEP, permanecerão com suas atuais instalações e com a lotação de servidores hoje existente, mantida a subordinação constante do artigo anterior.

Art. 5º No interesse do serviço os servidores poderão ser transferidos de ofício de uma unidade para outra, a critério dos respectivos Diretores da SAFIN, SADCON e SPATR.

Parágrafo único. Aos servidores do PRODASEN eventualmente transferidos para o Senado Federal, em razão do disposto neste Ato, é assegurada a percepção da vantagem instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 02, de 1998, convalidado pelo art. 22 da Resolução nº 55, de 1998.

Art. 6º Ficam revogadas as competências do Diretor do PRODASEN e do Diretor da SEEP, definidas no Ato nº 29, de 2003, com as alterações dadas pelo Ato nº 21, de 2004, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal, e no Ato do Primeiro Secretário nº 06, de 2007.

Parágrafo único. As competências de que trata o *caput* deste artigo passam a ser exercidas pelo Diretor-Geral e pelos Diretores-Gerais Adjuntos, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 7º No prazo de trinta dias a contar da publicação deste Ato serão transferidos para o Senado Federal (UG 02.0001) e para o FUNSEN (UG 02.0054), todos os saldos das contas do ativo, passivo, de resultado e de compensações do PRODASEN (UG 02.0003), do FUNDASEN (UG 02.0056), da SEEP (UG 02.0002) e do FUNSEEP (UG 02.0055).

§ 1º Serão também objeto de transferência para o Senado Federal, os saldos das notas de empenho inscritas em Restos a Pagar ao final do exercício de 2009, cuja liquidação e pagamento a partir da publicação deste ato serão feitos pelo Senado Federal.

§ 2º As transferências de que trata este artigo serão feitas pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN, em articulação com os setores correspondentes no PRODASEN e na SEEP e com a solicitação de colaboração da Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, quando for o caso.

§ 3º Em razão destas transferências, no encerramento do exercício de 2010, os balanços e demonstrações contábeis do Senado Federal deverão refletir a consolidação dos três órgãos.

§ 4º A SAFIN promoverá as ações necessárias junto à Secretaria do Tesouro Nacional – Coordenação de Contabilidade – visando a extinção das UG's de que trata o *caput* deste artigo, a partir de 1º de janeiro de 2011, sem prejuízo dos dados históricos.

Art. 8º O PRODASEN e a SEEP transferirão ao Senado Federal (UG 02.0001) e ao FUNSEN (UG 02.0054), no prazo de trinta dias a contar da publicação deste ato, por meio de provisão orçamentária, toda a dotação aprovada no orçamento deste ano, ficando a cargo do Senado Federal a sua execução.

§ 1º A partir da publicação deste ato, fica revogada a obrigatoriedade de descentralização pelo Senado Federal à SEEP e ao PRODASEN, dos recursos para pagamento de pessoal e obrigações patronais.

§ 2º Por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária do Senado Federal para 2011, a SAFIN adotará providências visando a extinção das Unidades Orçamentárias 02.103 - Secretaria Especial de Informática - PRODASEN e 02.104 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações, bem como dos seus respectivos Fundos Especiais, passando suas Ações a compor os orçamentos das Unidades Orçamentárias 02.101 - Senado Federal e 02.901 - Fundo Especial do Senado Federal - FUNSEN.

§ 3º Os recursos provenientes da receita própria gerada pelo PRODASEN e pela SEEP serão aplicados pelo FUNSEN

Art. 9º Os contratos de compra ou contratação de serviços do PRODASEN e da SEEP, ainda em vigor, serão transferidos ao Senado Federal mediante termo aditivo.

§ 1º Para atendimento ao disposto neste artigo as unidades responsáveis pela administração dos contratos na SEEP e no PRODASEN, deverão articular-se com o setor correspondente no Senado Federal.

§ 2º São mantidos os atuais gestores dos contratos do PRODASEN e da SEEP, independente da transferência dos contratos para o Senado Federal.

§ 3º Até o final do presente exercício financeiro, os gestores dos contratos de duração continuada, cuja vigência ultrapassar este exercício, encaminharão ao Diretor-Geral no respectivo processo, solicitação de autorização de empenho da despesa prevista para o ano seguinte, acompanhada de cópia do contrato sob sua gestão e de suas alterações, caso existam, com memória de cálculo da despesa prevista.

§ 4º Para emissão das notas de empenho e das ordens bancárias correspondentes, os operadores do PRODASEN (UG 02.0003) e da SEEP (UG 02.0002) no SIAFI serão cadastrados pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, como operadores do Senado Federal (UG 02.0001).

§ 5º Após a emissão das notas de empenho, os processos serão encaminhados aos respectivos gestores dos contratos que, recebido o documento de cobrança ao final de cada mês, farão sua juntada ao processo, verificarão sua regularidade e o atendimento por parte do credor das exigências contratuais e legais, assim como a efetiva prestação dos serviços.

§ 6º Os pagamentos serão realizados segundo a orientação do Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

Art. 10. Os materiais de uso comum existentes nesta data nos Almoxarifados do PRODASEN e da SEEP, assim definidos de forma consensual pelos responsáveis pela administração de materiais do Senado Federal, SEEP e PRODASEN, serão transferidos para o Almoxarifado Central do Senado Federal, no prazo de trinta dias a contar da publicação deste Ato.

Parágrafo único. Os materiais gráficos, de processamento de dados e aqueles considerados indispensáveis ao funcionamento dos dois órgãos, serão mantidos nos Almoxarifados da SEEP e do PRODASEN, sob a orientação da Secretaria de Patrimônio.

Art. 11. Fica incluída entre as atividades da Comissão Especial instituída pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 51, de 2009, c/c a Portaria do Diretor-Geral nº 82, de 2009, a responsabilidade de transferir ao Senado Federal o acervo patrimonial do PRODASEN e da SEEP, após a conclusão do inventário, inclusive com a realização do novo tombamento, segundo as orientações da Secretaria de Patrimônio.

Art. 12. Ficam designados os atuais Diretores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e da Secretaria Especial de Informática como responsáveis pela elaboração das tomadas de contas extraordinárias a que se refere o art. 5º da IN-TCU 57/2008 a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União em até cento e vinte dias da efetiva extinção das UGS, com apoio dos órgãos técnicos das unidades e do Senado Federal.

Art. 13. A Comissão Diretora encaminhará ao Plenário do Senado Federal projeto de decreto legislativo extinguindo o Fundo da Secretaria Especial de Informática – FUNDASEN e o Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - FUNSEEP.

Art. 14. A Comissão Diretora promoverá a convalidação pelo Plenário das disposições deste Ato.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão Diretora, 12 de abril de 2010.

Agenda Cumprida pelo Presidente José Sarney

14-4-2010

quarta-feira

12h – Deputado Federal Walter Ihoshi, DEM/SP, acompanhado de trabalhadores e representantes dos sindicatos de institutos de beleza e cabeleireiros tendo como objetivo o PLC nº 112/07, já aprovado na Câmara.

Sala de Audiências

16h – Ordem do Dia

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná
Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (28)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (27)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (13)	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) (5,29,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (8)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) (22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) (2,6,21)	2. Augusto Botelho (PT-RR) (25)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).

*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.

**. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.

***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.

****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2009
Prazo prorrogado: 23/09/2009
Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2)
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (2)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) (1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (4)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (4)

Instalação: 16/09/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) (2)
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) (3)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) (1)	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) (3)
RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1,2)
PTB
Senador Gim Argello

Notas:
1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Arthur Virgílio (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Augusto Botelho (PT)
Senadora Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (2)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (1)
PTB
Senador Romeu Tuma

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
Coordenação:

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador César Borges (PR)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)
PTB
Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)
RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)
Senador Renato Casagrande (PSB)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE *REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

PRAZOS[1]

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)[2]
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)[2]
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009[3]
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

[1] Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.
[2] Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.
[3] Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. VAGO (11,41,96)
VAGO (37,93)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,94)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,92)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,95,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
95. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
96. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. VAGO (51,94)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. VAGO (55,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Cícero Lucena (PSDB) (24,67,85,92)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:
1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) (13)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (5)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (9)	2. VAGO (2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (12,14,15)	1. Paulo Duque (8)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (101)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (62,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,102,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão(Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. Em 31.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:
1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).
3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)
Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Tasso Jereissati (PSDB)
Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:
*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,107)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,109)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,110)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,108)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
108. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
109. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
110. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,15)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,16)	2. Flávio Arns (PSDB) (15,16,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (17)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,14)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,13)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,18)	1. VAGO (18)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

15. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:
1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
VAGO (20,55)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (38,47,48,49,53)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (38,56)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
Geovani Borges (PMDB) (40,50,54)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (28)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,17)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (18)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
54. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orbigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (4)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
VAGO (11)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) (2)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (2)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. VAGO (3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (8)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) **(cedida ao PDT)**	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,71)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:
1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
VAGO (47,95)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. VAGO (2,94)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Geovani Borges (PMDB) (10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:
1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:
1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) [2]	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. VAGO (29,50,82)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Edison Lobão (PMDB) (43,81,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB [4]	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
81. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,23)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,47,55,57)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,45)	2. Pedro Simon (PMDB) (43)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,41)	3. Valdir Raupp (PMDB) (44)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (34)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Jayme Campos (DEM) (29,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (33)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (20,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (19)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:
1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (65)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (39,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
VAGO (34,63)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,42,48,59,60)
Valdir Raupp (PMDB) (37,45)	4. VAGO (2,53,56,58,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
65. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (4)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)	3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (9)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (10)
VAGO (7)	3. VAGO (8)
VAGO (11)	4. VAGO (11)
VAGO (11)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:
1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (3)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO (4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO (2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) (6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) (1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) (11)
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 05/04/2010

Notas:
1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

Constituído pela Resolução nº 35, de 2009, oriunda do Projeto de Resolução nº 21, de 2008, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 28.10.2009

COMPOSIÇÃO

1ª Designação: 23.03.2010

Presidente:
Vice-Presidente:

PMDB
DEM
Senador Adelmir Santana (DF)
PSDB
Senador João Tenório (AL) [2]
PT
Senador Tião Viana [3]
PTB
PDT
Senadora Patrícia Saboya [4]
PR
Senador César Borges (BA)
PSB
Senador Antonio Carlos Valadares (SE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
Senador Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
Senador José Nery (PA)
PSC
Senador Mão Santa (PI)
PV
Senadora Marina Silva (AC) [1]

(Atualizada em 14.04.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II, Térreo - Senado Federal
Telefones: 3303-4561 e 3303-5259
scop@senado.gov.br

---

[1] A Senadora Marina Silva (PV-AC) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.

[2] O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Morais, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.

[3] O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Morais, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.

[4] A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Morais, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	**1º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	**3º SECRETÁRIO** Senador Mão Santa (PSC-PI)[1]
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	**4º SECRETÁRIO** Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR)[4]	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS)[2]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP)[3]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

[1] Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

[4] O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

[2] O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

[3] O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) [12]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) [12]
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) [12]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) [13]
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) [14]	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG)[15]

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

---

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.
[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.
[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.
[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.
[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.
[12] Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.
[13] O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.
[14] Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.
[15] Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo[1]
Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA GUSTAVO FRUET [2] PSDB-PR	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

[2] O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

Edição de hoje: 342 páginas

OS: 2010/11847